 Eventos

 Vídeos

 Manifestos

 Mídia

 Fórum

 Contato

 Publicações

Medicalização

Introdução

A medicalização tem sido alvo de grande preocupação por parte do CRP SP, gerando muitos debates, ações frente ao poder público e articulação com os conhecimentos acadêmicos.

Entendemos por medicalização o processo em que as questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo.

Assim, questões como os comportamentos não aceitos socialmente, as performances escolares que não atingem as metas das instituições, as conquistas desenvolvimentais que não ocorrem no período estipulado, são retiradas de seus contextos, isolados dos determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidos apenas como uma doença, que deve ser tratada.

Neste local, você terá informações sobre as ações do CRP SP junto aos poderes legislativo e judiciário; as diferentes formas de mobilização de profissionais da saúde, da educação e da população; a participação ativa em grupos que construam modalidades de atendimento à população que superem a lógica medicalizante vigente.

Manifesto do Fórum
sobre Medicalização da
Educação e da Sociedade



Clique aqui e assine

Publicações



Imprima seu certificado de Participante, Mini-curso/Oficina e Painel.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA
Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos
Novas capturas, antigos diagnósticos na
"Era dos Transtornos"

Vídeos em destaque




II Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" - Novas capturas, antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"
Dia 12/11/2011 - Parte 3



Organização do Fórum de Discussão sobre Educação Medicalizada



Seminário "Dislexia Subsídios para Políticas Públicas" Parte I

 Eventos


 Vídeos

 Manifestos

 Mídia

 Fórum

 Contato

 Publicações

Medicalização

Introdução

A medicalização tem sido alvo de grande preocupação por parte do CRP SP, gerando muitos debates, ações frente ao poder público e articulação com os conhecimentos acadêmicos.

Entendemos por medicalização o processo em que as questões da vida social, sempre complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico, são reduzidas à lógica médica, vinculando aquilo que não está adequado às normas sociais a uma suposta causalidade orgânica, expressa no adoecimento do indivíduo.

Assim, questões como os comportamentos não aceitos socialmente, as performances escolares que não atingem as metas das instituições, as conquistas desenvolvimentais que não ocorrem no período estipulado, são retiradas de seus contextos, isolados dos determinantes sociais, políticos, históricos e relacionais, passando a ser compreendidos apenas como uma doença, que deve ser tratada.

Neste local, você terá informações sobre as ações do CRP SP junto aos poderes legislativo e judiciário; as diferentes formas de mobilização de profissionais da saúde, da educação e da população; a participação ativa em grupos que construam modalidades de atendimento à população que superem a lógica medicalizante vigente.

Manifesto do Fórum
sobre Medicalização da
Educação e da Sociedade



Clique aqui e assine

Publicações



Imprima seu certificado de Participante, Mini-curso/Oficina e Painel.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL
A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA
Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos
Novas capturas, antigos diagnósticos na
"Era dos Transtornos"

Vídeos em destaque




II Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" - Novas capturas, antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"
Dia 12/11/2011 - Parte 3



Organização do Fórum de Discussão sobre Educação Medicalizada



Seminário "Dislexia Subsídios para Políticas Públicas" Parte I

 Eventos

 Vídeos

 Manifestos

 Mídia

 Fórum

 Contato

 Publicações

Medicalização

::: Eventos

II Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" Novas capturas, antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"

Veja como foi a programação | Baixe o Caderno de Programa | Certificados para participantes | Vídeos



Realização:

11 a 14 de novembro de 2011

Local:

UNIP – Campus Paraíso
Rua Vergueiro, 1211 - Paraíso
São Paulo/SP – Brasil

Finalidade:

Divulgar e discutir controvérsias científicas acerca do diagnóstico e tratamento de supostos transtornos de aprendizagem, tendo como pano de fundo a crítica à medicalização da sociedade.

Ampliar o debate sobre interesses econômicos e políticos subjacentes ao incremento da medicalização da educação e da sociedade.

Promover reflexões e discussões sobre políticas públicas de saúde e de educação de cunho medicalizante, visando a formulação de políticas embasadas em concepções de ser humano e de sociedade que contemplem a diversidade e a singularidade.

Subsidiar a atuação do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, nacional e internacionalmente.

Comissão Organizadora

Coordenação: Monica Cintrão França Ribeiro

Vice-Coordenação: Carla Biancha Angelucci

Carla Biancha Angelucci - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Cecília Azevedo Lima Collares - Universidade Estadual de Campinas

Floreal Marim Botias Júnior - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo

Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

Helvio Nicolau Moisés - Mandato do Vereador Eliseu Gabriel

Jason Gomes Rodrigues Santos - Associação Palavra Criativa

João Eduardo Coin de Carvalho - Universidade Paulista

Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas

Marilene Proença Rebello de Souza - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

Mônica Cintrão França Ribeiro - Universidade Paulista

Ricardo Cesar Caraffa - Universidade Estadual de Campinas

Comissão Científica

Coordenação: Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés

Adriana Laplane - Universidade Estadual de Campinas

Adriana Marcondes Machado - Universidade de São Paulo
Beatriz Belluzzo Brando Cunha - Universidade Estadual Paulista
Cecília Azevedo Lima Collares - Universidade Estadual de Campinas
Fernando Cesar Chacra - Universidade Estadual de Campinas
Giovanna Marafon - Universidade Federal Fluminense
Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
João Eduardo Coin de Carvalho - Universidade Paulista
Luciana Caliman - Universidade Federal do Espírito Santo
Lygia de Sousa Viegas - Universidade Federal da Bahia
Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas
Maria de Lima Salum e Moraes - Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo
Maria Lucia Boarini - Universidade Estadual de Maringá
Marie Claire Sekkel - Universidade de São Paulo
Marilda Gonçalves Dias Facci - Universidade Estadual de Maringá
Marilene Proença Rebelo de Souza - Universidade de São Paulo
Mônica Cintrão França Ribeiro - Universidade Paulista
Nilza Sanches Tessaro Leonardo - Universidade Estadual de Maringá
Raquel Lobo Guzzo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Ricardo Cesar Caraffa - Universidade Estadual de Campinas
Roseli Fernandes Lins Caldas - Universidade Presbiteriana Mackenzie
Silvana Calvo Tuleski - Universidade Estadual de Maringá
Ynyah Souza de Araújo Teixeira - Anhanguera Educacional

I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"

Veja como foi a programação | Baixe o Caderno de Programa | Certificados para participantes | Vídeos



Realização:

11 a 13 de novembro de 2010

Local:

UNIP – Campus Paraíso
Rua Vergueiro, 1211 - Paraíso
São Paulo/SP – Brasil

Finalidade:

Divulgar e discutir controvérsias acerca do diagnóstico e tratamento de supostos transtornos de aprendizagem, tendo como pano de fundo a medicalização da sociedade e, mais especificamente, das dificuldades do sistema escolar.

Oferecer subsídios para a discussão e o posicionamento frente às políticas públicas que têm sido propostas e/ou implementadas por meio de leis e programas de ação, partindo das diferentes compreensões desses supostos transtornos de aprendizagem.

Organização:

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP SP
Curso de Psicologia da UNIP
Grupo Interinstitucional "Queixa Escolar" - GIQE
Câmara Municipal de São Paulo
Associação Palavra Criativa
Depto. de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP
Fórum de Saúde Mental do Butantã
Instituto Sedes Sapientiae - Núcleo de Referência em Psicose e Inclusão
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE
Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo - SinPsi

Comissão Científica:

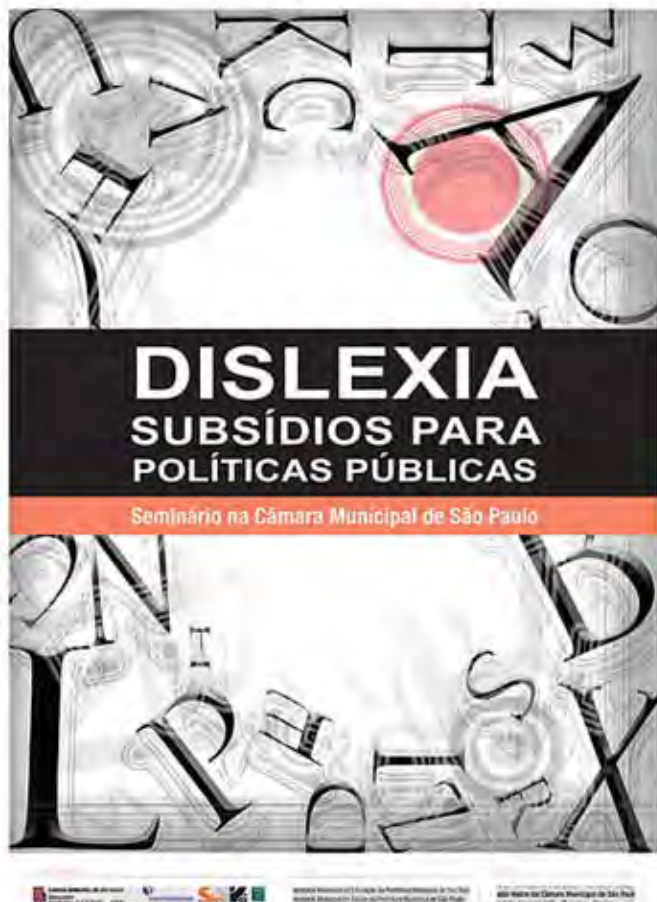
Adriana Marcondes Machado
Ana Cecília Silveira Lins Sucupira
Beatriz Belluzzo Brando Cunha
Cecília Azevedo Lima Collares
João Eduardo Coin de Carvalho
Lygia de Sousa Viegas
Maria Aparecida Affonso Moysés
Maria de Lima Salum e Moraes
Marie Claire Sekkel
Marilda Gonçalves Dias Facci
Mônica Cintrão França Ribeiro
Roseli Fernandes Lins Caldas
Silvana Tuleski

Apoio:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Na área Vídeos, confira simpósios, performances e debates gravados durante o Seminário.

Seminário Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas



Realização:

21 de setembro de 2009

O Seminário Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas, realizado na Câmara Municipal de São Paulo, repercutiu nos meios acadêmicos, com quem trabalha com Psicologia e com as questões ligadas à Educação, e na mídia. O evento teve por objetivo levar ao conhecimento do legislativo municipal e estadual paulista a polêmica que envolve o diagnóstico e o tratamento dos denominados transtornos ou distúrbios de aprendizagem.

Slides dos participantes do evento:

[Maria Aparecida Affonso Moysés](#)

Professora Titular em Pediatria Social da UNICAMP

[Marilene Proença](#)

Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

[Sandra Maria Monetti](#)

Coordenadora do Programa Aprendendo com Saúde

[Sandra Viera Almeida](#)

Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência

[Na área Vídeos, confira o registro do evento.](#)

Medicalização

...: Vídeos

II Seminário Internacional
"A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"
Novas capturas, antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"



Dia 11/11/2011



Dia 12/11/2011 - Parte 1



Dia 12/11/2011 - Parte 2



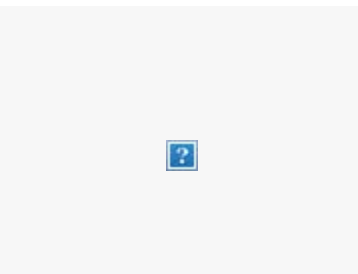
Dia 12/11/2011 - Parte 3



Dia 12/11/2011 - Parte 4



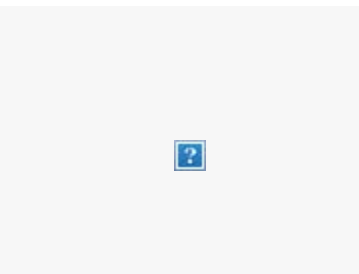
Dia 12/11/2011 - Parte 5



Dia 12/11/2011 - Parte 6



Dia 13/11/2011 - Parte 1



Dia 13/11/2011 - Parte 2



Dia 12/11/2011 - Parte 3

Dia 13/11/2011 - Parte 4

Dia 14/11/2011 - Parte 1



Dia 14/11/2011 - Parte 2



Dia 14/11/2011 - Parte 3



Dia 14/11/2011 - Parte 4



Dia 14/11/2011 - Parte 5

I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"



O Debate Continua: I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"



Resumo do I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"

11/11/2010



Organização do Fórum de Discussão sobre



Simpósio – Medicalização da Educação: família e



Simpósio – Políticas Públicas e a Medicalização

Educação Medicalizada



Mesa de Abertura do I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" / Conferência - A Medicalização e seus prejuízos

escola adoecidas



Orquestra de Berimbaus do Morro do Querosene

da Educação

12/11/2010



Apresentação de Capoeira



Organização do Fórum de discussão sobre Educação Medicalizada



Simpósio - Medicalização nos atendimentos em Saúde



Simpósio - Medicalização da adolescência



Conferência - Dislexia: um suposto transtorno de aprendizagem

13/11/2010



Conferência - Medicalização da Educação: Consequências para a criança e para o adolescente



A Arte de Contar Histórias



Conferência Internacional - O crescimento do TDAH

Seminário "Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas"

21/09/2009



Seminário "Dislexia Subsídios para Políticas"



Seminário "Dislexia Subsídios para Políticas"

Públicas" Parte I

Públicas" Parte II



Diversidade 76
"Medicalização na Aprendizagem"



II Seminário da Baixada Santista Medicalização da Educação e da Sociedade: Fabricando Doenças e Aprisionando Vidas

II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos - Medicalização da Vida



Apresentação



Estratégias Contemporâneas de Controle da Vida



Biopoder e Saúde



Medicalização da vida Escolar



Medicalização da Vida e Direitos Humanos

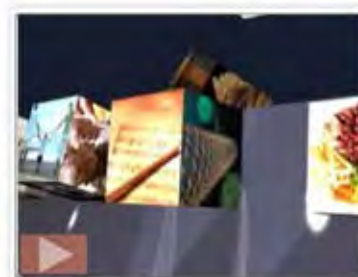
Diversos



STOP DSM (forumadd)



Dr. Thomas Szasz e a psiquiatria (legendado)



Fóruns Permanentes



Ex-ET



ADHS - Animation von Pixar



The Marketing of Madness (1/18)

Canal livre discute transtorno de atenção



Parte 1



Parte 2



Parte 3



Manual de Diagnóstico e Estatístico: A Farsa Mais Mortífera da Psiquiatria



Mais Você debate a banalização do diagnóstico de déficit de atenção



UOL - Dislexia: transtorno causa dificuldade para ler, escrever e compreender textos



Dr. Thomas Szasz desmascara el fraude internacional de la psiquiatria contemporánea.



Thomas Szasz on the Myth of Mental Illness



Uso de Ritalina para turbinar o cérebro

Documentários



Psiquiatria: Sem Ciência, Sem Curas (legendado)



El Marketing de la Locura - Vendiendo la Enfermedad



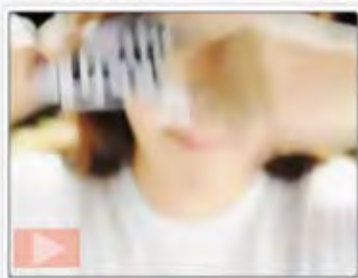
Uso de Los futuros clientes de la Industria Farmaceutica - Big Pharma's Future Clients

Psiquiatria, uma indústria de morte



- Parte 1
- Parte 2
- Parte 3
- Parte 4
- Parte 5
- Parte 6
- Parte 7
- Parte 8
- Parte 9
- Parte 10
- Parte 11

Curtas



Etiquetas psiquiátricas de transtornos inventados



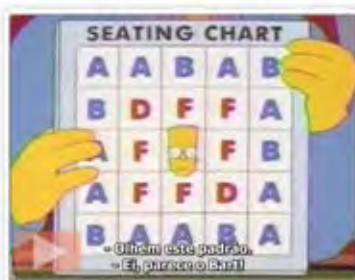
CHR Drugging Our Children—Side Effects (com Legenda Português)



CCHR: The Difference Between Medical Disease & Psychiatric Disorder



RSA Animate - Mudando Paradigmas na Educação



Simpsons - Bart e o TDA (legendado)



Charlie Brown e a turma do Snoopy - Vida escolar



Charlie Brown Teacher Speaking



Charlie brown e patty pimentinha



Ritalina nela



Rita Lina



Globo Vídeos - Brasil é segundo maior consumidor mundial de ritalina



Sala de Visitas - Parte 1



Sala de Visitas - Parte 2



Medicalização da Vida Escola - Parte 1



Medicalização da Vida Escola - Parte 2

Seminário Câmara - 2009



Parte 1
Parte 2
Parte 3
Parte 4
Parte 5



Palavra Cantada - Gramática



Toda criança quer...



Pequeno Cidadão - Antonio Pinto e Arnaldo Antunes



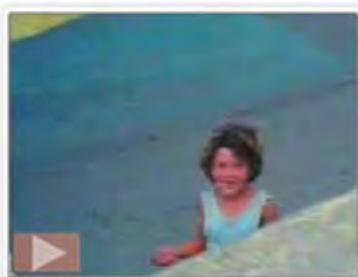
A turma do Balão Mágico - Lindo Balão Azul



Lindo Balão Azul- Pirlimpimpim - 1982



Raul Seixas - Plunct Plact Zuum



Ciranda da Bailarina - Chico Buarque, Edu Lobo



CPP – Centro Professora Paulista - Confira a entrevista com a Dra. Marilene Proença no "Na Ordem do Dia"



"VIDA MARIA", realizado pelo Governo do Estado do Ceará.



Seminário Medicalização CSEB I

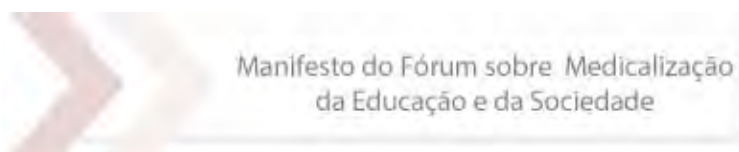


Seminário Medicalização CSEB II

Medicalização

... Manifestos

Clique nas imagens abaixo e acesse as páginas dos manifestos:



Medicalização

::: Mídia

O tema repercutiu na mídia e motivou algumas reportagens a respeito.

Jornal do Brasil, Ao invés de reverem a educação, usam ritalina, 28.6.2011

O uso excessivo de Ritalina entre os escolares é destaque da reportagem, que ouviu representantes do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/28/psicologa-ao-inves-de-reverem-a-educacao-usam-ritalina/>

Veja também na coluna do jornalista Luis Nassif:

<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-problematico-consumo-de-ritalina-em-sp>

Jornal do Brasil, Ao invés de reverem a educação, usam ritalina, 28.6.2011

O uso excessivo de Ritalina entre os escolares é destaque da reportagem, que ouviu representantes do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/06/28/psicologa-ao-inves-de-reverem-a-educacao-usam-ritalina/>

Portal Terra, SP: Prefeitura aumenta compra de remédio para TDAH, 27.6.2011

O uso excessivo de Ritalina entre os escolares é destaque da reportagem, que ouviu representantes do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.

<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5208423-EI6582,00-SP+Prefeitura+turbina+compra+de+tarja+preta+para+TDAH.html>

Diário da Saúde, Medicalização de crianças transforma modo de ser em doença, 16.6.2011

Matéria aborda encontro sobre Medicalização na Educação e na Saúde, realizado em 15 de junho, na Unicamp, com depoimentos dos palestrantes.

<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=medicalizacao-criancas>

Site da Unicentro, Alunos da Psicologia realizam campanha em prol da Luta Anti-Manicomial, 13.6.2011

Eventos referentes à Luta Antimanicomial são tema no site da Universidade do Centro-Oeste, no Paraná, destacando também reunião do Fórum sobre Medicalização realizada no CRP SP, em maio.

<http://www.unicentro.br/noticias/default.asp?id=4537>

Jornal da Cultura, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, 27.5.2011

Reportagem aborda o uso de medicamentos para o tratamento de TDAH. A pediatra Maria Aparecida Affonso Moysés, da Unicamp, é uma das entrevistadas. A matéria pode ser localizada 6 minutos após o início do segundo bloco.

<http://www.tvcultura.com.br/jornal-da-cultura/programa/jc20110527>

Site do *CRP-RJ*, Debate sobre medicalização é ampliado com mesa-redonda, 24.5.2011

Fórum Sobre Medicalização foi realizado no dia 28 de maio, no campus Gagoatá do CRP-RJ. CRP SP foi representado pela conselheira Gabriela Grankow.

http://www.crprj.org.br/noticias/2011/0524-debate_sobre_medicalizacao_e_ampliado_com_mesa_redonda.html

Site da Assembleia Legislativa SP, Luta contra a medicalização tem apoio de parlamentar, 4.5.2011

Deputado Carlos Giannazi (PSOL) abriu espaço na Assembleia Legislativa, no dia 27/04, para o seminário sobre a medicalização de problemas sociais e da Educação. Participaram, além do parlamentar, o psicólogo e diretor do CAPS infanto-juvenil de Santo Amaro, Rafael Marmo, e a professora do Departamento de Psicologia da USP, Marilene Proença.

http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/DetalheNoticia?vgnextoid=f6b3657e439f7110VgnVCM100000590014acRCD&id=36fd8ee697bbf210VgnVCM100000600014ac_____&textoBusca=medicalizacao&flRealca=T

Portal da Câmara Municipal de São Paulo, Dislexia é tema de debate em audiência pública, abril/2011

Portal divulga Audiência Pública a respeito do PL que "dispõe sobre o programa de apoio ao aluno portador de distúrbios específicos de aprendizagem diagnosticado como dislexia", realizada no dia 4 de abril.

http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3508:dislexia-e-tema-de-debate-em-audiencia-publica&catid=34:comissoes&Itemid=91

Rádio Terra AM, de São Paulo, Programa Tribuna da Cidade, 6.4.2011

A psicóloga Beatriz de Paula Souza, professora do Instituto de Psicologia da USP, critica o PL 086/2006, citando o Fórum contra a medicalização na Educação e da Sociedade, do qual o CRP SP faz parte.

<http://tribunadacidade.ning.com/forum/topics/programa-tribuna-da-cidade-396>

TV Câmara - Programa Sala de Visita, PL prevê diagnóstico e tratamento da dislexia, 24.03.2011

Para discutir o Projeto de Lei que prevê diagnóstico e tratamento da dislexia e outros supostos transtornos na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a vereadora Juliana Cardoso recebe no Programa Sala de Visita, da TV Câmara, Marilene Proença de Souza, presidente do CRP SP, e Andrea Porto da Cruz, do Conselho Regional de Enfermagem.

http://www.tvcamarasp.com.br/juliana_cardoso.htm

Jornal da Orla (Santos), 3.4.2011 - Medicalização

O alto consumo do metilfenidato e o processo de medicalização na Educação são abordados por esta reportagem, que tem a ex-conselheira presidente do CRP SP, Marilene Proença, e a médica e professora da Unicamp, Maria Aparecida Moyses, como entrevistadas.

<http://www.jornaldaorla.com.br/materia-integra.asp?noticia=6584>

Folha de S. Paulo, Simpósio questiona conceito da dislexia como uma doença, 22.11.2010

O diagnóstico da dislexia divide especialistas, segundo reportagem, que aborda o I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada".

<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/834178-simpósio-questiona-conceito-da-dislexia-como-uma-doenca.shtml>

TV Câmara, programa Sala de Visita, Dislexia, dezembro 2009

Debate teve como convidadas a conselheira presidente do CRP SP, Marilene Proença, e a professora da Unicamp Maria Aparecida Affonso Moyses, analisando o PL que prevê diagnóstico e tratamento da dislexia e outros supostos transtornos.

http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/sala_de_visitas/sala_de_visitas.html

Jornal Globo News – edição das 22h, Brasil é o segundo maior consumidor mundial de Ritalina, 11.10.2010

Reportagem aborda o consumo de ritalina no Brasil e o I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada", realizada de 11 a 13 de outubro de 2010, em São Paulo.

<http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1373771-7823-BRASIL+E+SEGUNDO+MAIOR+CONSUMIDOR+MUNDIAL+DE+RITALINA,00.html>

Destacamos esta, veiculada no site [Educar e Cuidar](#) e que contou com a participação do CRP SP, 21.10.2009

[+ Eventos](#)[📺 Vídeos](#)[📄 Manifestos](#)[🌐 Mídia](#)[✔ Fórum](#)[✉ Contato](#)[📄 Publicações](#)

Medicalização

∴ Fórum

O Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade foi uma ação política do I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos", realizado em São Paulo, de 11 a 13 de novembro de 2010. De atuação permanente, o Fórum objetiva articular entidades, grupos e pessoas que tenham interesse no tema, no enfrentamento e na superação do fenômeno da medicalização. É composto por entidades, movimentos e pessoas que tenham interesse no tema e afinidade com os objetivos do Fórum. Mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento também faz parte das diretrizes desta iniciativa. É fundamental que as discussões do Fórum possam se ampliar no âmbito da sociedade, uma vez que, no Brasil, a crítica e o enfrentamento dos processos de medicalização ainda são muito incipientes.

A assinatura do Manifesto de adesão e a participação nos encontros e eventos são formas de colaborar com este movimento.

Acesse: www.medicalizacao.com.br e saiba mais sobre o Fórum.

Medicalização

...: Fale Conosco

Nome:

E-mail:

Mensagem:

Medicalização

::: Publicações



Medicalização de Crianças e Adolescentes - Conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos

A obra resulta de uma parceria entre o CRP SP e o Grupo Institucional Queixa Escolar e evidencia a corrente reducionista dos processos sociais, relacionados à precarização das condições de vida e à uniformização de comportamentos, sentimentos e pensamentos.

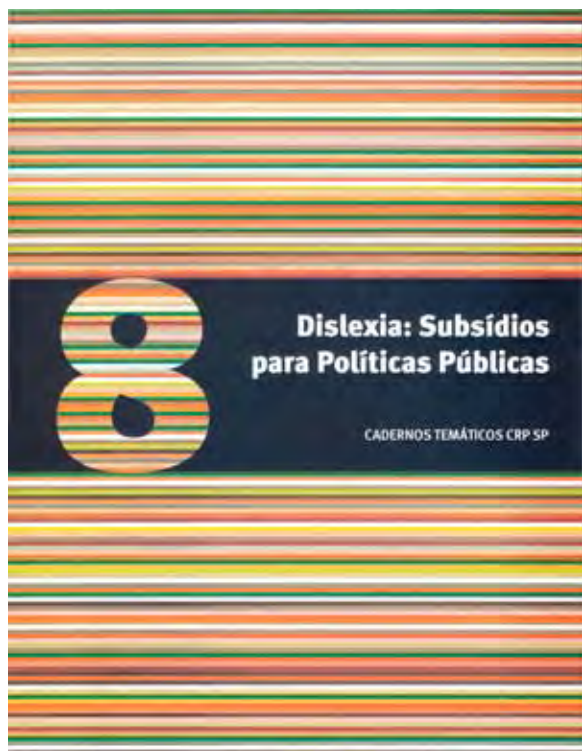
Os textos, assinados por pesquisadores de várias áreas do conhecimento, apresentam implicações psicossociais da atribuição de patologias individuais a todos aqueles que fogem à norma abstrata e ideológica vigente. Para subsidiar o leitor, são apresentadas experiências substitutivas aos modelos medicalizante e manicomializante de atendimento, além de sugestões de leitura e de vídeos.

[Veja mais.](#)

Caderno Temático número 8: Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas

[Acesse a página do caderno.](#)

[Baixe a versão em PDF](#)



Medicalização

[English](#) | [Español](#)

Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

[Clique aqui e assine o manifesto](#)

[Veja as assinaturas enviadas](#)

De 11 a 13 de novembro de 2010, em torno de mil profissionais das áreas de Saúde e Educação, estudantes e representantes de entidades participaram do I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos", em São Paulo.

Como ação política deste evento, foi lançado o Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, de atuação permanente, que tem por finalidade articular entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e a superação do fenômeno da medicalização, bem como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento.

Durante o lançamento do Fórum foi aprovado o Manifesto que, nesta ocasião, obteve a adesão de 450 participantes e de 27 entidades. Este documento destaca os objetivos do Fórum, suas diretrizes e propostas de atuação.

Consideramos fundamental que as discussões do Fórum possam se ampliar no âmbito da sociedade e, para tanto, convidamos você ou sua entidade para assinar este Manifesto, cujo teor apresentamos a seguir:

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

A sociedade brasileira vive um processo crescente de medicalização de todas as esferas da vida.

Entende-se por medicalização o processo que transforma, artificialmente, questões não médicas em problemas médicos. Problemas de diferentes ordens são apresentados como "doenças", "transtornos", "distúrbios" que escamoteiam as grandes questões políticas, sociais, culturais, afetivas que afligem a vida das pessoas. Questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. Nesse processo, que gera sofrimento psíquico, a pessoa e sua família são responsabilizadas pelos problemas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos de suas responsabilidades.

Uma vez classificadas como "doentes", as pessoas tornam-se "pacientes" e conseqüentemente "consumidoras" de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu próprio corpo no alvo dos problemas que, na lógica medicalizante, deverão ser sanados individualmente. Muitas vezes, famílias, profissionais, autoridades, governantes e formuladores de políticas eximem-se de sua responsabilidade quanto às questões sociais: as pessoas é que têm "problemas", são "disfuncionais", "não se adaptam", são "doentes" e são, até mesmo, judicializadas.

A aprendizagem e os modos de ser e agir – campos de grande complexidade e diversidade – têm sido alvos preferenciais da medicalização. Cabe destacar que, historicamente, é a partir de insatisfações e questionamentos que se constituem possibilidades de mudança nas formas de ordenação social e de superação de preconceitos e desigualdades.

O estigma da "doença" faz uma segunda exclusão dos já excluídos – social, afetiva, educacionalmente – protegida por discursos de inclusão.

A medicalização tem assim cumprido o papel de controlar e submeter pessoas, abafando questionamentos e desconfortos; cumpre, inclusive, o papel ainda mais perverso de ocultar violências físicas e psicológicas, transformando essas pessoas em "portadores de distúrbios de comportamento e de aprendizagem".

No Brasil, a crítica e o enfrentamento dos processos de medicalização ainda são muito incipientes.

É neste contexto que se constitui o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, que tem como objetivos: articular entidades, grupos e pessoas para o enfrentamento e superação do fenômeno da medicalização, bem como mobilizar a sociedade para a crítica à medicalização da aprendizagem e do comportamento.

O caráter do Fórum é político e de atuação permanente, constituindo-se a partir da qualidade da articulação de seus participantes e suas decisões serão tomadas, preferencialmente, por consenso. É composto por entidades, movimentos e pessoas que tenham interesse no tema e afinidade com os objetivos do Fórum.

O Fórum se fundamenta nos seguintes princípios:

- Contra os processos de medicalização da vida.
- Defesa das pessoas que vivenciam processos de medicalização.
- Defesa dos Direitos Humanos.
- Defesa do Estatuto da Criança e Adolescente.
- Direito à Educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada para todas e todos.
- Direito à Saúde e defesa do Sistema Único de Saúde – SUS e seus princípios.
- Respeito à diversidade e à singularidade, em especial, nos processos de aprendizagem.
- Valorização da compreensão do fenômeno medicalização em abordagem interdisciplinar.
- Valorização da participação popular.

O Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade se propõe os seguintes desafios:

I. Ampliar a democratização do debate

- Estabelecer mecanismos de interlocução com a sociedade civil
 - I.1 Popularizar o debate, sem perder o rigor científico.
 - I.2 Pluralizar os meios de divulgação, incluindo cordéis, sites, artes em geral.
 - I.3 Construir estratégias para ocupar espaços na mídia.
- Estabelecer mecanismos de interlocução com a academia
 - I.1 Ampliar a discussão entre profissionais das diversas áreas;
 - I.2 Construir estratégias para ocupar espaços nos cursos de formação inicial e continuada dos profissionais das diversas áreas.
 - I.3 Apoiar propostas curriculares de humanização das práticas de educação e de saúde.
- Socializar o significado da medicalização e suas consequências
 - I.1 Reconhecer as necessidades das famílias que vivenciam processos de medicalização.
 - I.2 Esclarecer riscos da drogadição - drogas lícitas e ilícitas - como consequência da medicalização.
- Ampliar a compreensão sobre a diversidade e historicidade dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano.

II. Construir estratégias que subvertam a lógica medicalizante

- Ampliar a produção teórica no campo da crítica à medicalização.
- Intervir na formulação de políticas públicas, subsidiando o embasamento em novas concepções de ser humano e de sociedade.
- Apoiar iniciativas de acolhimento e o fortalecimento das famílias, desmitificando pretensos benefícios da medicalização.
- Apoiar ações intersetoriais que enfrentem os processos de medicalização da vida.

São Paulo, 13 de novembro de 2010

Entidades que assinam o Manifesto até o momento:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-06

Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente de São Paulo - CONDECA

Departamento de Pediatria - Faculdade Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Faculdade São Bento da Bahia – Curso de Psicologia

Faculdade Social da Bahia – Curso de Psicologia

Fórum de Saúde Mental do Butantã

Anhanguera Educacional

Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - SINPSI

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP 05

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo -SINPEEM

Mandato do Vereador Eliseu Gabriel

Mandato do Vereador Claudio Fonseca

Mandato do Deputado Estadual Carlos Giannazi

Colégio Universitas - Ensino Médio – Santos, SP

Universidade Estadual de Maringá – UEM - Departamento de Psicologia

Fundação Criança de São Bernardo do Campo

Universidade Comunitária do Oeste Catarinense – UNOCHAPECÓ – Curso de Psicologia

Associação de Docentes da Universidade de São Paulo - ADUSP

Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação – ANPED – GT Psicologia da Educação

Instituto Sedes Sapientiae

Associação Palavra Criativa

Universidade de São Paulo - Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e Educacional - LIEPPE

Centro de Saúde Escola “Samuel Barnsley Pessoa” (Butantã) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP

Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – DEDICA – Curitiba, PR

União de Mulheres do Município de São Paulo

Fórum Paulista de Educação Infantil

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CFP - Conselho Federal de Psicologia

Centro Acadêmico Iara Iavelberg - Psicologia USP

Departamento de Psicologia da UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste - Irati/PR)

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação da UNICAMP

"Projeto espaço Palavra" da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic - PUC-SP

LEPEDE'ES - Laboratório de Pesquisas em Educação - Educação Especial UFSCAR

Rede Butantã de entidades e forças sociais

CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Rede Humaniza SUS - Coletivo de Editores

Representação Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINESP

Federação Nacional dos Farmaceuticos

Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo

Regional Rio de Janeiro da Abrapso

Serviço de Atenção às Dificuldades de Aprendizagem da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense

Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Associação Brasileira de Psicologia da Saúde

Centro Excursionista Universitário - CEU

Departamento de Fonoaudiologia da Unicentro - Campus Irati

Núcleo Especializado de Atendimento a Criança Escolar - NEACE

Assinaram o Manifesto 450 participantes do I Seminário Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos.

Assine o manifesto:

Nome:

E-mail:

(opcional)

Instituição / Entidade:

(opcional)

RG ou CNPJ:

Cidade:

Estado:

País:

Comentário:



Medicalização

II Seminário Internacional

"A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos" Novas capturas, antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"

Programação:

11/11/2011 - Sexta-feira

17h

Mesa de Abertura

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL "A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: DISLEXIA, TDAH E OUTROS SUPOSTOS TRANSTORNOS".

Novas capturas e antigos diagnósticos na "Era dos Transtornos"

Humberto Verona - Presidente do Conselho Federal de Psicologia

José Gomes Temporão - médico e ex-Ministro da Saúde

Carlos Giannazi - Deputado Estadual (SP)

Professor Eliseu Gabriel - Vereador - Câmara Municipal de SP

Marilda de Abreu Araújo - Secretária de Organização da CNTE e Diretora do Sind-UTE/MG

Claudio Fonseca - Vereador

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR E DO DIA MUNICIPAL E ESTADUAL DE LUTA CONTRA A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE.

Atividade Cultural

20h

Conferência de Abertura

A Criação do Consumidor e a Biomedicalização da Infância

Celia Iriart - University of New Mexico - EUA

Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés

12/11/2011 – Sábado

8h às 12h

Fixação de Painéis

9h às 10h15

Conferência

Medicalização do Comportamento e da Aprendizagem: O obscurantismo reinventado

Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Coordenação: Carla Biancha Angelucci

10h15 às 12h15

Simpósio

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e Forumadd

Beatriz Janin - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - Argentina

Carla Biancha Angelucci - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - Brasil

Gisela Untoiglich - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro - Brasil
Helvio Moisés - Mandato do Vereador Eliseu Gabriel - São Paulo/SP - Brasil
Leon Benasayag - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Marilene Proença - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Brasil
Coordenação: Ricardo César Caraffa

12h15 às 14h **Almoço**

14h às 15h15 **Conferência**
Saúde Pública e Medicalização
José Gomes Temporão - Fundação Oswaldo Cruz - Brasil
Coordenação: Helena Rego Monteiro

15h15 às 17h15 **Simpósio**
O Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades
Inês Barbosa de Oliveira - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil
Martha Shuare - Rússia
Coordenação: Marilene Proença Rebello de Souza

17h30 às 18h **Atividade cultural**

18h às 20h **Simpósio**
Medicalização, Marketing e Midia
Luiz Nassif - Jornalista
Heloísa Villela - Jornalista
Sílvia Faraone - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Coordenação: Floreal Marim Botias Júnior

13/11/2011 – Domingo

8h às 9h45 **Mini-Cursos**

A criança e a construção da escrita: de que modos a criança aprende a ler a escrever? - Claudia Perrotta e Lucia Masini
([veja mais](#))

Oficina de jogos corporais - Marilda Nogueira Costa de Almeida
([veja mais](#))

O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico - Ynyah Souza de Araújo Teixeira
([veja mais](#))

Reverendo o conceito de TDAH a partir da Psicologia Histórico-Cultural - Hilusca Alves Leite e Silvana Calvo Tuleski
([veja mais](#))

Que droga é essa? - Luiz Otavio Martinez e Ricardo Cesar Caraffa
([veja mais](#))

Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Beatriz de Paula Souza
([veja mais](#))

Dislexia: a produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização - Sabrina Gasparetti Braga
([veja mais](#))

Processos Legislativos e a Medicalização - Helvio Moisés
([veja mais](#))

Processos de apropriação da leitura e escrita - Ivani Rodrigues da Silva
([veja mais](#))

A judicialização do cotidiano e o direito à saúde - Gabriela Gramkow e Daniel Adolpho Dantin Assis
([veja mais](#))

Interface Saúde-Educação numa perspectiva anti-medicalizante: recomendações para orientação de profissionais e atuação nos serviços - Alexandra Mari Ito, Mariana Arantes Nasser, Samuel Barnsley Pessoa, Maria Luiza Carrilho Sardenberg e Ricardo Taveiros Brasil
([veja mais](#))

Formação do Psicólogo para Ações em Grupos e Instituições: Apresentação de novas Práticas em Psicologia e Saúde - Mônica Cintrão França Ribeiro e João Eduardo Coin-carvalho
([veja mais](#))

A experiência das escolas democráticas II: a necessidade de outra lógica educacional - Carolina Sumie Ramos
([veja mais](#))

Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Lygia de Sousa Viégas
([veja mais](#))

10h às 12h30

Simpósio
Cidadania biologizada e judicializada: a produção do sofrimento psíquico
Luciana Caliman - Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil
Gisela Untoiglich - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Giovanna Marafon - Universidade Federal Fluminense - Brasil
Coordenação: João Eduardo Coin de Carvalho

12h30 às 14h

Almoço

14h às 15h15

Conferência
TDAH, TOD e outros supostos transtornos: Patologias de Mercado
Leon Benasayag - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Coordenação: Mônica Cintrão França Ribeiro

15h15 às 17h15

Simpósio
Uma nova criança exige uma nova escola
Maria Tereza Esteban - Universidade Federal Fluminense - Brasil
Adriana Marcondes Machado - Universidade de São Paulo - Brasil
Lucia Masini - Associação Palavra Criativa e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil
Coordenação: Jason Gomes Rodrigues Santos

17h30 às 18h

Lançamento de Livros

18h às 20h

Simpósio
Políticas públicas medicalizantes na educação e na saúde
Emerson Elias Merhy - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Gerson Zanetta de Lima - Universidade Estadual de Londrina - Brasil
Marilene Proença Rebello de Souza- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Brasil
Coordenação: Helvio Nicolau Moisés

14/11/2011 - Segunda-feira

8h às 9h45

Mini-Cursos

A criança e a construção da escrita: de que modos a criança aprende a ler a escrever? – Claudia Perrotta e Lucia Masini
([veja mais](#))

Oficina de jogos corporais – Marilda Nogueira Costa de Almeida
([veja mais](#))

O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico - Ynyah Souza de Araújo Teixeira
([veja mais](#))

Revendo o conceito de TDAH a partir da Psicologia Histórico-Cultural - Hilusca Alves Leite e Silvana Calvo Tuleski
([veja mais](#))

Que droga é essa? - Luiz Otavio Martinez e Ricardo Cesar Caraffa
([veja mais](#))

Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Beatriz de Paula Souza
([veja mais](#))

Dislexia: a produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização – Sabrina Gasparetti Braga
([veja mais](#))

Processos Legislativos e a Medicalização - Helvio Moisés
([veja mais](#))

Processos de apropriação da leitura e escrita - Ivani Rodrigues da Silva
([veja mais](#))

A judicialização do cotidiano e o direito à saúde - Gabriela Gramkow e Daniel Adolpho Dantin Assis
([veja mais](#))

Interface Saúde-Educação numa perspectiva anti-medicalizante: recomendações para orientação de profissionais e atuação nos serviços - Alecxandra Mari Ito, Mariana Arantes Nasser, Samuel Barnsley Pessoa, Maria Luiza Carrilho Sardenberg e Ricardo Taveiros Brasil
([veja mais](#))

Formação do Psicólogo para Ações em Grupos e Instituições: Apresentação de novas Práticas em Psicologia e Saúde - Mônica Cintrão França Ribeiro e João Eduardo Coin-carvalho
([veja mais](#))

A experiência das escolas democráticas II: a necessidade de outra lógica educacional - Carolina Sumie Ramos
([veja mais](#))

**Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na
contramão da medicalização - Lygia de Sousa Viégas**
([veja mais](#))

10h às 12h30

Simpósio

A infância capturada pelos transtornos

Beatriz Janin - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - Argentina

Nilda Alves - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil

Rosa Soares Nunes - Universidade do Porto - Portugal

Coordenação: Cecília Azevedo Lima Collares

12h30 às 14h

Almoço

14h às 15h15

Conferência

A medicalização de políticas públicas

Roberto Leher - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

Coordenação: Eliseu Gabriel

15h15 às

17h15

Simpósio

Neurologia, linguística e processos de leitura e escrita

Steven Lawrence Strauss - Franklin Square Hospital - EUA

João Wanderley Geraldi - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Coordenação: Claudia Perrota

17h30 às

19h30

Conferência

Medicalização e Direitos Humanos

Marcelo Viñar - Asociación Psicoanalítica del Uruguay - Uruguai

Coordenação: Carla Biancha Angelucci

19h30 às 20h30

Mesa de Encerramento

**Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade: ações e
encaminhamentos**

Coordenação: Helvio Nicolau Moisés

Atividade Cultural

Apresentação

É com grande satisfação que realizamos, de 11 a 14 de novembro de 2011, o II Seminário Internacional “Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos”, nesta segunda versão, acrescido do subtítulo “Novas capturas, antigos diagnósticos na Era dos Transtornos”, dando destaque para a onda medicalizante que se encontra na sociedade brasileira. Assim como o primeiro Seminário, trata-se de importante espaço de discussão e de crítica a respeito do crescente processo de medicalização da vida que vem acontecendo em escala mundial, tendo os países latino-americanos como importantes mercados de interesses dos laboratórios e de fabricação de laudos e de pseudo-patologias.

Nesta segunda edição, o Seminário encontra-se ainda mais internacionalizado, com a presença de colegas da Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Portugal, totalizando doze convidados internacionais, que juntamente com os colegas brasileiros, vêm colaborar com seu conhecimento e com sua pesquisa a respeito dessa temática, produzindo a ampliação dos argumentos em defesa da vida e do direito à educação e à saúde de forma plena.

Diferentemente do que dizem aqueles que discordam dos argumentos que temos veiculado sobre o tema da medicalização, podemos afirmar que hoje, no Brasil, inauguramos um espaço absolutamente democrático da presença de um contra-discurso medicalizante, desnaturalizando a presença maciça de diagnósticos inadequados e de medicação abusiva vigente no meio médico e psicológico.

Foi a partir desse movimento, da criação do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e de sua ação desde novembro de 2010 que, hoje, vemos, mesmo que timidamente, pautada a questão da medicalização na grande imprensa, em sites e blogs, tendo à frente jornalistas preocupados e querendo mais informações sobre as questões e as conseqüências absurdas do uso indiscriminado de medicamentos “tarja preta” no Brasil e na América Latina. Permitiu, também que a articulação na capital se ampliasse para o interior do estado de São Paulo e para outros estados brasileiros, com a criação de Núcleos Regionais do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade em Campinas (SP), Santos (SP), Irati (PR), Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), somente este ano. Possibilitou a constituição de um site www.medicalizacao.com.br que está sistematizando as ações do fórum, documentos, publicações, vídeos, reportagens... E também nesse ano, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar organizaram a primeira coletânea brasileira sobre o tema, de caráter multiprofissional, “Medicalização de Crianças e de Adolescentes”, comercializada pela Casa do Psicólogo Ed. Possibilitou ainda a revogação de um projeto de lei que dispunha sobre a criação da Semana de Diagnóstico de Dislexia na cidade de Santos (SP), dentre outras importantes ações.

Mas esse movimento ainda não impediu que diminuísse a utilização de metilfenidato no Brasil, droga controlada, ministrada a crianças e adolescentes por médicos de várias especialidades com a suposta finalidade de melhorar os sintomas de TDAH (distúrbio que não raramente está acoplado aos diagnósticos de dislexia). O Brasil é o segundo maior consumidor mundial de metilfenidato, situação que nos preocupa sobremaneira. Na cidade de São Paulo, por exemplo, dados recentes da Secretaria Municipal de Saúde (2011), informam que em 2009 foram comprados 110.300 comprimidos da droga; esse número cresce para 180.000 comprimidos em 2010 e até maio deste ano foram comprados 150.000 comprimidos. Soma-se a isso, o fato de que algumas escolas, mediante autorização dos pais, ministrarem metilfenidato no início das aulas, visando um melhor “rendimento da criança”; ou ainda cidades em que há fila de espera nas farmácias para adquirir a “droga da obediência”, bem como ações públicas para a compra do medicamento...

Estabelecer essa tensão com interesses econômicos tão bem estabelecidos tem sido um dos princípios de ação do Fórum, visando maior esclarecimento da opinião pública sobre a questão da medicalização. Neste ano, pudemos ainda, participar do III Simposio Internacional sobre Patologización de la Infancia, promovido pelo Forumadd, constituído na Argentina, e que atualmente apresenta uma importante campanha STOP DSM, contra o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, editado pela Associação Americana de Psiquiatria e que define o rol de patologias internacionalmente. Nesse encontro dos dois Fóruns, escrevemos um documento conjunto que será levado ao II Seminário Internacional e que nomeamos “Carta do Mercosul”, chamando a atenção para o momento atual e as práticas medicalizantes.

Consideramos que ainda há muito o que dizer, estudar e fazer para enfrentarmos essa Era dos Transtornos. Nossa contribuição aqui está. Aproveitem muito o II Seminário Internacional e assinem o Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade no sitio:

http://www.crpssp.org.br/medicalizacao/manifesto_forum.aspx

Comissão Organizadora
Comissão Científica



Comissão Organizadora

Coordenação: Monica Cintrão França Ribeiro

Vice-Coordenação: Carla Biancha Angelucci

Carla Biancha Angelucci - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
Cecília Azevedo Lima Collares - Universidade Estadual de Campinas
Floreal Marim Botias Júnior - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
Helvio Nicolau Moisés - Mandato do Vereador Eliseu Gabriel
Jason Gomes Rodrigues Santos - Associação Palavra Criativa
João Eduardo Coin de Carvalho - Universidade Paulista
Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas
Marilene Proença Rebello de Souza - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
Mônica Cintrão França Ribeiro - Universidade Paulista
Ricardo César Caraffa - Universidade Estadual de Campinas

Comissão Científica

Coordenação: Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés

Adriana Laplane - Universidade Estadual de Campinas
Adriana Marcondes Machado - Universidade de São Paulo
Beatriz Belluzzo Brando Cunha - Universidade Estadual Paulista
Cecília Azevedo Lima Collares - Universidade Estadual de Campinas
Fernando Cesar Chacra - Universidade Estadual de Campinas
Giovanna Marafon - Universidade Federal Fluminense
Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
João Eduardo Coin de Carvalho - Universidade Paulista
Luciana Caliman - Universidade Federal do Espírito Santo
Lygia de Sousa Viégas - Universidade Federal da Bahia
Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas
Maria de Lima Salum e Moraes - Instituto de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo
Maria Lucia Boarini - Universidade Estadual de Maringá
Marie Claire Sekkel - Universidade de São Paulo
Marilda Gonçalves Dias Facci - Universidade Estadual de Maringá
Marilene Proença Rebello de Souza - Universidade de São Paulo
Mônica Cintrão França Ribeiro - Universidade Paulista
Nilza Sanches Tessaro Leonardo - Universidade Estadual de Maringá
Raquel Lobo Guzzo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Ricardo César Caraffa - Universidade Estadual de Campinas
Roseli Fernandes Lins Caldas - Universidade Presbiteriana Mackenzie
Silvana Calvo Tuleski - Universidade Estadual de Maringá
Ynyah Souza de Araújo Teixeira - Anhanguera Educacional

Índice

| | |
|----------------------------|-------|
| Apresentação..... | p. 01 |
| Comissão Organizadora..... | p. 03 |
| Comissão Científica..... | p. 03 |
| Programação Geral..... | p. 07 |
| Resumos dos Painéis..... | p. 10 |

Painéis (por título)

| | |
|---|-------|
| A clínica e o TDHA: reflexões sobre a prática do psicólogo | p. 10 |
| A entrada da medicina na escola: compreendendo a medicalização dos comportamentos considerados inadequados dos alunos | p. 10 |
| A experiência de um projeto de orientação e apoio psicopedagógico - POAPS | p. 10 |
| A Formação inicial do docente: reflexões sobre a medicalização | p. 10 |
| A Importância da família no cuidado da pessoa com paralisia cerebral: desafios e possibilidades | p. 10 |
| A importância da socialização para a criança com deficiência intelectual na educação infantil | p. 10 |
| A infância multitransornada: cartografias | p. 10 |
| A intervenção cognitiva através do PEI (Programa de Enriquecimento Instrumental) como alternativa de superação das “dificuldades de aprendizagem” | p. 10 |
| A Medicalização como dispositivo normatizador da criança e de vigilância e controle sobre a família | p. 11 |
| A Medicalização da educação e as políticas públicas de ensino: o caso da política de ensino fundamental de nove anos. | p. 11 |
| A Medicalização da infância: um mercado em expansão | p. 11 |
| A Medicalização do cotidiano: análise da mídia farmacêutica e sua relação com os recursos discursivos do higienismo e eugenia | p. 11 |
| A Medicalização vista a partir da pesquisa de condições de trabalho e saúde dos trabalhadores nas instituições de ensino privado do Rio Grande do Sul. | p. 11 |
| A Naturalização e a patologização dos problemas de comportamento na escola: um estudo a partir de publicações científicas | p. 11 |
| A Patologização dos problemas de comportamento na escola pelo diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDHA) | p. 11 |
| A Queixa escolar e a medicalização do não aprender | p. 12 |
| A Queixa escolar: uma experiência no Paraná | p. 12 |
| Adolescentes e dificuldades de aprendizagem: possibilidades de intervenção da Psicologia na desconstrução de rótulos e preconceitos. | p. 12 |
| Alunos com defasagem de idade/série e transtornos de aprendizagem: algumas considerações sobre um trabalho realizado em uma escola pública de Cuiabá (MT) | p. 12 |
| AME - Acompanhamento Multidisciplinar Escolar | p. 12 |
| Analisando as queixas escolares: relato de experiência | p. 12 |
| Análise do uso de psicofármacos por crianças atendidas pelo PROPAI e seus efeitos no discurso parental | p. 12 |
| Aqui pode brincar! A oficina lúdica na estratégia saúde da família | p. 12 |
| As implicações do diagnóstico médico na infância | p. 13 |
| As interfaces da produção da queixa escolar: relações com a medicina | p. 13 |
| Atenção voluntária e TDHA: novas possibilidades de desenvolvimento a partir de jogos de mesa/ tabuleiro | p. 13 |
| Atenção, escola e tecnologia: uma abordagem neurolinguística | p. 13 |
| Autismo e inclusão escolar: contribuições da neurociência e da psicologia histórico-cultural | p. 13 |
| Bases neurocientíficas sobre o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade e o problema do reducionismo | p. 13 |
| Capoeira para crianças com necessidades especiais | p. 13 |
| Comportamento normais da infância ou TDHA? | p. 13 |
| Concepções de fracasso escolar em uma escola municipal de Vitória (ES): a patologização dos problemas escolares | p. 14 |
| Conselho tutelar e medicalização | p. 14 |
| Considerações preliminares sobre o diagnóstico das deficiências no contexto da inclusão escolar: análise dos microdados do censo escolar | p. 14 |

| | |
|--|-------|
| Crianças e jovens diagnosticados de dislexia: análise de dados de escrita pelo olhar da neurolinguística | p. 14 |
| Da lógica hierarquizante ao processo de patologização da sexualidade no contexto escolar e educacional | p. 14 |
| De que lado estão os laudos? Ou sobre como traduzir o diagnóstico no cotidiano escolar inclusivo | p. 14 |
| Dificuldade de atenção nas escolas: concepções e processos formativos de professores | p. 14 |
| Dislexia e TDHA: um fenômeno do século XXI? | p. 14 |
| Dislexia: um debate necessário | p. 15 |
| Educação e agressividade:mulheres medicadas | p. 15 |
| Educação medicalizada: o sofrimento social e a patologização da diferença | p. 15 |
| Emília tomou uma pílula e tagarelou, tagarelou a falar | p. 15 |
| Entre bulas e cartilhas: a medicalização da educação como política educacional | p. 15 |
| Escola municipal Roberto Burle Marx (RJ): vivências educacionais na aula de música | p. 15 |
| Esquizoanálise e pedagogia da alegria: por uma nova crítica e clínica | p. 15 |
| Expedicionários da loucura: relato de experiência em um abrigo para crianças e adolescentes | p. 15 |
| Formação continuada de professores: uma medida preventiva à educação medicalizada | p. 16 |
| Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade - núcleo Salvador (BA) | p. 16 |
| Gagueira: aspectos subjetivos-discursivos | p. 16 |
| GIQE (Grupo Interinstitucional Queixa Escolar): construindo atendimentos psicológicos às dificuldades de escolarização que se contrapõem à medicalização | p. 16 |
| Inclusão sem medicalização: sucesso da educação infantil ao ensino fundamental | p. 16 |
| Intervenção psicopedagógica escolar para a prevenção de dificuldades de leitura e da escrita na alfabetização | p. 16 |
| Matriciamento: uma ferramenta de enfrentamento aos processos medicalizantes | p. 16 |
| Mediação escolar: desafios e perspectivas para a inclusão de alunos autistas na educação infantil | p. 16 |
| Medicalização da aprendizagem e fracasso escolar: discursos e práticas sobre o TDHA | p. 17 |
| Medicalização da sociedade e suas consequências para a educação: uma revisão teórica. | p. 17 |
| Medicalização do processo-ensino aprendizagem: construindo alternativas | p. 17 |
| Medicalização e gênero: por que os meninos são mais propensos ao diagnóstico de TDHA? | p. 17 |
| Medicalização e psicologia escolar: reflexões sobre o adoecimento da/na escola | p. 17 |
| Medicalização: compreensão de seu significado | p. 17 |
| Movimentos de medicalização nas ações de educação especial em Vila Velha (ES) | p. 17 |
| Neurolinguística discursiva: corpo a corpo contra dispositivos que patologizam a leitura e a escrita | p. 18 |
| Novo fundamental: velhas queixas escolares | p. 18 |
| Núcleo de apoio pedagógico: um olhar sobre a demanda da escola atual | p. 18 |
| O diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em questão | p. 18 |
| O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico | p. 18 |
| O ensino intencionalmente dirigido como uma alternativa à medicalização da aprendizagem escolar: considerações a partir da psicologia histórico-cultural | p. 18 |
| O lúdico e a expressão da afetividade na intervenção psicológica com crianças rotuladas pela queixa escolar. | p. 18 |
| O problema de aprendizagem no ensino superior: proposta reflexão psicopedagógica | p. 18 |
| O que o profissional psicólogo pode fazer?: a economia por trás da lógica medicalizante. | p. 19 |
| O TDHA em questão | p. 19 |
| O trabalho multidisciplinar e a construção de novos significados acerca da queixa escolar | p. 19 |
| O uso de técnicas comportamentais em sala de aula: o atalho para o especialista em “problemas” de aprendizagem | p. 19 |
| Oficinas de criatividade: uma experiência de intervenção em contexto de saúde mental | p. 19 |
| Olhar, classificar e diagnosticar: discursos negados e práticas medicalizantes no ambiente escolar | p. 19 |
| Onde mora o inimigo? Reflexões acerca dos efeitos da discursividade contra-medicalização | p. 19 |

| | |
|---|-------|
| Pais, educadores e profissionais da saúde: cruzamentos discursivos sobre a infância | p. 19 |
| Parceria entre saúde e educação: construindo uma rede de cuidados à criança e ao adolescente no âmbito público | p. 20 |
| Patologização e medicalização dos adolescentes privados de liberdade | p. 20 |
| Política de inclusão x negação da diferença: algumas considerações sobre o processo de inclusão de aluno com deficiência no sistema regular de ensino | p. 20 |
| Políticas públicas em parceria com propostas pedagógicas inclusivas | p. 20 |
| Prescrição abusiva de psicotrópicos para crianças: reflexões a partir de um estudo de caso | p. 20 |
| Problemas de aprendizagem e a contribuição do gestor | p. 20 |
| Problemas de escolarização: culpados | p. 20 |
| Problematização do TDHA e seu papel constituído na sociedade | p. 20 |
| Projeto cadernos sonoros | p. 21 |
| Projeto tom da vila | p. 21 |
| Proposta multidisciplinar de trabalho com escolares/adolescentes | p. 21 |
| Psicologia composta desmedicalizante: uma possível prática substitutiva à medicalização - uso escolar | p. 21 |
| Psicologia na escola - outros modos de fazer | p. 21 |
| Quando a avaliação se constitui prática pedagógica inclusiva: entre sinais e indícios | p. 21 |
| Quando introspectar é preciso | p. 21 |
| Quando velhos personagens entram em cena | p. 21 |
| Que TDHA é esse? Considerações sobre o grande número de diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade | p. 22 |
| Queixa escolar e medicalização: estudo de caso | p. 22 |
| Queixa escolar: refletindo sobre os encaminhamentos em um projeto de extensão. | p. 22 |
| Queixas escolares, intervenção e medicalização: um estudo de caso | p. 22 |
| Questionando a dislexia: a patologização de crianças sem patologia | p. 22 |
| Reflexões sobre o papel da psicologia educacional na desconstrução de rótulos sobre as dificuldades de aprendizagem: focar o sujeito e desfocar as dificuldades | p. 22 |
| Relação interpessoal professor aluno e suas implicações | p. 22 |
| Remédio para transtorno de leitura: doses diárias de bons professores, bons livros e boas aulas | p. 22 |
| Sada: uma experiência de enfrentamento à queixa escolar | p. 22 |
| Sentidos da saúde, alimentação e ervas medicinais para trabalhadores/as rurais e a urgência da PNPMF e PNSIPCF | p. 23 |
| Sujeito e linguagem na síndrome do x-frágil: corpo a corpo com os dispositivos | p. 23 |
| Trabalhando com escolares, uma maneira diferente. | p. 23 |
| Um estudo sobre linguagem, atenção e práticas escolares: desatenção ou ciclagem do foco atencional? | p. 23 |
| Uma análise do desenho South Park sobre a ótica da medicalização | p. 23 |
| Uma reflexão sobre a reforma psiquiátrica com base no discurso dos profissionais da área. | p. 23 |
| Vencendo a medicalização: o apoio pedagógico como instrumento para o sucesso escolar | p. 23 |
| Violência, linguagem e processos de medicalização na escola | p. 23 |

Programação Geral

11/11/2011 - 6ª feira

15h às 20h

Credenciamento

Local: Saguão de Entrada
Rua Vergueiro, 1211 - Paraíso

17h

Mesa de Abertura

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: DISLEXIA, TDAH E OUTROS SUPOSTOS TRANSTORNOS”.
Novas capturas e antigos diagnósticos na “Era dos Transtornos”

LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR E DO DIA MUNICIPAL E ESTADUAL DE LUTA CONTRA A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE.

Atividade Cultural

20h

Conferência de Abertura

A Criação do Consumidor e a Biomedicalização da Infância

Celia Iriart - University of New Mexico - EUA

Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés

12/11/2011 - Sábado

08h às 18h

Credenciamento

Local: Saguão de Entrada
Rua Vergueiro, 1211 - Paraíso

08h às 12h

Fixação de Painéis

09h às 10h15

Conferência

Medicalização do Comportamento e da Aprendizagem: O obscurantismo reinventado

Maria Aparecida Affonso Moysés - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Coordenação: Carla Biancha Angelucci

10h15 às 12h15

Simpósio

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade e Forumadd

Beatriz Janin - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - Argentina

Carla Biancha Angelucci - Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - Brasil

Gisela Untoiglich - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Helena Rego Monteiro - Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro - Brasil

Helvio Moisés - Mandato do Vereador Eliseu Gabriel - São Paulo/SP - Brasil

Leon Benasayag - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Marilene Proença - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Brasil

Coordenação: Ricardo César Caraffa

12h15 às 14h

Almoço

14h às 15h15

Conferência

Saúde Pública e Medicalização

José Gomes Temporão - Fundação Oswaldo Cruz - Brasil

Coordenação: Helena Rego Monteiro

15h15 às 17h15

Simpósio

O Conhecimento na Era dos Transtornos: limites e possibilidades

Inês Barbosa de Oliveira - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil

Martha Shuare - Rússia

Coordenação: Marilene Proença Rebello de Souza

17h30 às 18h **Atividade cultural**

18h às 20h **Simpósio**

Medicalização, Marketing e Mídia

Heloísa Villela - Jornalista

Silvia Faraone - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Coordenação: Floreal Marim Botias Júnior

13/11/2011 - Domingo

8h às 9h45 **Mini-Cursos**

- A criança e a construção da escrita: de que modos a criança aprende a ler a escrever? – Claudia Perrotta
- Oficina de jogos corporais – Marilda Nogueira Costa de Almeida
- O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico - Ynyah Souza de Araújo Teixeira
- Revendo o conceito de TDAH a partir da Psicologia Histórico-Cultural - Hilusca Alves Leite e Silvana Calvo Tuleski
- Que droga é essa? - Luiz Otavio Martinez e Ricardo César Caraffa
- Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Beatriz de Paula Souza
- Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Lygia de Sousa Viêgas
- Dislexia: a produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização – Sabrina Gasparetti Braga
- Processos Legislativos e a Medicalização - Helvio Moisés
- Processos de apropriação da leitura e escrita - Ivani Rodrigues da Silva
- A judicialização do cotidiano e o direito à saúde - Gabriela Gramkow
- Interface Saúde-Educação numa perspectiva anti-medicalizante: recomendações para orientação de profissionais e atuação nos serviços - Alexandra Mari Ito, Mariana Arantes Nasser, Samuel Barnsley Pessoa, Maria Luiza Carrilho Sardenberg e Ricardo Taveiros Brasil
- Formação do Psicólogo para Ações em Grupos e Instituições: Apresentação de novas Práticas em Psicologia e Saúde - Mônica Cintrão França Ribeiro e João Eduardo Coin-Carvalho
- A experiência das escolas democráticas II: a necessidade de outra lógica educacional - Carolina Sumie Ramos

10h às 12h30 **Simpósio**

Cidadania biologizada e judicializada: a produção do sofrimento psíquico

Luciana Caliman - Universidade Federal do Espírito Santo - Brasil

Gisela Untoiglich - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Giovanna Marafon - Universidade Federal Fluminense - Brasil

Coordenação: João Eduardo Coin de Carvalho

12h30 às 14h **Almoço**

14h às 15h15 **Conferência**

TDAH, TOD e outros supostos transtornos: Patologias de Mercado

Leon Benasayag - Universidad de Buenos Aires - Argentina

Coordenação: Mônica Cintrão França Ribeiro

15h15 às 17h15 **Simpósio**

Uma nova criança exige uma nova escola

Maria Tereza Esteban - Universidade Federal Fluminense - Brasil

Adriana Marcondes Machado - Universidade de São Paulo - Brasil

Lucia Masini - Associação Palavra Criativa / PUC SP - Brasil

Coordenação: Jason Gomes Rodrigues Santos

17h30 às 18h **Lançamento de Livros**

18h às 20h **Simpósio**

Políticas públicas medicalizantes na educação e na saúde

Emerson Elias Merhy - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Gerson Zanetta de Lima - Universidade Estadual de Londrina - Brasil

Marilene Proença Rebello de Souza- Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - Brasil

Coordenação: Helvio Nicolau Moisés

14/11/2011 - 2ª feira

8h às 09h45 Mini-Cursos

- A criança e a construção da escrita: de que modos a criança aprende a ler a escrever? – Claudia Perrotta
- Oficina de jogos corporais – Marilda Nogueira Costa de Almeida
- O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico - Ynyah Souza de Araújo Teixeira
- Revendo o conceito de TDAH a partir da Psicologia Histórico-Cultural - Hilusca Alves Leite e Silvana Calvo Tuleski
- Que droga é essa? - Luiz Otavio Martinez e Ricardo César Caraffa
- Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Beatriz de Paula Souza
- Orientação à Queixa Escolar: uma modalidade de atendimento psicológico na contramão da medicalização - Lygia de Sousa Viégas
- Dislexia: a produção do diagnóstico e seus efeitos no processo de escolarização – Sabrina Gasparetti Braga
- Processos Legislativos e a Medicalização - Helvio Moisés
- Processos de apropriação da leitura e escrita - Ivani Rodrigues da Silva
- A judicialização do cotidiano e o direito à saúde - Gabriela Gramkow
- Interface Saúde-Educação numa perspectiva anti-medicalizante: recomendações para orientação de profissionais e atuação nos serviços - Alexxandra Mari Ito, Mariana Arantes Nasser, Samuel Bamsley Pessoa, Maria Luiza Carrilho Sardenberg e Ricardo Taveiros Brasil
- Formação do Psicólogo para Ações em Grupos e Instituições: Apresentação de novas Práticas em Psicologia e Saúde - Mônica Cintrão França Ribeiro e João Eduardo Coin-Carvalho
- A experiência das escolas democráticas II: a necessidade de outra lógica educacional - Carolina Sumie Ramos

10h às 12h30 Simpósio

A infância capturada pelos transtornos

Beatriz Janin - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales - Argentina

Nilda Alves - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil

Rosa Soares Nunes - Universidade do Porto - Portugal

Coordenação: Cecília Azevedo Lima Collares

12h30 às 14h Almoço

14h às 15h15 Conferência

A medicalização de políticas públicas

Roberto Leher - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

Coordenação: Eliseu Gabriel

15h15 às 17h15 Simpósio

Neurologia, linguística e processos de leitura e escrita

Steven Lawrence Strauss - Franklin Square Hospital - EUA

João Wanderley Geraldi - Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Coordenação: Claudia Perrota

17h30 às 19h30 Conferência

Medicalização e Direitos Humanos

Marcelo Viñar - Asociación Psicoanalítica del Uruguay - Uruguai

Coordenação: Carla Biancha Angelucci

19h30 às 20h30 Mesa de Encerramento

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade: ações e encaminhamentos

Coordenação: Helvio Nicolau Moisés

Atividade Cultural

A clínica e o TDHA: reflexões sobre a prática do psicólogo

Autora: Anyellem Pereira Rosa

Outras autoras: Valéria Souza Ribeiro de Paula

Resumo: Atualmente, muito se tem discutido sobre o TDHA (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e demais supostos transtornos que assolam as crianças e jovens em idade escolar. Mais do que em qualquer outro momento, a inquietude, a desatenção e as dificuldades de escolarização estão sendo tratadas como problemas e classificadas como síndromes a serem tratadas em consultórios especializados. Este trabalho se propõe a discutir e pensar a prática de duas psicólogas clínicas e educacionais com trajetórias acadêmicas e experiências distintas que, num dado momento se encontram no fazer do psicólogo na clínica, quando cada vez mais crianças medicalizadas com diagnósticos equivocados e obscuros chegam aos consultórios trazendo sofrimento em seus discursos. Sustentadas em dois eixos teóricos - abordagem histórico cultural e psicanálise - buscaram uma compreensão desse sujeito falado pelo TDHA e/ou outros transtornos de aprendizagem, para enfim, discutirem qual o lugar desses sujeitos em suas clínicas e o papel dos profissionais que se dedicam à escuta de crianças e jovens nomeados pelos transtornos de aprendizagem.

Palavras-chave: Clínica - TDHA - Psicologia

A entrada da medicina na escola: compreendendo a medicalização dos comportamentos considerados inadequados dos alunos

Autora: Mariana Akemi Suzuki

Outras autoras: Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Resumo: A medicina vem ampliando seu leque de intervenções na vida social, incluindo a escola. Moysés e Collares (2010) e Boarini (2010) apontam que é expressivo o número de alunos que são medicados para eliminar problemas de comportamento. Segundo a edição do Jornal da Globonews de 12/11/2010, houve um aumento exorbitante das drogas utilizadas para a melhora da aprendizagem escolar. Diante disso, objetivamos realizar um resgate histórico sobre a entrada da medicina nas escolas brasileiras, buscando compreender a medicalização na educação. Trata-se de um estudo teórico, cujos resultados mostraram que a medicina começa a ganhar espaço nas escolas brasileiras no início do século 20, quando o país encontrava-se em processo de industrialização e são criados os primeiros laboratórios médicos para a solução dos problemas escolares, na tentativa de minimizar as mazelas sociais. Com a democratização da escola pública e a entrada das teorias psiconeurológicas do comportamento humano, a medicalização ganha ímpeto. Concluímos que esse processo contribui para a reprodução e manutenção do sistema capitalista, no sentido de controlar o comportamento humano.

Palavras-chave: Medicalização, Educação, Psicologia Escolar

A experiência de um projeto de orientação e apoio psicopedagógico - POAPS

Autor: Deison Fernando Frederico

Outras autoras: Maria Ivanir dos Santos Ramos e Melissa Lorensatto Ferreira

Resumo: Apresentar o relato de experiência do trabalho desenvolvido por equipe multiprofissional a partir da reflexão sobre a demanda exorbitante de encaminhamentos da rede de ensino no município de Capão Alto (SC), para a Secretaria de Saúde, por queixa de dificuldade de aprendizagem. Estabeleceu-se como objetivo geral criar um projeto de orientação e apoio psicopedagógico às escolas. Objetivos específicos: melhorar a relação no processo ensino-aprendizagem; oferecer acompanhamento biopsicossocial; promover a saúde e evitar a medicalização excessiva. A metodologia se deu através do atendimento singularizado, orientações e elaboração de estratégias junto aos pais e professores; e reuniões periódicas para avaliação do processo. A implantação do projeto se mostrou eficaz melhorando a qualidade da relação entre alunos-pais-professores, aumentando o rendimento escolar quanti e qualitativamente. A partir dos resultados, percebe-se que o comprometimento dos envolvidos foi fator decisivo para os bons resultados. As orientações aos professores e pais, auxiliaram os estudantes em suas dificuldades e, em outros casos, desmistificou-se pseudo limitações de aprendizagem.

Palavras-chave: Saúde; Educação; Dificuldade de aprendizagem

A Formação inicial do docente: reflexões sobre a medicalização-

Autora: Marlene de Cássia Trivellato Ferreira

Resumo: A formação continuada do docente da educação básica e média inicia-se no curso de graduação. Daí a necessidade de promoções de ações paralelas ao programa curricular dos discentes de licenciatura que fortaleçam a formação crítica, comprometida com a diversidade e singularidade do ser humano e da sociedade. O presente trabalho apresenta um relato de experiência da atuação do psicólogo escolar junto à formação dos futuros docentes de educação básica e média; e alunos de licenciatura de uma instituição de ensino superior (IES) privada, no interior de São Paulo. A experiência vem sendo realizada há seis anos e inclui a promoção de ações que discutam temáticas educacionais, por meio de palestras, debates de filmes, cursos de extensão universitária, visitas a escola, desenvolvimento de oficinas em escolas e fóruns educacionais.

Os alunos têm apresentado reflexões sobre postura, crenças e concepções frente ao cotidiano escolar diferentes das que recorrem à medicalização para as supostas patologias diagnosticadas perante as dificuldades do aluno. Compreende-se que esta experiência contribui para a contextualização histórica-social-política sobre fracasso escolar.

Palavras-chave: Medicalização, Psicólogo Escolar, Formação do Docente

A Importância da família no cuidado da pessoa com paralisia cerebral: desafios e possibilidades

Autora: Neide Pinto Santos

Outras autoras: Lílian Miranda Bastos Pacheco

Resumo: O presente estudo trata de uma revisão bibliográfica intercalando os termos paralisia cerebral e família no endereço eletrônico scientific electronic library online, relacionada com a análise do relato de uma mãe que tem um filho com paralisia cerebral, no município de São Francisco do Conde (BA). A paralisia cerebral é uma lesão neurológica, não progressiva, que interfere no desenvolvimento sócio-psicomotor da criança. Contudo, não se trata de uma doença, mas de uma condição de saúde que requer cuidados específicos e não só o uso de medicamentos. Estudos sobre a neuroplasticidade apontam para a capacidade do cérebro restabelecer-se diante de uma lesão ocasionada. Foram encontrados sete artigos, dentre os quais elegemos cinco para dialogar com o relato de experiência, ressaltando desafios e possibilidades no cuidado de um filho com paralisia cerebral. Os estudos ressaltam a importância da família ser orientada no desenvolvimento destes sujeitos específicos, apontando para uma atuação conjunta dos profissionais de saúde e educação que as auxiliem a propiciar um ambiente que estimule as habilidades destas crianças.

Palavras-chave: Família, Paralisia Cerebral, Inclusão.

A importância da socialização para a criança com deficiência intelectual na educação infantil

Autora: Rosa Lucia da Silva Santana

Resumo: Muitas vezes é desconhecida a proposta da educação infantil em sua íntegra, na qual o brincar é atividade principal em que diversas linguagens da criança podem ser exploradas e as práticas pedagógicas relacionam o cuidar e o educar. Nesta pesquisa, foram selecionados dados de documentos e registros sobre um aluno com autismo, a fim de evidenciar como essa proposta possibilita o acesso à socialização, favorecendo o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual. O estudo da literatura sobre o tema encaminhou ao percurso da inclusão em nossa sociedade e a teoria histórico-cultural de Lev S. Vygotsky foi estudada no intuito de favorecer a compreensão sobre aspectos primordiais na socialização para a mediação significativa. Legislações referentes ao tema inclusão de pessoas com deficiência, nortearam o desenvolvimento da pesquisa, como parâmetros legais que regem a sociedade. Nesse segmento os dados foram analisados interligando os fatos relatados, com as teorias e legislações existentes sobre o assunto, demonstrando que a socialização é fundamental para que a mediação seja significativa no processo de inclusão e aprendizagem da criança com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Socialização, Deficiência Intelectual, Mediação

A infância multitransornada: cartografias

Autora: Adriana Carrijo

Resumo: Partindo do pressuposto de que as classificações psiquiátricas sejam produções paradigmáticas portadoras de histórias e geografias próprias, adoto o método sensório-cartográfico para a análise de discursos, conceitos e imagens que, sobrepostos, sustentam o argumento de que as estratégias de medicalização incidem há pelo menos cinco séculos sobre a criança brasileira. O enlace indissociável entre tempo e subjetividade exigiu um estudo social e histórico, orientado pela cartografia desses domínios, envolvendo fragmentos de textos científicos e literários, fotografias, material midiático e entrevistas, sobrepondo-os como instrumentos a delinear o campo e, por consequência, o corpo multitransornado. A cartografia desses múltiplos corpos, rudes, débeis, deficientes e transornados instiga e ressalta regimes de entrosamentos políticos presentes na história das ciências humanas e da saúde, constatando a porosidade dessa setorização quando retratamos imagens e revelamos as múltiplas funções da infância para a construção desses saberes.

Palavras-chave: Cartografias, Infância, Multitransornos.

A intervenção cognitiva através do PEI (Programa de Enriquecimento Instrumental) como alternativa de superação das “dificuldades de aprendizagem”

Autora: Joana Domitila de Olívia Miranda

Outras autoras: Adriana Vieira Amarante e Olívia Virgínia Miranda

Resumo: Uma grande conquista no campo da aprendizagem foi a descoberta de que o cérebro é modificável e que todas as pessoas aprendem. Reuven Feuerstein pontua duas formas de aprendizagem: a experiência direta, que é a interação entre o organismo e o meio ambiente; e a experiência de aprendizagem mediada, com a presença de um ser humano promotor da organização, seleção e interpretação do que é experimentado. Baseado nisso, desenvolveu o PEI (Programa de Enriquecimento Instrumental). Via intervenção cognitiva, o programa objetiva “movimentar” as habilidades necessárias para aprendizagem e pensamento independente, além de desenvolver o pensamento crítico, diagnosticar e corrigir deficiências nas habilidades do pensar, otimizando o desempenho dos indivíduos nas tarefas acadêmicas ou de rotina. Com 12 anos de experiência em aplicação de PEI junto aos indivíduos

diagnosticados com transtornos de aprendizagem, o CBM (Centro Brasileiro da Modificabilidade), conclui que estes precisam criar estratégias cognitivas para desconstruir as dificuldades de aprendizagem, contrapondo a perspectiva de que por si só, a medicalização promova ambientes modificantes para que o indivíduo de desenvolva.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem, Experiência de Aprendizagem Mediada, PEI, Modificabilidade.

A Medicalização como dispositivo normatizador da criança e de vigilância e controle sobre a família

Autora: Michele Kamers

Resumo: A partir da apresentação do caso clínico de uma criança de seis anos diagnosticada por um neuropediatra como deficiente mental e indicada à prescrição medicamentosa, o que envolveu um contexto de diálogo entre APAE, Conselho Tutelar, Ministério Público e Secretaria de Educação, visamos discutir sobre os dispositivos envolvidos na medicalização da infância e sua função na atualidade. Ao investigar o caso, percebemos o equívoco na condução realizada pelas instituições envolvidas, na medida em que excluía não somente a história da criança, mas, o contexto social e familiar em que ela e sua família viviam. A partir deste caso, percebemos que a prescrição da medicação opera, não apenas como um dispositivo normatizador da criança em relação às exigências escolares e sociais, mas como mecanismo de vigilância e controle da família por parte do Estado, sobretudo, das famílias pobres e em situação de vulnerabilidade social. Na medida em que a criança é colocada como objeto de um discurso médico, sua educação passa a ser pensada como um assunto de “especialistas”, que exclui, inevitavelmente, os não especialistas no assunto, nesse caso, os pais.

Palavras-chave: Medicalização, Infância, Família

A Medicalização da educação e as políticas públicas de ensino: o caso da política de ensino fundamental de nove anos.

Autor: Lucas Rodrigues Andrade

Outras autoras: Mariana Lisboa Braga e Lygia de Aousa Viégas

Resumo: Este trabalho apresenta pesquisa realizada a fim de compreender os impactos da política de ensino fundamental de nove anos na vida diária escolar. Trata-se de uma política pública federal que regulamentou a inclusão de mais um ano no ensino fundamental, quando as crianças passaram a entrar nesse nível de ensino aos seis anos. Tal política busca atender a uma antiga expectativa da escola: a de que as crianças ingressem na 1ª série relativamente alfabetizadas. A pesquisa valeu-se do método qualitativo de inspiração etnográfica, adotando como caso uma sala de 1º ano de uma escola da rede pública municipal de Salvador (BA). O trabalho de campo envolveu observação participante, entrevistas informais e levantamento documental. A análise preliminar desvela que tal política não foi suficiente para mudar a dinâmica de funcionamento da sala de aula, produzindo como efeito que os alunos passam um ano a mais na escola, mas sem que a mesma tenha se transformado. Assim, mantém-se o fracasso escolar, reforçando, de um lado, o sentimento de impotência da professora, e de outro, a (auto)culpabilização dos alunos pelas dificuldades vivenciadas na escola, muitos deles patologizados por essa velha situação.

Palavras-chave: Política Pública, educação, medicalização

A Medicalização da infância: um mercado em expansão

Autora: Jurema Barros Dantas

Resumo: Sabemos que, com o advento dos psicofármacos, o universo dos medicamentos ganhou uma outra forma e, por vezes, um outro propósito. Com o passar dos anos a produção de medicamentos se misturou com a frenética produção de novas patologias. A vida cotidiana passou a ser objeto de intervenção médica e determinados comportamentos antes considerados comuns, passaram a ser vistos como transtornos. Facilmente tomamos a vida diária objeto de intervenção medicamentosa. Com isso, nossas crianças muitas vezes são vistas como protagonistas das misérias humanas e suas doenças, protagonistas deste contexto de patologização da vida deste cenário favorável ao consumo. Um cenário sedento de respostas e alívio, com pessoas que estabelecem como princípio de vida a evitação de qualquer dor ou sofrimento. Precisamos de maior rigor nos diagnósticos a fim de que os especialistas não se fundamentem somente em inventários de sintomas ou em queixas de pais e professores. Diagnosticar uma criança acaba por eliminar outra possibilidade de compreensão sobre seu modo de ser e agir no mundo. Assim, torna-se imperativo uma reflexão frente ao fenômeno da medicalização da infância.

Palavras-chave: Medicalização, Infância, Tecnologia, Contemporaneidade.

A Medicalização do cotidiano: análise da mídia farmacêutica e sua relação com os recursos discursivos do higienismo e eugenia

Autor: Daniel Nazar Kengerski

Outros Autores: José Alexandre de Lucca

Resumo: Discutir higienismo e eugenia hoje parece algo retrógrado, do início do século passado, mas apesar de há muito esses movimentos terem cessado as atividades formais, ainda podemos perceber o discurso de purificação e sua tentativa de encontrar a panacéia para todas as doenças. Parte fundamental de uma cadeia de interesses, a atual indústria farmacêutica apresenta a proposta de cura aos diferentes males que acometem o ser humano através dos agentes químicos em soluções encapsuladas. Essas ideias ficam evidentes nos

discursos veiculados por meio de diferentes mídias que usam o conceito de que o sujeito só está saudável quando fica “livre de impurezas”, com a ajuda de produtos que, por exemplo, livram a pessoa de 95% das bactérias adquiridas no dia a dia. O presente trabalho analisa o discurso das propagandas veiculadas em serviços de mídia, como televisão e anúncios de remédios colocados, estrategicamente, em pontos públicos. Em suma, este trabalho visa a verificação dos apelos discursivos que a mídia farmacêutica apresenta massivamente no curso do processo medicalizante do cotidiano, através dos anúncios e das propagandas veiculadas em locais de grande circulação de pessoas.

Palavras-chave: Eugenia, Higienismo, Medicalização

A Medicalização vista a partir da pesquisa de condições de trabalho e saúde dos trabalhadores nas instituições de ensino privado do Rio Grande do Sul.

Autora: Alexandra Mari Ito

Outros autores: Wilson Cesar Ribeiro Campos

Resumo: O fenômeno da medicalização está em todos os espaços sociais, tendo o aluno e suas famílias no centro dos estudos em contextos escolares. Nesta pesquisa vemos os profissionais da educação implicados neste mecanismo, resultando na utilização de estratégias individuais para fenômenos coletivos. Seguindo padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS) para estudos em saúde mental, condições de trabalho e qualidade de vida, a pesquisa abrangeu o estado do RS nos três níveis de ensino entre 2008 e 2009, através de 230 entrevistas presenciais em 23 cidades. Foram 1.680 questionários preenchidos por professores e 2.800 por técnicos administrativos. Dentre os resultados destacam-se: 94% dos professores e técnicos administrativos precisou se afastar do trabalho acima de 15 dias nos últimos seis meses. Dentre os professores, 83% apresenta algum problema emocional ou mental; 78% sintomas da Síndrome de Burnout; 49% faz tratamento com medicamentos e outros procedimentos onde 21% com uso de calmantes e 17% de estimulantes. A pesquisa estimulou negociação, políticas de saúde dos sindicatos de trabalhadores e o debate sobre a organização do trabalho e medicalização.

Palavras-chave: Condições de Trabalho, Saúde do trabalhador, Medicalização, Trabalho docente

A Naturalização e a patologização dos problemas de comportamento na escola: um estudo a partir de publicações científicas

Autora: Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Outros autores: Luís Felipe Falaschi de Araújo

Resumo: Os problemas de comportamento dos alunos fazem parte do cotidiano escolar e as explicações para os mesmos na maioria das vezes centram nele próprio, com práticas de encaminhamento para médicos alicerçadas na explicação de problemas orgânicos. Assim sendo, este trabalho teve por objetivo verificar e analisar as produções científicas publicadas em periódicos cadastrados na scielo, relacionadas com a temática, identificando as concepções prevalentes. Foi analisado um total de 22 artigos, sendo que os resultados apontam que as concepções que fundamentam as reflexões presentes nesses artigos sobre problemas de comportamento na escola, se embasam em três eixos: concepções centradas no indivíduo (54,6%); concepções centradas no indivíduo e na formação/atução profissional (22,7%); concepções não centradas no indivíduo (22,7%). Destacamos a predominância da concepção centrada na pessoa, em que olhar sob o prisma da individualidade tende a intensificar a compreensão médica dos problemas no processo de escolarização, numa primazia do biológico, realizando uma análise reducionista e limitada do fenômeno, culminando no processo de medicalização da vida cotidiana.

Palavras-chave: Medicalização, Problemas de Comportamento, Escola

A Patologização dos problemas de comportamento na escola pelo diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDHA)

Autora: Roseli de Melo Germano Marques dos Santos

Outras autoras: Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Resumo: A maioria dos comportamentos dos alunos considerados inadequados têm sido diagnosticados como TDHA, com indicação de medicação para controle. Eidt e Tuleski (2010) afirmam que o consumo de ritalina, usado para tratá-lo, triplicou nos últimos cinco anos no Brasil; nos Estados Unidos mais de 9% dos alunos são medicados por diagnóstico do TDHA. Assim, objetivamos revisar a bibliografia sobre esta temática, para apreender o que se discute e compreende hoje a respeito do TDHA. Trata-se de um estudo bibliográfico. Os resultados apontam que o TDHA tem sido entendido como um transtorno de ordem orgânica, desconsiderando os fatores sociais e é uma das descrições médicas mais usadas para dar vazão ao mecanismo de psicopatologização das dificuldades da infância, em especial na escola, onde predomina uma concepção biologizante do desenvolvimento e do psiquismo humano. Concluímos que, se houver um olhar diferenciado, procurando compreender o fenômeno dentro de um contexto histórico, podemos entender o desenvolvimento humano enquanto processo dinâmico capaz de levar o indivíduo ao desenvolvimento de todas as suas funções psicológicas superiores (atenção voluntária, memória, pensamento abstrato, etc).

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Educação, Teoria Histórica - cultural.

A Queixa escolar e a medicalização do não aprender

Autora: Anyellem Pereira Rosa

Outras autoras: Sílvia Maria Cintra da Silva e Maria José Ribeiro

Resumo: Este trabalho buscou conhecer como a escola compreende a queixa escolar, quais suas concepções a respeito de dificuldades no processo de escolarização, como e quem ela implica quando se queixa de uma criança e a encaminha para atendimento psicológico. Assim, pudemos identificar dois grandes aspectos atrelados às concepções da escola sobre a queixa escolar: a culpabilização da criança e a dicotomia entre os aspectos emocionais e intelectuais, ou seja, “cognitivo x afetivo”. A decorrência disso é a medicalização da vida de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, da educação, fortemente marcada pelos inúmeros encaminhamentos a diferentes profissionais da área da saúde realizados pela escola para lidar com aquilo que acredita ser de ordem biológica. Não estamos desconsiderando o corpo da criança e as possíveis limitações físicas, neurológicas e mentais que podem interferir negativamente no aprendizado. Entretanto, não são estas as causas principais e diretas para o fracasso escolar, já que este consiste numa trama multideterminada de aspectos pedagógicos, social e políticos.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Medicalização, Psicologia Escolar

A Queixa escolar: uma experiência no Paraná

Autora: Patrícia Vaz de Lessa

Outras autoras: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: No momento atual muito se tem falado sobre os distúrbios de aprendizagem e a medicalização na escola e vários estudos são realizados para analisar como está sendo desenvolvida a prática do psicólogo escolar. Em 2009/2010 desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivos gerais identificar e analisar as práticas desenvolvidas pelos psicólogos na rede pública do estado do Paraná e examinar como ocorre o processo de atendimento às queixas escolares no grupo investigado. A forma de patologizar os problemas escolares conseqüenciando uma automática medicalização aparece no relato de dois profissionais entrevistados. O TDHA aparece nos dados, assunto atual e que vem apresentando considerável menção por meio de uma explosão de explicações, diagnósticos e medicalização. Finalizando, os profissionais vivenciam um momento de transição, um movimento de avanço nas práticas e na compreensão das queixas escolares, evidenciadas nas ações que envolvem todo o contexto escolar, que buscam superar a visão tradicional, com enfoque clínico. Essa superação deve pautar-se no entendimento das condições histórico-sociais que produzem tais queixas, superando a visão patologizante, tão presente na área.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Psicologia Histórico-cultural, Atuação Crítica.

Adolescentes e dificuldades de aprendizagem: possibilidades de intervenção da Psicologia na desconstrução de rótulos e preconceitos.

Autora: Thaís Paiuta Ravelli

Outras autoras: Demareth Furlan, Márcia Bertels, Luciene Blumer (orientadora)

Resumo: Atualmente podemos observar um elevado número de crianças e jovens que apresentam dificuldades de aprendizagem, sendo comumente responsabilizados pelo fracasso escolar e rotulados como incapazes. A pesquisa teve como propósito desconstruir essa visão patologizante, através de atendimentos com adolescentes no estágio de atenção psicológica às crianças e adolescentes com queixa escolar, realizado no Sapsi-fam, cujo objetivo foi o de ampliar a investigação e análise de tais queixas e possibilitar a desconstrução desses estigmas. O método se apoiou na abordagem histórico-cultural de Vygotsky, utilizando os conceitos de aprendizagem mediada e zona de desenvolvimento proximal. Semanalmente foram realizados encontros individuais ou em grupos com os adolescentes, pautando-se no método da observação participante. Através dos atendimentos foi possível redimensionar a efetividade dos métodos de ensino e aprendizagem, assim como desconstruir os rótulos atribuídos aos adolescentes, de forma que os mesmos pudessem reconquistar a confiança na suas potencialidades e negar os rótulos que lhe são atribuídos e tão facilmente aceitos por seus familiares e escolas.

Palavras-chave: Adolescência, Queixa Escolar, Abordagem Histórico Cultural

Alunos com defasagem de idade/série e transtornos de aprendizagem: algumas considerações sobre um trabalho realizado em uma escola pública de Cuiabá (MT)

Autor: Pedro Felipe Furlaneto Nava

Resumo: Este texto refere-se a um trabalho realizado em uma escola pública de Cuiabá, na disciplina de estágio básico, com alunos de 11 a 16 anos com “problemas de aprendizagem”. A pesquisa teve como objetivos realizar um recorte da literatura sobre a temática dos distúrbios de aprendizagem e da medicalização da educação; ouvir o que os alunos “com problemas” têm a dizer sobre si e sobre o contexto no qual estão inseridos. A metodologia usada foi uma busca de textos e artigos na base de dados bvs-psi que tratam da medicalização do ensino com enfoque nos supostos problemas de aprendizagem; e uma coleta de dados durante a realização de rodas de conversa com uma turma de alunos com defasagem idade/série. O modelo teórico utilizado é o da psicologia sociohistórica, de Vygotsky. A literatura mostra que a medicalização da educação possui antigas raízes, fomentando interesses econômicos de um sistema que reflete uma visão de ser humano pautada no aspecto biológico. Os alunos percebem a exclusão dentro da própria escola e as rodas de conversa puderam mostrar que eles muito têm a dizer sobre a dominação e as injustiças sociais que são cometidas em decorrência de supostos transtornos.

Palavras-chave: Escola, Problemas de Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento.

AME - Acompanhamento Multidisciplinar Escolar

Autora: Marcia Cristina Lauria de Moraes Monteiro

Outras autoras: Eliane Taveira

Resumo: O projeto possibilitou intervenções através de saberes da psicologia em turmas de alfabetização. Participaram duas psicólogas educacionais e estagiárias de psicopedagogia. O objetivo foi suscitar o desejo de aprender no aluno e evidenciar a grande tarefa social, política e profissional que o professor possui na construção deste desejo. Atividades direcionadas ao processo de aprendizagem significativa dos alunos foram elaboradas, fortalecendo o vínculo do educando com a aprendizagem. As escolas selecionadas foram as que apresentaram um elevado índice de encaminhamento de alunos à saúde. As atividades específicas contribuíram com o fazer do professor e com o desenvolvimento cognitivo e afetivo do aluno através de consultorias e atuação em sala de aula. A pesquisa-ação foi a referência de metodologia. O projeto ocorreu de julho a dezembro de 2010 com uma visita semanal de três horas. Constatou-se que o fazer do professor é resultado de diversos saberes que têm movimentação no contexto de sala de aula, mas também é fruto de saberes empíricos, tentativas nem sempre assertivas. Concluiu-se que uma intervenção segura e competente é possível, promovendo significativos avanços na alfabetização.

Palavras-chave: Dificuldade de aprendizagem, Alfabetização, Psicologia educacional e escolar

Analisando as queixas escolares: relato de experiência

Autora: Maria de Lourdes Sperandio

Outros autores: Paulo Aguiar e Karina Batista

Resumo: O presente trabalho relata a experiência do grupo de estudo e pesquisa em TDHA da Faculdade Pitágoras de Londrina (PR) nos atendimentos aos alunos de uma escola pública central da cidade. O objetivo é conhecer o desempenho acadêmico dos alunos que já haviam feito ou ainda faziam uso de ritalina. Como metodologia foram realizados atendimentos a 16 estudantes encaminhados pela escola. O processo iniciou-se com a parceria firmada entre o grupo de estudo e a instituição. Na seqüência foram realizadas entrevistas com gestores, professores, pais dos alunos encaminhados e com os alunos, além de observação em sala de aula. Verificou-se, através dos atendimentos (ainda em andamento), que apenas três estudantes levantam suspeitas de serem portadores de TDHA. Constatou-se nas observações em sala de aula que os alunos encaminhados para o atendimento não apresentavam comportamentos diferentes dos demais colegas de sala. Desse modo, percebeu-se a banalização no diagnóstico de TDHA, ausência de acompanhamento psicoeducativo indispensável neste processo e pouco conhecimento sobre o tema por parte dos docentes.

Palavras-chave: Psicologia, Medicalização, TDHA

Análise do uso de psicofármacos por crianças atendidas pelo PROPAl e seus efeitos no discurso parental

Autor: Gean Antonio de Paula

Outras autoras: Rosa Maria Marini Mariotto

Resumo: O trabalho se propõe a analisar o fenômeno da psicomedicalização da infância. Os objetivos são proceder à triagem de crianças; observar as ressonâncias do uso da medicação na conduta e relacionamento das crianças, segundo a perspectiva daqueles por elas responsáveis; analisar e refletir a respeito dos efeitos do discurso médico no funcionamento psicológico da família, a partir do referencial psicanalítico e da análise do discurso. Como método foram feitas entrevistas semi-estruturadas, composta por 25 perguntas, com oito pais de crianças de até 13 anos, atendidas pelo PROPAl e pelo núcleo de prática em psicologia da PUC-PR, que se encontravam fazendo uso de fármaco. A partir das entrevistas discute-se de que maneira o medicamento estabelece uma relação com a autoridade parental; o medicamento pode vir a ocupar a função de contenção e atribuição de limite que a palavra dos pais parece soar inábil; verifica-se uma delegação da autoridade paterna para os especialistas. Observa-se que quando os problemas de aprendizado, conduta e adaptação da criança são dados à medicina, à família só resta situar-se marginal nas dificuldades da criança.

Palavras-chave: Psicomedicalização, Infância, Discurso, Parentalidade

Aqui pode brincar! A oficina lúdica na estratégia saúde da família

Autora: Patrícia Farina

Outros autores: Nanci Flor Silva, Enzo Stefano Vancini, Flávia Mittie Chino, Cíntia Emerenciano, Fernanda Malerbi, Ludmila Telles, Alessandra Pelegrini, Augusta Carvalho.

Resumo: Embora o brincar faça parte do cotidiano infantil, nem sempre lhe é dada a devida importância. O ato de brincar além de facilitador do desenvolvimento é promotor da saúde, tal como a saúde da família, estratégia voltada para ações de promoção, prevenção e gestão do cuidado, cujo foco é saúde a partir do contexto das famílias e seus territórios. Assim, em tempos de pseudo-diagnósticos de transtornos, a “prescrição” do brincar tornou-se ferramenta potente no tratamento das crianças acompanhadas na atenção primária. Este trabalho apresenta uma destas experiências: uma oficina lúdica realizada em uma UBS concomitantemente à um grupo de orientação de pais, pelas equipes de SF, NASF e PAVS. Os participantes da oficina/grupo são crianças com diversas queixas de comportamento e de seus cuidadores. O objetivo dos encontros é a possibilidade de brincar, expressar, trocar e construir relações e a partir destes são feitas discussões entre as equipes participantes sobre os projetos terapêuticos singulares de cada paciente. O resultado dessa proposta tem sido uma desmistificação quanto aos diagnósticos e atendimentos especializados e a potencialidade da UBS no manejo das queixas de saúde mental infantis.

Palavras-chave: Saúde da família, Saúde mental infantil, NASF

As implicações do diagnóstico médico na infância

Autora: Michele Kamers

Resumo: Ao contrário do discurso atual na área da saúde mental, em que vislumbramos claras mudanças produzidas a partir da reforma psiquiátrica e do movimento da luta antimanicomial, na área da saúde mental infantil, parece que o movimento é justamente contrário, na medida em que há um evidente processo de psiquiatrização do discurso escolar e de patologização da infância. A partir de um trabalho que desenvolvemos na clínica escola de psicologia, em que realizamos um trabalho de escuta no grupo de pais e oficinas com crianças e adolescentes, percebemos que as queixas dos pais em relação aos seus filhos sempre vêm acompanhadas de algum diagnóstico médico. Ao escutarmos os pais, percebemos que por trás do diagnóstico médico está uma renúncia educativa dos pais que acaba se convertendo em demanda de tratamento médico. Nesse sentido, o que temos constatado é que a produção da loucura na infância têm se dado desde muito cedo, num processo que poderíamos designar da seguinte maneira: renúncia educativa dos pais - cobrança da escola - acionamento do conselho tutelar - exigência de medicação para manter a criança na escola = diagnóstico médico e patologização da infância.

Palavras-chave: Diagnóstico, Infância, Loucura

As interfaces da produção da queixa escolar: relações com a medicina

Autora: Solange Pereira Marques Rossato

Outras autoras: Nilza Sanchez Tessaro Leonardo

Resumo: Este estudo teve por objetivo, fomentar discussões acerca da produção da queixa escolar e a relação desta com a medicina. O mesmo esteve circunscrito a uma pesquisa Bibliográfica. Podemos apontar em síntese que diante da necessidade em “dar conta” da queixa escolar, verifica-se uma lógica em que o “sintoma” - não aprender na escola, percorre o caminho clínico, antes mais fortemente contemplado pela psicologização, em que a subjetividade representava a totalidade do aluno, alheia às suas múltiplas determinações. Averigua-se que não interessa as causas de tal sintoma, mas que ele pode ser “sanado” pela via da medicalização. A infância sob o prisma dos supostos transtornos de aprendizagem e a primazia do biológico ao lado da busca por respostas rápidas que atendam ao ritmo frenético da sociedade, de produtividade, padece do processo de medicalização da vida cotidiana. O indivíduo, portanto, mantém-se responsabilizado por não conseguir percorrer o processo de escolarização com sucesso, numa perspectiva limitada de homem, inviabilizando as possibilidades de desenvolvimento, desconsiderando a complexidade humana e da sociedade, de maneira a simplificá-las e reduzi-las a algumas pílulas.

Palavras-chave: Educação, Medicalização e Queixa escolar

Atenção voluntária e TDHA: novas possibilidades de desenvolvimento a partir de jogos de mesa/ tabuleiro

Autora: Maiara Pereira Assumpção

Outros autores: Irineu Aliprandi Tuim Viotto Filho, Rosiane de Fátima Ponce, Edelvira de Castro Quintanilha Mastroianni

Resumo: Neste trabalho procura-se, a partir da teoria histórico-cultural, analisar criticamente os encaminhamentos e compreender as crianças que são encaminhadas ao LAR (Laboratório de Atividades Ludo-recreativas) e diagnosticadas como portadoras do transtorno de déficit de atenção hiperatividade (TDHA). Para o desenvolvimento deste trabalho, toma-se os jogos de mesa/tabuleiro para o desenvolvimento da função psicológica superior “atenção voluntária”. São duas crianças diagnosticadas com TDHA, na faixa etária de 9 a 12 anos, que tem participado do programa de intervenção. Constatou-se que, depois de realizadas 14 intervenções semanais e analisando os registros sistematizados, que os sujeitos, ao contrário do diagnóstico médico, tem se comportado de forma atenta e concentrada nas atividades. A partir dessas constatações, não queremos negar as dificuldades vividas pelas crianças, porém, se faz necessário compreendê-las a partir das condições de ensino-aprendizagem e em decorrência das oportunidades de apropriação das relações sociais e objetos culturais que encontram na escola, pois sem essa análise crítica, corremos o risco de continuar culpabilizando a criança e naturalizando o TDHA.

Palavras-chave: TDHA, Atenção Voluntária, Jogos de Mesa/ Tabuleiro

Atenção, escola e tecnologia: uma abordagem neurolinguística

Autora: Ana Laura Nakazoni

Resumo: Vemos que, cada dia mais, diagnósticos de transtornos relacionados à atenção crescem e que problemas correlacionados, como indisciplina e desinteresse ajudam a compor um quadro de inúmeros insucessos e frustrações, tanto por parte dos alunos, quando dos professores e pais. Entendemos que o aluno/sujeito é o ponto de partida ideal para pensarmos em uma mudança positiva nesse quadro. Assim, um dos aspectos da contemporaneidade que destacamos no intuito de entender o mundo das crianças e jovens em idade escolar é a tecnologia. Como esse recurso tão amplamente utilizado afeta a forma como se aprende e ensina hoje? Como ela afeta a questão da atenção na sala de aula? Nossa pesquisa articula os seguintes elementos: o aluno/sujeito, a escola e a tecnologia com base na teorização feita pela neurolinguística discursiva. Dessa forma, buscamos entender as novas demandas impostas pela educação moderna, apontando assim, caminhos diferenciados para o trabalho em sala de aula, ressaltando o papel de mediador do professor e o enfoque no interesse do aluno e não mais em conteúdos engessados e metodologias de ensino que não fazem sentido para a vida dos alunos.

Palavras-chave: Escola, Atenção, Neurolinguística Discursiva

Autismo e inclusão escolar: contribuições da neurociência e da psicologia histórico-cultural

Autora: Cláudia Lopes da Silva

Resumo: Segundo o conceito de cérebro social (Klin, Rosario, Mercadante, 2009), há no cérebro um conjunto de regiões que são ativadas durante o desempenho de atividades sociais, que estaria alterado em pessoas com transtornos globais do desenvolvimento (TGD). tais alterações poderiam explicar algumas características típicas já descritas por Kanner e Asperger como prejuízo nas relações sociais e na comunicação, além de comportamentos estereotipados. Os prejuízos decorrentes resultariam de uma falta de entendimento das regras implícitas nos atos sociais. tal visão vai ao encontro da teoria de Vigotski, para quem a constituição do psiquismo humano decorre fundamentalmente da socialização. Para Vigotski, o cérebro ou a base material da psique exercem um papel determinante na formação da consciência, e não pode ser cogitado de forma separada do que é psíquico e caracteriza o humano. Se a capacidade de compreender os atos sociais é um processo que resulta da socialização e é responsável por tornar um ser humano parte de sua cultura, evidencia-se a inclusão escolar como ato de humanização.

Palavras-chave: TGD, Psicologia Histórico-cultural, Cérebro Social

Bases neurocientíficas sobre o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade e o problema do reducionismo

Autora: Fabiola Stolf Brzozowski

Outras autoras: Sandra Caponi

Resumo: Nosso objetivo é refletir de que forma as neurociências podem ser fortemente reducionistas quando tentam explicar comportamentos somente com base em processos cerebrais. Usamos como exemplo o caso do transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDHA). O reducionismo ao qual nos referimos, também chamado determinismo biológico ou neurogenético, na questão das neurociências, é o epistemológico, ou seja, aquele que tenta explicar um problema complexo apenas por algumas de suas partes, desconsiderando outros fatores, tais como sociais e culturais. Como o TDHA atualmente é descrito essencialmente como uma doença cerebral, aplicamos um modelo de sequência redutora defeituosa para o determinismo neurogenético proposto por Steven Rose, que inclui: objetivação, aglomeração arbitrária, quantificação imprecisa, crença na normalidade estatística, localização ilegítima, causalidade fora de lugar, classificação dicotômica de causas genéticas e ambientais e a confusão de metáfora com homologia. Sugerimos, dessa forma, que parte das neurociências utiliza explicações reducionistas para várias condições mentais classificadas como doenças, incluindo o TDHA.

Palavras-chave: Neurociência, TDHA, Reduacionismo, Determinismo Biológico, Determinismo Neurogenético;

Capoeira para crianças com necessidades especiais (painel eletrônico)

Autor: Sandro Rodrigues dos Santos

Outras autoras: Cecília Guarnieri Batista e Maria Aparecida Afonso Moysés

Resumo: Estudos recentes ressaltam o potencial para aprendizagem e desenvolvimento de crianças com diagnóstico de deficiência. Este estudo apresenta um projeto de capoeira em um programa educacional. A capoeira foi desenvolvida pelos escravos como se fosse uma dança. Esse estratagema possibilitou que a luta fosse aprendida e aperfeiçoada para a fuga do cativo e no combate aos perseguidores. Discriminada e criminalizada, ultimamente tem sido valorizada em seus aspectos históricos, culturais e marciais. O estudo envolveu a observação de sete crianças, com diagnósticos de deficiência, em 26 aulas. Foram examinados vídeos e anotações visando o preenchimento de um protocolo descritivo. A análise visualizou envolvimento nas atividades, apropriação de conhecimentos e execução dos gestos técnicos de acordo com as orientações. Os resultados estão em consonância com concepções de deficiência como fenômeno complexo e destacam a importância de um planejamento pedagógico apropriado ao perfil dos alunos. Além disto, foi observado melhora da auto-estima e no enfrentamento dos preconceitos e estigmas, abrindo perspectivas para novos enfrentamentos de rótulos e etiquetas.

Palavras-chave: Inclusão Social, Educação Especial, Deficiência

Comportamento normais da infância ou TDHA?

Autor: Rafael Érik de Menezes

Outros autores: Raquel Alter de Menezes, Beatriz Borges Brambilla, Glauco Fernando Silva Santos, Jean Fernando dos Santos, Hilda Rosa Capelão Avoglia

Resumo: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA) é um problema de saúde mental, que pode acarretar ao indivíduo que o apresenta, dificuldades no desenvolvimento psíquico. O TDHA tem despertado o interesse de vários profissionais que pesquisam o assunto no intuito de compreender as possíveis causas, conseqüências e possibilidades de tratamentos. Destaca-se ainda que comportamentos da infância normal são comumente associados ao TDHA. O presente estudo investigou, a partir do olhar de três coordenadoras pedagógicas da rede pública de ensino no Grande ABC, como estas esperam que seja os comportamentos de crianças com TDHA. Foi utilizado um roteiro semi-estruturado na entrevista individual com as participantes. As respostas mais encontradas estavam relacionadas ao fato de que consideram comportamentos como agitação, falta de concentração e “birras”, típicos de uma criança com TDHA, descartando outras fontes geradoras de tais comportamentos. Fica evidente a importância de que os profissionais que trabalham com indivíduos portadores do TDHA conheçam profundamente padrões do desenvolvimento infantil para que façam a diferenciação do que é normal ou patológico.

Palavras-chave: Infância; Desenvolvimento; TDHA

Concepções de fracasso escolar em uma escola municipal de Vitória (ES): a patologização dos problemas escolares

Autora: Elizabete Bassani

Outros autores: Claudenice Maria Vêras Nascimento e Hiran Pinel

Resumo: Estudos constatam a existência de uma grande procura por atendimento para crianças e adolescentes com queixas escolares em unidades de saúde e em clínicas de psicologia. Muitos desses atendimentos estão sustentados por concepções que patologizam os problemas escolares. Essas discussões nos levaram ao objetivo de buscar responder a seguinte questão: quais são as concepções de “fracasso escolar” em uma escola pública municipal de Vitória (ES)? Desenvolvemos um estudo de caso, realizado no ano de 2010, em uma escola pública da capital capixaba. Os dados coletados buscaram compreender as concepções de pedagogos, professores, pais e alunos sobre o que consideram “fracasso escolar”. As concepções mostraram explicações que recaem sobre o aluno, ou porque têm alguma patologia ou devido a “família desestruturada” e a partir daí uma medicalização dos problemas de aprendizagem e o encaminhamento dos alunos para profissionais de saúde. Essas concepções refletem o pouco questionamento do contexto institucional e da complexidade que envolve o problema, excluindo discussões que busquem entender os determinantes econômicos, sociais e políticos relacionados à realidade do contexto escolar.

Palavras-chave: Fracasso Escolar, Problemas de Aprendizagem, Escola Pública.

Conselho tutelar e medicalização

Autora: Andriela Maria da Silvas

Resumo: Conselho Tutelar é definido pelo ECA (art. 131) como responsável pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Souza e Cols (2003) apontam que na relação pais, aluno e escola, aquele que mais solicita o auxílio do CT é a escola (pg. 34), recaindo essencialmente sobre problemas de indisciplina, baixo aproveitamento e frequência escolar. A partir deste contexto este estudo teve como objetivo pesquisar qual intervenção que o CT realiza perante uma denúncia de indisciplina escolar. Foram realizadas três entrevistas com conselheiros, do ABC paulista e para a abordagem foi levantada a seguinte pergunta: uma escola faz uma denúncia contra um aluno indisciplinado; que intervenção você faz? Verificou-se o discurso de encaminhamento à saúde e a possibilidade de hiperatividade. Aquele aluno que possui histórico de indisciplina escolar, no discurso dos conselheiros tutelares pesquisados, possui algum problema de ordem biológica, que precisa ser analisado e acompanhado pela saúde. Conclui-se que se faz necessárias intervenções no Conselho Tutelar no intuito de fortalecê-lo em suas estratégias de atuação como políticas públicas.

Palavras-chave: Conselho Tutelar, Indisciplina Escolar e Medicalização.

Considerações preliminares sobre o diagnóstico das deficiências no contexto da inclusão escolar: análise dos microdados do censo escolar

Autora: Claudia Gomes

Outras autoras: Fernanda Vilhena Mafrá Bazon

Resumo: Com o objetivo de analisar o número de alunos encaminhados aos serviços especializados no município de Alfenas (MG), este estudo analisou os dados estatísticos disponibilizados pelo Censo Escolar/MEC/INEP dos anos de 2007 e 2010. Evidenciou-se que a modalidade da educação especial apresenta o maior número de matrículas de alunos tanto no ano de 2007 (374 alunos; 72,6%) como no ano de 2010 (415 alunos; 64,8%). Dentre três categorias, constatou-se que a categoria “deficiência mental, física e múltipla” é a que apresenta o maior número de matrículas, tanto no ano de 2007, com 85,8% (442), como no ano de 2010 com 91,7% (587) das indicações. Para revermos o crescente número de alunos sem deficiências que são encaminhados atualmente aos serviços especiais é urgente a revisão das próprias categorizações lançadas, pois além de suas imprecisões, o processo de “auto-declaração” aponta a fragilidade dos diagnósticos realizados, o que vêm a acarretar indevidamente a rotulação de alunos em quadros clínicos, aplicando-se como critérios de análise, mais a aproximação descritiva de características, do que de fato uma investigação psicológica e educacional especializada.

Palavras-chave: Deficiência, Educação Especial, Inclusão

Crianças e jovens diagnosticados de dislexia: análise de dados de escrita pelo olhar da neurolinguística.

Autora: Laura Maria Mingotti Muller

Resumo: Apresenta-se a pesquisa de mestrado Crianças e jovens diagnosticados de dislexia: o que seus dados de escrita revelam?, apoiada pela Fapesp e cujos objetivos são: estudar o processo de aquisição da escrita de sujeitos que receberam diagnóstico de dislexia, discutindo se as marcas que apresentam nos dados de escrita são sintomas de uma (suposta) patologia, como a literatura sobre dislexia descreve, ou se se trata de hipóteses naturais do processo de aquisição; investigar as razões que levam os diagnósticos a serem valorizados pela sociedade, pela escola e pela família, bem como o modo como eles têm dificultado o processo de aquisição da escrita de crianças/jovens. Para isso, utiliza-se da perspectiva teórica e metodológica da neurolinguística discursiva. O corpus da pesquisa constitui-se de dados obtidos em acompanhamento longitudinal de sujeitos diagnosticados e sua análise tem mostrado que tais diagnósticos não se justificam, já que revelam ocorrências normais do processo de aquisição da escrita. Ao mesmo tempo, vislumbra-se um mecanismo, operado pelo diagnóstico, que encobre problemas sociais e os desloca para o corpo dos sujeitos.

Palavras-chave: Dislexia, Linguística, Processo de Aquisição da Escrita

Da lógica hierarquizante ao processo de patologização da sexualidade no contexto escolar e educacional

Autora: Ingrid Oliveira Silva

Outros autores: José Alexandre de Lucca

Resumo: Nosso trabalho prevê a discussão, a partir de uma síntese de textos que problematizam a condição do tema sexualidade no cotidiano escolar e educacional. Nesse sentido, trilhamos o caminho do estudo das formas como se organizam os movimentos, ora chamados minoritários, e a situação do processo de educação sexual nas escolas para explicitar a lógica hierarquizante, culturalmente estabelecida, que confronta o modelo heterossexual com as demais designações das práticas da sexualidade. Percebemos que no espaço escolar, ainda hoje, tratam este tema de forma questionável, pois os profissionais da educação que desenvolvem as atividades têm seus discursos carregados de incertezas que implicam diretamente em práticas preconceituosas. Nossas análises partem do pressuposto sócio-histórico com contribuições das obras de Michel Foucault e nos indicam que no contexto escolar se desenvolve a reprodução das condições de exclusão e, por conseguinte, de patologização da sexualidade praticada fora do escopo tido como normal pela maioria significativa e representativa da sociedade, ou seja, a reprodução do discurso da heteronormatividade como padrão de saúde e de aceitação.

Palavras-chave: Sexualidade, Educação e Patologização

De que lado estão os laudos? ou sobre como traduzir o diagnóstico no cotidiano escolar inclusivo

Autora: Lilian Pereira Menenguci

Outras autoras: Ana Marta Bianchi de Aguiar e Lilian Pereira Menenguci

Resumo: O presente trabalho, fruto de uma pesquisa documental, resulta da análise de dez laudos de pessoas com deficiência, emitidos por diferentes profissionais da área da saúde. A pesquisa investiga as proposições médicas presentificadas nesses laudos e o seu consequente reatamento na área educacional, de forma geral, e na escola, de modo específico. A pesquisa procurou compreender de que modo os profissionais da escola, que se pretende inclusiva, lidam com a questão do “laudo médico” de seus alunos com deficiência, desde a expectativa que precede o encaminhamento desses alunos e seus familiares aos serviços de saúde, à tradução da prescrição contida nesses documentos. Consta que, embora a expectativa da escola por “classificar”, por “saber o que o sujeito tem ou não tem” exista de modo fortemente marcado, a transposição do que está escrito nos laudos para o que é vivido no cotidiano da prática pedagógica, em nada se relacionam. A pesquisa conclui que há a necessidade de fortalecer uma rede de conversação entre os profissionais da educação e da saúde de modo que ambas consigam ampliar a possibilidade de uma atuação colaborativa. **Palavras-chave:** Laudo, Diagnóstico, Inclusão.

Dificuldade de atenção nas escolas: concepções e processos formativos de professores

Autor: Marcelo Carvalho Delmanto Simões

Outros autores: Nádia Mara Eidt Pinheiro e Simone Cheroglu

Resumo: Essa pesquisa de iniciação científica em andamento ancora-se nos pressupostos da psicologia histórico-cultural e objetiva. Com os seguintes objetivos: identificar as concepções de atenção, desenvolvimento humano e medicalização da aprendizagem escolar de professores da rede municipal de ensino fundamental de um município no interior de SP; avaliar se e como esse processo formativo é capaz de modificar tais concepções; e em que medida essa transformação subsidiará novas práticas em sala de aula que prescindam da medicalização. Após o levantamento de concepções, os professores participarão de um curso de formação continuada de 48 horas, que visa evidenciar a construção histórico-social do conceito de TDHA; os determinantes econômicos, sociais, e pedagógicos que, na atualidade, favorecem ou não o desenvolvimento da atenção na criança e; explicitar como, a partir do referencial teórico aqui adotado, se desenvolve a atenção voluntária. A metodologia do curso baseia-se nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica. O instrumento utilizado para a coleta de dados consiste de questionário a ser aplicado no início e no fim do curso de formação e de relatos de cada encontro.

Palavras-chave: TDHA, Desenvolvimento Humano, Medicalização

Dislexia e TDHA: um fenômeno do século XXI?

Autor: Felipe Oliveira

Outras autoras: Marilene Prouença Rebelo de Souza

Resumo: O presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento de projetos de leis que tratam sobre dislexia e Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade (TDHA), e também analisar suas proposições e textos de justificativa na tentativa de identificar tendências nacionais a respeito do tema. Dessa forma, o presente estudo realizou o levantamento de projetos de leis a partir dos sites das seguintes casas legislativas: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. Ao todo foram encontrados 18 projetos de leis sobre o tema, tendo como origem as diversas casas legislativas, sendo que a grande maioria dos projetos (15 do total de 18) apresenta propostas de criação de programas de diagnóstico e tratamento, ou apoio aos alunos portadores desses supostos distúrbios. Além disso, todos os projetos foram apresentados a partir de 2003, o que indica o quão recente é esse fenômeno.

Palavras-chave: Medicalização; Políticas Públicas; Projetos de Lei

Dislexia: um debate necessário

Autora: Tânia Cristina Pedreschi Rodrigues Squilaci

Outras autoras: Livia Carolina Viana dos Santos

Resumo: A pesquisa buscou contrapor concepções a respeito da dislexia e discutir as implicações para o indivíduo que recebe tal diagnóstico. Por meio de pesquisa bibliográfica, foi possível levantar ideias de autores que defendem a existência da dislexia, entendendo-a como um distúrbio de aprendizagem, diagnosticado e tratado por equipe multidisciplinar, já que o indivíduo, possuidor de uma disfunção neurológica, seria o único responsável por suas dificuldades na alfabetização. Contrários à posição acima existem autores que denunciam os limites deste diagnóstico, pois são usados instrumentos relacionados à linguagem escrita para se detectar problemas na leitura e na escrita, tornando impossível distinguir o que supostamente seria decorrente de um problema orgânico e o que seria consequência de um processo de alfabetização mal conduzido. Questionam ainda que tal diagnóstico acarreta sérias consequências para o sujeito, que passa a ser rotulado, e para o sistema escolar como um todo, que deixa de ser questionado. Concluímos que o debate revelador das falácias envolvidas no diagnóstico da dislexia é urgente e necessário, contribuindo para o questionamento da medicalização da educação.

Palavras-chave: Dislexia, Medicalização da Educação

Educação e agressividade: mulheres medicadas

Autor: Walfrido Nunes de Menezes

Resumo: O presente artigo reflete um recorte em torno de uma pesquisa do doutorado (2007), mediante entrevistas semi-estruturadas com um grupo de 12 mulheres, onde apareceram distinções de comportamento feminino e masculino frente à agressividade, enaltecido e reforçado pelas entrevistadas como característica masculina, e quanto a elas, preferem uma posição de neutralidade para “evitar brigas”. Tal processo resulta em atitudes adotadas de dependência, insegurança e submissão pelas mulheres frente à vida. Mediante o exposto, nem sempre um comportamento agressivo pode ser caracterizado como hiperatividade, pois o mesmo pode representar uma situação de bullying ou machismo, no universo masculino. Sendo assim, podemos pensar nas contradições sociais e nas dificuldades diagnósticas e do que é aprendido, pois as práticas educativas tendem a reproduzir comportamentos passivos para com as mulheres, visto que no feminino é inclusive, pouco estimulado pelos professores, por não acharem isso um comportamento masculino. Meninas que se contrapõem a isso podem ser tachadas de hiperativas.

Palavras-chave: Gênero, Agressividade, Passividade, Mulher

Educação medicalizada: o sofrimento social e a patologização da diferença

Autora: Tatiana de Albuquerque Pinto

Outros autores: Luciene Jimenez e Paulo Artur Malvasi

Resumo: O presente painel trata da relação estabelecida entre o insucesso na aprendizagem escolar e a crescente demanda por medicamentos que prometem solucionar tais problemas. Percorre-se um caminho que considera a escola e os professores como incentivadores e consumidores de fármacos, em um momento social onde a demanda por uma vida normal, adequada e plena (pela saúde e felicidade) atinge índices jamais imaginados. Baseado em estudos desenvolvidos pela autora no atendimento à demanda de encaminhamentos realizados no setor de orientação educacional da UME D. Pedro I, que atende alunos de 07 a 14 anos no município de Cubatão durante o ano de 2010, bem como da análise dos prontuários dos alunos encaminhados, buscando estabelecer as sutis relações entre insucesso escolar e medicalização de crianças. Apresenta dados como uso de medicamentos controlados, percentual de crianças em atendimento psiquiátrico, percentual de crianças encaminhadas para avaliação psicológica por dificuldades de aprendizagem. Analisa-se também o uso de medicamentos pelo professor e o sofrimento gerado pela frustração nos resultados do processo ensino/aprendizagem

Palavras-chave: Medicalização, Sofrimento Social, Patologização das Diferenças, Fracasso Escolar

Emília tomou uma pílula e tagarelou, tagarelou a falar

Autora: Lilian Pereira Meneguici

Resumo: Este trabalho, resultante de um recorte da pesquisa intitulada “[...] do caos ao thémata: por epistemologias e práticas na diversidade”, em andamento no curso de doutorado em educação, com a linha de pesquisa “diversidade e práticas educacionais inclusivas”, tem como objetivo discutir a proposição da inclusão de pessoas com deficiências e transtornos mentais para além do espaço da escola comum. Assume a arte como elemento de educação e saúde. As contribuições do pensamento sistêmico novo paradigmático e do pensamento complexo se apresentam a partir dos interlocutores Gregory Bateson e Edgar Morin. Pretende instaurar epistemologias e práticas que consigam anunciar os possíveis advindos de ações entrelaçadas entre educação, cultura e saúde. Resulta ainda na I mostra de cultura e diversidade, enredada com a participação de 180 participantes. Propõe, por fim, políticas públicas culturais sustentadas no princípio da acessibilidade, condição primeira e fundamental para assegurar a inclusão, como direito, em qualquer espaço social

Palavras-chave: Inclusão, Diversidade, Arte.

Entre bulas e cartilhas: a medicalização da educação como política educacional

Autor: Marcelo Moreira de Souza

Outros autores: Roberto Leher

Resumo: Desejo chamar a atenção para a gravidade do avanço dos interesses particularistas sobre a educação pública através de políticas que alteram dispositivos legais da educação nacional e em todos os níveis dos entes federados e a forma como se articulam com a educação. Este trabalho faz parte de uma pesquisa documental mais ampla, que visa refletir as relações éticas, políticas e educacionais, com base na análise do discurso, de uma ampla rede social constituída por instituições privadas e o poder público, que propõem e promovem a medicalização no interior da educação. Abordo aqui, especificamente, o debate travado para a alteração da IDB 9394/96 e programas da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro para a “conscientização” do TDHA e a legislação recém aprovada que lhe dá suporte. Como resultados e conclusões, reafirmo que num momento em que se assiste a uma brutal precarização e mercantilização da educação, vincula-se cada vez mais o TDHA como uma das principais responsáveis pelo fracasso e abandono escolar, sem considerar no interior da própria educação e seus processos a causa de sua precarização.

Palavras-chave: TDHA, Políticas Educacionais, Precarização da Educação

Escola municipal Roberto Burle Marx (RJ): vivências educacionais na aula de música

Autora: Lydia Alves dos Santos Nogueira

Resumo: A turma investigada foi escolhida pelos professores com o apoio da direção da escola, em reunião com professores de todos os segmentos. Os motivos foram despreparo e descontentamento dos docentes; música, como canal de reflexão; como o professor de música tem estabelecido caminhos que podem estimular os alunos no processo ensino/aprendizagem nas aulas de educação musical? Nossos objetivos foram identificar a formação e a performance do professor; aflorar a consciência crítica dentro e fora da sala de aula. O método usado foi a pesquisa-ação. Principais conclusões: entendimento e desenvolvimento do seu perfil cognitivo; compreensão das capacidades e interesses dos alunos em relação à aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão, Consciência Crítica

Esquizaanálise e pedagogia da alegria: por uma nova crítica e clínica

Autor: Donizeti Avaliano de Paula

Resumo: A esquizaanálise (Deleuze-Guattari, 1972) é um campo conceitual de crítica às patologias socioculturais do capitalismo que mercantiliza e torna refém nossos educadores e a educação, esta cúmplice de uma pedagogia impotente, passiva e voltada para obediência, sedução fetichista e criação de valores fascistas. Nossos objetivos foram o desenvolvimento do pensamento crítico como clínica das patologias pedagógicas que fazem o corpo adoecer; bullying, síndrome de burnout, transtornos psicopatológicos e psicossomáticos, assédio moral e tantos outros. O método usado foi cartografar afetos do processo saúde-doença, aplicação de jogos de cooperação, análise crítica dos documentos, acordos e convênios internacionais (BIRD, FMI, etc...). O resultado foi apreender a ler a natureza resistindo aos jogos de poder que, ao separar os sujeitos de suas potências, os conduzem ao abandono, silêncio e adoecimento. A conclusão tirada foi o exercício crítico-clínico-criativo como estratégia de resistência e subversão dos modelos de uma pedagogia do mérito, dos conteúdos, do estado neoliberal e messiânico por uma pedagogia da alegria, do ethos, da autovalorização das diferenças.

Palavras-chave: Pedagogia, alegria, Esquizaanálise, Psicopatologias, Clínica, Crítica

Expedicionários da loucura: relato de experiência em um abrigo para crianças e adolescentes

Autora: Dailza Pineda

Outras autoras: Valéria Gonçalves Pássaro

Resumo: Nos interessa pensar como a infância e a adolescência passam a ser, em si, remediáveis, sobretudo, quando nos referimos aqueles que produzem, por sua não “adaptação” às instituições sociais, certo desassossego. Nosso objetivo é pensar como a medicalização aparece no abrigo e como somos responsáveis por sua manutenção cotidianamente. E sobretudo: é possível uma prática diferente? Para responder a estas e a outras questões nos debruçaremos sobre nosso cotidiano a fim de produzir resistências à lógica da medicalização como única solução. Apresentaremos alguns dados quantitativos que apontam, em quatro anos, os resultados desta metodologia de trabalho. Além disso, realizamos um grupo para discutir o tema da medicalização com as crianças e adolescentes. A partir do encontro, fizemos uma análise de acordo com o método da análise institucional do discurso (Guirado, m. 2009), a qual irá compor a sessão de resultados do presente trabalho. Acreditamos que a apresentação destes dados elucide as possibilidades e emergências de um trabalho na contracorrente, visando a implosão de um sistema autoritário que produz um aprisionamento bioquímico dos corpos considerados dissonantes.

Palavras-chave: Medicalização, Acolhimento Institucional; Adolescência; Vulnerabilidade Social

Formação continuada de professores: uma medida preventiva à educação medicalizada

Autora: Lucy Duró Matos Andrade Silva

Resumo: Trata-se da experiência de uma professora de matemática do ensino médio frente a uma proposta de formação continuada de professores em uma escola particular. Foi desenvolvida uma proposta com o objetivo de promover um espaço de discussão e reflexão com os professores, tendo como pano de fundo uma crítica epistemológica, ou seja, uma crítica ao método que oferece suporte à formação do professor. A metodologia utilizada foi: exposição dialogada, dinâmicas e apresentação de filmes e documentários pertinentes ao tema. O resultado, segundo o depoimento dos alunos, apontou para um avanço significativo da professora, tanto no que diz respeito à didática, como na relação com os jovens. A educadora confirmou que não sentia mais dificuldade e que eles tinham superado os problemas com a matemática, ou seja, seu desenvolvimento promoveu um avanço também para os alunos. O depoimento da professora demonstrou o quanto a formação continuada pode contribuir com a relação professor/aluno, evitando distorções, como o encaminhamento de crianças e jovens para o campo da saúde, quando, na maioria das vezes, é apenas um problema didático-pedagógico.

Palavras-chave: Medida Preventiva

Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade - núcleo Salvador (BA)

Autora: Lygia de Sousa Viégas

Outras autoras: Maria Izabel Souza Ribeiro

Resumo: Este trabalho apresenta um levantamento das realizações do Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade (núcleo Bahia). Trata-se de um grupo de profissionais e estudantes de diversas áreas, em especial psicologia e educação, articulado com o Fórum Nacional, instância que agrega pessoas físicas e jurídicas, instituições, organizações governamentais e não governamentais comprometidas com o desenvolvimento de ações contra o processo de medicalização da vida de maneira geral e especificamente da educação escolar. De caráter propositivo, o Fórum pretende promover o debate sobre a medicalização e a lógica naturalizante dos processos de desenvolvimento e aprendizagem do ser humano, bem como mobilizar e congregar esforços na construção de estratégias de superação de tal lógica. O núcleo Bahia tem se dedicado a socializar informações relacionadas ao tema, sobretudo por meio de pesquisas, cursos e palestras, além da inserção na mídia local, com destaque para diversas entrevistas a rádios e imprensa escrita. Pelo espaço conquistado nesse processo, conclui-se que a Bahia tem acompanhado de forma decisiva a compreensão do fenômeno medicalização, contribuindo com sua superação crítica.

Palavras-chave: Medicalização da Educação e da Sociedade, Ações e Estratégias, Bahia

Gagueira: aspectos subjetivos-discursivos

Autor: Wladimir Alberti Pascoal de Lima Damasceno

Outras autoras: Silvia Friedman

Resumo: Estudos indicam bases genéticas e neurológicas como causa da gagueira. Neste trabalho propõe-se um entendimento sobre gagueira que considera o sujeito, o outro e a língua. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis entrevistados. A proposta de análise de práticas discursivas e produção de sentidos serviu de base para analisar o discurso dos entrevistados, que foi transcrito em mapas de associação de idéias. Os entrevistados distinguiram contextos sociais favoráveis à fluência e à gagueira. Mostraram que, na posição de falante fluente, a subjetividade está centrada no conteúdo a ser transmitido e sentem-se em posição de igualdade ou de superioridade em relação aos outros. Na posição de falantes gagos a subjetividade está centrada na forma da fala, por meio da previsão de palavras que serão gaguejadas; sentem que o outro ocupa posição superior e imaginam haver censura do outro a seu respeito. Conclui-se que na gagueira, apesar das questões orgânicas, aspectos subjetivos relacionam-se ao desequilíbrio na tensão natural entre a forma e o sentido do dizer.

Palavras-chave: Gagueira, Fluência, Análise do Discurso

GIQE (Grupo Interinstitucional Queixa Escolar): construindo atendimentos psicológicos às dificuldades de escolarização que se contrapõem à medicalização

Autora: Fernanda de Lima Rodrigues

Outras autoras: Alexsandra Mari Ito

Resumo: O GIQE é constituído por psicólogos que desenvolvem ações a partir da problematização dos processos de produção das queixas escolares, produzindo novas práticas de atendimento baseadas na concepção do homem como ser social, que é constituinte e se constitui nas relações coletivas. Nesta perspectiva, posiciona-se contra a medicalização da educação, contrapondo abordagens que culpabilizam e estigmatizam alunos e suas famílias por suas dificuldades de escolarização, desconsiderando os funcionamentos escolares em que estas são construídas. Realiza estudos, debates e articulações visando implementar ações coletivas e de gestão junto ao poder público, em parceria com o Sindicato dos Psicólogos, Sistema Conselhos de Psicologia e outras entidades. Promoveu três encontros interinstitucionais de atendimento psicológico à queixa escolar e participou do ano da educação do Sistema Conselhos e das Conferências Municipais e Estadual de Educação. Atuante nas ações contra o "PL da dislexia", em São Paulo e na organização de eventos como o I Seminário Internacional A Educação Medicalizada: dislexia, TDHA e outros supostos transtornos e o seminário Bullying???

Palavras-chave: Atendimentos Psicológicos, Queixas Escolares, Medicalização

Inclusão sem medicalização: sucesso da educação infantil ao ensino fundamental

Autora: Heloisa Helena Dias Martins Proença

Outros autores: Debora Ribeiro e Moraes, Elaine de Oliveira e Paulo Henrique Queiroz

Resumo: Compartilhamos uma experiência de intervenção pedagógica de sucesso, desenvolvida numa escola particular do município de Campinas (SP), com uma aluna do ensino regular, portadora da síndrome de down, estudante do colégio desde os 6 anos de idade e, atualmente, no 8º ano do ensino fundamental. Defendemos a inclusão como um processo que envolve todos os profissionais e alunos da instituição educacional e não apenas o portador de uma síndrome ou transtorno. Constatamos que uma prática pedagógica cuidadosa, ressignificada constantemente a partir da interação com os alunos e numa relação dialógica entre os profissionais, planejando estratégias didáticas permanentemente revistas e reorganizadas conforme as necessidades de aprendizagem, só pode oferecer bons resultados. A aluna em questão sempre participou de todas as atividades pedagógicas e nunca necessitou de intervenção medicamentosa. Produz conhecimento na medida de suas potencialidades, interagindo intelectualmente nas situações didáticas propostas cotidianamente. Lê, produz textos coerentes, participa das avaliações escritas, realiza atividades matemáticas e é capaz de propor estratégias para resolver problemas.

Palavras-chave: Inclusão, parceria profissional

Intervenção psicopedagógica escolar para a prevenção de dificuldades de leitura e da escrita na alfabetização

Autora: Líliliana Azevedo Nogueira

Outras autoras: Luzia Alves de Carvalho, Líliliana Maria Boa Morte e Líliliana Azevedo Nogueira

Resumo: O trabalho apresenta práticas de diagnóstico e intervenção psicopedagógica para detectar, numa perspectiva preventiva, as dificuldades presentes no processo de aprendizagem da leitura e escrita de crianças em fase de alfabetização. Mostra de que forma uma intervenção psicopedagógica individualizada, alicerçada na teoria da consciência fonológica, favorece a superação de obstáculos no processo de alfabetização. A intervenção utiliza recursos lúdicos e educativos fundamentados na teoria da consciência fonológica e na informática, considerando as dificuldades e potencialidades individuais e coletivas das crianças. Ao longo da intervenção, constata-se o desenvolvimento nas áreas de linguagem, leitura e raciocínio lógico que contribuem para a otimização da alfabetização. O apoio psicopedagógico do censa, trata-se de um espaço-tempo de intervenção e estímulo àquelas habilidades que a criança necessita desenvolver (memória, percepção, pensamento lógico-matemático, atenção, concentração, leitura e escrita). Dados estatísticos revelam que as crianças frequentam as sessões, em média por 2 meses, após os quais são liberadas, por terem já adquirido os pré-requisitos para caminhar autonomamente.

Palavras-chave: Intervenção Psicopedagógica, Escola, Alfabetização

Matriciamento: uma ferramenta de enfrentamento aos processos medicalizantes

Autora: Danae Trevisan

Outras autoras: Rosângela Villar, Leda Marques, Paula Otero

Resumo: O SADA é um equipamento público do SUS - Campinas com atuação na interface especialidade/saúde mental, sendo a referência municipal na atenção às queixas de aprendizagem. Realiza, em abordagem integral e sistêmica, um trabalho de resgate de crianças e adolescentes que, após experiências repetidas de insucesso escolar, incorporaram o rótulo do fracasso ou de uma doença ou distúrbio. Muitas ações são desenvolvidas para efetivação desta missão. A ação de matriciamento de profissionais tem sido utilizada para ampliar o olhar sobre as queixas escolares e sobre os processos de desenvolvimento humano, em especial os da aprendizagem, desconstruindo a compreensão reducionista medicalizante sobre os sujeitos e seus supostos transtornos. Este painel eletrônico visa apresentar a experiência desenvolvida em um dos distritos de saúde de Campinas em uma rede intersetorial de atenção e os desafios da construção desta prática.

Palavras-chave: Aprendizagem, Matriciamento, Medicalização

Mediação escolar: desafios e perspectivas para a inclusão de alunos autistas na educação infantil

Autora: Líliliana Azevedo Nogueira

Outras autoras: Luzia Alves de Carvalho e Líliliana Maria Boa Morte

Resumo: O trabalho apresenta uma experiência de tutoria com crianças portadoras de transtorno invasivo/espectro autístico. Desde 2008, as crianças são inseridas em salas de aulas regulares, recebendo atendimento especial de mediadoras (teacher assistant) para sua inserção ativa na dinâmica escolar. Visa proporcionar atenção individualizada (teacher assistant), intermediando a compreensão de questões sociais, afetivas e cognitivas através de material pedagógico personalizado. A mediação é realizada por estagiárias do curso de pedagogia do Isecensa, com adequado conhecimento psicopedagógico e pedagógico para atuar com o referido transtorno, sendo acompanhadas por uma equipe multidisciplinar. A atuação do mediador é

fundamental ao proporcionar situações e jogos visando a internalização de hábitos, conceitos e formas de ação para favorecer a participação ativa nas atividades escolares. dentre os avanços, notamos: evolução na habilidade social; atendimento aos comandos e maior interesse na realização das tarefas pessoais e escolares; participação em atividades coletivas e culturais; evolução da linguagem oral e escrita através das recontagens de histórias e relatos de alguma situação.

Palavras-chave: Pedagogia, Mediação Escolar, Autismo

Medicalização da aprendizagem e fracasso escolar: discursos e práticas sobre o TDHA

Autora: Maria Izabel Souza Ribeiro

Resumo: A pesquisa de doutorado em andamento apresentada, tem como foco a medicalização da aprendizagem e a produção e intervenção pedagógicas do fracasso escolar de estudantes com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA). Seu objetivo geral é analisar os fatores da e na escola, de produção das dificuldades no processo de escolarização desses estudantes e identificar possibilidades de intervenção para sua superação. Objetiva especificamente reconhecer a partir das narrativas dos discentes as queixas relativas à escolarização; identificar suas experiências em relação às dificuldades enfrentadas no acompanhamento das atividades/conteúdos escolares; e as estratégias de aprendizagem utilizadas. A pesquisa assume a crítica à visão da medicalização do não aprender na escola, pautada na compreensão naturalizada da aprendizagem e do desenvolvimento. Assim, propõe a análise dos fenômenos relacionados ao TDHA de forma não naturalizante, fundamentada na psicologia sociohistórica. Trata-se de uma investigação qualitativa que pretende compreender como o processo de escolarização é construído na cotidianidade, para destacar os fatores produtores do fracasso escolar.

Palavras-chave: TDHA, Medicalização da Aprendizagem, Fracasso Escolar

Medicalização da sociedade e suas consequências para a educação: uma revisão teórica.

Autora: Gabriela Erbrantina Biato Ravo

Outras Autoras: Juliana Magalhães, Tânia Cristina Squilaci

Resumo: A pesquisa abordou a medicalização da sociedade e da educação. Por meio de revisão bibliográfica, apresentou-se o contexto histórico, no qual o discurso médico propaga-se e é aceito como verdade inquestionável, assumindo o poder de normatizar a vida, definir o normal e o patológico, prescrevendo soluções fundamentadas no tratamento medicamentoso. Discute-se que uma das vertentes da medicalização na sociedade relaciona-se ao campo educacional, que passa a assumir o mesmo discurso, transformando questões de origem social e política em questões médicas. Desta forma, interpretações equivocadas das razões que envolvem a não aprendizagem têm levado a diagnósticos inadequados, sem base científica. Rotulam-se indivíduos e isentam a escola e a sociedade de questionamentos necessários e que de fato contribuam para a superação do fracasso escolar. Conclui-se pela necessidade de uma luta, que passe pelo questionamento, formação e mudança de paradigmas de todos os envolvidos neste processo, em especial dos profissionais ligados à saúde e à educação, bem como pela transformação do espaço escolar, recuperando-se a sua condição de espaço de produção de conhecimento e não de indivíduos doentes.

Palavras-chave: Medicalização, Educação, Sociedade

Medicalização do processo-ensino aprendizagem: construindo alternativas

Autor: Rafael de Souza Nunes

Outros autores: Claudio Ramos Peixoto, Maria Olimpia de Oliveira e Danieli Porter Taveira

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar análise de resultados iniciais da pesquisa medicalização do processo ensino-aprendizagem: construindo alternativas. É decorrente de estudo anterior sobre a medicalização de problemas socioculturais relativos à escolarização no município de Vassouras (RJ). Após estudo dos dados obtidos, optamos por desenvolver intervenção em uma unidade escolar com a finalidade de, conjuntamente com o coletivo da escola, construir projetos que busquem soluções intraescolares para superar entraves na escolarização do aluno. Na primeira etapa desta pesquisa, analisamos as demandas de observações participantes em diferentes espaços e atividades desenvolvidas bem como de entrevistas com todos os profissionais da escola. A partir de analisadores detectados, elaboramos um plano inicial de ação, em discussão com a equipe escolar, que tem como objetivo principal o resgate da identidade dos profissionais da escola como sujeitos construtores e transformadores de processos para a formação integral dos alunos. Nossos referenciais teóricos são a socioanálise de Lourau e Lapassade e a psicologia histórico cultural de Vygotsky.

Palavras-chave: Medicalização, Psicologia, Educação

Medicalização e gênero: por que os meninos são mais propensos ao diagnóstico de TDHA?

Autora: Joelma da Silva Freitas

Outros autores: Cesar Rota Junior

Resumo: As relações de gênero e a presença de dificuldades de aprendizagem tem chamado a atenção de pesquisadores e grupos de estudos. Pode-se perceber que há uma maior porcentagem de crianças do sexo masculino sendo encaminhadas a

serviços de saúde e diagnósticos. As descrições diagnósticas do quadro de transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDHA) sempre afirmam maior prevalência neste grupo, em detrimento das crianças do sexo feminino. A presente pesquisa identificou, por meio de análise qualitativa de encaminhamentos de crianças a um centro especializado de diagnóstico neurológico, uma frequência maior (67,5%) de meninos do que de meninas (32,8%). Assim, meninos são entendidos como mais rebeldes, agressivos, inquietos e desatentos, e tais comportamentos levam profissionais da educação e até mesmo das áreas Psi a sugerirem que tais crianças são portadoras de TDHA ou mesmo Transtorno Desafiador Opositivo (TOD). Portanto, tal relação tem influenciado as práticas medicalizantes da educação escolar, culminando em encaminhamentos a serviços de avaliação psicopedagógica, psicodiagnóstica, neurológica e psiquiátrica.

Palavras-chave: Hiperatividade, Medicalização, Gênero

Medicalização e psicologia escolar: reflexões sobre o adoecimento da/na escola

Autora: Lucianna Ribeiro de Lima

Outras autoras: Liliane dos Guimarães Alvim Nunes Araújo

Resumo: Atuando como psicólogas escolares no colégio de aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, deparamo-nos com a frequente solicitação de diagnósticos de alunos com queixas escolares. Tais avaliações são demandas tanto da família, quanto do corpo docente, cujos sentimentos de impotência frente ao não aprender de crianças e adolescentes tornam-se motivadores para a justificativa de problemas biológicos. O ciclo patologizante apresenta sua força, à medida que retorna ao espaço escolar impoando uma série de “instrumentos de diagnóstico”, carregados de cunho científico, atuando como mais um mecanismo legitimador da doença. Para enfrentar o processo de medicalização na e da escola, investimos em formação continuada, reflexões com os alunos e famílias sobre os sentidos do aprender, além de debates interdisciplinares com profissionais da comunidade. Pode-se constatar que os avanços são lentos, inversamente proporcionais à velocidade com que as informações patologizantes alcançam os destinatários. Torna-se urgente a efetivação de medidas que incidam sobre os interesses subjacentes às ações medicalizantes presentes na sociedade.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Medicalização, Escola

Medicalização: compreensão de seu significado

Autora: Mariana Akemi Suzuki

Outras autoras: Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Resumo: Temos observado recentemente uma discussão, tanto na comunidade científica quanto nas mídias populares, sobre o alto índice de uso de medicamentos (drogas lícitas) nas mais variadas áreas da vida das pessoas. De acordo com uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo, em 16 de janeiro de 2011, a venda de calmantes no Brasil disparou 36% nos últimos quatro anos. Esses tranquilizantes são o segundo mais vendidos entre as drogas e só perdem para os anticoncepcionais. Tais dados também vêm sendo discutidos e explorados por especialistas da educação e da saúde. Diante disso, este estudo teve como objetivo elaborar uma compreensão mais ampla a respeito da medicalização na sociedade atual. As considerações verificadas apontam que a medicina está se inserindo de forma abusiva na vida das pessoas, cuja ampliação crescente vem se dando em diversas áreas da vida social. No entanto, identificamos que tanto a sociedade em geral quanto a comunidade científica possuem pouca compreensão sobre o processo de medicalização. Ressaltamos que, ao elevar o entendimento sobre esse fato, podem aumentar as possibilidades de propor intervenções nos espaços sociais.

Palavras-chave: Medicalização, Medicina, Educação

Movimentos de medicalização nas ações de educação especial em Vila Velha (ES)

Autora: Paula Lampé Figueira

Outras autoras: Luciana Vieira Caliman

Resumo: Este trabalho é uma pesquisa de mestrado em andamento que visa analisar as práticas vigentes em 2009 e 2010 no extinto CRAPNEE (Centro de Referência para Alunos com Necessidades Educativas Especiais), em Vila Velha (ES). Apesar de destinado ao público da educação especial, o serviço recebia as mais variadas queixas escolares. Nossas ferramentas investigativas foram a leitura e análise de documentos como a política municipal de educação especial e prontuários de crianças atendidas no CRAPNEE no final de 2010. Também fizemos entrevistas com profissionais que trabalharam na entidade na época, junto ao relato da minha própria experiência como psicóloga nesse serviço. Observamos que o CRAPNEE operava como um “ambulatório de saúde mental” no qual a maioria das queixas escolares recebia um diagnóstico psiquiátrico a partir de práticas em sua maioria biomédicas. Nos prontuários encontramos documentos referentes à passagem do aluno pelo serviço, mas que nem sempre fora atravessada por processos de medicalização. Agora a questão que se coloca é quais movimentos resistiam a esses processos, produzindo outros modos de vida e outras práticas nas ações de educação especial no crapnee.

Palavras-chave: Medicalização, Educação Especial, Queixa Escolar

Neurolinguística discursiva: corpo a corpo contra dispositivos que patologizam a leitura e a escrita

Autora: Maria Irma Hadler Coudry

Resumo: Hoje quem não corresponde a um padrão estabelecido é considerado patológico, o que justifica o excesso de patologização de crianças normais que apresentam impedimentos para entrar no mundo da leitura e da escrita e para seu uso social. A pesquisa tem como objetivo apresentar o centro de convivência de linguagens - Ccazinho - como um contradiscurso para enfrentar dispositivos históricos que determinam o que é patologia, na área de leitura e escrita. A metodologia longitudinal, de base heurística, acompanha o processo e analisa dados de 30 crianças entre 7 e 14 anos, possibilitando a descoberta de suas dificuldades e o aprendizado pelo sujeito e pelo investigador. Conclusões: os resultados mostram que no lugar de patologias diagnosticadas há dificuldades normais de leitura e escrita (presença da fala na escrita) que são compreendidas e resolvidas, na mediação com o outro (escola e família). Mostram, ainda, que o contradiscurso que elaboramos e praticamos no Ccazinho integra práticas com a linguagem verbal e não verbal que articulam fala, leitura e escrita em suas funções sociais que dão sentido ao que se faz e imagina, fortalecendo as crianças para enfrentar suas dificuldades.

Palavras-chave: Neurolinguística Discursiva, Patologização, Contradiscurso.

Novo fundamental: velhas queixas escolares

Autora: Elisabeth Morales Brambila Santos

Resumo: O objetivo do estudo foi verificar a adequação dos professores ao novo ensino fundamental de nove anos e as implicações pedagógicas decorrentes da incorporação de alunos com seis anos de idade. Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, feita através da análise temática de 33 documentos de alunos com queixas escolares, com seis anos de idade, de 15 escolas públicas da região leste de SP. As categorias encontradas foram comportamentos inadequados (87,9%) e dificuldades na aprendizagem (12,1%). Dos comportamentos inadequados duas subcategorias: movimentar-se em sala de aula (63,8%) e não aceitar regras (36,2%). Das dificuldades na aprendizagem: capacidade de se concentrar, de manter atenção e memória (54,2%). Constatou-se que não houve mudanças nas ações pedagógicas para o novo aluno de seis anos. A ideia de aprendizagem implícita nas queixas é a de que o conhecimento se dá por retenção e acúmulo de informações para um aluno quieto, atento e passivo, a construção de conhecimento pela ação não é prioridade nas escolas públicas, o movimento é tratado como inadequado e justifica seu encaminhamento para um especialista da saúde.

Palavras-chave: Queixas Escolares

Núcleo de apoio pedagógico: um olhar sobre a demanda da escola atual

Autora: Adriane Gisbert Maranhão

Outras autoras: Suely da Silva Rosa, Fernanda Mayumi Kose Yokode e Hellen Marcia Martins

Resumo: A atualidade pede uma escola que vá ao encontro das especificidades dos alunos. Com o aumento do trabalho de equipes multidisciplinares, os diagnósticos em torno das dificuldades e distúrbios escolares se intensificaram e a escola teve que acompanhar. Então, diante do que nos pede a sociedade escolar, o Colégio Marista de Maringá (PR) cria o núcleo de apoio pedagógico i e ii (NAP), que está em funcionamento desde maio de 2010. Nesse espaço, os alunos são atendidos uma vez por semana, em contra turno, por especialistas, que direcionam os trabalhos mediante as particularidades de cada um. O espaço está dividido em dois: um que atende alunos do ensino infantil fundamental (i); outro que atende alunos do ensino fundamental (ii) e médio, com distúrbios, e que possuem diagnósticos. São alunos com diferentes patologias (síndrome de down, tdah, dislexia entre outras). Tendo em vista que os educandos em processo de inclusão são amparados por lei, a escola faz o atendimento seguindo recomendações da proposta político pedagógica. Os atendimentos realizados no NAP evidenciaram um resultado satisfatório, uma vez que no final do ano de 2010 não tivemos retenção de alunos participantes do projeto.

Palavras-chave: Aluno, Escola, Demanda

O diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade em questão

Autora: Rosana Aparecida Albuquerque

Resumo: As queixas escolares referentes à falta de atenção e a comportamentos hiperativos estão aumentando e servindo de justificativas ao fracasso escolar. Desenvolver pesquisas referentes a esta questão requer voltar o nosso olhar para o aumento assustador de crianças diagnosticadas com transtorno de déficit e atenção e hiperatividade (TDHA). Este trabalho tem por objetivo apresentar apontamentos referentes ao diagnóstico de TDHA em contexto escolar. Os dados apresentados fazem parte de uma pesquisa de doutorado em educação da Universidade Estadual de Maringá, ainda em andamento. As discussões aqui apresentadas se configuram como um recorte da pesquisa que se caracteriza por estudos bibliográficos e pesquisa de campo realizada em escolas municipais de Maringá (PR). Foram selecionados alunos com o diagnóstico de TDHA e realizadas observações em sala e entrevistas com os pais e professores. As análises preliminares destes dados indicam a presença única da ciência médica na elaboração de laudos que indiretamente são realizados

pelos pais e pela escola, o que torna o diagnóstico de TDHA ainda mais subjetivo, questionável e preocupante.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Diagnóstico, Contexto Escolar.

O enfrentamento da medicalização pelo trabalho pedagógico

Autora: Ynyah Souza de Araújo Teixeira

Resumo: Este trabalho refere-se a crianças rotuladas como doentes, por não aprenderem, por serem imaturas, por não terem limites, por não pararem quietas, por serem indisciplinadas... Crianças que, ao serem rotuladas por pretensos diagnósticos, são encaminhadas para avaliações médicas e psicológicas, que legitimam sua "incapacidade", limitam suas possibilidades de desenvolvimento e as tornam prisioneiras de verdadeiras etiquetas psiquiátricas e neurológicas. Inicia-se, na maioria das vezes, o processo de medicalização do processo ensino-aprendizagem e da própria criança. Fabricam-se ideologicamente "doenças" que seriam as pretensas causas do fracasso escolar. Este trabalho fala de possibilidades colocadas pelo trabalho pedagógico alicerçadas no fato de que os significados das representações, vivenciadas em todos os espaços da vida cotidiana, são construções sociais que se transformam historicamente e são apreendidas pelos sujeitos. Este trabalho relata os processos pelos quais três adolescentes se reapropriaram de sua condição de sujeitos de sua própria história, recuperando suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem

Palavras-chave: Diagnóstico, Estigma, Fracasso Escolar, Medicalização

O ensino intencionalmente dirigido como uma alternativa à medicalização da aprendizagem escolar: considerações a partir da psicologia histórico-cultural

Autora: Nadia Mara Eidt

Outras autoras: Hilusca Alves Leite e Silvana Calvo Tuleski

Resumo: Este trabalho deriva de pesquisas fundamentadas nos pressupostos da psicologia histórico cultural e busca novas sínteses propositivas para a educação da atenção, objetivando a organização da atividade de ensino e estudo na idade escolar, para promover o máximo desenvolvimento da consciência e autoconsciência nos educandos. Tal estudo se justifica pela possibilidade de superação da visão organicista que se apresenta hegemônica, atuando pela via da medicalização de casos de escolares desatentos e incapazes de controlar o próprio comportamento. Em oposição, a análise desenvolvida ancora-se no método materialista histórico dialético e considera que tais sintomas expressam a aparência deste fenômeno, cuja essência está na não promoção do desenvolvimento das funções superiores (atenção voluntária e o controle voluntário do comportamento), no qual a escola tem papel decisório. Como resultado, resgata-se a função social da escola na sociedade capitalista (pra que ensinar?), a definição de quais conhecimentos científicos são fundamentais para a promoção do desenvolvimento psíquico (o que ensinar?) e as formas mais adequadas de transmissão apropriação desse conhecimento (como ensinar?).

Palavras-chave: Psicologia Histórico Cultural, Medicalização e Atenção

O lúdico e a expressão da afetividade na intervenção psicológica com crianças rotuladas pela queixa escolar

Autora: Roberta de Jesus Baptista

Outras autoras: Eulalia Cristina Trevisan Gomes, Karina Vieira de Souza Motta, Kely Cristina dos Santos, Luciene Blumer e Shirley Rita Domingues

Resumo: A pressão no mundo atual que expõe o indivíduo a novas informações cobrando-lhes um desempenho pautado em um ideal imaginário de perfeição, tem levado muitas crianças a terem que aprender a qualquer preço e o mais rápido possível. Assim, a aprendizagem torna-se mecânica e sem sentido, levando às práticas de rotulação e medicalização. O trabalho realizado com o grupo de crianças no estágio Atenção psicológica à crianças e adolescentes com queixa escolar (Sapsi-Fam), visa conscientizar famílias, escola e principalmente as crianças de que são capazes e possibilitar que recuperem e/ou adquiram o desejo pelo saber. O método fundamentou-se na abordagem Histórico Cultural de Vygotsky (aprendizagem mediada e zona de desenvolvimento proximal). Os encontros semanais foram pautados pelo método da observação participante (atividades lúdicas, procedimentos gráficos e acadêmicos). Foram realizados encontros com as professoras para maior investigação do contexto escolar. Através das análises e das intervenções realizadas, percebemos uma melhora significativa das crianças que passaram a acreditar mais em si mesmas, obtendo resultados positivos na escola.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Crianças, Abordagem Histórico Cultural

O problema de aprendizagem no ensino superior: proposta reflexão psicopedagógica

Autora: Cristina Hashizume

Outras autoras: Jamile Tasso Gomes

Resumo: O presente trabalho se propõe a desconstruir a visão educacional de que o diagnóstico médico ou psicopedagógico seria a forma mais clara para se buscar alternativas aos problemas de aprendizagem no ensino superior. Na contemporaneidade deparamo-nos com o discurso médico impregnando nossa relação com o mundo. A popularização de programas de talk shows dando diagnósticos psicológicos ou médicos, além do surgimento de exames computadorizados que adentram as outrora inatingíveis partes de nossa anatomia dão a impressão de ter tornado mais claro e

facilmente curável as doenças modernas. O linguajar médico se infiltra nas conversas cotidianas, demonstrando-se que nunca se soube tanto, com tanta precisão sobre a anatomia, fisiologia e psicopatologia das doenças. Em contraposição, deparamo-nos com o fato de que novos males, sentidos e doenças modernas, principalmente na universidade, têm se manifestado de forma contundente. Discutir os aspectos sociológicos e psicológicos que confluem nesse enredamento que colabora para o surgimento das novas patologias educacionais é uma boa saída para compreendermos um pouco mais a complexidade do fracasso escolar no ensino superior.

Palavras-chave: Fracasso Escolar, Ensino Superior, Apoio Psicopedagógico, Psicologia Escolar

O que o profissional psicólogo pode fazer?: a economia por trás da lógica medicalizante

Autora: Adriana Manrique Tomé

Outros autores: Pedro Felipe Furlaneto Nava

Resumo: O presente trabalho é parte de um levantamento bibliográfico feito entre junho e agosto que visa discutir o comércio que se movimenta por trás do diagnóstico e que dá notícia de uma formação e atuação profissionais vinculadas à perpetuação de um sistema que gera exclusão e discriminação. Uma vez classificadas como doentes, as pessoas se tornam pacientes e consumidoras de tratamentos, terapias e medicamentos, que transformam o seu corpo em alvo para os problemas que, segundo a lógica medicalizante, devem ser sanados individualmente. Ao obter uma classificação, o indivíduo é taxado e vai atrás de soluções para suas demandas. Procura profissionais especializados, muitas vezes particulares, movimentando o comércio existente por trás da saúde, com idas ao psiquiatra, clínico geral, psicólogo, fonoaudiólogo, e principalmente com investimentos no âmbito psicofarmacológico. Acreditamos que o fim de uma consulta pode ser muito mais do que simplesmente uma receita médica e um encaminhamento, pode ser um início de diálogo, focado na situação do doente, seu sofrimento e questões existenciais, e principalmente seus desafios terapêuticos e possibilidades de intervenção.

Palavras-chave: Medicalização, Economia, Psicologia

O TDHA em questão

Autora: Ieda Maria Munhos Benedetti

Outras autoras: Alexandra Ayach Anache

Resumo: Apresentamos aqui o resumo da tese de doutoramento de Ieda Benedetti, orientado por Alexandra Anache, defendida no ano de 2009 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Utilizando a metodologia qualitativa, o trabalho apresenta o conceito de transtorno de déficit de atenção, com ou sem hiperatividade, trazendo a conceitualização da corrente hegemônica do quadro assim como posicionamentos que o questionam. Discute o processo de construção do conceito e a metodologia da ciência positiva como elementos determinantes para a apresentação do transtorno, nos moldes em que está posto. Questiona a opção terapêutica medicamentosa correlacionando-a com a estrutura da sociedade de consumo empobrecida em sua subjetividade. Critica a invasão de práticas medicamentosas dentro das escolas, entendendo que as soluções para os problemas da órbita do TDHA passem pela transformação do espaço pedagógico e pela releitura das relações subjetivas no campo familiar, escolar e social de modo geral. Critica a medicalização do processo ensino aprendizagem concluindo que cabe à educação, a tarefa de retornar seu próprio campo de conhecimento, nos níveis teóricos e nas salas de aula.

Palavras-chave: TDHA, Aprendizagem, Medicalização

O trabalho multidisciplinar e a construção de novos significados acerca da queixa escolar

Autor: Bráulio Ramos da Silva

Outras autoras: Francismere Gonçalves Rosa Aguiar, Lígia Ribeiro Horta, Luciana Goulart Machado Alves, Nidiamara Guimarães Vana e Beatriz Soares do Amaral.

Resumo: Diante do trabalho realizado pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara (GO), psicólogos, assistentes sociais e fonoaudióloga, através de discussões com o corpo docente e familiares dos alunos da rede de ensino, começaram a observar diferentes posturas em relação às queixas escolares. Foi percebida uma diminuição das queixas com suposição de transtornos e/ou deficiência mental, e também, no número de encaminhamentos para o setor de neurologia e psiquiatria. É preciso pensar as intervenções realizadas e refletir criticamente sobre suas influências. A ampliação dos espaços de reflexão e discussão sobre a queixa escolar ainda são a base das intervenções. Neste último ano, uma série de exigências levou esta equipe a pensar de forma mais crítica a avaliação psicoeducacional. Com isso a triagem recebeu atenção especial. Apesar de ainda percebermos discursos que persistem ao considerar o aluno e sua família no centro das explicações para o fracasso escolar, acredita-se que este modelo de intervenção possibilitou a reflexão e a contextualização da queixa, maior conscientização, responsabilização e participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Intervenção Multidisciplinar, Conscientização

O uso de técnicas comportamentais em sala de aula: o atalho para o especialista em “problemas” de aprendizagem

Autor: João Pedro de Oliveira Goulart Carvalho

Outras autoras: Cláudio R. Peixoto

Resumo: Técnicas comportamentais presentes em sala de aula podem possibilitar, quando fracassadas em seu resultado, o caminho mais curto para a medicalização do aluno pelo especialista na área cognitiva, pois a priori possuem a explicação pelo baixo desempenho e rendimento do aluno na aprendizagem. Objetivamos neste trabalho relacionar as práticas comportamentais em sala de aula com o encaminhamento à especialistas em “problemas” de aprendizagem no tratamento de prováveis

distúrbios cognitivos e sua medicalização. Para tal, realizamos observações participantes em turmas de uma escola pública do município de Vassouras (RJ), além de entrevistas fechadas e conversas informais com docentes da mesma. Percebeu-se considerável necessidade por laudos médicos que justifiquem a diferenciação na dinâmica de ensino-aprendizagem, provocada pela visão simplificadora do processo de escolarização, que desconsidera a realidade histórico-cultural do aluno. Tal constatação apoia nossa ideia sobre o poder da escola como produtora do fracasso escolar e da utilização que faz dos saberes médicos como legitimadores para ocultação de sua participação neste processo.

Palavras-chave: Práticas Comportamentais, Encaminhamento, Fracasso Escolar

Oficinas de criatividade: uma experiência de intervenção em contexto de saúde mental

Autora: Vanessa Correia Valentim Coutinho

Outros autores: Marina Halpern-Chalom e Igor Álvares Enkim

Resumo: Quando a medicação possui um fim em si mesma, impede que outras possibilidades sejam exploradas, desconsidera a singularidade e destitui o outro de autonomia, reduzindo a experiência humana a um rótulo padronizador. Objetivamos compartilhar e ressignificar experiências, facilitar a reflexão e apropriação da autonomia e potencial criativo entre frequentadores de um hospital dia. Realizamos 12 encontros, elaboramos as oficinas conforme a demanda do grupo, baseadas em propostas dialógicas e recursos expressivos. Para a instituição a aceitação da doença era primordial para um tratamento bem sucedido, assim os participantes se definiam a partir do diagnóstico recebido e o uso de calmantes aparecia como único recurso para lidar com sentimentos e emoções. Evidenciando um tratamento calçado no modelo médico, optamos por atividades que promovessem uma participação mais ativa no tratamento, para além da medicalização. Assim, as oficinas de criatividade se mostram uma alternativa de intervenção em saúde mental, por facilitar o diálogo e a reflexão, permitindo que o sofrimento possa adquirir novos significados.

Palavras-chave: Medicalização, Reflexão e Autonomia

Olhar, classificar e diagnosticar: discursos negados e práticas medicalizantes no ambiente escolar

Autor: Rafael de Souza Nunes

Outros autores: Claudio Ramos Peixoto

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir as práticas medicalizantes existentes dentro do espaço escolar. Tomaremos como análise um atendimento feito pelo setor de psicologia escolar do serviço escola da Universidade Severino Sombra. Uma avaliação psicopedagógica de uma criança foi solicitada devido às queixas apresentadas pela escola: hiperatividade. No início da análise percebemos que a criança não apresentava nenhum agitação que pudesse ser considerado patológico. Também não identificamos nenhum problema cognitivo. Encontramos sim uma vida medicalizada através dos discursos psi e de psicofármacos. A mãe, por orientação da professora, levou a criança para atendimento com um neurologista que o prescreveu neuleptil, um anti psicótico. Era visível o sofrimento da criança diante o caso. Partindo das análises de Foucault e Canguilhem, pretendemos discutir a vida enquanto obra de arte e também enquanto processo de criação. Evidenciar também o discurso negado da criança, pois a mesma não apresentava nenhuma diferença que fosse passível de intervenção medicamentosa. A criança simplesmente queria ser criança.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Medicalização

Onde mora o inimigo? Reflexões acerca dos efeitos da discursividade contra-medicalização

Autor: André Ricardo Nader

Outras autoras: Sthefânia Carvalho

Resumo: Diversas ações (seminários, fóruns, publicações) têm se ocupado em promover uma discussão acerca da medicalização. Estas ações compõem um quadro discursivo de extrema importância para o movimento contra o processo de medicalização da vida, redução da complexidade da vida social e dos processos de subjetivação à lógica médica. Ao mesmo tempo, podemos verificar que no cotidiano do trabalho em instituições, um efeito deste discurso tem sido a elevação de um conjunto de práticas, saberes e, inclusive, pessoas à condição de inimigo. A cena que se monta é, então, o combate ao inimigo e substituição do saber médico pelo saber sobre a medicalização, incorrendo no perigo de simplesmente substituir um saber hegemônico por outro. O presente trabalho pretende, a partir da ampliação teórica do conceito de medicalização e de reflexões construídas com base na experiência em instituições de saúde, problematizar efeitos do discurso contra medicalização sobre as práticas nas instituições. Com isso visamos potencializar a invenção de práticas que lidem, sim, com a questão da medicalização, mas sem perder de vista a complexidade dos efeitos das nossas posições.

Palavras-chave: Prática Institucional, Contra Medicalização, Produções Discursivas

Pais, educadores e profissionais da saúde: cruzamentos discursivos sobre a infância

Autora: Cristina Keiko Inafuku de Merletti

Outras autoras: Maria Cristina Machado Kupfer

Resumo: As temáticas sobre a criança trazem reflexões sobre os efeitos do discurso científico contemporâneo nas famílias e nos profissionais que se encarregam delas. Falamos com frequência da aprendizagem, do brincar e do desenvolvimento, assim como do seu sofrimento e de suas demandas. Porém, reconhecemos menos as singulares formas de aprender, as diferentes formas de brincar, as idiossincrasias do sofrer e as inusitadas formas de demandar no sujeito infantil. O trabalho de escuta psicanalítica de pais em instituição articulado aos indicadores de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI) tem apontado que o discurso científico contemporâneo produz

o apagamento das dúvidas e das reflexões sobre a complexidade da constituição do sujeito, substituindo-as por certeza, previsibilidade, padronizações, quantificações e por classificações. Os profissionais da infância não ficam ilesos a esse discurso e têm se referido às crianças como hiperativas, disléxicas, DMS, PSC, autistas ou portadoras de síndrome de oposição, provocando efeitos destruidores nas relações das famílias com seus próprios filhos e no curso de sua subjetivação.

Palavras-chave: Pais, Infância, Discurso Científico

Parceria entre saúde e educação: construindo uma rede de cuidados à criança e ao adolescente no âmbito público

Autora: Lourdes Aparecida D'urso

Outras autoras: Viviane Pressi Moreira, Arlete Russini e Raquel Samara Moura Ricardo

Resumo: Os encaminhamentos da educação para a saúde eram em grande número, cerca de 60% dos casos recebidos pela fonoaudiologia e psicologia na atenção básica da região do Heliópolis, em São Paulo. Eram crianças e adolescentes com queixas de indisciplina, dificuldades de aprendizagem ou linguagem. Criou-se, desde 2008, um espaço mensal de discussão entre os profissionais de saúde, da educação e outros, denominado Fórum de Saúde e Educação de Heliópolis, com o objetivo de propor ações efetivas de atenção e proteção à criança e ao adolescente no âmbito educacional e no da saúde. Nesses encontros, os casos a serem encaminhados para a saúde são discutidos visando decisões compartilhadas e ações em parceria. A partir da análise dos registros das discussões, constata-se a validade da proposta, que pode tornar o encaminhamento para a saúde desnecessário. A discussão intersetorial amplia a troca de saberes e possibilita a construção de um campo comum entre saúde e educação. Essa abordagem contribui, assim, para a construção de uma rede de cuidados para as crianças e adolescentes, favorecendo intervenções mais resolutivas, humanizadas e não pautadas na medicalização da aprendizagem.

Palavras-chave: Atenção Básica, Parceria Intersetorial, Rede de Cuidados

Patologização e medicalização dos adolescentes privados de liberdade

Autora: Juliana Biazze Feitosa

Outras autoras: Maria Lúcia Boarini

Resumo: Estudos científicos mostram que a internação, em geral, é uma das respostas que a sociedade tem oferecido para enfrentar a delinquência juvenil. Suas causas continuam a ser atribuídas apenas aos indivíduos, desconsiderando a complexidade social que envolve esta situação. A prática de atos ilícitos tem sido associada a patologização do adolescente e, além da internação, a medicalização é presença constante nas instituições de privação de liberdade. A administração de medicamentos psiquiátricos tem se tornado tão frequente, que na inspeção nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com lei constatou-se que mais de 80% deles usavam antipsicóticos (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, 2010). Estudos que realizamos junto ao Centro de Socioeducação II de Cascavel (PR) indicam que grande parte dos adolescentes que toma medicação psicotrópica iniciou o uso dentro da instituição. Uma das justificativas apresentadas por eles mesmos ao solicitar a medicação é a necessidade de aliviar o sofrimento psíquico produzido pela internação. Trazer esta questão a debate é o objetivo desta exposição.

Palavras-chave: Internação, Patologização e Medicalização

Política de inclusão x negação da diferença: algumas considerações sobre o processo de inclusão de aluno com deficiência no sistema regular de ensino

Autora: Luciene Blumer

Resumo: A história das pessoas com deficiência é marcada pelo preconceito e a educação destinada a elas geralmente acontecia de forma segregada. Na década de 90 intensificam-se os movimentos para a inclusão e a educação, preferencialmente, no ensino regular. Atualmente podemos observar a crise educacional, o que nos leva a indagar até que ponto as políticas de inclusão podem oferecer uma educação de boa qualidade. Considerando que o aluno que pertence às camadas de baixa renda já é estigmatizado, como fica a situação dele que, além de pobre, recebeu o rótulo de deficiente em um sistema educacional que nega a diferença? O trabalho objetiva situar as políticas de inclusão no contexto das mudanças históricas que vem reconfigurando o âmbito da educação. Como método usamos o materialismo dialético. Trata-se de uma pesquisa empírica (pesquisa exploratória, realizada em uma escola pública de um bairro periférico de Piracicaba (SP); estudo de caso de aluno com deficiência). As análises demonstram que a inclusão vem sendo implementada de maneira acrítica, sem a mediação adequada, as dificuldades encontradas dão espaço para a estigmatização e a patologização.

Palavras-chave: Patologização, Deficiência, Materialismo Histórico

Políticas públicas em parceria com propostas pedagógicas inclusivas

Autora: Heloísa Helena Dias Martins Proença

Resumo: Neste trabalho, partilho o processo de criação do Ceameec (Centro de Apoio Multidisciplinar de Educação Especial de Capivari) com o objetivo de desenvolver e ampliar os processos de educação inclusiva nas unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação do município de Capivari (SP). Ressalto a importância de políticas públicas a favor dos processos inclusivos, com propostas de atuação efetiva, em parceria com as instituições de ensino regular. A experiência destaca a dificuldade que os profissionais das escolas regulares têm para conduzir práticas pedagógicas inclusivas e a importância das parcerias com outros profissionais nesses processos. Caso contrário a escola acaba gerando um número excessivo de encaminhamentos dos alunos com necessidades educacionais especiais para

atendimento com profissionais da área da saúde. A inclusão de todos os alunos das redes de ensino depende do compromisso ético e profissional entre todos os envolvidos, de parcerias interdisciplinares e propostas de trabalho baseadas no princípio de que todos podem aprender.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Inclusão, Parceria profissional

Prescrição abusiva de psicotrópicos para crianças: reflexões a partir de um estudo de caso

Autora: Roselania Francisconi Borges

Resumo: Este estudo faz parte da pesquisa intitulada a Farmacologização da Infância em Idade Escolar desenvolvida no período de 2007 a 2009 junto a pais, crianças, professores e médicos (neuropediatras) com o objetivo de reconstruir o processo de elaboração do diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e hiperatividade (TDHA). Os dados foram coletados em forma de entrevistas semi-dirigidas com todos os envolvidos no processo diagnóstico. Tais dados foram reunidos e apresentados em forma de estudos de caso. Em um deles, em particular, ocorreu uma situação que é descrita na bula da medicação nos casos onde há superdosagem seguida de retirada brusca. O propósito deste painel é relatar este episódio, em especial, e tecer algumas reflexões a respeito da indicação de que pelo discurso dos profissionais da área da saúde pode-se perceber que aqueles que prescrevem o cloridrato de metilfenidato têm dúvidas e preocupações em torno do diagnóstico e do uso desses medicamentos. Porém, o mais preocupante é que, mesmo diante de dúvidas e incertezas, as estatísticas indicam que, em geral, os profissionais têm a medicação como primeira escolha, após diagnósticos precipitados.

Palavras-chave: Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade e Cloridrato de Metilfenidato

Problemas de aprendizagem e a contribuição do gestor

Autora: Eunice Barros Ferreira Bertoso

Outras autoras: Eunice Barros Ferreira Bertoso, Tercia Pepe Barbalho, Cleilny Me-deiros de Faria Lima, Cecília Ignez Manzine, Aline Alves Nogueira

Resumo: Dentro das teorias do conhecimento temos muitos educadores que apresentaram estudos, onde se constatou que a aquisição do conhecimento pode ocorrer de várias formas. Este projeto de pesquisa tem como objetivo conhecer as principais causas dos problemas de aprendizagem e estabelecer relação entre as opiniões dos docentes e da equipe gestora, pertinentes aos problemas de aprendizagem. A abordagem metodológica utilizada foi à pesquisa quali/quantitativa. Na coleta de dados foram utilizados questionários mistos. O estudo foi realizado com 15 professores do ensino fundamental e uma equipe gestora de uma escola particular, na zona sul de São Paulo. Com relação as causas de problemas de aprendizagem, foram levantados dados de extrema relevância, sendo que 54% dos professores indicam que são problemas emocionais. Percebe-se nesta situação, a discrepância de opiniões. Os resultados encontrados neste estudo indicam que as crianças que apresentam problemas de aprendizagem são um desafio para todos professores, gestores e pais, pois compreender os fatores que levam ao insucesso escolar requer, acima de tudo, reflexão. Detectamos que a maior necessidade é de atualização na formação.

Palavras-chave: Problemas, Aprendizagem, Gestores

Problemas de escolarização: culpados

Autor: Claudio Ramos Peixoto

Outros autores: Maria Olimpia M. C. de Oliveira, Rafael de Souza Nunes e Danieli Porter Taveira

Resumo: Devido à demanda para atendimento a crianças com problemas de escolarização em setores de saúde do município de Vassouras (RJ), buscamos identificar causas e fundamentações destes encaminhamentos. Trabalhamos com dados obtidos a partir de entrevistas com equipes de coordenação de todas as unidades escolares da rede pública e respostas a questionários fechados preenchidos pelos docentes. Com a coleta dos dados, percebemos que: a principal via para a solução de problemas escolares é o encaminhamento a algum profissional especialista, preferencialmente um neurologista; os professores não possuem em sua formação conhecimentos sobre distúrbios que reconhecem nos alunos; a desestrutura familiar foi apontada como a principal causadora de problemas de escolarização das crianças. Esses elementos sinalizam que o ideário medicalizante - muitas vezes, recorrente em pensamentos psicologistas do século passado - imbricado à desvalorização - que culpa as famílias - é utilizado para isentar a escola de problemas por ela produzidos. Neste cenário, como construir ações formadoras de sujeitos para uma sociedade justa?

Palavras-chave: Escola, Medicalização, Escolarização

Problematização do TDHA e seu papel constituído na sociedade

Autor: Pedro Henrique Pereira Sizer

Resumo: Há um crescente número de pessoas, em sua maioria crianças, sendo diagnosticadas com TDHA, cujo principal tratamento é de caráter medicamentoso. Propõe-se questionar a construção desse transtorno e como ele é inserido na sociedade. A medicina como prática clínica utiliza-se da análise anatomo clínico para o diagnóstico de doenças. Este se qualifica em três categorias: sinais e sintomas, marcador biológico e etiologia. Para o diagnóstico de uma doença biológica é possível identificar esse três marcadores. Entretanto, quando a medicina transfere este método de análise para o TDHA fica apenas nos sinais e sintomas, deixando de lado a etiologia e o marcador biológico. A medicina explica comportamentos e relações sociais pela perspectiva da ciência natural, ou seja, reduz os aspectos vivenciais do cotidiano em síndromes, transtornos e doenças. Ao invés de problematizar as relações familiares e escolares, centraliza a problemática no adolescente e na criança, categorizando-as como sujeitos desviantes de um comportamento padrão, em que a medicalização funciona como tratamento.

Palavras-chave: TDHA, Psicologia Social, Método anatomo/clínico

Projeto cadernos sonoros

Autora: Márcia Cristina P. R. Luquine

Resumo: Realizado na escola municipal José Maria Bello, no Rio de Janeiro, entre os anos de 2002 e 2006, o projeto ofereceu aula de violão, flauta doce e canto a todos os alunos da escola interessados em participar. Como objetivos tivemos o valorizar no educando as seguintes inteligências múltiplas: linguística, musical, existencial, interpessoal e intrapessoal e ampliar o conhecimento cultural da comunidade escolar. As aulas ocorreram no contraturno, de maneira lúdica e prática, com uso do repertório da MPB. Alunos com maior facilidade auxiliavam os demais colegas. Houve participação em diversos eventos. Ao final do projeto observamos uma melhora relevante tanto no que concerne à socialização dos alunos - de diferentes idades, séries e temperamentos - como no desempenho e no comportamento dos mesmos. Além da auto estima que foi elevada a cada premiação que receberam nos festivais de música e nos encontros de corais da rede. Alguns desses alunos tornaram-se profissionais da música. O trabalho coletivo com a música pode proporcionar resultados excelentes aos alunos, sem que haja a necessidade de recorrer ao uso de medicamentos.

Palavras-chave: Música, alunos, comportamento

Projeto tom da vila

Autora: Márcia Cristina P. R. Luquine

Resumo: O projeto oferece à comunidade Vila João Lopes e adjacências, em Realengo, no Rio de Janeiro, aulas de música a partir dos 2 anos de idade e faz parte do programa de valorização e fortalecimento da família e da comunidade, do Centro de Cidadania e Atividades Sociais. Objetiva valorizar no aluno as seguintes inteligências múltiplas: linguística, musical, existencial, interpessoal e intrapessoal, além de propiciar um maior conhecimento cultural e investir na profissionalização na área da música. As turmas são divididas por faixa etária nas seguintes modalidades: musicalização infantil, violão, flauta doce, canto e teclado. Fazemos apresentações e passeios culturais. Como resultado, temos observado o bom desempenho dos alunos, o aumento de sua auto estima; a inclusão de uma aluna com síndrome de down que tem evoluído muito na fala e no violão, além de uma outra aluna já encaminhada para a profissionalização. Através da música é possível trabalhar as potencialidades individuais em grupo, gerando oportunidades e favorecendo uma melhor qualidade de vida, o que pode contribuir para a redução do uso de psicotrópicos.

Palavras-chave: Música, comunidade, inclusão

Proposta multidisciplinar de trabalho com escolares/adolescentes

Autora: Maria Júlia Lemes Ribeiro

Outras autoras: Jordana Maria da Silveira, Annamaria Coelho de Castilho, Karyna Bühler de Mello, Emeline Dias, Ana Paula da Paz Tavares, Felipe Fernandes da Silva, Ana clara vieira, Andresa Tais Bortoloto de Lima e Andressa Modolo Paschoalotte

Resumo: A necessidade de realizar um trabalho compreendendo conteúdos acadêmicos e a competência social dos adolescentes ocorreu tendo em vista o grande número de adolescentes apontados com dificuldades de comportamento e aprendizagem. Trata-se de uma alternativa ao encaminhamento da queixa escolar, permitindo o estabelecimento de relações mais produtivas no ambiente escolar e familiar. Objetivou-se realizar intervenção e análise das habilidades sociais concernentes à adolescência e contribuir com uma estratégia que pode minimizar o número de encaminhamentos de queixas escolares a outros serviços, como de saúde. Os encontros são quinzenais, com duração de uma hora, com acadêmicos de psicologia e monitores de português, matemática e história. Constata-se o interesse dos adolescentes em discutir questões escolares e familiares, o que possibilita atividades que contribuam para o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas adequadas, ao ambiente escolar. Tem sido importante estudar sobre o escolar adolescente e aprender estratégias multidisciplinares que focalizem o trabalho em detrimento de outros encaminhamentos, como a medicalização.

Palavras-chave: Escolar Adolescente, Intervenção Multidisciplinar

Psicologia composta desmedicalizante: uma possível prática substitutiva à medicalização - uso escolar

Autora: Flora Pizetta Torres

Outros autores: Vanessa Monteiro Silva, Raissa Silva Vitari, Tatiana C. Silva Mendes de Oliveira, Leilane de Assis Santos, Juliana Lima Costa, Anna Luiza Reis, Myriam Lima, Lívia Ferreira, Rômulo Beck, Denise Luz, Caroline Alves, Katia Aguiar, Juliana Almeida e Vitor Moraes

Resumo: Este trabalho se baseia em nossa prática de estágio vinculada ao SPA - UFF, em que repensamos coletivamente os processos educativos, especificamente a partir da experiência que temos em uma escola estadual de Niterói (RJ). Percebemos que a gestão atualizada na escola vem sendo atravessada pela lógica de encaminhamentos medicalizantes e individualizantes, ao mesmo tempo em que a reafirma. Nossa proposição é, a partir da filosofia da diferença em seus encontros com a análise institucional, pensar como a psicologia pode se articular com a educação, dando visibilidade às potências existentes no território escolar e às várias composições possíveis entre os personagens envolvidos nos processos. Temos reconstruído coletivamente os sentidos da formação do aluno e do professor que possam fazer frente aos modos hegemônicos de aprender e ensinar. Além disso, problematizamos os discursos que afirmam o destino dos alunos ao fracasso, seja por diagnósticos ou determinações sociais. Apostamos que uma intervenção possível seja pensar a escola a partir da intercessão entre os saberes e práticas que incidem sobre ela e que produzem suas problemáticas, colocando seu próprio funcionamento em análise.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Desmedicalização

Psicologia na escola - outros modos de fazer

Autora: Juliana Lima Costa

Outros autores: Alda Clemente, Anna Luiza Reis, Caroline Alves, Denise Luz, Flora Pizetta Torres, Juliana Almeida, Kátia Aguiar, Leilane de Assis Santos, Lívia Ferreira, Maria Fernanda Monteiro, Myriam Lima, Raissa Silva Vitari, Rômulo Beck, Tatiana C. Silva Mendes de Oliveira, Vanessa Monteiro Silva

Resumo: Este trabalho é baseado na nossa prática de estágio em Psicologia, numa escola estadual de Niterói (RJ), vinculado ao SPA UFF. Apoiados em conceitos/ferramentas da análise institucional e da filosofia da diferença, interessa-nos afirmar práticas de formação e de gestão que potencializem os processos educativos na perspectiva de resistência aos modos hegemônicos de abordar as queixas escolares. Apresentamos fragmentos de narrativas colhidas no cotidiano de trabalho para compor nosso campo problemático. A partir das demandas por soluções imediatas e medicalizantes, problematizamos a lógica de culpabilização e de produtividade que se atualiza na escola. Visamos fortalecer a análise coletiva das práticas e o protagonismo dos envolvidos no processo escolar, dando lugar à multiplicidade. Apostamos na criação de outros possíveis e na construção de uma inserção do psicólogo no ambiente escolar, sustentada por uma escuta que valoriza a diversidade dos saberes e problematiza o lugar de especialistas que somos chamados a ocupar. Percebemos, como resultados parciais do trabalho, deslocamentos que produzem novos modos de organização e de gestão, além da criação de espaços que favorecem o diálogo.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, Desmedicalização

Quando a avaliação se constitui prática pedagógica inclusiva: entre sinais e indícios

Autora: Ana Marta Bianchi de Aguiar

Outras autoras: Lilian Pereira Menenguci

Resumo: O presente trabalho, fruto do recorte de pesquisa no mestrado em educação (UFES) tem como objetivo principal refletir sobre os processos de avaliação a que são submetidos os alunos matriculados na escola comum observados como deficientes intelectuais. A pesquisa, de natureza qualitativa, com estudo de caso, procurou percorrer todos os caminhos que esse aluno trilha até o seu diagnóstico.

Observa as implicações da avaliação no processo de intervenção pedagógica; constata-se a necessidade de promover uma discussão consistente acerca desta temática, provocando uma reflexão acerca dos processos de avaliação e diagnóstico de modo que se constituam em intervenção com o deficiente intelectual. Os resultados apontam a necessidade de que se faça um investimento significativo na reestruturação administrativa das escolas, garantindo espaços coletivos de discussões e encaminhamentos para questões tão sérias sem as quais não se pode pensar em educação inclusiva. Sustenta a discussão na abordagem dos estudos histórico-culturais tendo Vigotsky como maior interlocutor ao lado de Lidz (1987), entre outros, em diálogos ampliados com os estudiosos da área.

Palavras-chave: Avaliação, Prática Pedagógica, Inclusão

Quando introspectar é preciso

Autora: Mayara Correia Rosa

Outras autoras: Roseli Maria dos santos

Resumo: O estágio em estratégias de intervenção psicológica teve início através de visitas a uma escola, onde foi realizada a análise institucional. Posteriormente, foi criado o projeto de intervenção psicossocial, a fim de promover aos pais, professores e alunos, um espaço para refletir e compreender o processo de ensino/aprendizagem. Os encontros acontecem através da técnica de grupo operativo que possibilita, não só a compreensão do tema discutido, mas também sua aprendizagem e execução, resultando num processo de mudança. Estamos trabalhando no grupo de pais as dificuldades e o vínculo com seus filhos, oferecendo ao grupo de professores um momento para reflexão da própria prática, acolhendo as angústias do grupo de alunos e proporcionando um espaço para reflexão das suas ações. Esta experiência de intervenção, que está sendo realizada por meio do centro de psicologia aplicada da UNIP/Sorocaba e sua parceria com a secretaria municipal de educação de Tatuí (SP), nos mostra que é possível conceber práticas que contemplem a singularidade e a diversidade, considerando a capacidade do ser humano de introspectar e operar mudanças, independente da era em que se viva.

Palavras-chave: Escola, Grupos, Intervenção Psicossocial

Quando velhos personagens entram em cena

Autora: Lygia de Sousa Viégas

Resumo: Este trabalho objetiva problematizar a patologização da infância, adotando, como foco, quadrinhos clássicos que tematizam criticamente o mal-estar infantil, ou seja, que caminham na contramão do olhar patologizante. De fato, diversos cartuns trazem cenas simbólicas do desencontro entre crianças e escola, com o intuito de criticar a sociedade e a educação. Destaque será dado aos seguintes personagens: Charlie Brown e Snoopy, criados por Charles Schulz na década de 1950, cujo estranhamento com o mundo desvela-se na dificuldade de comunicação entre crianças e adultos, que falam línguas diferentes; Mafalda e seus amigos, criados por Quino na década de 1960, revelam situações de sofrimento na escola, em especial pelo desconforto do sonhador Filipe, pelo fracasso no aprendizado de Manoelito e pelos questionamentos incisivos de Mafalda; Calvin, criado por Bill Watterson na década de 1980, menino de 6 anos que desconcerta professora e colegas com suas análises contundentes em relação à dinâmica da escola. Espera-se, com este trabalho, tecer críticas à medicalização da educação e da sociedade, por meio do humor, linguagem mais próxima da infantil e que carrega, com leveza, a denúncia social.

Palavras-chave: Medicalização da Educação, Histórias em Quadrinhos, Análise Crítica

Que TDHA é esse? Considerações sobre o grande número de diagnósticos de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Autora: Juliana Gomes da Silva Soares

Outras autoras: Janna Érica Paz Linhares Oliveira

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns questionamentos sobre o chamado Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. É possível perceber um crescente aparecimento de crianças com diagnóstico de TDHA. Isso nos leva a questionar a validade dessa enorme quantidade de diagnósticos. De acordo com a Associação Brasileira de Déficit de Atenção, 3 a 5% da população escolar tem TDHA. Esse número é alarmante e exige dos profissionais da educação um olhar mais crítico para perceber o que existe por trás disso. Um desses ganhos está relacionado à indústria farmacêutica, pois o uso de medicações para tratar o TDHA é cada vez maior. Antes se de optar pela medicalização do comportamento das crianças, há que se questionar sobre que contexto sociocultural elas estão inseridas e a quantidade de estímulos a que são submetidas diariamente. Não era de se esperar que as crianças de hoje fossem mais agitadas que as de gerações passadas? Considera-se, portanto, de suma importância mais discussões sobre o tema a fim de subsidiar novas posturas diante dos diagnósticos de TDHA e um olhar mais sensível e crítico dos profissionais que possuem o poder de realizar esses diagnósticos.

Palavras-chave: Educação, hiperatividade, Diagnóstico, Medicalização

Queixa escolar e medicalização: estudo de caso

Autora: Maria de Lourdes Sperandio

Outros autores: Paulo Aguiar

Resumo: Este estudo, ainda em andamento, é o resultado parcial de um caso que vem sendo acompanhado por um acadêmico do 8º período do curso de psicologia, membro do grupo de estudo e pesquisa sobre TDHA da Faculdade Pitágoras de Londrina (PR). Relata o caso de um aluno da 7ª série do ensino fundamental, diagnosticado como portador de TDHA e usuário de ritalina por três anos consecutivos. Foram realizadas entrevistas com gestores e pais, observações em sala de aula e atendimento individual ao estudante. Através dos dados, coletados até o presente momento, constatou-se ser mais um caso de utilização/suspensão de metilfenidato de forma não esclarecida ao paciente e familiares. Se de acordo com a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA) o TDHA é um transtorno neurobiológico, que aparece na infância e permanece por toda a vida podendo se tornar mais brando na idade adulta, fica aqui o questionamento em relação ao diagnóstico: por que este aluno utilizou por três anos o medicamento?

Palavras-chave: Ritalina, Diagnóstico, TDAH

Queixa escolar: refletindo sobre os encaminhamentos em um projeto de extensão

Autora: Maria Júlia Lemes Ribeiro

Outras autoras: Roberta Sincero dos Reis e Annamaria Coelho Castilho

Resumo: Analisamos queixas escolares de crianças que freqüentam um projeto de extensão, junto à literatura da psicologia educacional. O objetivo foi investigar queixas descritas nos formulários de ingresso. Como metodologia foi usada a pesquisa de cunho bibliográfico e análise documental, validando as recomendações da pesquisa qualitativa. As queixas mais freqüentes apresentadas neste projeto referem-se à dificuldade de aprendizagem e TDHA. Dentre 64 alunos, 32 tem diagnóstico de hiperatividade e dificuldades de aprendizagem, sendo que 15 deles tem prescrição de medicamentos. Diversos estudos esclarecem que o não aprender da criança tem sido caracterizado como orgânico e o fracasso escolar relacionado a condições biológicas que prejudicam a aprendizagem. Constatamos que não há análise das práticas escolares, o que contribui para o encaminhamento destes escolares para profissionais da saúde. Para o aluno que "não consegue aprender", a prescrição de medicamentos, tem sido a solução. Consideramos ainda, interesses econômicos subjacentes a medicalização da educação e da sociedade, em detrimento de uma educação organizada para todas as crianças.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Medicalização, Aprendizagem

Queixas escolares, intervenção e medicalização: um estudo de caso

Autora: Ana Carolina Pereira da Silva

Outras autoras: Danielle Sales Oliveira e Adriana Lia Frizzman de Laplane

Resumo: A partir das premissas da psicologia histórico-cultural, este trabalho pretende analisar o atendimento de uma criança que, com queixas de comportamento, como agressividade, agitação e falta de atenção, faz uso de ritalina e freqüente um serviço de atendimento especializado em psicologia do desenvolvimento. Foi realizado estudo de caso desta criança durante o período de quatro meses de atendimento em grupo, totalizando 15 sessões. A análise das sessões mostrou envolvimento da criança nos atendimentos, participação nas atividades propostas e comportamento adequado. A avaliação e análise das sessões revelam uma discrepância entre a queixa inicial, que motivou o encaminhamento ao serviço, e a visão dos profissionais que participaram dos atendimentos. Considerando que, no caso relatado a intervenção se mostrou eficaz para promover mudanças na atuação da criança nos diferentes ambientes em que está inserida, os resultados do estudo nos levam a questionar a prescrição de medicamentos como primeira opção de tratamento nos casos de queixas de comportamento e dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil, Medicalização, Educação

Questionando a dislexia: a patologização de crianças sem patologia

Autora: Giovana Dragone Rosseto Antonio

Resumo: Diante de um contexto de patologização excessiva, em que há um grande número de diagnósticos relacionados a questões escolares, sobretudo referentes ao processo de aquisição e uso da leitura e escrita, este trabalho discute, com base na neurolinguística discursiva, a forma como tais diagnósticos têm sido feitos e as consequências que trazem para a vida das crianças. Apesar de serem muitas as "doenças" que surgem para justificar o fracasso escolar, este trabalho se atém à discussão sobre a dislexia. Nosso objetivo é

discutir o estatuto de doença que é atribuído à dislexia, analisando, para isso, o discurso autorizado proferido sobre ela (sobretudo o da Associação Brasileira de Dislexia - ABD) e a concepção de linguagem na qual este discurso se baseia, que funciona como um dispositivo capaz de controlar os sujeitos (Agamben, 2004). Além disso, comparamos as propostas de material e atividades da ABD com o trabalho realizado no Centro de Convivência de Linguagens (CCAZINHO/IEL/UNICAMP), onde percebemos que crianças diagnosticadas e rotuladas como incapazes conseguem entrar no mundo da escrita, a partir do momento que lhes é permitido criar e ir além do que os rótulos dizem sobre elas.

Palavras-chave: Dislexia, Neurolinguística Discursiva, Patologização

Reflexões sobre o papel da psicologia educacional na desconstrução de rótulos sobre as dificuldades de aprendizagem: focar o sujeito e desfocar as dificuldades

Autora: Rosângela Aparecida Pereira

Resumo: A difícil realidade educacional brasileira reflete-se no aumento da procura por atendimentos especializados para alunos com dificuldades de aprendizagem, principalmente na área da psicologia. O estágio atenção psicológica às crianças e adolescentes com queixa escolar, realizado no SAPSI-FAM, visou investigar se as dificuldades escolares apresentadas por um jovem de 19 anos ocorriam devido a alterações cognitivas e/ou emocionais (origem da queixa) ou se devido a fatores mais amplos, objetivando desconstruir rótulos com relação à sua possibilidade de aprendizagem. O direcionamento do olhar para os atendimentos deu-se pela perspectiva da abordagem histórico-cultural (Vygotsky). Foram realizados encontros semanais com o jovem, pautando-se no método da observação participante. O jovem foi levado a refletir sobre as suas dificuldades de aprendizagem como consequência de um sistema educacional falho, possibilitando que sentimentos de culpa e de baixa auto estima, já cristalizados, fossem ressignificados, dando espaço para que a aprendizagem ocorresse de forma significativa. Ampliaram-se tais reflexões para o sistema escolar e familiar.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Adolescente/Criança, Abordagem Histórico Cultural

Relação interpessoal professor aluno e suas implicações

Autora: Eunice Barros Ferreira Bertoso

Outras autoras: Eunice Barros Ferreira Bertoso e Cláudia Amélia de Araújo Raposo

Resumo: Quando falamos em relação interpessoal professor/aluno estamos exatamente buscando esse significado de ligação, vínculo e convivência destes no dia a dia do processo educacional e seus reflexos no processo de aprendizagem. Esse trabalho busca investigar as influências na relação interpessoal professor/aluno de fatores como tendências pedagógicas e nível de conhecimento. A abordagem da pesquisa foi quanti/qualitativa: questionário com questões abertas e observação. Os dados foram coletados em uma escola particular de São Paulo com duas professoras e alunos das 3as. séries. Na observação, notou-se que a relação entre professor e aluno, mesmo sendo tão afetiva apresenta certa limitação no diálogo onde os alunos colocam seu parecer ou dúvidas mas de uma forma mais formal, fruto do clima de disciplina que há na classe. Este trabalho constatou que os professores buscam nas relações interpessoais com seus alunos, o diferencial para equilibrar hiatos existentes no processo educacional. Dificuldades na aprendizagem muitas vezes surgem a partir deste hiato que encontramos em um relacionamento onde o diálogo durante o processo de aprendizagem poderia ser mais eficaz.

Palavras-chave: Relação, Professor, Aluno

Remédio para transtorno de leitura: doses diárias de bons professores, bons livros e boas aulas

Autora: Beatriz Pinheiro Machado Mazzolini

Outras autoras: Maria Lúcia Toledo Moraes Amiralian

Resumo: Pais de alunos do sexto ano que não lêem ou lêem mal recorrem à neurologistas solicitando medicação. Problematizar tendência a encontrar doença em processos que são devires humanos. Esta pesquisa-intervenção com 176 alunos de 6º a 9º ano de escola pública levantou o que gostam de ler e como aprenderam a ler. Professores refletiram sobre ensinar a ler e recomendar leituras. Conceitos de winnicott deslocados para a educação fundamentaram o estudo. A aprendizagem necessita de presença humana para acontecer. O "problema" de leitura, por meio da relação interpessoal, pode ser transformado e não medicado - substância química impede pensar por si mesmo. A pedagogia dispõe de recursos que não são remédios prescritos por médicos. Professores humanos que se relacionem com alunos humanos previnem "doenças" da aprendizagem. Boas leituras do cotidiano e do acervo cultural da humanidade ajudam a pensar de forma crítica as inúmeras questões da vida e da escola. Aulas/experiências, com sentido para professores, alunos e para a sociedade colaboram na fertilização da saúde de aprender a ler e pensar. Não se devem medicar as inquietações humanas, como se fossem doenças do organismo.

Palavras-chave: Pesquisa/Intervenção, Aprendizagem de Leitura, Desenvolvimento Humano

Sada: uma experiência de enfrentamento à queixa escolar

Autora: Danae Trevisan

Outras autoras: Rosângela Villar, Leda Marques, Paula Otero

Resumo: O SADA é um equipamento público do SUS-Campinas com atuação na interface especialidade/saúde mental, sendo a referência municipal na atenção às queixas de aprendizagem para usuários na faixa etária de 7 a 15 anos. Realiza, em abordagem integral e sistêmica, um trabalho de resgate de crianças/adolescentes que, após experiências repetidas de insucesso escolar, incorporam o rótulo do fracasso ou de uma doença/distúrbio. A ação visa devolver nestes sujeitos e em suas famílias, a confiança em sua capacidade de aprender e de serem cidadãos e a desconstrução de Cid's a eles atribuídos, como explicação de dificuldades que tem causas sociais e não individuais. Este painel eletrônico tem por objetivo apresentar as diversas formas de atuação desenvolvidas por este equipamento de saúde em parcerias intersetoriais.

Palavras-chave: Aprendizagem, Medicalização, Intersetorialidade

Sentidos da saúde, alimentação e ervas medicinais para trabalhadores/as rurais e a urgência da PNPMF e PNSIPCF

Autora: Ana Sílvia Ariza de Souza

Resumo: Há urgência da implementação/implantação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e Floresta e Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para a construção de um projeto contra-hegemônico de saúde. Contextualizamos tais políticas refletindo sobre a importância da reforma agrária e classe trabalhadora camponesa para construir um projeto de saúde popular que se opõe ao biomédico medicalizante. Além disso, demonstramos pesquisa realizada com 40 trabalhadores/as rurais do MST sobre os sentidos e conhecimento sobre saúde, ervas medicinais e alimentação. A concepção de saúde que nos embasa é a ético-política, apoiada em Sawaia, Vygostky e Espinosa. A análise dos sentidos revela uma perspectiva de promoção de saúde com crítica ao uso de agrotóxicos, uso de ervas medicinais com conhecimento de suas propriedades, alimentação orgânica e crítica ao capitalismo que impõe sofrimento. Questionamos o agronegócio, monocultivo para a exportação e medicalização que se contrapõe à segurança/soberania alimentar, conhecimento popular e classe trabalhadora, defendendo projetos de educação que envolvam tais conhecimentos.

Palavras-chave: Saúde ético-política, PNPMF e PNSIPCF

Sujeito e linguagem na síndrome do x-frágil: corpo a corpo com os dispositivos

Autora: Michelli Alessandra Silva

Resumo: Apresento uma reflexão sobre o discurso veiculado em diferentes publicações sobre a síndrome do x-frágil (SXF), de forma a analisar como essa patologia é descrita pela área médica, especialmente em relação à linguagem, quais efeitos de poder/saber (Foucault, 1994) são produzidos por esse discurso e suas implicações. Levanto como uma das preocupações o fato de que, muitas vezes, o tratamento indicado para a SXF é a associação de terapias multidisciplinares com psicofármacos, que alteram a dinâmica cerebral e têm efeitos sobre o processo de aprendizagem. Em minha pesquisa, acompanho o processo de aquisição da fala, leitura e escrita de três sujeitos portadores da síndrome, em sessões semanais em grupo (CCAZINHO/ IEL/ Unicamp) e/ou individuais. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da neurolinguística discursiva (Coudry e Freire, 2010), busco identificar as dificuldades linguísticas desses sujeitos de forma a apontar aquilo que pode ser patológico, o que faz parte do processo normal de aprendizagem, e o que pode estar relacionado a outros fatores. Apresento algumas análises de forma a contrapor os dados observados com o discurso determinístico da área médica.

Palavras-chave: Síndrome do SXF, Dispositivos, Neurolinguística Discursiva

Trabalhando com escolares, uma maneira diferente

Autora: Angelina Bernardina Aguiar Nascimento

Outras autoras: Deucélia Maria de Brito Silvério

Resumo: Trabalho realizado na UBS Vila Progresso, de novembro de 2005 à setembro de 2011. O objetivo foi atender à demanda de escolares da região com dificuldades de aprendizagem e alteração comportamental. Como método usamos a consulta homeopática e o encaminhamento para os grupos semanais. Nestes 6 anos, conseguimos atender ao mesmo tempo cerca de 40 famílias. Utilizamos tratamento alopático psiquiátrico em 4 casos, sendo que os outros receberam medicamento homeopático e tratamento terapêutico em grupo. Qualitativamente, pudemos observar melhora das crianças conforme conseguimos melhorar o vínculo afetivo entre os cuidadores (grupo familiar) e as crianças. Observamos compreensão dos casos pelos educadores, após discussão com nossa equipe, resultando em abordagem pedagógica adequada. A dificuldade de aprendizagem é um problema complexo, que pode ser abordado em múltiplos aspectos: emocional social, familiar pedagógico e, quando realmente necessário, medicamentoso.

Um estudo sobre linguagem, atenção e práticas escolares: desatenção ou ciclagem do foco atencional?

Autora: Mara Lucia Fabricio de Andrade

Outros autores: Luís Sérgio Sardinha

Resumo: A atenção se infiltra no quadro da contemporaneidade em duas medidas: uma da atenção em si, como parte dos processos mentais superiores, e outra na forma em que apresenta natureza desregulada/patológica (TDHA). Na literatura se menciona a desatenção como se essa se transfigurasse num vácuo e não como se a atenção existisse e estivesse sempre presente como parte do processo atencional, porém em outro foco que não o ideal esperado. Nessa direção, antes de se falar em patologia ou em desatenção, a questão deveria ser: o que é e como se dá a atenção? para resgatar essa questão, pesquisei concepções de atenção feitas por vários autores, o que, para além da revisão da literatura, se justifica como uma retomada historicamente constituída do conceito de atenção. Nesse sentido, nascido da essência das ideias e metáforas de vários autores (livre de implicações teóricas), somadas a neurolinguística discursiva, apresento um modelo que contempla o ciclo do processo atencional, no qual considero a desatenção como uma questão de ponto de vista. Freud bem diz isso em sua conferência sobre as parapraxias: "(...) se estamos distraídos - isto é (...) se estamos concentrados em alguma coisa."

Palavras-chave: Linguagem, Atenção, Desatenção, Práticas Escolares

Uma análise do desenho South Park sobre a ótica da medicalização

Autor: Daniel Nazar Kengerski

Outros autores: Lorena Carrillo Colaço e José Alexandre de Lucca

Resumo: O desenho South Park é uma referência quando se fala em humor negro e críticas a sociedade americana, então não é estranho que o mesmo tenha também um episódio sobre medicalização e uso excessivo de remédios. Levamos em conta nesse trabalho o episódio "timmy 2000" onde as crianças protagonistas da

obra, são levadas a consumir ritalina, após um colega de sala ser diagnosticado com TDHA, que foi depois "comprovado" em todas as crianças da mesma através de testes de atenção duvidosos. Sua análise se deu através da transcrição das falas do personagens e de algumas situações pontuais, para posterior análise do conteúdo e comparação com o discurso medicalizante da classe profissional que trata do assunto. Temos de levar em conta, é claro, o conteúdo do programa, que utiliza de uma realidade exagerada para criar seu humor típico, mas ainda assim o que vemos nesse episódio é algo muito pontual em nossa atual sociedade, onde crianças são colocadas como doentes unicamente por não corresponderem a padrões de comportamento que já não se encaixam nas situações do cotidiano e seus vários estímulos, frequentemente mais interessantes do que ter de estudar olhando para a nuca do colega a frente.

Palavras-chave: Medicalização, South Park, Ritalina

Uma reflexão sobre a reforma psiquiátrica com base no discurso dos profissionais da área

Autor: Daniel Nazar Kengerski

Outros autores: Roberto Mendes Guimarães

Resumo: A reforma psiquiátrica no Brasil foi um importante marco histórico no que diz respeito às práticas de saúde no país. É consenso entre os profissionais da área que as mudanças ocorridas a partir da lei 10.216 de 2001, que propõe a substituição dos leitos psiquiátricos por outros serviços de saúde como o CAPS, foi um avanço considerável para a qualidade de vida dos pacientes em saúde mental. Mas ainda existe uma cisão na opinião desses mesmos profissionais, quanto a ideia de total extinção desses leitos, onde os críticos da medida dizem ser ainda necessária a existência dos mesmos, uma vez que o hospital geral não estaria preparado para atender bem os pacientes considerados graves ou em surto psicótico. Esse trabalho então, analisa o discurso de ambos os lados da discussão e seus argumentos, com base em artigos e entrevistas com profissionais, retirados de publicações na área (principalmente psicologia e medicina). Percebe-se que há ainda muito para se discutir e que o movimento da reforma psiquiátrica, apesar de ter alcançado bons resultados, não se consolidou o suficiente para resolver todos os problemas dessa área tão complexa e existem ainda vários pontos importantes a serem discutidos.

Palavras-chave: Reforma Psiquiátrica, CAPS, Hospitalização

Vencendo a medicalização: o apoio pedagógico como instrumento para o sucesso escolar

Autora: Benilde Helena de Moraes Rosa

Outras autoras: Tânia Cristina Pedreschi Rodrigues Squilaci e Maria do Carmo Marques Gobbi

Resumo: A pesquisa aborda a questão do fracasso escolar e alternativas de intervenção nesta problemática. Por meio de um estudo de caso objetivou-se levantar as contribuições de uma proposta de intervenção pedagógica realizada com quatro alunos não alfabetizados e que frequentavam o 2º ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Ribeirão Preto. Tal intervenção era desenvolvida na própria sala de aula, por meio de parceria entre a docente e uma estagiária do último ano do curso de pedagogia. Ambas preparavam as atividades e acompanhavam os alunos ainda não alfabetizados, mas cabia à estagiária aplicar as atividades que, em alguns momentos, eram específicas para as necessidades destas crianças. Os dados coletados indicaram que todos os alunos avançaram em seu processo de alfabetização, sendo que três deles alcançaram o nível de aprendizagem apresentado pelos demais colegas da sala. Conclui-se que tal proposta pode ser um caminho que recupera o espaço pedagógico como possibilitador da aprendizagem, evitando encaminhamentos desnecessários que contribuem para a medicalização da educação.

Palavras-chave: Fracasso Escolar, Alfabetização, Apoio Pedagógico

Violência, linguagem e processos de medicalização na escola

Autora: Sheila Daniela Medeiros dos Santos

Resumo: Esse trabalho objetivou analisar as tramas que se constroem na cotidianidade dos processos de medicalização em uma escola pública de ensino fundamental situada na periferia do município de Campinas (SP). Após problematizar, a partir do referencial teórico-metodológico de Vigotski, as vozes que emergiam na instituição escolar com o intuito de diagnosticar as crianças que não correspondiam a um discursivo padrão de normalidade, o trabalho evidenciou que, detrás do silêncio e da não participação das crianças nas atividades escolares, não havia falta de motivação, imaturidade, transtornos ou dificuldades de aprendizagem, tal como justificavam os diversos profissionais envolvidos nos processos de encaminhamentos clínicos, mas havia diferentes modos de linguagem: gestos, desenhos, a linguagem oral/escrita e o silêncio, que as crianças faziam uso para dramatizarem a violência que vivenciavam no contexto social. Além disso, o trabalho mostrou que se for negado às crianças os direitos civis básicos, mais tarde poderão legitimar a violência que as marcaram através de estereótipos, de processos de exclusão social e de políticas de distribuição de riqueza injustas e desiguais.

Palavras-chave: Medicalização, Violência, Escola

Realização:

Conselho Regional de Psicologia SP

ABRAGEE

CRP-RJ

PEDIATRIA FCM-UNICAMP

UNICAMP

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO Vereador ELISEU GABRIEL - PSB

UNIP UNIVERSIDADE PAULISTA

ICNO ASSOCIAÇÃO PALAVRA CRIATIVA

SINPEEM

Apoio:

FAPESP

F.C.M.

FORUM NOME MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Medicalização

I Seminário Internacional "A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos"

Programação:

11/11/2010

8h00 às 18h00

Credenciamento.

Local: Saguão de Entrada (Rua Vergueiro, no. 1211 - Paraíso)

08h00 às 12h

Fixação de painéis

08h30 às 10h30

Mini-Cursos e Oficinas

Os mini-cursos terão duração de quatro horas.

Local: 6º andar

- 1) **Oficina de Escrita** – Cláudia Perrota, Lúcia Masini e Jason Gomes – Associação Palavra Criativa ([veja mais](#))
- 2) **Oficina de Jogos** – Marilda de Almeida – Instituto Sedes Sapientae ([veja mais](#))
- 3) **A Experiência das Escolas Democráticas** – Helena Singer e Carolina Sumie Ramos ([veja mais](#))
- 4) **Formação do psicólogo para atuação na convergência escola-saúde** – Mônica Cintrão e João Coin – Universidade Paulista - UNIP ([veja mais](#))
- 5) **Orientação à Queixa Escolar** – Luís F. de O. Saraiva e Alecxandra M. Ito – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE ([veja mais](#))
- 6) **Gênero e Desempenho Escolar** – Fábio H. Pereira ([veja mais](#))
- 7) **Oficina de Capoeira e Educação para Todos** – Mestre Alcides de Lima
* esta oficina, excepcionalmente, terá a duração de 1h30 por dia. ([veja mais](#))
- 8) **Dislexia: questionamentos para a Educação** – Rejane Barbosa Rubino Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação /PUCSP ([veja mais](#))
- 9) **Contribuições para o estudo da desatenção e dos comportamentos hiperativos** – Silvana Tuleski e Hiluska Alves Leite – Universidade Estadual de Maringá - UEM ([veja mais](#))

11h00 às 12h30

Organização do Fórum de Discussão sobre Educação Medicalizada

Coordenação: Carla Biancha Angelucci – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: 6º andar

12h30 às 14h00

Almoço

14h00 às 16h00

Simpósio – Medicalização da Educação: família e escola adoecidas

Rosely Sayão

Adriana Marcondes Machado – Universidade de São Paulo - USP

Local: Auditório

16h30 às 18h30

Simpósio – Políticas Públicas e a Medicalização da Educação

Eliseu Gabriel – Câmara Municipal de São Paulo

Marilene Proença – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: Auditório.

19h00 às 19h30

Mesa de Abertura do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL "A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: DISLEXIA, TDAH E OUTROS SUPOSTOS TRANSTORNOS".

19h30 às 21h30

Conferência - A Medicalização e seus prejuízos

Peter Conrad – Brandeis University – EUA

Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Local: Auditório

21h30 às 22h00

Orquestra de Berimbaus do Morro do Querosene

Regência: Dinho Nascimento

12/11/2010

- 08h30 às 10h30 Mini-Cursos e Oficinas**
Local: 6º andar
- 1) **Oficina de Escrita** – Claudia Perrota, Lúcia Masini e Jason Gomes – Associação Palavra Criativa ([veja mais](#))
 - 2) **Oficina de Jogos** – Marilda de Almeida – Instituto Sedes Sapientae ([veja mais](#))
 - 3) **A Experiência das Escolas Democráticas** – Helena Singer e Carolina Sumie Ramos ([veja mais](#))
 - 4) **Formação do psicólogo para atuação na convergência escola-saúde** – Mônica Cintrão e João Coin – Universidade Paulista - UNIP ([veja mais](#))
 - 5) **Orientação à Queixa Escolar** – Luís F. de O. Saraiva e Alecxandra M. Ito – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIOE ([veja mais](#))
 - 6) **Gênero e Desempenho Escolar** – Fábio H. Pereira ([veja mais](#))
 - 7) **Oficina de Capoeira e Educação para Todos** – Mestre Alcides de Lima
* esta oficina, excepcionalmente, terá a duração de 1h30 por dia. ([veja mais](#))
 - 8) **Dislexia: questionamentos para a Educação** – Rejane Barbosa Rubino Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação /PUCSP ([veja mais](#))
 - 9) **Contribuições para o estudo da desatenção e dos comportamentos hiperativos** – Silvana Tuleski e Hiluska Alves Leite – Universidade Estadual de Maringá - UEM ([veja mais](#))
- 10h30 às 11h00 Apresentação de Capoeira**
Mestre Alcides de Lima
Local: Hall do Auditório
- 11h00 às 12h30 Organização do Fórum de discussão sobre Educação Medicalizada**
Coordenação: Carla Biancha Angelucci – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP
Local: 6º andar
- 12h30 às 14h00 Almoço**
- 14h00 às 16h00 Simpósio – Medicalização nos atendimentos em Saúde**
Maria de Fátima Vicente – Instituto Sedes Sapientiae
Wagner Ranña – Hospital das Clínicas
Charles D. Tesser – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Local: Auditório
- 16h30 às 18h30 Simpósio – Medicalização da adolescência.**
Paulo Schiller
José Ruben Alcântara Bonfim - Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – Sobravime
Local: Auditório
- 18h30 às 19h30 Lançamento de Livros**
- 19h30 às 21h30 Conferência - Dislexia: um suposto transtorno de aprendizagem**
Steven Strauss – Neurologista, Depto de Neurologia do Hospital Franklin Square, Baltimore, Maryland, EUA
Coordenação: Beatriz de Paula Souza – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIOE

13/11/2010

- 8h30 às 10h30 Conferência – Medicalização da Educação: Consequências para a criança e para o adolescente.**
Maria Aparecida Affonso Moysés – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Coordenação: Marilene Proença – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP
Local: Auditório
- 10h30 às 11h00 A arte de Contar Histórias: performance de Ju Colombo e o Violonista Lucas de Toledo**
Local: Hall do Auditório
- 11h00 às 13h00 Conferência Internacional. O crescimento do TDAH**
Peter Conrad – Brandeis University – EUA
Coordenação: Mônica Cintrão – Universidade Paulista - UNIP
Local: Auditório
- 12h Retirada de painéis**
- 13h00 Cerimônia de Encerramento Lançamento do Fórum**

Apresentação

A partir dos anos 1980, a Psicologia e, mais especificamente, a Psicologia Escolar têm chamado a atenção para as explicações a respeito dos chamados problemas de aprendizagem na escola. O alerta da Psicologia Escolar permitia considerar, desde então, que não era mais possível depositar sobre as crianças, adolescentes e suas famílias, as causas dos altos índices de repetência e de evasão escolares. Assim, a partir de aproximações de base qualitativa, a Psicologia busca analisar o sistema escolar, as práticas pedagógicas, as relações escolares e institucionais, as questões que comparecem no interior da escola e que revelam preconceitos em relação às crianças das classes populares a fim de compreender em que contexto educacional alunos, professores e gestores estão inseridos e como tais contextos influem no processo de escolarização.

A Psicologia Escolar passa a estudar a vida diária escolar, os processos de aprendizagem, as práticas educativas, os fenômenos institucionais, as relações de aprendizagem, a formação de professores, dando uma importante contribuição na ampliação da compreensão do fenômeno da escolarização, auxiliando em intervenções e ações no campo educacional em busca de uma escola de qualidade, para todos.

É com grande surpresa e preocupação que assistimos, a partir do ano 2000, o retorno das explicações organicistas centradas em distúrbios e transtornos no campo da Educação para explicar dificuldades de crianças na escolarização. Temáticas tão populares nos anos 1950-1960 retornam com roupagem nova. Não se fala mais em eletroencefalograma para diagnosticar distúrbios ou problemas neurológicos, mas, sim, em ressonâncias magnéticas e sofisticadas genéticas, mapeamentos cerebrais e reações químicas sofisticadas tecnologicamente. Embora esses recursos da área da Saúde e da Biologia sejam fundamentais como avanços na compreensão de determinados processos humanos, quando aplicados ao campo da Educação retomam a lógica já denunciada e analisada durante décadas de que o fenômeno educativo e o processo de escolarização não podem ser avaliados como algo individual, do aprendiz, mas que as relações de aprendizagem constituem-se em dimensões do campo histórico, social e político que transcendem, e muito, o universo da Biologia e da Neurologia.

O avanço das explicações organicistas para a compreensão do não aprender de crianças e adolescentes retoma os velhos verbetes tão questionados por setores da Psicologia, Educação e Medicina, a saber, dislexia, disortografia, disgrafia, dislalia, transtornos de déficit de atenção, com hiperatividade, sem hiperatividade e hiperatividade.

O retorno das concepções organicistas também conta com diagnósticos neurológicos e, portanto, com a possibilidade de medicalização das crianças e adolescentes que recebam tais diagnósticos. Segundo dados da Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o número de caixas de medicamentos para diagnóstico de TDAH subiu, entre 2003-2004, 51%. Internacionalmente, as vendas, segundo a IMS-PMB – Pharmaceutical Marketing Brasil, entidade suíça que contabiliza a venda de medicamentos, dos medicamentos para TDAH subiram de 71 mil caixas em 2000 para 739 mil em 2004. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos, com dados de 2009, indica que a venda de medicamentos com metilfenidato (base da Ritalina e do Concerta) subiu de 71 mil caixas em 2000 para 1,147 milhão em 2008.

Portanto, ter dificuldade de leitura e escrita não mais questiona a escola, o método, as condições de aprendizagem e de escolarização. Mas, sim, busca na criança, em áreas de seu cérebro, em seu comportamento manifesto as causas das dificuldades de leitura, escrita, cálculo e acompanhamento dos conteúdos escolares. A criança com dificuldades em leitura e escrita é diagnosticada, procuram-se as causas, apresenta-se o diagnóstico e, em seguida, a medicação ou o acompanhamento terapêutico. O que é mais perverso neste processo, sob o nosso ponto de vista, é que os defensores das explicações organicistas apresentam a patologização da criança que não aprende ou não se comporta na escola como um direito. Utilizam a mesma lógica que se faz presente para as modalidades de doenças para o processo de aprendizagem. Dizem aqueles que defendem a medicalização do aprender que é um direito da criança ser atendida, diagnosticada e medicada.

Os defensores das explicações organicistas no campo da Educação afirmam que é um direito da família saber o problema que esta criança tem e, mais do que isso, que cabe ao Estado brasileiro arcar com as despesas do diagnóstico, do tratamento e da medicação. Esse argumento vem ganhando os espaços legislativos de grande parte de cidades e Estados brasileiros por meio de inúmeros projetos de lei que visam criar serviços, seja na Secretaria de Educação, seja na Secretaria de Saúde, para atender as crianças com problemas escolares. Como exemplo, podemos

dizer que só a Assembleia Legislativa de São Paulo tem atualmente nove projetos tramitando em todos os partidos políticos, a Câmara Municipal de São Paulo possui dois projetos sobre o tema tramitando, de diferentes partidos políticos. Além dos projetos legislativos, atualmente constituiu-se um grupo assessor no Ministério da Educação, na área da Educação Especial, que estuda a inserção dos transtornos e demais distúrbios como passíveis de atendimento na área da Educação Especial por meio do Plano Nacional de Educação Especial.

Queremos chamar a atenção para a gravidade deste momento histórico, ainda, por sabermos que todo este processo acontece em um momento em que a qualidade da escola pública e privada oferecida às crianças e adolescentes brasileiros não atingiu os índices mínimos desejados pelas políticas públicas. Não passamos bem por nenhum dos índices, quer sejam estaduais, municipais ou nacionais. Os internacionais, então, são as piores avaliações.

Assistimos ao avanço da mercantilização da Educação e da concepção neoliberal de Educação, centrada principalmente em referenciais teórico-metodológicos que cada vez mais apresentam o professor como facilitador da aprendizagem, enfatizando a necessidade da autonomia do aluno para aprender, diminuindo a importância dos conteúdos escolares e destacando a necessidade de currículos cada vez mais flexíveis. Estamos ainda à mercê de projetos políticos que respondem a interesses de determinados segmentos hegemônicos da sociedade de classes e não atingem de fato um projeto nacional para as classes populares e de avanço da qualidade da Educação.

Este quadro que se apresenta ainda no conjunto da Educação brasileira, salvaguardadas as iniciativas e ações bem sucedidas e coerentes com finalidades educativas, leva-nos, mais do que em outros tempos, a nos voltarmos para o interior da escola, revendo nossas políticas educacionais, nossa prática docente, nossas políticas de formação docente, nossos métodos de ensino e as práticas político-pedagógicas. É o momento de uma revisão do sistema educacional para compreendermos tantos casos de crianças que permanecem anos na escola e continuam analfabetas. Jamais devemos atribuir a elas as causas do não aprender, pois, neste caso, estaremos penalizando-as duplamente, por não termos cumprido nosso papel social — deixando de oferecer uma escola de qualidade para toda uma geração — e por acreditarmos que, ao encontrar em seu corpo, ou em seu cérebro, os sinais do não cumprimento desse papel social, denominamos tal constatação de distúrbio e utilizamos terapias e tratamentos, inclusive medicamentosos, para aliviar o peso do não aprender.

Trabalhar a serviço da melhoria da qualidade da escola e dos benefícios que deve propiciar a todos impõe uma prática profissional que desloca sua atenção das patologias, compreendidas como problemas dos indivíduos, para atuar na interface Educação – Instituição Escolar, com os temas que vão desde a vida escolar, as práticas educacionais, as relações institucionais na escola, os processos de estigmatização escolares, as diferenças de classe social na escola, as questões de gênero e tantos outros aspectos colocados pelos atores deste cenário.

Portanto, precisamos explicitar as preocupações fundamentais com relação às propostas de diagnóstico e atendimento de crianças e adolescentes na rede de Educação, destacando-se:

- * Índice de diagnóstico de morbidades;
- * Indução ao estabelecimento de relação direta entre genética e manifestação da morbidade;
- * Desconsideração da realidade escolar na compreensão do fenômeno;
- * Individualização e medicalização das dificuldades vividas pelos sujeitos;
- * Propostas de PL relacionam diretamente sua aprovação com a melhoria do atendimento educacional.

O I Seminário Internacional “Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos” constituiu-se em importante espaço de discussão e de crítica a essas constatações, visando construir argumentos para a superação das explicações que hoje grassam no cenário nacional sobre as dificuldades enfrentadas no contexto escolar.

Os Anais destacam a programação do evento, as entidades nele envolvidas e os trabalhos apresentados pelos participantes. Esperamos que seja o início de um conjunto de ações de enfrentamento a esta questão na busca de uma escola pública, de qualidade social, democrática e para todos.

Comissão Organizadora

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP SP
Curso de Psicologia da UNIP
Grupo Interinstitucional “Queixa Escolar” - GIQE
Câmara Municipal de São Paulo
Associação Palavra Criativa
Depto. de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp
Fórum de Saúde Mental do Butantã
Instituto Sedes Sapientiae - Núcleo de Referência em Psicose e Inclusão
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – Abrapee
Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo - SinPsi

Comissão Científica

Adriana Marcondes Machado
Ana Cecília Silveira Lins Sucupira
Beatriz Belluzzo Brando Cunha
Cecília Azevedo Lima Collares
João Eduardo Coin de Carvalho
Lygia de Sousa Viegas
Maria Aparecida Affonso Moysés
Maria de Lima Salum e Moraes
Marie Claire Sekkel
Marilda Gonçalves Dias Facci
Mônica Cintrão França Ribeiro
Roseli Fernandes Lins Caldas
Silvana Tuleski

ORGANIZAÇÃO:



Conselho Regional
de Psicologia SP

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA



ICNO
ASSOCIAÇÃO PALAVRA CRIATIVA



Fórum de Saúde
Mental do Butantã



SinPsi
Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo

APOIO:



FAPESP

Índice

| | |
|----------------------------|-------|
| Apresentação..... | p. 02 |
| Comissão Organizadora..... | p. 04 |
| Comissão Científica..... | p. 04 |
| Programação Geral..... | p. 08 |

Painéis (por título)

| | |
|--|-------|
| A UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTO POR ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE LONDRINA INTERIOR DO ESTADO DO PARANÁ. | p. 11 |
| A ATENÇÃO NA SALA DE AULA À LUZ DA NEUROLINGUÍSTICA DISCURSIVA | p. 11 |
| A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ESCOLAS DE 1ª A 4ª SÉRIE DE ENSINO FUNDAMENTAL JUNTO AOS PROFESSORES E FAMILIARES NAS CO-MORBIDADES DECORRENTES DE TDAH | p. 11 |
| A DISCIPLINA ESCOLAR E O COMPORTAMENTO AGRESSIVO DOS ESTUDANTES | p. 11 |
| A DISPENSA DA RITALINA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ESPÍRITO SANTO | p. 11 |
| A ESCOLARIZAÇÃO NA SOCIEDADE DE NORMALIZAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA PARA A COMPREENSÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL | p. 11 |
| A MEDICALIZAÇÃO E O FRACASSO ESCOLAR NA CIDADE DE VASSOURAS, RJ | p. 11 |
| A PROMOÇÃO DA SAÚDE E A MEDICALIZAÇÃO ESCOLAR | p. 12 |
| A RELEVÂNCIA DO PSICODIAGNÓSTICO DE TDAH EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR | p. 12 |
| ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA ESCOLA: UMA POSSIBILIDADE PARA RESSIGNIFICAÇÃO | p. 12 |
| AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA EM TEMPOS BIOIDENTITÁRIOS | p. 12 |
| AVALIAÇÃO DE LINGUAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO SEGUNDO CICLO | p. 12 |
| AVALIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE SINAIS DE DOTAÇÃO/TALENTO E TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE | p. 12 |
| CARTOGRAFIAS DO PRESENTE: NARRATIVAS DE CRIANÇAS MEDICALIZADAS | p. 12 |
| CLÍNICA PSICOPEDAGÓGICA E RESISTÊNCIA À MEDICALIZAÇÃO | p. 13 |
| COMPREENSÃO CONTRA-HEGEMÔNICA SOBRE O TDAH: CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL | p. 13 |
| CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DE SAÚDE | p. 13 |
| CONSTITUIÇÃO DAS DOENÇAS DA DOCÊNCIA: A RELAÇÃO DO ADOECER COM O PROCESSO DE TRABALHO | p. 13 |
| CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, DIFICULDADES E MEDICALIZAÇÃO | p. 13 |
| CRIANÇAS A MIL POR HORA: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA ENTRE PAIS E FILHOS COM TDAH | p. 13 |
| CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIFICULDADES ESCOLARES: GRUPOS DE DISCUSSÃO E OFICINAS DE APOIO COM PAIS, ALUNOS E PROFESSORES | p. 13 |
| CRÍTICA AO CONCEITO DE “TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE” POR MEIO DO REFERENCIAL PSICANALÍTICO | p. 14 |
| DA PATOLOGIZAÇÃO À INCLUSÃO DE FATO: O CASO DE DAVI | p. 14 |
| DE CID A MATEUS: PROBLEMATIZANDO UM DIAGNÓSTICO NEUROPEDIÁTRICO | p. 14 |
| DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A TENDÊNCIA DE AS ESCOLAS ATRIBUIREM A FATORES EXTERNOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA | p. 14 |
| DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM QUESTIONAMENTO POSSÍVEL | p. 14 |

| | |
|---|-------|
| DIFICULDADES INDIVIDUAIS OU EFEITOS DA PROGRESSÃO CONTINUADA? - RELATO DE UM CASO | p. 14 |
| DISCIPLINAMENTO PELO DISCIPLINAMENTO COMO ESTRATÉGIA PARA O CONTROLE DE ALUNOS DAS CAMADAS POPULARES | p. 14 |
| DISCUTINDO OS SINTOMAS DE DISLEXIA ESPECÍFICA DE DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA ESCRITA: UMA ABORDAGEM NEUROLINGÜÍSTICA | p. 15 |
| DISLEXIA E PSICOMOTRICIDADE: COMPREENDENDO ESSE FENÔMENO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL | p. 15 |
| DISLEXIA: UM CASO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL? | p. 15 |
| DOCILIZANDO OS CORPOS: TDAH, GÊNERO OU DOENÇA? | p. 15 |
| EDUCAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO | p. 15 |
| EM BUSCA DE UM ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR QUE NÃO PATOLOGIZE A QUEIXA ESCOLAR | p. 15 |
| ESCOLARIZAÇÃO E SEUS PROBLEMAS: BUSCANDO ALTERNATIVAS | p. 15 |
| ESTRATÉGIAS EXCLUDENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR | p. 16 |
| ESTUDANDO A HIPERATIVIDADE: PRÁTICA PEDAGÓGICA E USO DE MEDICAMENTOS | p. 16 |
| EVASÃO ESCOLAR E DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: UMA REALIDADE ENTRE JOVENS DA PERIFERIA DE DIADEMA. | p. 16 |
| EXPERIMENTAÇÕES E PARTICULARIDADES NO PROCESSO EDUCATIVO DOS PEQUENOS SUJEITOS: A POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO ENTRE O CAPS INFANTIL E A ESCOLA | p. 16 |
| FRACASSO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA DE ESTIGMATIZAÇÃO DE UMA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM | p. 16 |
| GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR: UMA REDE SOCIAL DE PSICÓLOGOS CONSTRUINDO ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS ÀS DIFICULDADES DE ESCOLARIZAÇÃO QUE SE CONTRAPÕEM À MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | p. 16 |
| HABILIDADES SOCIAIS E ACADÊMICAS: PROPOSTA DE TRABALHO COM ESCOLARES/ADOLESCENTES | p. 17 |
| INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, EDUCAÇÃO MÉDICA E MEDICALIZAÇÃO: ANÁLISE DE UM CONGRESSO MÉDICO | p. 17 |
| LINGUAGEM NA SINDROME DO X-FRÁGIL: NORMAL X PATOLÓGICO | p. 17 |
| MAL-ESTAR NA ESCOLA: QUESTÕES SOBRE A PRODUÇÃO DA EDUCAÇÃO MEDICALIZADA | p. 17 |
| MAPEAMENTO DA MEDICALIZAÇÃO INDISCRIMINADA EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR. | p. 17 |
| MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM QUEIXAS ESCOLARES: REFLEXÕES A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA | p. 17 |
| NEUROCIÊNCIA APLICADA À EDUCAÇÃO: NOVAS FORMAS DE BIOLOGIZAR A ESCOLARIZAÇÃO? | p. 17 |
| NOVO OLHAR PARA QUEIXAS DE APRENDIZAGEM | p. 18 |
| O BRINCAR NA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UM CAMINHO PARA INCLUSÃO | p. 18 |
| O DESEMPENHO ESCOLAR E OS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM UMA AMOSTRA DE ALUNOS DE ESCOLA PÚBLICA | p. 18 |
| O DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO VOLUNTÁRIA A PARTIR DE JOGOS LÚDICO-EDUCATIVOS: VALORIZANDO A ATIVIDADE PRINCIPAL DA CRIANÇA NO SEU DESENVOLVIMENTO | p. 18 |
| O EXCESSO DE PATOLOGIZAÇÃO NA ÁREA DE LEITURA E ESCRITA: FALSEANDO DIAGNÓSTICOS. | p. 18 |
| O FRACASSO ESCOLAR EM MONTES CLAROS, MG: PROCESSOS DE PATOLOGIZAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO | p. 18 |
| O MENINO QUE REDESCOUBRIU O GATO: UMA NARRATIVA DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO OCUPACIONAL COM APOIO ESCOLAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL | p. 18 |
| O PAPEL DA ESCOLA E DOS FAMILIARES NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM DIANTE DO FENÔMENO MEDICALIZAÇÃO | p. 19 |
| O SENTIDO DO ESPAÇO ESCOLAR PARA A FAMÍLIA DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | p. 19 |
| O TDAH E A MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE: REFLEXÕES SOCIOLÓGICAS | p. 19 |

| | |
|--|-------|
| O TRANSTORNO PSÍQUICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO | p. 19 |
| OBSERVAÇÕES SOBRE O ENLACE MÉDICO-PEDAGÓGICO NA CONTEMPORANEIDADE E A FUNÇÃO “RITALINA” | p. 19 |
| OFICINAS MULTIDISCIPLINARES DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO A ESCOLARES COM DIFICULDADES NA ESCOLARIZAÇÃO | p. 19 |
| OS REFLEXOS DA MEDICALIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL | p. 20 |
| PANORAMA CRÍTICO SOBRE OS TRATAMENTOS PSICOLÓGICOS OFERTADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES HIPERATIVOS E/OU DESATENTOS. | p. 20 |
| PATOLOGIZAÇÃO DE CRIANÇAS SEM PATOLOGIA | p. 20 |
| POSSÍVEIS PORTADORES DE SÍNDROME DE ASPERGER E TDAH: MITOS ASSOCIADOS AOS DOTADOS E TALENTOSOS | p. 20 |
| PRODUÇÃO DE VIDA NO TRABALHO DOCENTE | p. 20 |
| PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM MÃES DE CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR E QUE FAZEM USO DE MEDICAMENTOS | p. 20 |
| QUEIXA ESCOLAR E MEDICALIZAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA DEMANDA DE EDUCANDOS EM UM PROJETO DE EXTENSÃO REALIZADO NA UEM | p. 20 |
| RECUPERAÇÃO ESCOLAR - AS SUPOSTAS DOENÇAS COMO EXPLICAÇÃO DAS DIFICULDADES ESCOLARES | p. 20 |
| REFLETINDO ACERCA DO PSICÓLOGO ESCOLAR | p. 21 |
| RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA CRIANÇA DE 2 ANOS E 6 MESES COM SUPOSTO DIAGNÓSTICO DE ESQUIZOFRENIA | p. 21 |
| REPENSANDO A QUEIXA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA VISÃO NÃO MEDICALIZADA DA EDUCAÇÃO | p. 21 |
| REPRESENTAÇÕES DE UMA CRIANÇA A RESPEITO DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE | p. 21 |
| ROMPENDO A PRODUÇÃO DE QUEIXAS ESCOLARES: QUANDO A MEDICALIZAÇÃO SE OPERA NA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | p. 21 |
| TDA(H): ENTRE PECADOS E REDENÇÕES | p. 21 |
| TDAH E INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA: RELATO DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS | p. 21 |
| TRAJETÓRIA DE ALUNOS DA REDE REGULAR ENCAMINHADOS PARA O SERVIÇO DE SAÚDE | p. 22 |
| TRANSTORNO OBSESSIVO COMPULSIVO (TOC) INFANTIL: A ADESÃO DA FAMÍLIA AO TRATAMENTO | p. 22 |
| TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM, O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E AS AVALIAÇÕES GOVERNAMENTAIS | p. 22 |
| UM DIAGNÓSTICO CONTROVERSO E FRONTEIRIÇO: O TDAH NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM VITÓRIA, ES | p. 22 |
| UM RELATO DE APOIO ESCOLAR AO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO (TEPT) NA INFÂNCIA | p. 22 |
| UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO PARA O DÉFICIT DE ATENÇÃO | p. 22 |
| UMA ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DIANTE DOS CHAMADOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM | p. 23 |
| UMA CRÍTICA ÀS MANIFESTAÇÕES DA PATOLOGIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO, ANÁLISE DAS REVISTAS <i>VEJA</i> E <i>NOVA ESCOLA</i> | p. 23 |
| UMA DISCUSSÃO ÉTICO-POLÍTICA ACERCA DO FENÔMENO DA TIMIDEZ NA ESCOLA: ALUNOS TÍMIDOS OU INTIMIDADOS? | p. 23 |
| UMA EXPERIÊNCIA COM O USO DE JOGOS COMO RECURSO TERAPÊUTICO | p. 23 |
| UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO SÉCULO XXI: O COMBATE AO CLINICALISMO | p. 23 |

Programação Geral

11/11/2010 - 5ª feira

8h às 18h Credenciamento

Local: Saguão de Entrada (Rua Vergueiro, 1211 - Paraíso)

8h às 12h Fixação de painéis

8h30 às 10h30 Minicursos e Oficinas

Os minicursos terão duração de quatro horas.

Local: 6º andar

1) **Oficina de Escrita** – Claudia Perrota – Associação Palavra Criativa

2) **Oficina de Jogos** – Marilda de Almeida – Instituto Sedes Sapientiae

3) **A Experiência das Escolas Democráticas** – Helena Singer e Carolina Sumie Ramos

4) **Formação do psicólogo para atuação na convergência escola-saúde** – Mônica Cintrão e João Coin – Universidade Paulista - Unip

5) **Orientação à Queixa Escolar** – Luís F. de O. Saraiva e Alexandra M. Ito – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE

6) **Gênero e Desempenho Escolar** – Fábio H. Pereira

7) **Oficina de Capoeira e Educação para Todos** – Mestre Alcides de Lima

* esta oficina, excepcionalmente, tem a duração de 1h30 por dia.

8) **Dislexia: questionamentos para a Educação** – Rejane Barbosa Rubino – Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação /PUC-SP

9) **Contribuições para o estudo da desatenção e dos comportamentos hiperativos** – Silvana Tuleski e Hiluska Alves Leite – Universidade Estadual de Maringá - UEM

11h às 12h30 Organização do Fórum de Discussão sobre Educação Medicalizada

Coordenação: Carla Biancha Angelucci – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: 6º andar

12h30 às 14h Almoço

14h às 16h Simpósio – Medicalização da Educação: família e escola adoecidas

Rosely Sayão

Adriana Marcondes Machado – Universidade de São Paulo - USP

Local: Auditório

16h30 às 18h30 Simpósio – Políticas Públicas e a Medicalização da Educação

Eliseu Gabriel – Câmara Municipal de São Paulo

Marilene Proença – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: Auditório.

19h às 19h30 Mesa de Abertura do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA: DISLEXIA, TDAH E OUTROS SUPOSTOS TRANSTORNOS”

19h30 às 21h30 Conferência - A Medicalização e seus prejuízos

Peter Conrad – Brandeis University – EUA

Coordenação: Maria Aparecida Affonso Moysés – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Local: Auditório

21h30 às 22h Orquestra de Berimbaus do Morro do Querosene

Regência: Dinho Nascimento

Programação Geral

12/11/2010 - 6ª feira

8h30 às 10h30 Minicursos e Oficinas

Local: 6º andar

- 1) *Oficina de Escrita* – Claudia Perrota – Associação Palavra Criativa
- 2) *Oficina de Jogos* – Marilda de Almeida – Instituto Sedes Sapientiae
- 3) *A Experiência das Escolas Democráticas* – Helena Singer e Carolina Sumie Ramos
- 4) *Formação do psicólogo para atuação na convergência escola-saúde* – Mônica Cintrão e João Coin – Universidade Paulista - Unip
- 5) *Orientação à Queixa Escolar* – Luís F. de O. Saraiva e Alexandra M. Ito – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE
- 6) *Gênero e Desempenho Escolar* – Fábio H. Pereira
- 7) *Oficina de Capoeira e Educação para Todos* – Mestre Alcides de Lima
* esta oficina, excepcionalmente, tem a duração de 1h30 por dia
- 8) *Dislexia: questionamentos para a Educação* – Rejane Barbosa Rubino - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação - PUC-SP
- 9) *Contribuições para o estudo da desatenção e dos comportamentos hiperativos* – Silvana Tuleski e Hiluska Alves Leite – Universidade Estadual de Maringá - UEM

10h30 às 11h Apresentação de Capoeira

Mestre Alcides de Lima

Local: Hall do Auditório

11h às 12h30 Organização do Fórum de discussão sobre Educação Medicalizada

Coordenação: Carla Biancha Angelucci – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: 6º andar

12h30 às 14h Almoço

14h às 16h Simpósio – Medicalização nos atendimentos em Saúde

Maria de Fátima Vicente – Instituto Sedes Sapientiae

Wagner Ranña – Hospital das Clínicas

Charles D. Tesser – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Local: Auditório

16h30 às 18h30 Simpósio – Medicalização da adolescência

Paulo Schiller

José Ruben Alcântara Bonfim - Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – Sobravime

Local: Auditório

18h30 às 19h30 Lançamento de Livros

19h30 às 21h30 Conferência - Dislexia: um suposto transtorno de aprendizagem

Steven Strauss – Neurologista, Depto. de Neurologia do Hospital Franklin Square, Baltimore, Maryland, EUA

Coordenação: Beatriz de Paula Souza – Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE

Programação Geral

13/11/2010 - sábado

8h30 às 10h30 Conferência – Medicalização da Educação: Consequências para a criança e para o adolescente

Maria Aparecida Affonso Moysés – Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Coordenação: Marilene Proença – Conselho Regional de Psicologia - CRP SP

Local: Auditório

10h30 às 11h A arte de Contar Histórias: performance de Ju Colombo e Violonista Lucas de Toledo

Local: Auditório

11h às 13h Conferência Internacional “O crescimento do TDAH”

Peter Conrad – Brandeis University – EUA

Coordenação: Mônica Cintrão – Universidade Paulista - Unip

Local: Auditório

12h Retirada de painéis

13h Cerimônia de Encerramento

Lançamento do Fórum

Durante todo o evento, mostra permanente de vídeos sobre a temática. Local: hall do auditório.

A utilização de medicamento por alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental na cidade de Londrina, interior do Estado do Paraná

Autor: Maria de Lourdes Sperandio

Outros autores: Adriana Borges, Paulo Aguiar, Bruna Peres de Oliveira, Jéssica Patrícia Damião, Karina Batista, Alisson B. Santos Júnior, Kátia Maria Moraes, Luana Lima Azevedo, Roseli Alves e Juliana Mistrini Veríssimo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH tem sido considerada a “doença” da hora. Professores e gestores não sabem como lidar no ambiente escolar com este aluno considerado indisciplinado e com baixo rendimento escolar, conclamam pela ajuda dos pais ou responsável para procurarem serviços especializados, comumente um médico neurologista. Alunos do curso de Psicologia, inquietos com o tema, constituíram o grupo de estudo e pesquisa em TDAH da Faculdade Pitágoras de Londrina com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre o assunto. O presente trabalho relata uma pesquisa em andamento que tem como objetivo mapear a utilização da Ritalina e similares nas diferentes regiões da cidade e refletir sobre a forma como professores do ensino fundamental de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Educação de Londrina entendem o TDAH e a prescrição do medicamento. Como instrumentos de coleta de dados foram realizados 11 entrevistas aplicadas em professores-gestores de 11 escolas da rede. Com essa amostra, que ainda perfaz apenas 16,66% de um universo de 66 escolas da zona urbana da cidade, foi possível verificar que professores-gestores, apesar de pouco conhecerem sobre o tema, são favoráveis à utilização do medicamento, apontando melhoras no desempenho acadêmico do aluno, e, em alguns casos, a sua utilização como condição sine qua non para manutenção da vaga na escola.

Palavras-chave: TDAH, Educação, Medicalização

A atenção na sala de aula à luz da Neurolinguística Discursiva

Autor: Ana Laura Gonçalves Nakazon

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: A atenção é um tema muito importante hoje na sala de aula. Com a ampla divulgação que o déficit de atenção recebe pela mídia, torna-se cada vez mais importante saber diferenciar o que é patológico daquilo que é socialmente construído. Este trabalho pretende mostrar a questão da atenção na sala de aula do ponto de vista da Neurolinguística Discursiva, a partir da qual discutiremos aquilo que favorece a atenção na sala de aula em detrimento daquilo que desestimula o aluno ou que simplesmente não leva em conta o sujeito em seu processo de aprendizagem. Um questionamento que surge nesse contexto é se a atenção é apenas uma questão do aluno ou se ela passa necessariamente pelo preparo e pela relação do professor com a classe. Para isso, pretendemos analisar atividades realizadas por alunos do ensino médio à luz de teóricos como Lúria, Vygotsky e Foucault.

Palavras-chave: Atenção, Sala de Aula, Neurolinguística Discursiva

A atuação do psicólogo em escolas de 1ª a 4ª série de ensino fundamental junto aos professores e familiares nas comorbidades decorrentes de TDAH

Autor: Maria de Lourdes Sperandio

Outros autores: Adriana Borges, Paulo Aguiar, Bruna Peres de Oliveira, Jéssica Patrícia Damião, Karina Batista, Alisson B. Santos Junior, Kátia Maria Moraes, Luana Lima Azevedo, Roseli Alves e Juliana Mistrini Veríssimo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: A fim de manter o controle dentro dos muros escolares, é cada vez crescente o diagnóstico precoce de transtorno do déficit de atenção e hiperatividade e, daí, o consumo de medicamentos. A mesma atenção não tem sido dada às comorbidades e às perdas decorrentes dessas. Identificar as comorbidades e criar estratégias para o tratamento vão além da medicalização, uma vez que estas comprometem a vida pessoal e social do portador e de sua família. O presente trabalho relata uma pesquisa em andamento que tem como objetivo intervir nas escolas de ensino fundamental de 1ª a 4ª série da Rede Municipal de Ensino de Londrina, por meio de palestras interativas que abordarão o papel dos professores e da família no alívio das comorbidades e a ajuda por meio de psicoterapia. Até o momento, foram entrevistados 11 professores-gestores, de 11 escolas da rede. O universo da pesquisa constitui-se de 66 unidades escolares na zona urbana da cidade de Londrina. Com a análise das entrevistas, constatou-se pouco conhecimento sobre o tema, sinalizando um vasto campo de atuação para a psicologia, uma vez que, por meio dos relatos, se pode observar que os únicos atores presentes no contexto foram: alunos, professores, pais e médicos. Verificou-se a ausência do profissional psicólogo tanto nos processos psicoeducativos quanto nos aspectos psicoterápicos, tão relevantes para o resgate da autoestima do indivíduo com TDAH.

Palavras-chave: Psicologia, Educação, TDAH

A disciplina escolar e o comportamento agressivo dos estudantes

Autor: Noel José Dias da Costa

Outros autores: Erenita Maria Silva da Costa

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: O contexto social contemporâneo é marcado pelo crescimento de atos de violência. A profilaxia deste problema psicossocial é um dos aspectos mais desafiadores

para os educadores na atualidade. A convivência social exige o mínimo de limites e respeito no comportamento das pessoas. A ação disciplinar deve levar o educando ao autorespeito e à autoestima positiva. Assim, busca legitimar as regras morais que garantam o equilíbrio nas interações. O objetivo do presente é apresentar uma experiência realizada em instituição particular de ensino básico. Buscou-se realizar o programa integrando as ações disciplinadoras pelo treinamento dos docentes e pessoal de apoio; adequação do ambiente escolar; reuniões de orientação de pais e realização de atividades extracurriculares facilitadoras do processo. Os resultados observados por avaliação qualitativa, por meio de reuniões da equipe e relato dos pais parecem evidenciar a eficácia desse programa para o desenvolvimento da autonomia. Há necessidade de mais pesquisas para se conhecer como torná-lo mais efetivo e exequível em outros ambientes.

Palavras-chave: Disciplina Escolar, Agressividade, Prevenção Escolar

A dispensa da Ritalina pelo Sistema Único de Saúde no Espírito Santo

Autor: Luciana Vieira Caliman

Outros autores: Arielle Rocha de Oliveira Silva, Cristiane Bremenkamp Cruz, Ellen Horato do Carmo Pimentel, Nathalia Domitrovic, Paula Lampé Figueira, Paula Maria Valdetaro Rangel e Sérgio Werner Baumel.

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: O transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH tem sido descrito como um diagnóstico controverso e incerto. Seus paradoxos invadem a mídia mundial. Profissionais do campo da Neuroética e das Ciências Humanas têm chamado atenção para os processos de medicalização, biologização e individualização de questões sociais e políticas que sustentam o diagnóstico. Dentre os aspectos que alimentam a suspeita em torno do TDAH, situa-se o crescimento mundial do consumo do Metilfenidato, principal medicamento indicado para o seu tratamento. No Brasil, o Ministério da Saúde não oferece gratuitamente o Metilfenidato, no entanto, o Espírito Santo garante sua dispensa desde 2007. Esta pesquisa investiga o processo de inclusão do Metilfenidato na Relação Estadual de Medicamentos Essenciais e Medicamentos Excepcionais – Rememe, ES. Inicialmente, foi desenvolvida uma pesquisa documental da legislação norteadora da assistência farmacêutica, em nível nacional e estadual. Em seguida, entrevistas foram realizadas junto à gestores estaduais a cerca da política e da prática da assistência farmacêutica no ES, voltadas para o TDAH. Concluiu-se que desde 2007 passamos por um processo de expansão do diagnóstico do TDAH no ES e de sua terapêutica medicamentosa sem, no entanto, ser acompanhado por um processo sistemático de problematização e questionamento do diagnóstico.

Palavras-chave: TDAH, Ritalina, Espírito Santo

A escolarização na sociedade de normalização: contribuições da perspectiva foucaultiana para a compreensão do processo educacional

Autor: José Alexandre de Lucca

Outros autores: Flávia Augusta Bueno da Silva

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: Desde o movimento de democratização do modo de governar, os discursos e práticas sociais apontam para a ideia de que os seres humanos configuram uma multidão desregrada, que deve ser treinada e corrigida. Tal desordem pode ser clarificada na cadência de resultados inesperados no processo de escolarização. Percebemos que, historicamente, com o intento de suprimir as “inadequações”, a estereotipia baliza a construção conceitual de desvios de comportamento e de transtornos de aprendizagem. Conceitos, adornados por métodos tecnocientíficos, como os diagnósticos classificatórios e o uso de medicamentos, hoje são diluídos na sutileza do cotidiano, que anseia pela paz social, sob a égide de intervenções multiprofissionais no controle de dimensões objetivas/subjetivas, individuais/sociais, familiares/comunitárias. Pela perspectiva foucaultiana, entendemos que tais conceitos revelam a mistura de métodos das Ciências Humanas, políticas e econômicas que contribuem para a manutenção de instrumentos de dominação e controle. Apontamos, então, para a necessidade do questionamento constante sobre as práticas e saberes constituídos nos centros decisórios das políticas públicas de educação, saúde e justiça, de modo a problematizar os rumos dos serviços de atenção à população e conflamar uma atuação profissional compromissada com a melhoria da qualidade de vida em sociedade.

Palavras-chave: Escolarização, Medicalização, Foucault

A medicalização e o fracasso escolar na cidade de Vassouras, RJ

Autor: Rafael de Souza Nunes

Outros autores: Cláudio Ramos Peixoto, Danieli Porter Taveira, David da Silva Monsorens, Diana de Mello Vasconcellos, Nathália Reis Barbosa Ramos, Marianna Pereira de Souza Ferreira e Bárbara Martins Justi de Carvalho

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: Introdução: O presente trabalho faz parte da linha de pesquisa chamada Psicologia e Aprendizagem, que tem o intuito de fomentar o desenvolvimento de pesquisas a respeito das demandas das escolas sobre aprendizagem na cidade de Vassouras, RJ. Objetivo: O objetivo é a elaboração de novas estratégias visando a solução de problemas oriundos de queixas escolares psicopatologizadas que são criadas diariamente, sem qualquer embasamento teórico, e atrapalham a vida escolar do aluno. Método: O método usado foi o de levantamento de dados no Serviço-Escola de Psicologia da Universidade Severino Sombra, na cidade de Vassouras, RJ, nos Postos de Estratégia Saúde da Família e aplicação de questionários em diretores,

orientadores pedagógicos e professores do ensino fundamental das unidades de ensino do município. Resultado: Percebeu-se a concepção confusa do que venha a ser problemas de aprendizagem e suas causas, a ausência de controle de dados nos ESFS, o poder médico sobre os encaminhamentos, a burocracia enfrentada para encaminhar um aluno e a veiculação de artigos que (des)informam os professores acerca de psicopatologias comuns ao meio escolar. Conclusão: A escola recorre ao saber médico para lidar com os seus problemas cotidianos e, assim, qualquer comportamento que seja diferente da sua concepção de normal é visto como passível à medicalização.

Palavras-chave: Medicalização, Psicologia Escolar, Educação

A promoção da saúde e a medicalização escolar

Autor: Ariádine Benetom de Campos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marie Claire Sekkel

Resumo: Justificativa: Professores procuram atendimento especializado por ignorarem os aspectos do ambiente como determinantes na expressão de comportamentos, e pela influência, fortemente presente na sociedade atual, da ideia de que o medicamento resolve tudo. Os encaminhamentos são reforçados por procedimentos diagnósticos que não levam em consideração a investigação dos processos sociais e políticos envolvidos na produção das queixas escolares. Objetivo: Potencializar as escolas com recursos que as habilitem a reconhecer o contexto escolar como fator determinante do desenvolvimento do educando na relação ensino-aprendizagem. Utilizando-se da abordagem psicodinâmica, com Otto Kernberg, Glenn Gabbard, Sêrvulo Augusto Figueira. Referências teóricas de Maria Aparecida Affonso Moysés, Cecília Azevedo Lima Collares e Beatriz de Paula Souza. Metodologia: entrevistas com educadores, educandos, familiares, preenchimento do questionário orientação à queixa escolar. Resultados: maior aproximação dos educadores no conhecimento singular dos educandos por meio de introdução de dinamização de metodologias em sala de aula. Levando à desconstrução de mitos criados pela cultura medicamentosos, por exemplo, o emprego do rótulo de dislexia.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Relação, Contexto

A relevância do psicodiagnóstico de TDAH em uma perspectiva interdisciplinar

Autor: Fernanda Consoni Mossini

Outros autores: Diana P. de Sá A. Ribeiro

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria Aparecida Affonso Moysés

Resumo: Introdução: O psicodiagnóstico de TDAH tem sido solicitado com frequência em unidades de saúde nas quais atuamos por meio de extensão universitária. Esse fato demonstra a relevância deste procedimento e sua importância na formação de psicólogos. Objetivo: Análise dos encaminhamentos escolares e médicos para crianças com suspeita ou diagnóstico já efetuado de TDAH. Método: Por meio de projeto de extensão universitária, realizamos psicodiagnósticos psicanalíticos em sete unidades básicas de saúde e em um centro de atenção psicossocial, com 15 alunos de Psicologia que atuam semanalmente atendendo crianças. Resultados: Realizamos em torno de 200 psicodiagnósticos/ano. Notamos aumento nos encaminhamentos escolares e médicos para psicodiagnóstico com suspeita ou diagnóstico já efetuado de TDAH. Procuramos entrevistar todos que se relacionam com a criança, inclusive médicos e, após nove anos de projeto, não confirmamos nenhuma das suspeitas de TDAH. Porém, observamos dificuldades de avaliação em virtude do fato de as crianças avaliadas por médicos já estarem medicadas. Conclusão: o psicodiagnóstico deveria ser efetuado juntamente com outros profissionais em se tratando de suspeita de TDAH, em uma perspectiva interdisciplinar. A falta de comunicação entre psicólogos, médicos, entre outros, pode levar a diagnósticos inadequados e à medicalização precoce de crianças.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico, TDAH, Saúde Pública

Acompanhamento terapêutico na escola: uma possibilidade para ressignificação

Autor: Marcia Cristina Louro Fares

Outros autores: Beatriz Borges Brambilla e Bruna Rafael Fransatto

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: A obrigatoriedade da Educação Inclusiva caracterizou-se pelo que se chama de inclusão pela via da exclusão. É fato que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases – 1996) impôs às escolas um dever social para o qual não estavam preparadas. Neste sentido, as práticas escolares acabam por excluir a criança com dificuldades, inserida em um modelo de inclusão perverso. O acompanhante terapêutico, no contexto escolar, exerce a função de articulador entre o sujeito e as ofertas de laço social presentes neste ambiente. É função do AT fazer circular a palavra entre todos os profissionais envolvidos no processo de educação/aprendizagem, possibilitando assim que a criança vista como “estranha” possa aproximar-se às ofertas de inclusão. O presente trabalho tem como objetivo descrever práticas do AT no contexto escolar, envolvendo todos os níveis exigidos pela função, como, por exemplo, a construção de uma rede entre os profissionais da educação (professores, diretores, auxiliares) e demais funcionários da escola. Tais práticas são recortes da experiência de ATs com crianças em ambiente escolar e familiar. Foi possível perceber as dificuldades enfrentadas pelas escolas, alunos e suas famílias e aplicar dentro deste contexto uma possibilidade de escuta do sofrimento de cada uma das partes envolvidas. É nesse sentido que, como acompanhantes terapêuticos, buscou-se constituir uma relação dialógica entre os protagonistas de uma inclusão ética. Percebeu-se que, por meio das intervenções e possibilidades demonstradas pelo AT, alunos, escola e as famílias tiveram a oportunidade de nomear seu sofrimento com palavras, ressignificando assim suas experiências em relação à educação e, principalmente, no que diz respeito à posição que cada sujeito ocupa nesta relação.

Palavras-chave: Acompanhamento Terapêutico, Laço Social, Educação

As representações sociais da infância Contemporânea Em Tempos Bioidentitários

Autor: Adriana Carrijo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: A infância, desde a Modernidade tem sido um ponto de ancoragem privilegiado pelas Ciências Humanas. Racionalizada desde a Pedagogia Teológica e essencializada pela Psicologia contemporaneamente marcada pelas Neurociências, abarca a potência e o fluxo das representações sociais que habitam o coração desses saberes, acionando-os para sua pulsante e renovada construção social. Assim, a história da captura da criança e da modelação da infância é reveladora de um tecido histórico-social que, obsessivo por seu controle e funcionalização, deixa nos registros das Ciências Humanas vigentes e emergentes páginas de produção identitária. Esse movimento em torno da infância não acaba produzido e enclausurado nesses saberes transcendendo enquadres e paradigmas outrora estabelecidos. Interessa-me, ao seguir o rastro das representações sociais da infância, compreender como na contemporaneidade a identidade ancora no corpo e seus fluidos organizando/reorganizando um campo assistencial infantil. Em tempos onde resta à criança a bioidentidade objetivada por meio da midiaticização dos recorrentes transtornos mentais infantis, tempos onde o “mental” equivale à qualidade de “fluido corporal”, viso à cartografia das representações sociais mantidas/alteradas historicamente na ordem do discurso e das práticas para a infância, trabalhando por meio da análise do discurso parental, da mídia e dos especialistas.

Palavras-chave: Contemporaneidade, Infância, Representações Sociais, Bioidentidades

Avaliação de linguagem nas séries iniciais do segundo ciclo

Autor: Mara Lucia Fabricio de Andrade

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marie Claire Sekkel

Resumo: A presente avaliação de linguagem integra a pesquisa linguagem, atenção e ensino-aprendizagem: leitura e escrita em foco (PDJ-CNPq 151391/2009-2). O objetivo é sistematizar a observação de que grande parte de crianças inseridas na escola básica apresentam déficits, muitos dos quais atribuídos a patologias da linguagem. O levantamento foi feito em escola pública, sendo analisados os textos frutos de três propostas, apresentadas igualmente para cada uma de três séries (5a, 5b, 6a). Foram anotados aspectos relacionados à aquisição e à marcas formais e a adequação para avaliar o conjunto (incluindo coesão/coerência) em relação à adequação. Como 1 foi classificado o texto problemático (29%), como 2 aquele que necessita de intervenção intensiva (46%) e como 3 o adequado para a série (8%). Há que se salientarem os altos índices de problemas relacionados a processos de aquisição, como segmentação inadequada (17%), troca de pares (14%) e marcas de oralidade (71%), e também à formalização do texto, em seus aspectos básicos e influentes na leitura, como paragrafação (34%) e pontuação geral adequada (66%). Com índices como os aqui apresentados, não é de se estranhar a elaboração de políticas públicas; mas é necessário cuidado, pois tais índices não indicam necessariamente um processo de patologização abundante, mas, sim, que o processo de aquisição da escrita não está se consolidando no ciclo I, se estendendo para o próximo, quando – em segundo plano – tende a se consolidar no estágio em que se encontra.

Palavras-chave: Avaliação de Linguagem, Neurolinguística

Avaliação Dos Conhecimentos de Professores do Ensino Fundamental Sobre Sinais de Dotação/Talento e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

Autor: Carina Alexandra Rondini Marretto

Outros autores: Layla Tatiane Coco e Mary Yoko Okamoto.

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), bem como a dotação e o talento são temas atuais que interferem no contexto escolar, principalmente pelos efeitos ocasionados, quando do não conhecimento e reconhecimento de seus sinais, trazendo prejuízos que poderão afetar o aluno no seu desempenho cognitivo, emocional e social, na escola e em outros âmbitos sociais. Em decorrência, este estudo transversal teve por objetivo avaliar os conhecimentos dos professores, dos quartos e quintos anos do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Assis, SP, sobre os sinais reconhecidos e considerados ser de TDAH e/ou dotação e as ações envolvidas nessa identificação. Foi respondido um questionário, autoaplicado e anônimo, composto por 21 questões fechadas ou semiabertas, versando sobre os seus conhecimentos dos sinais do TDAH e da dotação, o número de alunos diagnosticados, encaminhamentos realizados e a utilização de medicação. Os questionários foram enviados pela Secretaria Municipal da Educação com o prazo de duas semanas para o preenchimento. As análises dos dados parciais demonstram dificuldades encontradas pelos professores no que se refere aos critérios utilizados tanto para o encaminhamento como para as ações pedagógicas voltadas para essa população, demonstrando a necessidade de atuações na escola que possam contribuir para novas possibilidades de reflexões e intervenções.

Palavras-chave: Dotação e Talento, TDAH, Reconhecimento

Cartografias do Presente: Narrativas de Crianças Medicalizadas

Autor: Maria Carolina de Andrade Freitas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: O presente projeto de pesquisa visa investigar as políticas de subjetivação em curso na contemporaneidade, por meio da pesquisa-intervenção junto a crianças medicalizadas no âmbito da vida escolar e da análise de suas narrativas. Para tanto, buscar-se-á uma direção cartográfica para a abordagem do tema, visto que a concepção deste trabalho ancora-se na compreensão de que as produções subjetivas

pautam-se por uma processualidade concreta e histórica, articuladas aos fluxos e agenciamentos postos em certos momentos datados da existência. Utilizará as contribuições teóricas de alguns campos e autores como: Foucault, Deleuze, Guattari entre outros, apostando na transdisciplinaridade. Parte da perspectiva crítica de que os processos de subjetivação são atravessados por uma heterogeneidade de vetores e multiplicidades e utiliza-se como referência, para pensar tais processos, o paradigma estético-ético e político que sustenta o caráter processual da vida e de seus elementos inventivos.

Palavras-chave: Medicalização, Subjetivação, Pesquisa-Intervenção

Clínica psicopedagógica e resistência à medicalização

Autor: Helena Maria Medeiros Lima

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: A Psicopedagogia no Brasil vem-se consolidando como área do saber há 30 anos. Esta consolidação passa pela melhoria na qualificação dos psicopedagogos, que saem de uma condição de 'pronto-socorro pedagógico' para uma possibilidade de atuação política, clínica e fundamentada epistemologicamente. Uma das maiores contribuições vem da psicanálise, com autores como Winnicott, Sara Pain, Maud e Octave Mannoni e Clara Clugrak. Filósofos como Slavoj Žižek, Giles Deleuze e Michel Foucault sinalizam para uma clínica em que o termo 'clínico' refere-se antes a um compromisso entre o profissional e o atendido, em que as marcas são a lentificação (redução de afazeres, eleição de prioridades), a abertura de novos espaços para questionamento de arranjos, dinâmicas e estruturas familiares (relação com as heranças), remanejamento de expectativas familiares, sociais e pessoais, sobretudo a apropriação do desejo. Neste sentido, a clínica psicopedagógica rompe com o estereótipo de "testóloga amadora" e passa a um lugar politizado e comprometido com a autonomia do sujeito. Essa autonomia, reconhecida em sua modalidade de aprendizagem, é válida para os mecanismos de relação com alimento, aprendizagem, dinheiro e sexualidade. O reconhecer e apropriar-se de sua modalidade de aprendizagem (Alicia Fernández), o sujeito desenvolve sua autonomia, criatividade, formulação de pensamento e alegria em viver com projetos significativos. Sem bulas e doses desnecessários.

Palavras-chave: Psicopedagogia, Clínica Psicopedagógica, Psicanálise, Filosofia

Compreensão contra-hegemônica sobre o TDAH: contribuição da Psicologia histórico-cultural

Autor: Cristiane Toller Bray

Outros autores: Nilza Sanches Tessaro Leonardo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Esse trabalho buscou conhecer o que pensam as educadoras de escolas públicas e privadas acerca dos problemas de comportamento presentes no contexto escolar, procurando desvelar a que atribuem as causas destes problemas. Foram entrevistadas vinte e quatro educadoras: G1- de escolas privadas e G2- de escolas públicas. As entrevistas foram examinadas mediante análise de conteúdo e organizadas em categorias. Os resultados apontaram que as participantes atribuem, principalmente: ao aluno (46,7%) e à família (45,3%) as causas dos problemas de comportamento. As educadoras de ambos os grupos acreditam que o mau comportamento dos alunos em sala de aula é geralmente em decorrência de distúrbios de comportamento, especificamente o TDAH ou a falta de atenção/concentração, não questionando o que leva as crianças a se comportarem assim. Aceitam que isso ocorre por possuírem algum problema neurológico e, diante disso, cabe medicalizá-las. Questionamos, tal como Eidt (2004), a real causa do TDAH, entendendo que o elevado número de diagnósticos desse transtorno não pode ser justificado pelo único fator biológico e intrínseco à criança. Há que se levar em conta a sociedade hiperativa na qual vivemos e as inadequações do processo ensino-aprendizagem para o aparecimento de comportamentos desatentos e hiperativos. Complementamos que, ao adotarmos o referencial da psicologia histórico-cultural e o método materialista histórico-dialético de análise dos fenômenos psicológicos, é possível sair do âmbito das discussões simplistas e superficiais em torno do TDAH.

Palavras-chave: Problemas de Comportamento, TDAH, Psicologia Histórico-Cultural

Concepção de linguagem e formação de profissionais na área de Saúde

Autor: Mara Lúcia Fabrício de Andrade

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: A avaliação de linguagem, primordial para a inauguração ou não da patologia, tende a ser orientada por uma concepção de linguagem. Para conhecer o que é dito sobre a linguagem nas áreas de Biologia e Saúde, analisamos o principal capítulo sobre o tema de quatro livros-texto de Neurociências (obras de referência usadas na formação e disponíveis nas bibliotecas da Unicamp), focando a concepção de linguagem e a dislexia do desenvolvimento. Verificamos que Lent e Kandel et al. são os que mais exploram princípios e pressupostos linguísticos; e, apesar de Carlson caminhar para uma concepção voltada para o funcionamento da linguagem, em nenhuma obra é apresentada explicitamente uma concepção de linguagem. Em relação à dislexia, Bear et al. não discutem o tema. Carlson e Kandel et al. explicitam as bases neurais, evidenciando sintomas; e Lent apenas comenta a dislexia. Kandel et al., apesar de lembrarem as polémicas que envolvem o tema, deixam transparecer que esse não é o ponto de vista que adotam. Como o conhecimento sobre a linguagem nas áreas em questão tende a chegar por meio dos livros-texto, podemos inferir que a concepção de linguagem que circula é a voltada para o sistema linguístico, o qual subjaz aos sintomas citados nas obras. Salientamos que este trabalho, embora crítico, é um convite a outras possibilidades de estudar a linguagem: como em uma concepção em que a linguagem é indeterminada, é interação, e é histórica.

Palavras-chave: Concepção de Linguagem, Dislexia do Desenvolvimento, Neurolinguística, Neurociências

Constituição das doenças da docência: a relação do adoecer com o processo de trabalho

Autor: Maria de Fatima Duarte Martins

Outros autores: Balinhas, Vera Lúcia Gainssa Vieira, Jarbas Santos Garcia, Maria Manuela Alves Eslabão, Leomar da Costa Silva, Aline Ferraz Daufpel Fetter, Carmen Lucia Fujita e Terezinha

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: Nos anos 80, aparecem os primeiros estudos sobre doenças do trabalho que afetam a saúde do professor, o "mal-estar docente". São escassos, porém, os estudos que avaliam a relação do trabalho docente com o adoecimento das professoras. O objetivo principal deste estudo foi investigar as relações do processo de trabalho com o adoecer das 2.334 professoras da Rede Municipal de Ensino de Pelotas, RS, que tiraram licença de saúde no período de 2006 a 2007. Realizou-se em duas etapas, uma quantitativa, que identificou dados sócio-demográficos e doenças mais frequentes. A segunda (qualitativa) entrevistou as professoras das 10 escolas que solicitaram mais afastamentos. Identificamos uma rede feminina, escolarizada, e as doenças do aparelho respiratório, transtornos mentais e comportamentais, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo são as mais frequentes. As entrevistas mostraram escolas em condições precárias, baixos salários, intensificação do trabalho, e professoras que buscam nos medicamentos fórmulas para aliviar as dores do corpo e produzir energia. Buscam nos medicamentos prescritos ou não fórmulas para enfrentar a rotina, não somente na escola, mas em casa e em outros espaços que atravessam a profissão e a vida privada. Chamamos de medicamentação as tentativas das docentes de atenuar os efeitos prejudiciais das condições de trabalho sobre sua saúde, por meio do uso de medicamentos.

Palavras-chave: Professora, Adoecimento, Medicamentação

Constituição do Sujeito, Dificuldades e Medicalização

Autor: Solange Aparecida da Rosa

Outros autores: Christina Pinto da Silva Bastos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: A pesquisa-intervenção foi realizada junto a uma criança de 8 anos diagnosticada como hiperativa. Tinha-se por objetivos identificar relações entre o desenvolvimento da capacidade de autorregulação e as dificuldades características relacionadas ao TDAH, e contribuir para se elaborar alternativas ao uso de medicação. Além da realização de observações e entrevistas, construíram-se com os envolvidos – criança, familiares e professores – momentos de reflexão e elaboração de planos de ação visando modificar a participação da criança nos processos decisórios, de planejamento, controle e avaliação dos aspectos relacionados à sua vida. Buscou-se possibilitar à criança o desenvolvimento de suas capacidades de reflexão, de planejamento, controle e avaliação. Constatou-se que é possível se superarem dificuldades de atenção e de autocontrole, por meio do desenvolvimento do pensamento reflexivo e das capacidades de planejamento, controle e avaliação, o que evidencia que tais dificuldades não são naturais, orgânicas, mas dificuldades que se consolidam no processo de constituição do sujeito, o qual ocorre na relação com o meio social e por meio de outros sujeitos.

Palavras-chave: Sujeito, Constituição, Medicalização

Crianças a mil por hora: um estudo sobre a dinâmica entre pais e filhos com TDAH

Autor: Ana Leticia Guedes Pereira

Outros autores: Rosa Maria Stefanini de Macedo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Mônica Cintrão França Ribeiro

Resumo: Nos últimos anos, queixas sobre hiperatividade tornaram-se frequentes. Este transtorno é apresentado por crianças, adolescentes e adultos. Prejudica a vida acadêmica, profissional e social destes. Apesar de possuírem muitas potencialidades, muitas vezes essas pessoas são colocadas em lugar de problemáticas nos ambientes que frequentam. Há ainda estudos que ressaltam a existência de comorbidades associadas ao TDAH. Com base nos fatos expostos, estudos sobre o tema são essenciais para que se possa minimizar o sofrimento psíquico de pessoas que apresentam TDAH. Esta pesquisa tem por objetivo compreender como pais de crianças com TDAH lidam com esta e verificar a comunicação e o relacionamento entre estes. Para tanto, possui delineamento qualitativo e tem como participantes três casais de pais de crianças hiperativas. Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro semiestruturado de entrevista sobre o tema. Os resultados estão em fase de coleta. Pesquisas com outras pessoas, além da criança com TDAH, retiram o foco desta e ressaltam a necessidade de modificações no sistema do qual a criança faz parte, possibilitando, no caso desta pesquisa, uma reflexão acerca da família como unidade.

Palavras-chave: Criança, Pais, TDAH

Crianças e adolescentes com dificuldades escolares: grupos de discussão e oficinas de apoio com pais, alunos e professores

Autor: Maria Aparecida Afonso Moyses

Outros autores: Fernando César Chacra, pediatra, Departamento de Pediatria FCM-Unicamp; Margareth Morelli, educadora social, Prefeitura de Campinas; Carlos Augusto R. Souza, psicólogo, Prefeitura de Campinas; e Cecília Ferreira, Centro de Convivência Espaço das Vilas, TO

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marie Claire Sekkel

Resumo: Objetivos: 1. Lidar com as diferentes representações das dificuldades escolares no território do Centro De Saúde Costa e Silva, Distrito de Saúde Leste, Campinas, São Paulo; 2. Criar espaços seguros de convivência para a expressão de fantasias e medos com relação às dificuldades escolares com todos os sujeitos envolvidos: pais, alunos e professores de três escolas públicas da região; 3.

Mediar relações entre saúde, família e escola; 4. Buscar soluções para as dificuldades identificadas. Método: grupos de discussão e oficinas operativas para pais, alunos e professores, sendo que, ao final, sempre temos tentado promover o encontro dos três grupos de interesse. Percurso do trabalho: equipe multiprofissional do referido centro de saúde em parceria com o centro de convivência espaço das vilas, tem realizado desde maio de 2006 grupos e oficinas de trabalho com os sujeitos em questão; já estamos na 8ª edição do projeto, com uma média de dez encontros em cada edição com pais e com as crianças e adolescentes e três encontros com professores e orientadores pedagógicos. Conclusão: já passaram pelo projeto 45 familiares, 56 crianças em idade escolar, 8 adolescentes, 12 professores e 3 orientadores pedagógicos. A adesão é boa, principalmente por parte dos pais e alunos. Cerca de 65% das crianças/adolescentes melhoraram o desempenho durante o processo até o 7º encontro.

Palavras-chave: Dificuldade Escolar, Grupos de Discussão, Grupos Operativos, Oficinas

Crítica ao conceito de “transtorno de déficit de atenção e hiperatividade” por meio do referencial psicanalítico

Autor: Haroldo Tuyoshi Sato

Outros autores: Cristina Misturini, Psicóloga; e Haroldo Tuyoshi Sato, Doutor Em Psicologia Clínica, Usp, Professor Colaborador da Universidade Estadual do Centro-Oeste

Supervisor / Coordenador do trabalho: Ana Cecília Silveira Lins Supucira

Resumo: O conceito de “Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade”, do DSM-IV é, como aponta Dalgalarrondo (2000), essencialmente descritivo, categorial, operacional-pragmático. Bastos e Castiel (1994) colocam que DSM-IV organiza-se primordialmente pela organização síndrômica, não se preocupando com compreensão etiológica do transtorno. Aiello-Vaisberg (2003) aponta que psicopatologias que explicam o transtorno tendem a colocar doença do cliente no campo do biológico, enquanto as que buscam compreender o transtorno como fenômeno humano abrem possibilidades de cuidado psicoterapêutico. Apesar do DSM-IV não colocar claramente TDAH como patologia de caráter orgânico, caráter explicativo deste faz com que, na prática médica, muitos profissionais coloquem como causa etiológica um transtorno orgânico, levando à medicalização da criança e à responsabilização da doença ao organismo desta. Já por meio do prisma psicanalítico, podemos considerar a hiperatividade ou mania como defesa contra a depressão (Winnicott, 1933) e que o doente é emergente da doença familiar, que por sua vez é emergente da doença social (Pichon-Rivière, 1965). A partir destes conceitos, podemos operar de forma a tratar em Psicoterapia crianças, atentando para aspectos depressivos dos mesmos, ao mesmo tempo em que se orientam famílias e escolas para ajudar estas crianças a vencerem a depressão, resultando em melhora dos sintomas, com cessação da hiperatividade e déficit de atenção.

Palavras-chave: TDAH, Caráter Orgânico da Doença, Medicalização

Da patologização à inclusão de fato: o caso de Davi

Autor: Maria Coni Brandão Lima

Outros autores: Luciana Nascimento, Maria Brandão, Ana Rodrigues e Lygia Viégas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar o caso de Davi, 8 anos, encaminhado por um CAPS ao Serviço de Psicologia da Faculdade Social da Bahia, com queixa de agressividade, atraso global do desenvolvimento e dificuldade de aprendizagem. Davi está sendo atendido por duas estudantes de Psicologia sob supervisão em Saúde Mental de abordagem winnicottiana e Psicologia Escolar crítica. Além dos atendimentos, foram feitas visitas domiciliares e à sua escola. Davi cursa o 1º ano do ensino fundamental pela terceira vez e não lê nem escreve, embora demonstre desejo de aprender. Tanto na escola como na família, ele tende a ser tratado como “café com leite”, ou seja, a professora e a mãe, buscando protegê-lo de frustrações, acabam focalizando mais suas dificuldades do que as conquistas, tendo em vista o diagnóstico patologizante do qual é vítima. Assim, o trabalho realizado com Davi e seus educadores tem buscado mudar o foco do olhar, opondo-se à ideia de sujeito patologizado e sinalizando com as potencialidades de todos. Ao mesmo tempo respeitando seu tempo e provocando seu desenvolvimento, é possível notar que Davi apresenta progressos significativos em relação a quando chegou ao serviço.

Palavras-chave: Patologização, Análise Crítica, Inclusão

De Cid a Mateus: problematizando um diagnóstico neuropsiquiátrico

Autor: Ariane Rocha Felício de Oliveira

Outros autores: Autoras: Ariane, Isadora e Lygia de Sousa Viégas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Este trabalho visa apresentar o estágio em andamento, realizado por duas estudantes de graduação em Psicologia, por meio do qual acompanhamos o caso de Mateus, 6 anos, aluno do 1º ano do ensino fundamental de uma escola pública de Salvador, cujo prontuário escolar apresenta um diagnóstico produzido por um neuropsiquiatra, segundo o qual ele tem paralisia cerebral, transtorno de conduta, hiperatividade e transtornos mistos das habilidades escolares. Utilizamos como método de intervenção a realização de observações, conversas com a professora e encontros grupais. Com Mateus, solicitamos desenhos, propusemos jogos, brincadeiras e conversamos sobre a escola. Finalmente, realizamos visitas domiciliares, a fim de conhecer a versão de sua mãe sobre os diagnósticos. Tais atividades têm o intuito de desconstruir/reconstruir subjetivações enraizadas. A partir dessa experiência, questionamos suas supostas patologias, pois mateus demonstra relacionar-se bem com os colegas e conosco. Além disso, escreve seu nome e identifica números, letras e palavras em jogos, reconhecendo, segundo a mãe, alguns ônibus na rua, o que nada mais é do que uma forma de leitura.

Palavras-chave: Diagnóstico Neuropsiquiátrico, Análise Crítica, Processos de Subjetivação

Dificuldades de aprendizagem: a tendência de as escolas atribuírem a fatores externos a prática pedagógica

Autor: Luciana B. Favorini

Outros autores: José Fernando Bitencourt Lomônaco

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: O acompanhamento da vida escolar dos filhos pelos pais é importante para a aprendizagem e para a educação escolar bem sucedida. Esta pesquisa entrevistou pais de 28 crianças e jovens matriculados em três escolas particulares de São Paulo. Verificou-se que a maioria tinha bom desempenho escolar. Entretanto, três tinham histórico de reprovações, ou seja, apesar da participação familiar, eles não conseguiam bons resultados. A partir do relato dos pais, verificou-se a tendência de as escolas pesquisadas atribuírem a dificuldade de aprendizagem a fatores externos a ela e a recomendarem às famílias o acompanhamento de diversos especialistas. Para compreender de maneira mais aprofundada por que determinados alunos não têm um bom desempenho, a escola deveria também avaliar suas próprias práticas pedagógicas. A exposição dessa pesquisa se focará em dois desses estudantes para ilustrar a necessidade de as escolas também repensarem suas práticas: um deles, acompanhado por um arsenal de especialistas, permanece com suas dificuldades; outro, em que a mãe decide mudar o filho para uma escola, com outra concepção de ensino e outra metodologia de trabalho, e as dificuldades desaparecem.

Palavras-chave: Relação Família-Escola, Dificuldades de Aprendizagem

Dificuldades de aprendizagem: um questionamento possível

Autor: Tânia Cristina Pedreschi Rodrigues Squilaci

Outros autores: Selma Aparecida Benzoni

Supervisor / Coordenador do trabalho: Ana Cecília Silveira Lins Supucira

Resumo: A pesquisa objetivou levantar as concepções sobre “dificuldades de aprendizagem” de alunas de um curso de especialização lato-sensu em Educação Especial, antes e após um módulo denominado “O aluno com distúrbio de aprendizagem”. O tema central foi a análise de como as participantes conceituavam “dificuldades de aprendizagem” e se este conceito incluía um olhar para a complexidade desta questão. Realizou-se a análise qualitativa dos dados, verificando-se a ocorrência de mudanças nas respostas apresentadas no pré-teste e no pós-teste, usados como instrumentos de coleta de dados. A pesquisa indicou que é possível propiciar a reflexão e a modificação de conceitos muitas vezes estabelecidos sem adequada fundamentação científica. Cabe observar, no entanto, que as respostas coletadas são índices de mudanças, mas não as garantem por si só, pois apenas o acompanhamento da atuação das participantes poderia indicar de que maneira estes estudos se refletiriam em possíveis alterações na sua prática educativa. Ressalta-se, portanto, a importância da formação continuada, buscando-se a tomada de consciência dos modelos e mitos que se tornam entraves às mudanças desejáveis.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem, Formação, Professor

Dificuldades individuais ou efeitos da progressão continuada? - Relato de um caso

Autor: Lygia de Sousa Viégas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria Aparecida Affonso Moysés

Resumo: O presente trabalho visa problematizar as explicações individualizantes para dificuldades escolares produzidas no contexto da progressão continuada, política que aboliu a reprovação no ensino público fundamental paulista. Para tanto, toma como emblemático o caso de Alice, 10 anos, reprovada na 4ª série por pedido da mãe, pois não sabia ler e escrever suficientemente. Como tempero, um laudo psicológico que atesta problemas individuais que impedem de aprender, produzido por demanda escolar. No entanto, o laudo desconsiderou o encaminhamento, centrando-se nas relações familiares primárias e na aplicação de testes que pouco revelam sua experiência escolar. Além disso, não incluiu que a própria escola destaca funcionar sob o regime de progressão continuada. Na contramão dessa versão, a longa convivência com o dia-a-dia da 4ª série em que ela estudava revela o quanto a mesma não se encontra em desnível de aprendizagem em relação a seus colegas, muitos com dificuldade em acompanhar os conteúdos escolares previstos. O laudo psicológico, portanto, apenas serviu para reforçar um olhar individualizante para os impactos de uma política de grande porte.

Palavras-chave: Progressão Continuada, Problemas de Aprendizagem, Análise Crítica

Disciplinamento pelo disciplinamento como estratégia para o controle de alunos das camadas populares

Autor: Ladislau Ribeiro do Nascimento

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viégas

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão sobre práticas escolares, dispositivos disciplinares e a produção de subjetividade, a partir de um estudo realizado numa escola da Rede Estadual de Ensino no município de São Paulo. A investigação foi apoiada em pressupostos da pesquisa-intervenção, que traz como referencial teórico-metodológico a análise institucional. Constatou-se distanciamento e desencontros – especialmente na relação educador-aluno – e ênfase nas práticas escolares que visam ao disciplinamento no sentido da contenção, do assujeitamento subjetivo. Verificaram-se sinais de despotencialização do educador para o trabalho educativo. Algumas práticas criativas e inventivas detectadas, entretanto, conferiram possibilidades de resistência e transformação diante dos dispositivos que concorrem para o assujeitamento subjetivo.

Palavras-chave: Escola Pública, Psicologia Social, Produção de Subjetividade

Discutindo os sintomas de dislexia específica de desenvolvimento no processo de aquisição da escrita: uma abordagem neurolinguística

Autor: Laura Maria Mingotti Muller

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: O objetivo desta pesquisa de iniciação científica em andamento, apoiada pela Fapesp, é se inserir no atual debate sobre a dislexia utilizando-se da perspectiva teórica e metodológica da neurolinguística discursiva praticada no instituto de estudos da linguagem da Unicamp. São analisados seus principais sintomas, vinculados à escrita, pois têm sido utilizados para diagnosticar um número bastante expressivo de crianças que passam a ter suas histórias marcadas por esse rótulo. O corpus se constitui da análise de dados de escrita de quatro sujeitos acompanhados longitudinalmente pela autora e supervisionados pela orientadora deste projeto. Três das crianças foram diagnosticadas de dislexia e a quarta de distúrbio de aprendizagem, por apresentar as chamadas trocas de letras na escrita. As dificuldades, reveladas nos dados, que as crianças apresentam em sua entrada para o mundo das letras são interpretadas não como sintomas de uma patologia a qual lhes foi atribuída, mas como indícios do seu processo singular de aquisição e uso da escrita. Como resultado, mostra-se que tais diagnósticos não se confirmam ao longo do acompanhamento longitudinal.

Palavras-chave: Dislexia, Neurolinguística Discursiva, Processo de Aquisição da Escrita

Dislexia e psicomotricidade: compreendendo esse fenômeno numa perspectiva histórico-cultural

Autor: Rafael Cesar Ferrari Dos Santos

Outros autores: Edelvira de Castro Quintanilha Mastroianni, Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho e Maíara Pereira Assumpção: Grupo de Estudo Intervenção e Pesquisa Em Educação Escolar e Especial (Geipee/Lar) - Departamento de Educação Física; FCT - Unesp/ Presidente Prudente

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Este trabalho discute a dislexia na perspectiva histórico-cultural, pois na visão biologizante esse fenômeno é reconhecido como uma dificuldade relacionada à percepção e decodificação das palavras, não considerando os aspectos sociais e históricos na sua construção. Diante da demanda de encaminhamentos apresentados no lar-laboratório de atividades lúdico-recreativas da FCT/Unesp, objetivou-se discutir a dislexia para além das concepções biologizantes, procurando analisar a influência da abordagem psicomotora no desenvolvimento motor e na aprendizagem de crianças que apresentam o diagnóstico médico de dislexia e discutir os aspectos pedagógicos nesse processo. Participaram do estudo três crianças com 11 anos e utilizou-se a escala de desenvolvimento motor (EDM) para detectar as dificuldades motoras e o teste de competência de palavras e pseudopalavras (TCPP) para identificar possíveis dificuldades que influenciam no seu processo de aprendizagem. A partir dos resultados dos testes, foram realizadas intervenções junto aos pais e professores dos sujeitos, com intenção de superar concepções naturalizantes acerca da questão e reconhecer este fenômeno a partir das condições históricas e sociais construídas pelos sujeitos na família, escola e outros espaços sociais. Defendem-se intervenções psicossociais com os sujeitos que apresentam essa dificuldade para proporcionar o avanço das suas capacidades psicológicas superiores, enfatizando a ação pedagógica do professor nesse processo.

Palavras-chave: Dislexia, Psicomotricidade, Teoria Histórico-Cultural

Dislexia: um caso de Educação Especial?

Autor: Sabrina Gasparetti Braga

Outros autores: Marilene Proença Rebelo de Souza

Supervisor / Coordenador do trabalho: João Eduardo Coin de Carvalho

Resumo: A ideia do presente trabalho surgiu a partir da preocupação com um projeto de lei que tramita na Câmara do Município de São Paulo dispondo sobre o "Programa de apoio ao aluno portador de distúrbios específicos de aprendizagem diagnosticado como dislexia". Justifica-se a preocupação por serem poucos os estudos que questionam os procedimentos diagnósticos para dislexia, por estes não considerarem na avaliação a análise de fatores do processo de escolarização. Uma das etapas da pesquisa consistiu em identificar crianças diagnosticadas na rede pública e esclarecer em que tipos de salas são matriculadas as crianças disléxicas. Para tanto, foram realizadas entrevistas com profissionais das diretorias de ensino municipal e estadual. Encontra-se que na Rede Estadual de Ensino, a partir de 2003, com orientação do centro de apoio pedagógico especializado, as crianças com dislexia passaram a ser matriculadas em sala comum, entendendo-se que a dislexia é um distúrbio de linguagem e não uma deficiência. Na rede municipal, não há procedimento padrão para a matrícula de crianças com dislexia, e os procedimentos pedagógicos ficam a critério de cada escola. A dislexia, assim como as dificuldades de aprendizagem, são citadas na literatura como casos que devem fazer parte do atendimento em Educação Especial. Nota-se, pelo discurso das profissionais entrevistadas e documentos consultados, que, embora a literatura científica da área de dislexia a promova como um distúrbio que deveria ser atendido em Educação Especial, a política recente do Estado e do município de São Paulo tem realizado um movimento contrário, entendendo que a criança com dificuldade de aprendizagem deve frequentar a sala comum, apontando uma saída diferente da patologização dos processos de aprendizagem.

Palavras-chave: Dislexia, Diagnóstico, Política Pública

Docilizando os corpos: TDAH, gênero ou doença?

Autor: Walfrido Nunes de Menezes

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Introdução: O presente trabalho visa refletir, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, sobre como o gênero na educação escolar interfere para reforçar ou esconder comportamentos ligados ao transtorno de déficit de atenção/hiperatividade – TDAH.

Objetivo: pesquisar que em uma sociedade patriarcal, marcadamente sexista e androcêntrica, pode-se entender manifestações de comportamentos agressivos em crianças do sexo masculino como algo ligado a cultura ou doença; e a desatenção, como expressão do feminino. **Método:** a metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico e documental, a fim de trazer à tona os elementos básicos para uma segunda oportunidade: realizar uma pesquisa de campo com a temática. **Resultados:** A partir dessas concepções, é preciso compreender como se deu e como se organiza o processo do TDAH no espaço escolar, visto que a escola, além da produção do conhecimento, expressa e produz identidades, sejam elas de gênero ou não. Assim, o homem ainda é visto idealmente no contexto real como viril, corajoso, forte, provedor e protetor da família e agressivo. Tomando como referência esse último, pode-se perceber com tal comportamento determinista implica em um desconhecimento se de fato ocorre uma hiperatividade por parte do aluno, ou se reflete um contexto de discriminação de gênero. Soma-se ainda o fato de a maioria dos professores e professoras desconhecerem os sintomas, o que termina de certa forma reforçando o contexto de gênero e dificultando um pleno conhecimento da questão. **Conclusão:** por fim, o passo seguinte seria ampliar a pesquisa, agora no contexto empírico no sentido de compreender: onde começa e termina o contexto de gênero ou TDAH diante de atitudes de desatenção e/ou impulsividade? Ao mesmo tempo em que é necessário também desvendar se uma sociedade tecnológica, apressada e compulsiva, não termina por influenciar o desenvolvimento do TDAH. walfridomenezes@yahoo.com.br; walfrido@fir.br

Palavras-chave: Gênero, TDAH, Escola

Educação e medicalização: reflexões a partir de um estudo de caso

Autor: Caroline Mendes Dos Santos

Outros autores: Fabiana Gonzales Assolari, Patrícia Fernanda Peres Alves Batista, Fernanda de Carvalho Polonio e Rebeca Lançoni Franco

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Introdução: O encaminhamento de uma criança de 8 anos para o Laboratório de Inclusão e Diversidade na Universidade Estadual de Maringá com queixa escolar de inadaptação, dificuldade de aprendizagem e diagnóstico de transtorno bipolar originou o estudo e, de forma particular, esta demanda. **Objetivo:** Investigar junto à equipe multidisciplinar – psicólogo escolar, fonoaudiólogo, pedagoga, as reais condições de aprendizagem da criança. **Metodologia:** foram oportunizadas situações formais e informais de leitura, escrita e matemática, observações diretas em tarefas escolares e entrevista com a mãe. **Resultados:** A criança demonstrou nas tarefas condições cognitivas de aprendizagem, tendo em vista o referencial da Psicologia histórico-cultural, utilizado para análise. Percebeu-se durante todos os encontros que a criança apresentava comportamento motor constante e dificuldade na fala. Após nova conversa com a mãe, foi informado que a criança toma doses altíssimas de medicamentos, tem sonolência e alguns tiques. Mesmo tendo condições de aprender e tendo respondido às propostas de atividades, a condição orgânica da criança pode estar comprometida. **Conclusão:** o potencial cognitivo desta criança está sendo negligenciado pela alta dosagem de medicamentos que vêm sendo utilizados. Além disso, a queixa apresentada está composta de aspectos biologizantes que têm como justificativa a queixa escolar.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Medicalização, Aprendizagem

Em busca de um atendimento multidisciplinar que não patologize a queixa escolar

Autor: Patricia Costa Jurado

Outros autores: José Roberto Medeiro de Farias, Katia Rodrigues da Silva

Supervisor / Coordenador do trabalho: Silvana Tuleski

Resumo: O Espaço D.I.A. é uma entidade atuante nas áreas de Educação, Cultura e Saúde. Sua equipe é de psicólogos, psicopedagoga e fonoaudióloga. Grande parte da demanda é de indivíduos com dificuldades de escolarização. Nos atendimentos, notamos: sugestão de medicamentos, encaminhamentos multiprofissionais, e muitas hipóteses diagnósticas sobre o indivíduo que não aprende. Temos buscado compreender o motivo do encaminhamento, se realmente há demanda de acompanhamento terapêutico, os potenciais da família/escola/sujeito, na busca de soluções. Buscamos minimizar encaminhamentos e crenças de dificuldades particulares. Ao não aceitar a profecia que está sobre o indivíduo, percebemos muitas resistências e indagações. Notamos um contexto social dificultador de relações, onde escola acusa família e vice-versa. Quando os encaminhamentos provêm de um profissional da Medicina, é ainda mais delicado desconstruir o olhar patologizante que se formou sobre o indivíduo, por inúmeras questões que envolvem os encaminhamentos "médicos" e "dificuldade de aprender". Neste sentido, o Espaço D.I.A. por meio de sua equipe multidisciplinar, busca olhar as queixas escolares como questões coletivas, não medicalizantes, e construídas, realiza diálogos com a comunidade, escola, crianças e famílias, fazendo perguntas sobre estes olhares que muitas vezes encontram-se inquestionáveis e cristalizados.

Palavras-chave: Encaminhamentos, Dificuldade de Escolarização, Medicalizantes

Escolarização e seus problemas: buscando alternativas

Autor: Claudio Ramos Peixoto

Outros autores: Fernanda Giannetti Blaso e Maria Olímpia Moreira Carvalho de Oliveira

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: Nosso trabalho, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Severino Sombra no município de Vassouras, RJ, é realizado em campos distintos, mas confluentes. **Objetivo:** Tem como meta investigar a sobrecarga de demandas relativas a problemas de escolarização para as redes públicas de Saúde, buscando estabelecer ações alternativas que não só reduzam

este fluxo mas também trazem novo enfoque para atuar nestes problemas. Desenvolvimento: no campo clínico, tendo como base a Pedagogia histórico-crítica e a Psicologia histórico-cultural, realizamos avaliações psicopedagógicas com crianças encaminhadas para o Serviço-Escola de Psicologia da USS e, junto ao Cemape, no município de Mendes. No campo institucional, com o viés socioanalítico, implementamos trabalho de intervenção em Ciep do município de Barra do Pirai. Ainda em curso, desenvolvemos pesquisa sobre a demanda de encaminhamentos acima mencionada e a medicalização como panaceia dos problemas de aprendizagem. Resultados/conclusões: Os dados até agora obtidos na análise de prontuários das Unidades da Saúde, em entrevistas feitas com profissionais nas escolas e em nossas ações em campo permitem refletir sobre: a dificuldade da escola em cumprir sua função hominizadora; sua necessidade de recorrer aos saberes médicos para justificar o insucesso dos alunos; como sistemas educacionais fabricam problemas escolares; a onipotência do psicólogo ante a comunidade escolar; formas de ação para ressignificar o papel do psicólogo na escola.

Palavras-chave: Aprendizagem, Escolarização, Medicalização

Estratégias excludentes no processo de inclusão escolar

Autor: Claudia Gomes

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Amparada pela teoria da subjetividade de Gonzalez Rey, esta pesquisa buscou compreender os sentidos subjetivos de um aluno com autismo, configurados em seu processo de inclusão escolar, em uma 2ª série do ensino fundamental de uma escola particular da região do ABCD, SP. Como procedimentos, realizaram-se observações, sistemas conversacionais e entrevistas durante o período letivo de um ano. A análise das informações evidenciou a ocorrência e a vivência de distintas estratégias excludentes no processo de inclusão. A imagem que associa “o aluno a uma bomba” foi uma das representações compartilhadas pelas profissionais que atuavam diretamente com o aluno. A falta de clareza dos professores sobre as necessidades e possibilidades do aluno estrutura um contexto conflituoso e tumultuado cercado por exclusão. O que se percebe é que o aluno, sem repertório e sem habilidades sociais, tateia espaços que garantam sua sobrevivência como indivíduo, mas que o espaço escolar tende a penalizá-lo isoladamente pelos insucessos vividos com base em uma concepção medicalizadora de sua necessidade especial nada contribui para a revisão dos espaços de exclusão perpetuados pela escola.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Sentido Subjetivo

Estudando a hiperatividade: prática pedagógica e uso de medicamentos

Autor: Patrícia de Cuffá

Outros autores: Maria Júlia Lemes Ribeiro

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: Introdução: O TDAH é um transtorno de aprendizagem que vem preocupando estudiosos da área pelos altos índices de crianças sendo diagnosticadas com este transtorno e também pela utilização de medicamentos, principalmente a Ritalina. Objetivo: Estudar a literatura disponível sobre o TDAH, formas de intervenção pedagógica e riscos do uso de medicação indevida. Resultados: Pode-se constatar que muitos escolares realmente têm sido diagnosticados como hiperativos, no entanto, estudiosos esclarecem que a maioria deles apresenta comportamentos considerados inadequados pelos professores, porém, geralmente fazem parte de sua fase desenvolvimento. Além disso, muitos deles são encaminhados para setores da Saúde e acabam camuflando a necessidade de rever práticas e intervenções escolares. Com relação aos riscos do uso do medicamento, estes são grandes, podendo causar enormes prejuízos ao funcionamento global do indivíduo. Conclusão: as crianças vêm sendo diagnosticadas e medicadas como hiperativas cada vez mais cedo, problema este que acaba acarretando o fracasso escolar, que tem sido justificado na própria criança, em vez de se analisar o contexto escolar e social nos quais estas crianças estão inseridas.

Palavras-chave: Medicalização, Hiperatividade, Intervenção

Evasão escolar e dificuldade de aprendizagem: uma realidade entre jovens da periferia de Diadema

Autor: Beatriz Borges Bramilla

Outros autores: Glauco Fernando Silva Santos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Porém, nem sempre a legislação é cumprida, muitas vezes não há vagas suficientes na escola pública, ou mesmo a escola não oferece condições adequadas para a educação, desconsiderando as condições individuais de cada indivíduo no processo de aprendizagem, implicando nos números expressivos que encontramos referente à evasão escolar. O presente trabalho foi desenvolvido com dez adolescentes entre 14 e 18 anos que interromperam os estudos, segundo os mesmos, por dificuldade de aprendizagem, falta de acompanhamento por parte do professor e desinteresse. Os adolescentes na ocasião tinham retomado as atividades escolares por incentivo de um programa do Governo do Estado de São Paulo de transferência de renda. Para os adolescentes, a evasão escolar se deu pela falta de incentivo por parte da escola e da família. Relataram que durante toda vida escolar tiveram dificuldades para aprender e assimilar os conteúdos. Disseram também que muitas vezes foram discriminados e ridicularizados pelos colegas, professores e pela família, que muitas vezes atribuíam a dificuldade de aprendizagem à preguiça, à burrice e ao desleixo, visto que não apresentavam o desempenho escolar esperado. As situações em que crianças e adolescentes são fadadas à exclusão e ao fracasso escolar geralmente são encaminhadas

a um serviço médico ou a um serviço de Saúde Mental, onde são atendidas por médicos ou psicólogos imbuídos dos mesmos preconceitos da professora. Esses profissionais muitas vezes diagnosticam, sem uma avaliação aprofundada, um retardo mental. Segundo Collares (1996), para as crianças pobres o fracasso escolar é sinônimo de deficiência intelectual, respaldando muitas vezes as brincadeiras e humilhações sofridas por estes adolescentes da periferia de Diadema, SP.

Palavras-chave: Adolescentes, Dificuldade de Aprendizagem, Exclusão

Experimentações e particularidades no processo educativo dos pequenos sujeitos: a possibilidade de articulação entre o CAPS infantil e a escola

Autor: André Ricardo Nader

Outros autores: André Ricardo Nader, Bianca Mara Maruco Lins Leal e Mirian Ribeiro da Conceição

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Introdução: A experiência cotidiana refere um número cada vez mais crescente da medicalização na infância, e este trabalho apresenta-se sob a perspectiva de uma possível articulação entre o CAPSI e as escolas. Objetivo: Apresentar diferentes intervenções frente às demandas escolares e refletir sobre suas potencialidades. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, de uma equipe interdisciplinar de CAPSI, situado no município de São Paulo. Resultados: Após um ano de existência do CAPSI, julgou-se necessário a reflexão acerca de seu papel, de suas potencialidades frente às solicitações da escola: o que tem esta criança? Há remédio? Qual será seu nível de desenvolvimento? Frente a estes pedidos, diversas estratégias de intervenções foram sendo experienciadas, com destaque para cinco experiências. Conclusão: Tendo em vista a existência de excessivos diagnósticos que precocemente limitam a potência dos pequenos sujeitos, resultado da medicalização desenfreada que cria novas justificativas para a exclusão, desestabilizando e ferindo potencialmente o pequeno sujeito em sua constituição – que possui a riqueza da possibilidade de ser – faz-se necessário o enfrentamento dos paradigmas sociais presentes no conceito saúde-doença.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial, Infância, Educação

Fracasso escolar: um estudo de caso da trajetória de estigmatização de uma criança com dificuldades de aprendizagem

Autor: Cristiane Meloni

Supervisor / Coordenador do trabalho: Ana Cecília Silveira Lins Sucupira

Resumo: Crianças com histórico de fracasso escolar muitas vezes trazem consigo as marcas de um processo de estigmatização, resultado do preconceito e de condutas profissionais que centram nas crianças e em suas famílias todas as causas do insucesso na escola. O presente trabalho teve como objetivo apresentar o percurso de uma criança de 10 anos de idade, encaminhada para atendimento psicológico com a queixa de dificuldades de aprendizagem, analisando, de forma crítica, o processo de estigmatização a qual foi submetida. Para tal, a metodologia empregada foi a do estudo de caso. Observou-se que a trajetória de vida da criança foi marcada pelo preconceito por ter sido adotada, sendo sempre vista como incapaz de aprender, como doente, como vítima de sua origem biológica ligada à pobreza. Verificou-se que a história de fracasso escolar desta criança esteve diretamente relacionada à sua estigmatização, resultado de condutas profissionais equivocadas, apoiadas em critérios diagnósticos subjetivos e contraditórios entre si. Ao longo do atendimento, ao lançar-se um olhar sobre a criança e suas potencialidades, encarando-a não mais como incapaz, doente, foi observada a superação do rótulo “incapaz de aprender”. Concluiu-se que são necessários profissionais preparados, com uma visão mais ampla, menos preconceituosa, capazes de enxergar a criança como ser em potencial, livre de rótulos que a aprisionam.

Palavras-chave: Fracasso Escolar, Estigmatização, Dificuldades de Aprendizagem, Preconceito

Grupo Interinstitucional Queixa Escolar: uma rede social de psicólogos construindo atendimentos psicológicos às dificuldades de escolarização que se contrapõem à medicalização da educação

Autor: Beatriz de Paula Souza

Outros autores: Luis Fernando de Oliveira Saraiva Ariádine Benetom de Campos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: O Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Giqe) é constituído por psicólogos que desenvolvem ações e problematizam temas relacionados à compreensão dos processos de produção das queixas escolares, introduzindo novas práticas de atendimento que partem da concepção do homem como ser social, que se constitui na relação com os diversos âmbitos da vida coletiva. É crítico às abordagens que desconsideram os processos escolares, sociais e históricos na produção das dificuldades de escolarização, produtoras de diagnósticos que culpabilizam e estigmatizam alunos por suas dificuldades de escolarização advindas principalmente de funcionamentos escolares adoecidos e adoecedoros. Reúne-se mensalmente, realizando estudos, debates, articulações, apoio mútuo e implementação de ações coletivas e de gestão junto ao poder público. É parceiro do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo – SinPsi, do Sistema Conselhos de Psicologia e de outras entidades. Realizou três encontros interinstitucionais de atendimento psicológico à queixa escolar. Participou do Ano Temático da Educação do Sistema Conselhos de Psicologia e das Conferências Municipais e Estadual de Educação. Contraoando-se à medicalização da educação, participou de ações contra o “PL da Dislexia” e da organização de eventos sobre o tema, como o I Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos”.

Palavras-chave: Rede Social, Medicalização, Atendimento Psicológico

Habilidades sociais e acadêmicas: proposta de trabalho com escolares/adolescentes

Autor: Jordana Maria da Silveira

Outros autores: Jordana Maria da Silveira, Ana Paula da Paz Tavares, Caroline Mendes dos Santos, Maria Júlia Lemes Ribeiro, Maurício Corrêa Martusceli, Roberta Sincero dos Reis

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Introdução: As habilidades sociais, segundo o campo de conhecimento treinamento de habilidades sociais, definem-se como um conjunto de classes de comportamentos presente no repertório de um indivíduo que contribui para a qualidade do seu desempenho e competência, gerando condições mais saudáveis e produtivas nas relações com outras pessoas. Objetivo: Contribuir com a adequação comportamental e acadêmica de escolares/adolescentes com problemas de escolarização e que fazem uso de medicamentos. Metodologia: São realizados encontros com os adolescentes quinzenalmente, com duração de uma hora, com acadêmicos do curso de Psicologia, os quais realizam semanalmente estudos orientados pelo referencial teórico da análise do comportamento. Resultados: Constatou-se o interesse dos adolescentes em discutir sua fase de desenvolvimento, com relação aos grupos escolares e familiares, o que tem possibilitado realizar atividades que contribuam para o desenvolvimento de habilidades adequadas, principalmente devidas ao ambiente escolar. Conclusão: Tem sido importante estudar, refletir sobre a medicalização, e o grupo constituiu-se em fonte de pesquisa acerca da real necessidade do mesmo, o que, por ora, tem sugerido antes um olhar analítico sobre a prática pedagógica.

Palavras-chave: Habilidades Sociais e Acadêmicas, Adolescência, Medicalização

Indústria farmacêutica, educação médica e medicalização: análise de um congresso médico

Autor: Sérgio Werner Baumel

Outros autores: Arielle Rocha de Oliveira Silva; Cristiane Bremenkamp Cruz; Ellen Horato do Carmo Pimentel; Luciana Vieira Caliman; Nathalia Domitrovic; Paula Lampê Figueira; Paula Maria Valdetaro Rangel

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria Aparecida Afonso Moysés

Resumo: Os processos de medicalização da vida cotidiana vêm sendo estudados há décadas. O debate inclui múltiplas influências sobre esses processos, incluindo os setores médico e farmacêutico. Focalizando a atenção sobre as interações entre a indústria farmacêutica e o setor médico, particularmente no campo da Educação Médica, procurou-se estudar alguns aspectos dessa influência, por meio da observação crítica e de entrevistas informais no contexto de um congresso médico (XXIV Congresso Brasileiro de Neurologia). Além da observação dos estandes dos laboratórios farmacêuticos e de suas estratégias, foram coletados materiais de divulgação distribuídos durante o evento e registradas discussões realizadas durante as sessões plenárias e fora das mesmas, com profissionais e estudantes presentes no evento. Foram percebidos diversos mecanismos que tendem a influenciar os profissionais médicos a ampliar a prescrição de medicamentos, para diversas categorias diagnósticas.

Palavras-chave: Educação Médica, Medicalização, Indústria Farmacêutica

Linguagem na síndrome do X-frágil: normal x patológico

Autor: Michelli Alessandra Silva

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: Introdução: Apresento minha pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, sobre a linguagem na síndrome do X-frágil (SXF). Estudos associam a SXF a quadros de dislexia, hiperatividade, TDAH. Em função disso, muitos sujeitos são medicalizados com psicoestimulantes que alteram a dinâmica cerebral, o que repercute no processo de aprendizagem. Objetivos: O objetivo desta pesquisa é acompanhar longitudinalmente dois menores (PM e AS) portadores da SXF com o intuito de identificar suas dificuldades linguísticas, de forma a apontar o que é patológico e o que faz parte do processo normal de aquisição e uso da fala/leitura/escrita. Busca-se compreender esse processo para nele intervir de modo que o diagnóstico da patologia não se torne um obstáculo na escolarização desses sujeitos. Métodos: A metodologia tem por fundamento o conceito de dado-achado (Coudry, 1991/96) e as teorias e práticas que constituem a neurolinguística discursiva (Coudry e Freire, no prelo). Os sujeitos são acompanhados em sessões semanais individuais (1h) e em grupo (2h), no Centro de Convivência de Linguagens (IEL/Unicamp). Resultados: É possível dizer que PM e AS têm dificuldades em combinar, ordenar signos linguísticos mais simples em unidades mais complexas – em PM, isso é mais aparente na fala; em AS, na escrita. Verifica-se que, em situações de interação, o papel do outro mostrou ser de extrema relevância para que essas dificuldades fossem ultrapassadas.

Palavras-chave: Síndrome do X-Frágil, Neurolinguística Discursiva, Fala/Leitura/Escrita

Mal-estar na escola: questões sobre a produção da Educação medicalizada

Autor: Paula Lampê Figueira

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: É cada vez mais comum o encaminhamento de crianças com alguma dificuldade na escola para serviços especializados, onde o tratamento é baseado na prescrição de medicamentos como psicoestimulantes ou antidepressivos, em geral associados à terapia cognitivo-comportamental. O presente trabalho é uma pesquisa de mestrado em andamento, no programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes. Descreve minha experiência como psicóloga no Crapnee - Centro de Referência para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha, ES.

O objetivo é cartografar o processo de medicalização da Educação, tendo como objeto a transformação de uma queixa pedagógica em uma queixa biomédica por meio da análise dos relatórios pedagógicos e laudos psiquiátricos das crianças atendidas na referida instituição. Para tanto, utilizo a cartografia como método. Conclui-se que o discurso biomédico penetra na Educação Especial ao afirmar que a dificuldade de aprendizagem é patológica, desresponsabilizando a instituição escolar. Buscamos problematizar os efeitos do processo de medicalização na vida das crianças alvo dos relatórios e laudos analisados.

Palavras-chave: Medicalização, Educação, Problemas de Aprendizagem

Mapeamento da medicalização indiscriminada em crianças em idade escolar

Autor: Kelly Harumi Lirio Tamashiro

Outros autores: Aparecido Donizeti Chagas de Faria, Fernanda de Lourdes de Freitas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: A Rede Municipal de Ensino de Hortolândia iniciou em 2010 o acompanhamento dos possíveis casos de inclusão por uma especialista em Educação Especial. A partir desse trabalho os gestores escolares relatam que há alunos que fazem uso de medicação sem ter diagnóstico. Surge, assim, a necessidade de se mapearem os casos de alunos em tal situação. Todas as unidades escolares receberam um formulário para registrarem os alunos que fazem uso de medicação sem diagnóstico e os atendimentos recebidos na área da Saúde. Após coleta dos dados, verificou-se que 89 crianças fazem uso de medicação sem diagnóstico, o uso maior de medicação está nas crianças com idade de 9 e 10 anos, que frequentam o 4º ano e 4ª série, em escolas de periferia. Com esses dados em mãos, fizemos uma apresentação para os gestores, professores e seguimentos responsáveis da secretaria de saúde e educação, gerando uma reflexão sobre essa temática. Verificamos assim, que há necessidade de se construir um espaço para que os atores envolvidos nesse processo repensem quais os critérios de encaminhamentos e concepções de aprendizagem estão envolvidos. Pudemos concluir após essas ações que há uma prática indiscriminada do uso de medicalização, há uma biologização e patologização da aprendizagem, escamoteando os determinantes políticos e pedagógicos do fracasso escolar, isentando o sistema social vigente e a instituição escolar nele inserida.

Palavras-chave: Educação, Biologização, Medicalização

Medicalização de crianças com queixas escolares: reflexões a partir de um projeto de extensão universitária

Autor: Luiza Fernandes Ferreira

Outros autores: Tatiana de Aquino Mascarenhas, Aline Garcia Aveiro, Mariana Fagundes de Almeida Rivera e Ianni Regia Scarcelli

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: O Projeto de Extensão Universitária Bandeira Científica da USP, integrado por profissionais e alunos de áreas de Saúde, Humanas e Exatas, realiza expedições anuais com ações de promoção à saúde em municípios brasileiros que carecem de recursos ao desenvolvimento de políticas públicas. A equipe de Psicologia do projeto realiza atendimentos e entrevistas, por meio das quais se busca conhecer a realidade local. Em uma tentativa de escuta para além do sofrimento individual trazido nos atendimentos, procura-se olhar para a realidade social, econômica e política e seu atravessamento nas subjetividades. Nas expedições, têm se destacado como problema frequente ações medicalizantes, principalmente de crianças com problemas escolares. Em 2009, foram identificadas crianças utilizando fortes medicamentos para depressão e TDAH sem o devido acompanhamento médico. Soube-se em uma entrevista que a própria coordenação das escolas faz encaminhamentos de crianças a neurologistas de municípios vizinhos, devido à falta desses profissionais no sistema de Saúde local. Constatou-se também que muitos moradores fazem referência a “exames e diagnósticos mal-feitos”. Objetivamos, com esse trabalho, refletir sobre a medicalização de crianças com queixas escolares e suas graves consequências como problema de saúde pública.

Palavras-chave: Projeto de Extensão; Medicalização de Crianças com Queixas Escolares

Neurociência aplicada à Educação: novas formas de biologizar a escolarização?

Autor: Claudia Lopes da Silva

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: Num cenário de preocupação crescente dos governos com a melhoria da Educação, observa-se o avanço da Neurociência em áreas relacionadas à Educação, como a forma com que a aprendizagem ocorre e a neurofisiologia cerebral. Surge daí a tentativa de aplicação de tais resultados de forma prática nas escolas, por meio de programas educacionais. São os chamados programas brain-based learning, ou de aprendizagem baseada no cérebro. Surgem produtos e métodos de questionável embasamento científico e resultados frustrantes, que perpetuam “neuromitos”, apresentando informações discutíveis como fatos científicos irrefutáveis. Além de superficiais e questionáveis, tais propostas podem induzir atitudes discriminatórias, reforçando a crença acrítica em explicações biológicas para questões com importante viés sócio-econômico, como é a questão da escolarização. A busca de uma prática educacional baseada em evidências deve deixar claros os limites em que tais apropriações da Neurociência podem ser feitas atualmente, pois se há extraordinários e promissores avanços, ainda há pouca ou quase nenhuma operacionalização prática de aplicação escolar destes aportes.

Palavras-chave: Neurociência, Biologização

Novo olhar para queixas de aprendizagem

Autor: Thais Emília de Campos

Outros autores: Kelly Cristina Santos Silva: kellypsico@yahoo.com.br e thais.psicop@hotmail.com

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marie Claire Sekkel

Resumo: Ao iniciar nossa trajetória na Secretaria de Educação, observamos a existência de práticas diagnósticas de alunos. A ficha de encaminhamento centrada na criança coletava a queixa da escola sobre o aluno. As principais eram de alunos que apresentavam um modo diferenciado de ser/aprender. Subjacentes a estas queixas, estavam os pedidos de diagnósticos de alunos ditos com dislexia e/ou déficit de atenção/hiperatividade. A escola não se colocava como parte integrante da fabricação dos entraves na aprendizagem. Patto (2008), Collares & Moysés (1997) estudaram a produção do fracasso escolar e a circulação de diagnósticos clínicos na escola, tais trabalhos nortearam nossa análise e atuação. Reformulamos a ficha para propiciar um espaço de discussões de práticas escolares a fim de redimensionar a preocupação da escola com os alunos. A mudança de perspectiva gerou uma série de efeitos, desde a construção de um novo pensar e agir até resistências ao trabalho. A formulação de um novo modo de pensar pode gerar uma série de desconfortos e desestabilizações, nas quais as discussões são de várias maneiras caladas, a fim de dar um diagnóstico a um fenômeno que é mais amplo e complexo.

Palavras-chave: Diagnóstico Escolar; Professor Reflexivo, Resistências

O brincar na educação não-formal: um caminho para inclusão

Autor: Glauco Fernando Silva Santos

Outros autores: Beatriz Borges Brambilla

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Nas últimas décadas, a bandeira da inclusão social tem cada vez mais se difundindo na sociedade. Na Educação não tem sido diferente. Constantemente são publicados trabalhos acadêmicos e relatos de experiência relacionados à temática. No âmbito da educação informal, historicamente tem havido batalhas contra a exclusão e segregação. O presente trabalho refere-se à experiência como educadores em um projeto social, cujo objetivo era desenvolver atividades sócio-educativas com crianças em idade escolar. As atividades eram focadas no desenvolvimento moral e da autonomia, porém havia uma preocupação excessiva por parte da instituição em relação ao desenvolvimento da escrita. Todas as brincadeiras, atividades e grupos reservavam um momento para o desenvolvimento da escrita. Os grupos de crianças eram divididos por idade. Um desses grupos tinha crianças COM idade entre 8 e 9 anos. Trabalhamos com este grupo de crianças, em que encontramos metade do grupo com dificuldades de aprendizagem e não estavam alfabetizadas. A partir dessa realidade, começamos a refletir como trabalhar com o desenvolvimento da escrita de maneira autônoma com estas crianças, e percebemos que um dos possíveis caminhos era o da brincadeira. O brincar representou nesse contexto mais que uma atividade lúdica, mas também uma possibilidade para a sensibilização, para expressão de sentimentos, como a angústia que sentiam por serem ridicularizados pelos colegas e pela família por não saberem ler e escrever. Esse espaço proporcionou às crianças a possibilidade de dizer o quanto se sentiam excluídas por ainda não serem alfabetizadas. No trabalho com as crianças, passamos então a encarar a leitura e a escrita como pano de fundo da alfabetização, resgatando o que há de mais autêntico no cotidiano das crianças, o brincar e a criatividade que se consolidaram como instrumentos para a alfabetização.

Palavras-chave: Brincar, Inclusão, Alfabetização

O desempenho escolar e os problemas de comportamento em uma amostra de alunos de escola pública

Autor: Noel José Dias da Costa

Outros autores: Erenita Maria Silva da Costa, docente do Centro Universitário Adventista de São Paulo – Unasp

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: Ojetivou-se avaliar os problemas de comportamento de estudantes de escola pública. Foram participantes n=16 adolescentes, estudantes do 9º ano de escola pública, de ambos os sexos. Utilizou-se o youth self report (YSR), de Achenbach, aplicado na própria sala de aula por estagiários orientados por um profissional supervisor. A apuração dos resultados deu-se por meio do sistema informatizado achenbach system of empirically based assessment (Aseba) e entrevista com os educadores da instituição. Os resultados foram: 1) escala de internalização: 61,4; 2) escala de externalização: 61,6; 3) escala total de problemas de comportamento: 62,6. Estes escores indicam que os respondentes apresentam índices para a categoria borderline. Esse fato sugere a necessidade de intervenção, principalmente para as escalas em que se apresentam mais críticos. O desempenho escolar pode ter nesses problemas um grande fator, determinante também de suas dificuldades de interação e resolução de conflitos. Há necessidade de maior número de pesquisas para verificar outras variáveis.

Palavras-chave: Problemas de Comportamento, Escola Pública, YSR

O desenvolvimento da atenção voluntária a partir de jogos lúdico-educativos: valorizando a atividade principal da criança no seu desenvolvimento

Autor: Maiara Pereira Assumpção

Outros autores: Edelvira C. Q. Mastroianni, Irineu A. Tuim Viotto Filho e Manoel O. Seabra Jr., Departamento de Ed.Física da FCT da Unesp/Presidente Prudente.

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: Neste estudo, procura-se, a partir da teoria histórico-cultural, compreender as crianças que apresentam o diagnóstico de transtorno de déficit de atenção com ou sem hiperatividade – TODA/H e criar condições para superar visões biologizantes

acerca dessa questão. Procura-se valorizar o jogo como atividade principal da criança e analisar as contribuições dos jogos de mesa no desenvolvimento da atenção voluntária dos sujeitos. A pesquisa se realiza junto a três crianças diagnosticadas com TODA/H, na faixa etária de 7 a 9 anos. Considerando os dados obtidos até o momento, por meio de observação sistemática, constata-se que a atenção voluntária dos mesmos encontra-se bastante comprometida, dada a grande dispersão no desempenho de atividades propostas. No entanto, questiona-se o TODA/H como uma psicopatologia e, na condição de professor/pesquisador que realiza uma intervenção pedagógica junto aos sujeitos, procura-se avançar ao paradigma biológico-medicalizante e compreender o TODA/H como uma dificuldade de aprendizagem e não como um transtorno biológico do autocontrole. Pretende-se criar condições diferenciadas, a partir de jogos de mesa e orientações do pesquisador durante a realização dos jogos, com objetivo de possibilitar o desenvolvimento consciente da atenção voluntária dos sujeitos, valorizando situações de aprendizagem efetiva dessa importante função psicológica superior.

Palavras-chave: TDA/H, Atividade Principal, Jogos Lúdicos

O excesso de patologização na área de leitura e escrita: falseando diagnósticos

Autor: Sonia Maria Sellin Bordin

Outros autores: Maria Irma Hadler Coudry, Centro de Convivência de Linguagens – CCAzinho do Instituto de Estudos de Linguagem da Unicamp

Supervisor / Coordenador do trabalho: Ana Cecília Silveira Lins Sucupira

Resumo: A área de leitura e escrita vem sendo assolada por um excesso de diagnóstico (Collares e Moysés, 1986; Coudry, 2007; Bordin, 2008) resultando na patologização de processos normais de aquisição de leitura/escrita. Dentre a população em idade escolar, a incidência do diagnóstico de dislexia varia entre 0,4% (DSM-IV-TR, 2000, sob outra denominação) e 25% (Cappovilla, 2002); e a do diagnóstico de transtorno do déficit de atenção com ou sem hiperatividade (TDAH) entre 3 a 5% (DSM-IV-TR, 2000) e 3 a 10%, Guardiola et al. (1998). Neste trabalho, crianças com tais diagnósticos são acompanhadas longitudinalmente no centro de convivência de linguagens (CCAzinho), a fim de verificar se eles se mantêm. Objetivos: verificar as hipóteses usadas pela criança para ler e escrever e analisar o fato de serem tomadas como sintomas dessas patologias. Método: Acompanhamento longitudinal no CCAzinho de seis crianças portadoras de tais diagnósticos e que apresentam dificuldades de ler/escrever envolvendo: participação no grupo e em sessões individuais, bem como de um dos pais no grupo de família. Resultados: Não houve a confirmação de nenhum dos diagnósticos apresentados e todas as crianças e jovens passaram a ler e escrever, normalmente.

Palavras-chave: Diagnósticos, Neurolinguística Discursiva, CCAzinho

O fracasso escolar em Montes Claros, MG: processos de patologização e culpabilização

Autor: César Rota Júnior

Outros autores: Joelma da Silva Freitas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: A democratização da escola pública brasileira contribuiu, historicamente, para a universalização do acesso à escolarização pela imensa maior parte das crianças do País. Apesar do acesso, a qualidade e a permanência destas no sistema de ensino, seja por problemas de ordem social ou educacional, têm ainda promovido altos índices de fracasso escolar. O aumento de queixas escolares tem resultado em encaminhamentos de crianças a centro de diagnóstico, ambulatórios e clínicas. A patologização do fracasso escolar parece ser um reflexo da naturalização e culpabilização da criança pela dificuldade que apresenta em seu processo de escolarização. Percebe-se que os discursos que vêm prevalecendo dentro dos espaços escolares têm se pautado na busca de avaliações e diagnósticos médico-psicológicos, tomando as dificuldades de aprendizagem de forma descontextualizada e a-histórica. Como consequência, nota-se que os educandos que são encaminhados a estes serviços passam, invariavelmente, por exames médico-psicológicos, que no mais das vezes acabam por rotular e classificar o pretenso problema, distúrbio ou transtorno que se acredita ser a criança portadora. A presente pesquisa propôs quantificar e qualificar os laudos de exames de EEG de crianças em idade escolar encaminhadas ao serviço de eletroencefalografia do centro de especialidades médicas de um hospital da cidade de Montes Claros, com o objetivo de identificar a correlação entre demanda e os resultados dos exames. Como resultados parciais, tem sido possível detectar uma correlação muito baixa entre as demandas de encaminhamento ao serviço e os resultados de tais exames, o que demonstra que a busca da compreensão acerca do fenômeno social do fracasso escolar ainda é, prioritariamente, entendido como um problema orgânico, cuja trilha de identificação passa, necessariamente, pela identificação de supostos transtornos, como o TDAH e a dislexia.

Palavras-chave: Fracasso Escolar, Patologização, Medicalização

O menino que redescobriu o gato: uma narrativa de acompanhamento terapêutico ocupacional com apoio escolar para o desenvolvimento infantil

Autor: Paula Giovana Furlan

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Apresenta uma narrativa (O menino que redescobriu o gato) sobre o acompanhamento clínico terapêutico ocupacional semanal de um garoto de 9 anos de idade em uma unidade de saúde da família da periferia do município de Campinas, SP, durante um ano. Objetivou "poetizar" o processo que se deu a partir das singularidades da criança e de relações com a escola. A partir de uma queixa de diurese noturna, foi possível conhecer o garoto, descobrir seus medos, afetos, desejos

e potencialidades, nunca antes desvelados. A criança apresentava no início dificuldades de aprendizagem e baixo relacionamento social. Os atendimentos foram mediados por atividades, com objetivo de estimular processos cognitivos. Criamos jogos e inventamos brincadeiras. Foi construída uma relação do serviço de Saúde com a escola e realizado apoio semanal da terapeuta ocupacional aos professores. Gradativamente, a criança foi criando estratégias e assimilando o que vivia, aumentou o pensamento lógico, aprendeu a classificar figuras, a contar, a conhecer os objetos. Passou a gostar mais da escola, a fazer amigos e melhorar seu desempenho escolar. A narrativa possibilita a discussão do tema, por diversos setores, sobre as dificuldades de aprendizagem e as diversas intervenções, assim como permite polemizar o diagnóstico estigmatizante de “distúrbio” e “retardo mental” e a intervenção medicamentosa.

Palavras-chave: Dificuldades de Aprendizagem, Terapia Ocupacional, Apoio Escolar

O papel da escola e dos familiares na relação ensino-aprendizagem diante do fenômeno medicalização

Autor: Ariádine Benetom de Campos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha.

Resumo: Justificativa: É uma proposta de política pública psicodinâmica que responde aos encaminhamentos das escolas aos especialistas. Propicia uma flexibilidade das práticas tradicionais, pois entende que o sujeito se constitui por meio das relações que estabelece no decorrer de seu desenvolvimento. A intervenção deixa de focar o indivíduo isolado e considera o contexto em que ele está inserido, revelando a construção dialética subjetividade/sociedade. Desconsideram pesquisas reducionistas que interpretam manifestações saudáveis de comportamentos de crianças e adolescentes como transtornos, e que consideram os sintomas como causas provenientes do próprio sujeito. Objetivo: Entender as reais causas da produção das queixas escolares como desatenção, agitação, agressividade e dificuldades de ler e escrever, a partir da intervenção do psicólogo de UBS no contexto escolar e familiar. Metodologia: Por meio da abordagem psicodinâmica de base psicanalítica e subsídios em outros campos do saber, utilizei a triangulação psicológica; entrevistas individual e familiar; atendimento de grupo psicodinâmico; intervenções no cotidiano das relações das crianças e adolescentes na escola e família; e o questionário queixa escolar. Participam 18 escolas entre pública e particular. Conclusões: Maior desenvolvimento da aprendizagem; mudanças na cultura ideológica medicamentosa, patrocinada pelas indústrias farmacêuticas; aumento no alcance coletivo das intervenções psicológicas por meio das intersubjetividades.

Palavras-chave: Relação, Intersubjetividade, Intersetorial

O sentido do espaço escolar para a família de uma pessoa com deficiência

Autor: Beatriz Borges Brambilla

Outros autores: Glauco Fernando Silva Santos

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: O presente trabalho é um recorte da experiência em educação da pessoa com deficiência, enfocando a relação da família com a educação. A escolarização da pessoa com deficiência muitas vezes é compreendida como um desafio pedagógico, na medida em que as escolas passam a conceber o espaço escolar como ineficiente para o desenvolvimento do indivíduo. Vygostky (1997), ao trabalhar com a noção de defectologia, desconstrói a percepção da anormalidade, considerando a pessoa com deficiência como diferente e não deficiente, mostrando que essa diferença não é tanto física, biológica, mas, principalmente, social, ao identificar dificuldades na interação com o outro, com a cultura. Afirmando que, ao restaurar essa interação, a deficiência apresenta-se de forma positiva quando se enfoca nas suas possibilidades e não em suas dificuldades. Nessa perspectiva das possibilidades de estimulação e desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio de um educador como mediador deste processo, o presente trabalho vem a contribuir com o campo da desconstrução da educação baseada nos sintomas e doenças dos indivíduos. Os resultados aqui apresentados retratam como mencionado uma experiência profissional, referente a uma família de um adolescente com deficiência mental, em que a família tem encarado a escola como um depósito para seu filho. Há situações de abandono por parte da família, que muitas vezes é notificada pelo conselho tutelar, e mantém uma postura negligente, relatando a escola que para cuidar do filho é muito fácil, dizendo que é só dar a medicação e deixar quieto em um canto. Essas circunstâncias apontam para noção desta família em relação ao espaço da escola, compreendendo a escola como um depósito para seu filho e um refúgio para sua frustração, entendendo como caminho para convivência com o filho a medicalização, excluindo possibilidades de estimulação e desenvolvimento.

Palavras-chave: Família, Pessoa com Deficiência, Educação

O TDAH e a medicalização da sociedade: reflexões sociológicas

Autor: Tatiana de Andrade Barbarini

Outros autores: Maria Lygia Quartim de Moraes (orientadora)

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: Introdução: Considerar o TDAH um transtorno psiquiátrico e genético torna secundária a abordagem do problema por outros meios, como os fenômenos sociais. É preciso atentar para a relação entre o transtorno e a sociedade e questionar se não presenciáramos a manifestação do fenômeno de medicalização da sociedade. Objetivo: Encontrar no TDAH e em seu tratamento fenômenos sociais. Métodos: Pesquisa qualitativa no Ambulatório de Psiquiatria Infantil do HC/Unicamp: observação participativa, entrevistas semiestruturadas (profissionais de saúde, pais e crianças com TDAH) e interpretação de desenhos. Resultados: Identificaram-se nas explicações leigas sobre o TDAH traços do discurso especializado, que encontra nos prejuízos causados pelo TDAH à socialização e ao futuro das crianças a necessidade

de tratamento. As falas mostram que, para ter sucesso, a criança deve ser obediente, estudiosa e comportada, além de evidenciarem a presença do estigma nas experiências pessoais dos informantes. Conclusões: As crianças com TDAH tornam-se indivíduos impróprios aos interesses da sociedade devido aos seus comportamentos, que são detectados, classificados e controlados por mecanismos legitimados pela Ciência. Isso se torna possível porque seus comportamentos são definidos como manifestações biológicas, genéticas e, consequentemente, individuais, e não sociais.

Palavras-chave: TDAH, Medicalização, Sociologia

O transtorno psíquico de crianças e adolescentes negros com altas habilidades/superdotação

Autor: Cristina Lucia Silva dos Santos Moraes

Supervisor / Coordenador do trabalho: Cecília Azevedo Lima Collares

Resumo: Introdução: O presente estudo investigou as altas habilidade/superdotação em crianças e adolescentes negros da Escola Municipal Dr. Lauro Travassos na Caputera, Angra dos Reis, RJ. Para tanto, aplicaram-se os seguintes instrumentos padronizados: Teste das Matrizes Progressivas de Raven (2004) e as escalas de Renzulli, escala para a valoración de las características de comportamiento de los estudiantes superiores (2001). Objetivos: Detectar nas crianças negros com altas habilidades/superdotação o sofrimento psíquico que sofrem por terem altas habilidades e o preconceito por serem negros. Método: Dos 156 alunos matriculados, 89 foram avaliados, usando como critério a autorização dos pais para que seus filhos participassem da pesquisa. Dos 89 estudantes pesquisados, 71 são negros, 1 é indígena (guarani) e 17 são brancos. Os resultados mostraram que dos pesquisados 9,0% são superdotados(IS), que chamamos de intelectualmente superior, e, destes, 6,7% são negros e 2,3% são brancos. No total de 71 negros pesquisados, encontramos 11% talentosos (MS), que denominamos média superior, 32% ficaram na média (MD, 8,9% estão na média inferior (MI) e 20% (ID) são intelectualmente deficientes. Discussão e resultados: As crianças e adolescentes negros superdotados muitos eram confundidos como hiperativos e já tinham sido encaminhados ao posto de saúde pela escola com indicativos de DDA, dislexia, dislalia e TDAH e outros transtornos. Com o resultado da pesquisa, essas crianças deixaram a medicação utilizada e passaram a participar de um programa de enriquecimento proposto por Renzulli, onde puderam desenvolver suas habilidades e se integraram na escola numa perspectiva de crescimento intelectual.

Palavras-chave: Altas Habilidades/Superdotação, Negros e Educação

Observações sobre o enlace médico-pedagógico na contemporaneidade e a função “Ritalina”

Autor: Adriana Carrijo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria Aparecida Affonso Moysés

Resumo: A Ritalina, medicação utilizada nos casos de “transtorno do déficit de atenção”, apresenta-se como bengala bioquímica que atravessa a vida escolar de muitas crianças assim diagnosticadas. O corpo, reduzido a sua materialidade e à cognição condenada às “metrias” e “scanners” do cenário atual, servem à modelização de processos subjetivos fundamentais, tais como a aprendizagem e a socialização. Constatando que muitos casos de fracasso escolar redundam em “transtornos da atenção” e na legitimação da Ritalina como a droga da rota atenta, coloco em questão a formação dos profissionais que trabalham com a infância, seus principais pressupostos teóricos e paradigmas, contrastando com aspectos da lógica de mercado que reduzem a experiência clínica a um suporte bioidentitário. Assim, quem seria essa tal Ritalina? Que tensão se estabeleceria entre o êxito e o fracasso, entre o sujeito e a medicalização? Nesse sentido, coloco em discussão um imaginário clínico infantil atravessado por representações de funcionamento cognitivo e comportamental que, frente às biotecnológicas, embotariam a ação pedagógica e parental fundando uma nova relação com a infância.

Palavras-chave: Contemporaneidade, Infância, Medicalização

Oficinas multidisciplinares de atendimento psicopedagógico a escolares com dificuldades na escolarização

Autor: Caroline Mendes Dos Santos

Outros autores: Jéssica Oshiro, Jordana Maria da Silveira, Karina Buhler de Melo, Maria Lemes Ribeiro, Patrícia de Cuffá e Rosinei da Silva Cantuário Rodrigues

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Introdução: Entendendo a intervenção psicopedagógica como um arranjo de contingências adequadas às necessidades escolares e de desenvolvimento, conforme o referencial da análise do comportamento, foram organizadas oficinas que atendem escolares com problemas de escolarização, dentre os quais, 13 fazem uso de medicamentos, em função de diagnóstico de TDAH e outros transtornos. Objetivo: Promover situações psicopedagógicas com enfoque multidisciplinar envolvendo acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Matemática, Letras, História e Psicologia com a intenção de auxiliar no desempenho escolar e social dos alunos. Intervir junto à Psicologia Escolar e Pedagogia, sobre a aquisição de habilidades acadêmicas dos escolares. Metodologia: São realizadas oficinas semanais de história, comunicação e expressão e matemática, e também encontros quinzenais com os acadêmicos de Psicologia. Resultados: os escolares têm frequentado as oficinas com ótimos resultados de aprendizagem e habilidades acadêmicas em geral. Conclusão: A medicalização da sociedade e principalmente das queixas escolares tem inviabilizado a avaliação dos ambientes escolares. Intervenções pontuais sobre as dificuldades podem ter resultados muito positivos e contrapor-se à ideias de medicalização das queixas escolares.

Palavras-chave: Multidisciplinaridade, Medicalização, Análise do Comportamento

Os reflexos da medicalização da existência na educação dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Autor: Erica Cristina Pereira

Outros autores: Jamile Tasso Gomes

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: O trabalho consiste em uma reflexão sobre a prática que temos desenvolvido em projetos educativos direcionados aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Considera-se que os entraves da existência são passíveis de serem diagnosticados, enquadrados e alocados em classificações médicas, abrangendo a origem da vida até a nossa morte. O objetivo deste trabalho é uma reflexão sobre a medicalização da existência entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social, questionando os excessos da produção diagnóstica nas escolas, as quais encontram diversas percepções profissionais sobre o sofrimento psíquico que afetam o desempenho escolar e a aprendizagem. Os adolescentes estão à mercê da produção social das doenças e de um modo de produção de saúde bastante aliado à lógica neoliberal, na qual se tem operado a lógica do “aqui e agora” em detrimento de uma cura imaginária, sensação de felicidade plena e completude. Possivelmente nossos impasses não se restrinjam ao furor da medicalização de problemas que antes não existiam e eram tamponados com outros recursos. Como lidar com adolescentes em situações de vulnerabilidade sociais, sem perspectivas e acolhimento familiar, ainda com impasses próprios da idade sem recorrer a patologização do existir? Além da superação subjetiva dos conflitos provindos dos estágios de desenvolvimento, é necessária a construção de políticas intersetoriais abrangendo vários ministérios visando à superação da hipermedicalização e as diferenças interprofissionais, viabilizando uma visão biopsicossocial do educando.

Palavras-chave: Medicalização do Social, Adolescência, Educação

Panorama crítico sobre os tratamentos psicológicos ofertados a crianças e adolescentes hiperativos e/ou desatentos

Autor: Déa Bertran Munhos

Outros autores: Déa Bertran Munhoz e Andrés Eduardo Aguirre Antúnez.

Supervisor / Coordenador do trabalho: João Eduardo Coin de Carvalho

Resumo: Nesta revisão de literatura sobre tratamentos psicológicos para crianças e adolescentes diagnosticados como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, TDAH, foram analisadas produções eletrônicas dos últimos cinco anos (2005-2010), bases de dados Medline, Lilacs, Scielo, Psycinfo e Cochrane, identificadores TDAH e ADHD, cruzados com tratamento psicológico e psicoterapia. Os resultados evidenciaram maior quantidade de tratamentos sob orientação comportamental ou cognitiva, associada ou não ao uso de psicofármacos, com raras publicações de outras abordagens psicológicas. Esses dados revelam que a contribuição de outras perspectivas – psicodinâmicas, existenciais, humanistas ou fenomenológicas, em que são privilegiadas a singularidade e a expressão subjetiva da criança e do adolescente, bem como seu desenvolvimento emocional – apresenta pouca produção de conhecimento. Observa-se a dominância do modelo positivista nas publicações científicas e a necessidade de outras vertentes psicológicas oferecerem maior visibilidade de seus achados clínicos, para que a comunidade científica e a social possam ter acesso a essas informações.

Palavras-chave: TDAH, Tratamento Psicológico, Psicoterapia.

Patologização de crianças sem patologia

Autor: Giovana Dragone Rosseto Antonio

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Tornou-se comum em nossos dias ouvir diagnósticos relacionados a questões escolares, sobretudo referentes ao processo de aquisição e uso da leitura e escrita, como dislexia, TDAH, transtorno de leitura, dificuldade de aprendizagem. Nesse contexto de patologização exagerada, o objetivo deste trabalho é questionar, baseado na Neurolinguística discursiva, o estatuto de doença atribuído à dislexia, analisando o discurso autorizado proferido sobre ela e a concepção de linguagem na qual se baseia. Para realizar tal reflexão, apresentamos uma crítica ao material disponível no site da Associação Brasileira de Dislexia, do material por ela vendido para auxiliar a aprendizagem dos disléxicos, e também de laudos emitidos por essa instituição. Por meio dessa pesquisa, notamos que instabilidades comuns do processo de aquisição da escrita são consideradas erros por pais, professores e outros profissionais da Educação e da Saúde e se tornam sintomas de patologias. Não se leva em conta, nesses diagnósticos, a história da criança, seu histórico escolar, seu processo de aprendizagem, sua relação em casa, com os professores e tantos outros fatores importantes de se observar ao avaliar uma criança.

Palavras-chave: Dislexia, Dificuldade de Aprendizagem, Neurolinguística Discursiva

Possíveis portadores de síndrome de Asperger e TDAH: mitos associados aos dotados e talentosos

Autor: Eliana Santos

Outros autores: Solange Muglia Wechsler

Supervisor / Coordenador do trabalho: Mônica Cintrão França Ribeiro

Resumo: Buscou-se no discurso de estudantes universitários acerca da temática de superdotação, identificar possíveis mitos contidos nos relatos, tão qual aponta a literatura nacional e internacional a respeito dos mitos que envolvem os alunos dotados e talentosos. Participaram 23 estudantes da área de Ciências Sociais Aplicadas (universitários), tendo entre 19 e 45 anos (=29,45). Os estudantes participantes equipararam em questão de gênero. As respostas de um questionário aberto foram alocadas em dois grandes eixos sobre características dos superdotados (cognitivas n=22; 68,75% respostas, socioemocionais n=10; 31,25% respostas) para apreciação. Pela análise de conteúdo, notou-se que somente uma participante tinha noção quanto

aos mitos e preconceitos atribuídos a estas pessoas, entre eles relacionando características de síndrome de Asperger e TDAH. Conclui-se da necessidade de fomentar o conceito e abolir os mitos, a fim de contribuir de fato com o desenvolvimento sadio destes alunos.

Palavras-chave: Altas Habilidades; Cognição; Inteligência; Sobredotação

Produção de vida no trabalho docente

Autor: Daniele Amaral de Sá

Outros autores: Maria Elizabeth Barros de Barros

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: A partir de uma experiência clínica atendendo crianças ditas com problemas de aprendizagem e professores adoecidos pelo trabalho escolar, empreendemos em 2009 na cidade de Vitória, ES, uma pesquisa com o objetivo de investigar os processos de produção do viver operados por meio da atividade docente. Neste sentido, buscamos dialogar com os referenciais da clínica da atividade e os princípios da filosofia da diferença. Saindo das culpabilizações ora aluno, ora professor, nos encontramos com o conceito de atividade, o qual tornou-se um propulsor em acionar transformações na produção de subjetividades serializadas e adoecidas. Tomamos a cartografia como método de pesquisa dando corpo aos movimentos de investigação. Construímos imagens do trabalho como disparadores de análise da atividade, os quais nos possibilitaram equivoocar as formas naturalizadas de gerir o trabalho, abrindo espaço para formas potencializadoras do viver. Por meio desta pesquisa-intervenção, observamos a constituição de maior autonomia do trabalhador, assim como um aumento do poder de ação, garantindo um fluir para outros modos de realizar a tarefa.

Palavras-chave: Trabalho Docente, Produção de Subjetividade, Problemas de Aprendizagem

Proposta de intervenção com mães de crianças com queixa escolar e que fazem uso de medicamentos

Autor: Ana Paulada Paz Tavares

Outros autores: Caroline Mendes dos Santos, Jordana Maria da Silveira, Maria Júlia Lemes Ribeiro, Maurício Corrêa Martusceli e Roberta Sincero Dos Reis

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Introdução: A partir de uma pesquisa realizada em um projeto de extensão junto à Universidade Estadual de Maringá, constatou-se a importância de trabalhar em grupo, com mães de crianças que apresentam queixa escolar de problemas de escolarização relacionados ao TDAH, e outros transtornos. As mães recebem informações e estabelecem trocas sobre as dificuldades dos filhos; a educação no cotidiano familiar e a administração de medicamentos. Objetivo: Instrumentalizar as mães para o entendimento dos encaminhamentos feito pelos profissionais da Saúde e da Educação. Metodologia: Respaldados por estudos da teoria histórico cultural, os encontros se realizam quinzenalmente com as mães, e nas semanas intermediárias são realizados estudos e pesquisas sobre o tema e ainda observação das crianças em atividades escolares. Resultados: Constata-se que as mães participantes (5) apresentam dúvidas sobre os trabalhos que vem sendo realizados com seus filhos e acabam sem a compreensão necessária, vão alterando as dosagens ou mesmo decidindo por administrar ou não os medicamentos. Conclusão: este grupo tem sido a oportunidade de levantar polêmica, de cunho científico acerca de medicalização, visto que é muito elevado o número de crianças medicalizadas e queixas escolares, assunto articulado com a prática pedagógica.

Palavras-chave: Grupo de Mães, Medicalização, Queixa Escolar

Queixa escolar e medicalização: um estudo a partir da demanda de educandos em um projeto de extensão realizado na UEM

Autor: Roberta Sincero Dos Reis

Outros autores: Maria Júlia Lemes Ribeiro

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Introdução: Uma das maiores preocupações entre os profissionais da Educação, pedagogos e psicólogos que atuam na Educação refere-se a queixa escolar e medicalização. Com esta perspectiva e a busca de estudos sobre este tema, decidiu-se realizar uma pesquisa entre escolares que frequentam o laboratório de inclusão e diversidade na UEM. Objetivo: analisar as queixas apresentadas por estes escolares, bem como o índice de utilização de medicamento. Metodologia: Foram analisadas as fichas de ingresso de escolares no referido projeto, que são informadas por pais ou responsáveis. As principais queixas dizem respeito à dificuldade de aprendizagem e TDAH. Resultados: Verificou-se que as queixas são consideradas próprias das crianças e estão relacionadas a questões biológicas ou emocionais. Com relação às crianças que utilizam medicamentos, das 46 que se encontram entre as queixas mais frequentes, 34% (16), tomam medicamento, e 69% (11) fazem uso da Ritalina, o que reforça a prevalência da medicalização entre os profissionais da educação e mesmo da saúde. Conclusão: as causas das dificuldades escolares têm sido consideradas como intrínsecas ao educando, fazendo com que sejam encaminhados para tratamento fora da escola, resultando em prescrição de medicamentos e psicologização de uma queixa que envolve as relações do ambiente escolar, e, principalmente, a mediação pedagógica.

Palavras-chave: Queixa Escolar; Dificuldade de Aprendizagem; Medicalização

Recuperação escolar -- as supostas doenças como explicação das dificuldades escolares

Autor: Roseli Fernandes Lins Caldas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa sobre a prática da recuperação escolar

a partir da abordagem histórico-cultural e entre os principais objetivos buscou compreender os sentidos pessoais atribuídos à recuperação escolar por educadores, pais e alunos vinculados regularmente a uma escola da rede estadual situada na Zona Sul da cidade de São Paulo. De cunho qualitativo, a pesquisa, em moldes etnográficos, utilizou-se dos seguintes procedimentos: observações participantes; entrevistas individuais e coletivas; e análise de desenhos dos alunos sobre a classe de recuperação. A investigação documental revelou que o primeiro programa paulista de recuperação escolar, elaborado por Antonio d'Ávila nos idos de 1950, indicava uma relação direta entre a necessidade de recuperação e doenças atribuídas aos alunos. A pesquisa de campo indicou a presença constante de supostos problemas físicos ou psicológicos como elementos explicativos das dificuldades de aprendizagem na concepção de todos os participantes desta pesquisa. Tanto nas entrevistas das duas professoras como da coordenadora, da diretora, das mães e dos próprios alunos havia constantes referências a doenças físicas ou emocionais como justificativas para a não aprendizagem, o que implicava no pertencimento à classe de recuperação. Lamentavelmente a mesma concepção que fundamentou a proposta de recuperação proposta por d'Ávila se fez presente nos discursos dos participantes da presente pesquisa.

Palavras-chave: Recuperação Escolar, Medicalização, Psicologia Escolar

Refletindo acerca do psicólogo escolar

Autor: Renata de Oliveira

Outros autores: Susete Figueiredo Bacchereti

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo investigar as diferentes estratégias de atuação do psicólogo escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com seis psicólogos da rede pública e particular da região de Poá, Suzano e Mogi das Cruzes. O método de investigação apoiou-se numa entrevista semidirigida que visou discorrer sobre: 1. Abordagem de trabalho, 2. Rotina de trabalho, 3. Definição das estratégias de atuação, 4. Perspectivas do trabalho e 5. Formação. A partir da análise da pesquisa, pôde-se perceber que existem diferentes formas de atuação do profissional da área que estão inseridos na escola. Dentre as entrevistas realizadas em duas regiões distintas da rede pública municipal, está presente o trabalho de diagnóstico de crianças com necessidades especiais. Visando atender a demanda de inclusão, estes profissionais em seu cotidiano buscam subsidiar os professores em intervenções pontuais junto aos alunos com necessidades especiais. Observou-se que estes profissionais têm maior tempo de formação. Dos profissionais que atuam dentro da leitura institucional, trabalham tanto em instituição pública quanto particular, todos têm formação recente e enfatizam a importância de pensar as relações que ocorrem dentro da instituição. Os dados demonstram que sua prática é contextualizada à realidade da instituição e o seu olhar focado na interação da escola com o aluno e o aluno interagindo com a escola, pensando todos os que fazem parte da escola como educadores. Assim, sua proposta de intervenção está calcada em pensar junto com profissionais da escola os entraves que ocorrem na instituição e de que forma isso pode auxiliar no processo de aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Escola, Atuação e Psicólogo Escolar

Relato de experiência sobre a inclusão escolar de uma criança de 2 anos e 6 meses com suposto diagnóstico de esquizofrenia

Autor: Erica Furukawa

Outros autores: Claudia Alves Pedace, Daniela Pacheco Rotondaro e Suzana Zolli

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Introdução: A Rede Municipal de Ensino de Osasco conta com uma equipe denominada corpo técnico-pedagógico, formada por supervisores de ensino e técnicos (psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, pedagogos), e que presta assessoria para a comunidade escolar nos casos de inclusão de alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento, risco e vulnerabilidade social e altas habilidades. Objetivo: Relatar o acompanhamento da inclusão escolar de uma criança de 2 anos e 6 meses com suposto diagnóstico de esquizofrenia. Métodos: Foram feitas reuniões com os gestores e professores, com o objetivo de fazer a escola engajar a criança e seu desenvolvimento para além desse diagnóstico, propondo um olhar sobre o brincar da criança, a sua comunicação, sua busca de autonomia, sua relação com as outras crianças e adultos. Resultados: atualmente a criança encontra-se adaptada e com bom desenvolvimento escolar. Conclusão: a escola precisa ter clareza dos seus objetivos como espaço pedagógico, sem se contaminar com questões médicas, sejam elas um diagnóstico (correto ou não), seja o excesso de patologização e medicalização.

Palavras-chave: Diagnóstico, Medicalização Precoce, Intervenção Institucional, Educação Inclusiva

Repensando a queixa escolar: contribuições para uma visão não medicalizada da educação

Autor: Nidiamara Guimarães

Outros autores: Bráulio Ramos da Silva, Lígia Ribeiro Horta, Luciana Goulart Machado Alves, Maria Bárbara Campos Faria e Vana Beatriz Soares do Amaral

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: A Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara conta com três psicólogos, uma fonoaudióloga, uma assistente social e uma coordenadora da Educação Especial, que atuam nas 27 instituições de ensino, atendendo às queixas escolares. A equipe realiza visitas às unidades escolares ou residências, com o objetivo de avaliar a queixa e pensar em possíveis estratégias, que incluem orientações e atendimentos à família, aos educadores e aos alunos, discussão dos casos entre a equipe, encaminhamentos à área de Saúde. Percebe-se que ainda hoje a escola apresenta expectativas por soluções imediatas, revelando uma percepção medicalizada ao pensar as

dificuldades dos alunos como questões de saúde/doença, sem considerar todo o contexto que pode contribuir para a produção destas. Diante disso, busca-se repensar esses conceitos junto às escolas, ressignificando a queixa e as intervenções por meio de discussões visando modificar as concepções que atribuem causas biológicas a questões sociais.

Palavras-chave: Queixa Escolar, Concepções Medicalizadas, Ressignificação

Representações de uma criança a respeito do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade

Autor: Shirley Cristina Estima Ferreira

Supervisor / Coordenador do trabalho: Maria de Lima Salum e Moraes

Resumo: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade aparece como o diagnóstico que mais acomete crianças atualmente. Grande parte das discussões acerca desse transtorno aponta para a forma imprecisa como ocorre o diagnóstico. A Sociologia da Infância defende a importância do discurso infantil, considerando o ponto de vista das crianças, e não apenas a visão do adulto. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo compreender as representações a respeito do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade de uma criança diagnosticada com esse transtorno, além de verificar o comportamento e o relacionamento da criança no ambiente escolar e identificar suas concepções a respeito da medicação utilizada no tratamento. O processo metodológico adotado foi o estudo de caso individual, englobando observação participante no contexto escolar, encontros com a criança e entrevistas semiestruturadas com seus responsáveis. A partir da análise do material coletado, pode-se relacionar o entendimento e as percepções infantis com as atuais questões acerca do diagnóstico, verificando um distanciamento entre o pronunciamento médico, a prática educacional e a vivência do sujeito diagnosticado.

Palavras-chave: TDAH; Psicologia Educacional; Estudo de Caso

Rompendo a produção de queixas escolares: quando a medicalização se opera na Educação, Saúde e Assistência Social

Autor: Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Outros autores: Alice Turquetto Soares e Ingrid Attan Rodrigues

Supervisor / Coordenador do trabalho: Lygia de Sousa Viegas

Resumo: Neste trabalho, apresentaremos ações nos âmbitos da Saúde, Educação e Assistência Social no atendimento de questões relacionadas a dificuldades na escolarização de crianças e adolescentes. Para isso, problematizaremos maneiras tradicionais de se lidar com isso e maneiras pelas quais o processo de medicalização se opera nesses âmbitos, discutindo ações intersetoriais e coletivas para seu enfrentamento, ampliando possibilidades de intervenção. Com a medicalização, domina uma investigação dessas problemáticas que prioriza aspectos individuais ou familiares de natureza física ou emocional, pouco se falando sobre a relação com a escola. Alocando-se os problemas nos corpos das crianças e das famílias, o atendimento é marcado pela individualização e naturalização de problemas sociais, políticos e institucionais. Assim, o desafio criado no enfrentamento da medicalização, em diferentes âmbitos, é buscar avaliar a produção histórica e coletiva das dificuldades escolares. Nosso objeto deve deixar de ser a criança e suas famílias, passando a ser o território no qual se dá a produção da queixa. Intervindo sobre fenômenos, é possível e necessário inventarmos ações que busquem desnaturalizar e desindividualizar o processo de produção das queixas escolares, onde quer que lidemos com ele.

Palavras-chave: Medicalização, queixas Escolares, Intersetorialidade

Tda(H): entre pecados e redensões

Autor: Helena Maria Medeiros Lima

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: A proliferação dos diagnósticos de TDA(H) e A subseqüente administração de medicamentos têm devastado o cenário educacional brasileiro nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que o professor é transformado em agente diagnosticador, não consegue diagnosticar a própria dor de sair de sua função educativa e passar a uma função de patrulha, descrevendo comportamentos como se fossem patológicos, sem ao menos ter preparo técnico para compreensão dos limites entre normalidade e patologia. Esta proliferação de diagnósticos vem ao encontro da medicalização da sociedade que já vem incluindo todas as experiências de vida como categorias diagnósticas e psicopatológicas. Nesse sentido, a psicopedagogia insere-se como disciplina e espaço privilegiado para questionar os supostos diagnósticos, questionar as estruturas familiares, sociais e educacionais envolvidas em cada diagnóstico, bem como a possibilidade de formular novas questões aos pais e professores: quem está com transtorno? Aluno desatento ou desatendido? Como a alegria da família com filho medicado se transforma em rebeldia quando se questiona essa medicação? Que segredos ficam mal-ditos e transformam-se em 'malditos', sendo o sintoma da criança ou adolescente a denúncia formal daquilo que não se diz, não se admite, não se expõe numa dinâmica familiar? Enfim, cabe ao profissional de educação abster-se de ser diagnosticador; formular perguntas relevantes e buscar eixos de compreensão para o transtorno – não da criança.

Palavras-chave: TDAH, Medicalização, Psicopedagogia, Não-Dito/Maldito

TDAH e infância contemporânea: relato de algumas experiências

Autor: Rosana Vera de Oliveira Schicotti

Outros autores: Jorge Luis Ferreira Abrão

Supervisor / Coordenador do trabalho: João Eduardo Coin de Carvalho

Resumo: Nos últimos anos, os profissionais da Psicologia têm sido convocados a oferecer seus serviços e dar uma resposta às queixas escolares. Estas têm recebido diferentes denominações e encaminhamentos. Deste modo, este trabalho visa relatar as experiências que foram apreendidas em duas intervenções profissionais: como psicóloga

em uma ONG e como orientadora educacional de uma escola particular no interior de São Paulo. Os relatos compreenderam o período de agosto de 2005 a julho de 2009 e focalizaram o atendimento de crianças que possuíam o diagnóstico de TDAH. A Psicanálise foi escolhida como norte teórico por se tratar de um método de investigação utilizado por excelência na interrogação dos sentidos e significados de uma questão. Constatou-se que, nas vivências apontadas, os diagnósticos de TDAH foram realizados de forma imediatista, sem considerar aspectos importantes, tais como: o contexto institucional, as condições de trabalho do professor e as situações que foram geradoras da queixa escolar. Deste modo, pensamos que a atuação do psicólogo que trabalha com a orientação psicanalítica deve estar mais focada em identificar as experiências singulares de crianças, pais e professores e compreender os sentidos comunicados por suas queixas e dificuldades. Os sentidos singulares que forem apreendidos não devem ser desconectados de uma análise mais cuidadosa do contexto escolar e social.

Palavras-chave: Infância; TDAH; Educação

Trajetória de alunos da rede regular encaminhados para o serviço de Saúde

Autor: Adriana Elizabeth Vilella Fernandes Barbosa

Supervisor / Coordenador do trabalho: Roseli Fernandes Lins Caldas

Resumo: Uma das maiores preocupações no contexto educacional em nosso país, hoje, diz respeito ao fracasso escolar. Para estabelecer uma proposta de intervenção eficaz nos problemas de aprendizagem, tem se recorrido à interlocução entre as áreas da Educação e da Saúde. O número elevado de alunos encaminhados ao serviço de Saúde Mental é um indicador de que a reflexão sobre a relação saúde/escola deve ser aprofundada. Pais, professores e profissionais da Saúde têm, cada um a sua maneira, buscado estratégias para que o sucesso escolar seja alcançado, as quais se dão com ações isoladas de intervenção e que não têm alterado significativamente o desempenho escolar desses alunos. O objetivo da pesquisa foi estudar a trajetória de cinco alunos da rede municipal da região metropolitana de Campinas, encaminhados a atendimento na área da Saúde, com queixas de dificuldade de aprendizagem, buscando analisar a interlocução saúde/escola e a dinâmica interdisciplinar que permeia esses casos. A abordagem metodológica escolhida foi o estudo de caso. A coleta de dados resultou da análise de prontuários e entrevistas semiestruturadas com professores e profissionais da Saúde. A interpretação dos dados nos faz concluir que a relação saúde/escola não está de todo estabelecida e o estudo dos cinco casos apresentados neste trabalho indica que ambas as áreas (Saúde e Educação) percebem a necessidade de maior integração entre elas, mas se acomodam ao modelo gerencial existente, o qual não propicia um trabalho mais sistemático e interdisciplinar.

Palavras-chave: Dificuldade de Aprendizagem, Medicalização, Fracasso Escolar, Diagnóstico

Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC) infantil: a adesão da família ao tratamento

Autor: Noel José Dias da Costa

Outros autores: Erenita Maria Silva da Costa, docente do Centro Universitário Adventista de São Paulo

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: O TOC infantil é uma queixa de difícil diagnóstico e resolução. Dada a sua complexidade e por apresentar-se frequentemente com comorbidade, exige bom preparo clínico para sua intervenção e adesão da família ao longo da intervenção. Objetivou-se apresentar um caso de TOC infantil e a importância da família no tratamento. Participaram uma criança de 8 anos de idade, sexo feminino, filha única, seus pais e avós. Utilizou-se a intervenção cognitivo-comportamental (TCC) com a criança e psicoeducação para seus pais e avós. Foi utilizado o inventário dos comportamentos de crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos (versão CBCL para os pais e avós, e versão TRF para a professora). Os resultados apresentaram divergência significativa ($p < 0,05$) na correlação entre os pais quanto à escala de problemas de externalização, e divergência significativa entre eles e os avós quanto à escala total de problemas de comportamento. A mãe e os avós não aceitaram o diagnóstico psiquiátrico para TOC infantil e resistiam à psicoterapia. Após 24 sessões com a criança, 12 sessões com os pais e 8 sessões com os avós, conseguiu-se adesão ao tratamento farmacológico, conjugado com a TCC. O resultado demonstrou-se satisfatório para a adesão da família ao tratamento. A redução dos sintomas permitiu à criança participar regularmente das atividades escolares. Há necessidade de pesquisas na área para melhor atendimento dessa demanda.

Palavras-chave: TOC Infantil, Adesão ao Tratamento, Abordagem Cognitivo-Comportamental

Transtornos de aprendizagem, o processo de ensino aprendizagem e as avaliações governamentais

Autor: Walme de Oliveira Lima

Outros autores: Luís Sérgio Sardinha

Supervisor / Coordenador do trabalho: Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Resumo: Nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem se notabilizando por desenvolver e aplicar diversos instrumentos de avaliação que buscam acompanhar o processo educativo da população brasileira, sempre muito criticado. Para tanto, é necessário ter ferramentas para enfrentar tal desafio, sabendo que vivemos em uma sociedade muito competitiva, onde a disputa está sempre presente. Neste trabalho foi realizado um levantamento para conhecer os principais instrumentos governamentais e seus resultados, nas diversas esferas (federal, estadual e municipal), visando conhecer as potencialidades e fragilidades dos estudantes em seu processo educacional. Os principais resultados indicam que o Estado vem tentando medir ou quantificar o quanto os alunos aprenderam, por meio de avaliações, como: Enem,

Saresp, Enade e Provinha Brasil. Em geral, os dados apontam para um baixo nível de rendimento escolar. Podemos concluir que atualmente existe a necessidade de serem realizadas avaliações do processo educativo, pensando que os problemas existentes são parte de todo um processo.

Palavras-chave: Transtornos de Aprendizagem, Processo Ensino-Aprendizagem, Avaliações

Um diagnóstico controverso e fronteiro: o TDAH nas políticas de Educação em Vitória, ES

Autor: Luciana Vieira Caliman

Outros autores: Arielle Rocha de Oliveira Silva, Cristiane Bremenkamp Cruz, Ellen Horato do Carmo Pimentel, Nathalia Domitovic, Paula Lampé Figueira, Paula Maria Valdetaro Rangel e Sérgio Werner Baumel

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) vem despontando como um diagnóstico cada vez mais frequente, sendo o setting escolar o espaço privilegiado de sua constituição. A construção desse diagnóstico e os paradigmas que orientam seu manejo são exemplos dos processos contemporâneos de medicalização da vida cotidiana, sendo constituídos de múltiplos fatores sociais, econômicos e políticos. O presente projeto de pesquisa vem mapeando, em Vitória, ES, as políticas públicas relacionadas ao TDAH no campo da Educação. Em nível nacional, a (in)definição política sobre o sujeito de Educação Especial fortalece o caráter ambíguo e fronteiro do diagnóstico do TDAH neste campo. A pesquisa documental e as entrevistas feitas até o momento apontam para uma tendência de legitimação desse diagnóstico como questão médica e, portanto, tratável individualmente. Projetos de lei que tramitam no legislativo nacional e propõem a inclusão do diagnóstico do TDAH na Educação Especial corroboram para a patologização dos processos de ensino-aprendizagem e orquestram uma sobreposição entre direito à integração escolar – que é direito de todos – e diagnóstico psiquiátrico.

Palavras-chave: TDAH, Medicalização, Políticas Públicas, Educação

Um relato de apoio escolar ao Tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) na infância

Autor: Erenita Maria Silva da Costa

Outros autores: Noel José Dias da Costa, docente do Centro Universitário Adventista de São Paulo – Unasp

Supervisor / Coordenador do trabalho: Silvana Tuleski

Resumo: O Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é definido pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) como a apresentação, por mais de um mês, de sintomas após a exposição a um evento traumático que cause medo intenso, impotência ou terror, envolvendo morte, ferimentos, agressões reais ou ameaças à integridade física da pessoa ou de outros. Os sintomas devem causar sofrimento e prejuízo significativo em áreas importantes da vida. Objetivou-se relatar um caso de TEPT infantil no qual a equipe escolar participou do tratamento. Participaram uma criança de 7 anos, seu pai, sua avó, a professora e a orientadora pedagógica. Utilizou-se o inventário de comportamentos de crianças e adolescentes (versão para os pais – CBCL, e versão para o professor – TRF). A intervenção se deu inicialmente com duas sessões semanais para a criança e uma sessão semanal para o seu pai e avó. A equipe escolar recebeu apoio semanal inicialmente e depois quinzenal. A assessoria do terapeuta se deu no modelo psicoeducacional, com ênfase na compreensão da queixa e na promoção de ambiente facilitador do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento. A criança recebeu tratamento farmacológico ao longo da intervenção. Ao final, verificou-se redução dos escores do CBCL para a subescala de estresse pós-traumático. A criança apresentou maior repertório de estratégias de enfrentamento adequadas. O envolvimento dos familiares e da escola demonstrou-se importante para a adesão ao tratamento e superação da queixa.

Palavras-chave: Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Infância, CBCL, Intervenção Psicoeducacional

Um relato de experiência de intervenção para o déficit de atenção

Autor: Erenita Maria Silva da Costa

Outros autores: Noel José Dias da Costa, Docente do Centro Universitário Adventista de São Paulo – Unasp

Supervisor / Coordenador do trabalho: Adriana Marcondes Machado

Resumo: Objetivou-se apresentar um relato de experiência de intervenção para o déficit de atenção e comportamento agressivo em ambiente escolar. O participante foi um estudante de 8 anos de idade, sexo masculino, adotado por família de origem oriental. Ele apresentava acentuado déficit de atenção e comportamento agressivo em sala de aula. A intervenção se deu por meio de abordagem comportamental e técnicas motivacionais para o aluno e intervenção psicoeducacional para os pais e a equipe escolar. Buscou-se desenvolver as habilidades sociais do aluno, levando-o a responder de forma adequada às demandas externas e à reestruturação de sua interação global. Para os pais, realizou-se intervenção psicoeducacional com foco na criança, suas demandas e possibilidades, além das informações sobre as queixas. A professora foi orientada quanto às estratégias pedagógicas mais adequadas ao caso, havendo boa adesão às mesmas. Para ampliar a competência social, o seguimento de regras e a cooperação, usaram-se atividades de grupo, dentre outras. Utilizaram-se também atividades expressivas e análise de dilemas morais, por meio do contar histórias, com o fim de promover a reflexão e autopercepção do aluno. Durante toda a intervenção, houve também tratamento conjugado com uma psiquiatra infantil. Houve redução na frequência dos sintomas, com melhora significativa na atenção e nas interações do aluno, mas ainda com persistência do comportamento agressivo, embora com sintomas reduzidos. Há necessidade de mais pesquisas para verificação

da eficácia desse modelo de intervenção e para a manutenção dos ganhos terapêuticos a longo termo.

Palavras-chave: Intervenção Psicoeducacional, Déficit de Atenção, Comportamento Agressivo

Uma análise de proposições legislativas sobre a atuação do psicólogo diante dos chamados transtornos de aprendizagem

Autor: Mariana Guimarães Pasqualini

Outros autores: Marilene Proença Rebelo de Souza e Cárta Portilho de Lima

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: O trabalho visa analisar projetos de lei que dispõem sobre a atuação do psicólogo frente à dislexia e o TDAH. Foi realizada uma busca nos sites do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de SP e Câmara Municipal de São Paulo. Encontramos propostas em todas as casas, o que mostra o grande alcance que as explicações para o fracasso escolar baseadas em disfunções individuais têm tido na elaboração de propostas para a Educação. Constatamos: a) inexistência de referências a aspectos estruturais e funcionais do sistema de ensino para justificar as ações propostas; b) atuação do psicólogo na avaliação e realização de pareceres; c) integração em equipes multiprofissionais; d) avaliação das crianças tão logo ingressem nas escolas; e) proposição de adaptação da escola às necessidades dos estudantes e/ou criação de salas especiais; f) atuação do psicólogo restrita ao treinamento de professores para identificação de distúrbios. Portanto, de maneira geral, o psicólogo é convocado a atuar nas escolas atendendo individualmente, em uma perspectiva clínica, os educandos com supostas dificuldades de escolarização.

Palavras-chave: Psicólogo Escolar, Projetos de Lei, Medicalização

Uma crítica às manifestações da patologização na Educação – análise das revistas *Veja* e *Nova Escola*

Autor: Camila Berteli Macedo

Outros autores: Amanda Gongora Trubilhano, Bruna Maranholi Batista Silva, Dante Careli Ferrara, Helga Helena Batista Martins, Juliana Tanny Sales de Oliveira, Mariana Zanzini, Mayara da Silva Lazarini, Milena Monteiro Catarino Zuchetto e Roseli Fernandes Lins Caldas

Supervisor / Coordenador do trabalho: Ana Cecília Silveira Lins Supucira

Resumo: Atualmente, muitas crianças estão sendo diagnosticadas de modo incorreto como portadoras de TDAH, dislexia, transtorno bipolar e outras patologias, desconsiderando-se que as dificuldades de aprendizagem são de fontes diversas, e não necessariamente têm origem biológica. O presente projeto tem como base o estudo da medicalização, rotulações direcionadas às crianças dentro e fora da escola, levando em conta a mídia como complemento fundamental para propagação de ideologias. Para a elaboração desta pesquisa qualitativa, de cunho documental, foram realizadas buscas de reportagens nas revistas *Veja* e *Nova Escola*, durante o período de 2007 e 2008. Após a análise das matérias, foram encontradas 16 reportagens que criticaram a medicalização, porém outras oito matérias valorizaram, além de terem sido encontradas quatro matérias que possuem conteúdo ambíguo. Os dados encontrados foram divididos em seis eixos principais: valor do discurso científico; inclusão; culpabilização de alunos, professores e familiares; crítica à medicalização; valorização da patologização e associação de doenças decorrentes desta, e as multideterminações que envolvem a Educação. Espera-se que essa pesquisa provoque reflexão sobre a questão da patologização e os problemas escolares encontrados nas revistas *Veja* e *Nova Escola*, além de informar e conscientizar profissionais da Saúde, Educação e a comunidade em geral.

Palavras-chave: Patologização na Educação

Uma discussão ético-política acerca do fenômeno da timidez na escola: alunos tímidos ou intimidados?

Autor: Tatiane da Silva Pires Felix

Outros autores: Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho, Geipee/Lar

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marie Claire Sekkel

Resumo: A timidez pode ser confundida com fobia social, uma dificuldade de se relacionar considerada como uma patologia e que muitas vezes se utiliza de medicação para tratá-la. Esta pesquisa, no entanto, vem a defender a timidez como um problema de ordem ético-política, no qual o aluno tímido é considerado, na realidade, um aluno intimidado. Esta pesquisa é fundamentada nos pressupostos da teoria histórico-cultural que compreende o indivíduo como síntese de multideterminações históricas e sociais. O objetivo dessa pesquisa é pensar novas possibilidades para o enfrentamento e superação das situações intimidadoras presentes na escola, visando a emancipação do sujeito tímido. Foram realizadas observações e registros sistemáticos à sala de aula e a intervenções semanais com um 2º ano, utilizando de jogos e brincadeiras cooperativas e lúdicas. Foi possível notar que a timidez não se manifesta de forma constante e patológica no indivíduo, mas que é construída socialmente, uma vez que os alunos se intimidavam diante de diferenciadas situações que podem ser consideradas opressoras e intimidadoras, mesmo que indiretamente. Portanto, pode-se concluir que o fenômeno da timidez apresenta-se no contexto escolar como fenômeno de características ético-políticas.

Palavras-chave: Timidez, Intimidação, Educação Física

Uma experiência com o uso de jogos como recurso terapêutico

Autor: Noel José Dias da Costa

Outros autores: Erenita Maria Silva da Costa e Eduardo da Silva

Supervisor / Coordenador do trabalho: Marilda Gonçalves Dias Facci

Resumo: A utilização de jogos em sala de aula pode ser uma estratégia terapêutica e possibilita desenvolver meios que facilitem a compreensão e resolução dos mais

variados problemas matemáticos. A aplicação dos mesmos possibilita uma interação e cooperação natural, principalmente pelo seu caráter lúdico. O objetivo deste é apresentar uma experiência da aplicação de jogos em aulas de matemática como recurso terapêutico. Foram participantes do mesmo alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª série. Foram utilizados os seguintes jogos: dominó geométrico; polígonos (figuras geométricas); trilha das operações – operações matemáticas; jogo da memória matemática – operações matemáticas; labirinto dos números – operações matemáticas; tapete mágico da matemática (twister) – operações matemáticas. A experiência se deu num período de 20 horas de atividades dispostas da seguinte forma: quatro sábados com cinco horas de atividades (período da manhã). As atividades com jogos foram atrativas para os alunos. Foi possível aplicar conceitos matemáticos, o que os motivou mais ainda nesse conhecimento. Além dos jogos mencionados, os alunos se mostravam interessados em jogos mais comuns, como dama e dominó. O grupo percebeu a necessidade de trabalhar tabuada, uma das dificuldades da maior parte dos participantes das mais variadas séries. As atividades e conteúdos planejados foram concluídos e transmitidos com êxito, proporcionando ao grupo uma oportunidade ímpar de vivência de um educador e pretensos professores de matemática.

Palavras-chave: Jogos, Estratégia Terapêutica, Raciocínio Lógico-Matemático

Uma reflexão sobre a atuação do psicólogo escolar no século XXI: o combate ao clinicalismo

Autor: Priscila Amaral de Oliveira

Outros autores: Fabiola Colombani

Supervisor / Coordenador do trabalho: Silvana Tuleski

Resumo: Este trabalho é fruto de uma experiência de estágio em que houve um primeiro contato com a Psicologia Escolar. Sabe-se que a Psicologia teve uma entrada mais significativa na sociedade com a higiene mental e depois com o movimento da Escola Nova, desta forma, a atuação do psicólogo reduzia-se a uma postura adaptacionista, clinicalista e naturalizante. Porém, décadas mais tarde, é possível observar que o psicólogo escolar ainda atua com uma visão clínica, pois trata o aluno de forma individualizada e patologizante, o que possibilita a construção do estigma de “aluno problema”, levando muitos deles à medicalização. O estágio teve a duração de um semestre e as estratégias metodológicas empregadas para a coleta de dados incluíram a observação participante, entrevistas e diário de campo. Organizados em formato de relatório, os resultados indicaram que o psicólogo inserido na instituição escola ainda não sabe realmente qual é o seu papel e, mesmo com os avanços que já foram alcançados, é necessário repensar mais profundamente sobre a atuação desse profissional, para que a prática clinicalista dê lugar a uma atuação crítica e comprometida com a educação.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Educação, Clinicalismo, Pensamento Crítico



Conselho Regional
de Psicologia SP

ORGANIZAÇÃO:



APOIO:



Medicalização

.::Manifesto contra o PL da Dislexia

[Clique aqui e assine o manifesto](#) | [Veja as assinaturas](#)

Está em andamento na Câmara Municipal de São Paulo um Projeto de Lei (PL) que propõe serviços especializados em dislexia voltados a alunos da rede municipal de ensino.

Tende a atribuir a um suposto distúrbio neurológico genético dos alunos a explicação para suas dificuldades em aprender a ler e a escrever produzidas, essencialmente, por problemas no ensino, estigmatizando-os.

Duplica ações de competência da Saúde, do SUS, dentro de uma concepção retrógrada de assistência à Saúde e de relações entre Saúde e Educação.

É um dos diversos Projetos de Lei que estão em trâmites no Brasil centrados na dislexia, sem questioná-la. É parte do processo de patologização de questões sociais e de dificuldades escolares em especial.

É preciso que a sociedade seja informada sobre o quanto o conceito de dislexia é polêmico, que defenda suas crianças e adolescentes, a Educação e as conquistas do SUS.

O texto do referido PL está no site da Câmara Municipal de São Paulo (www.camara.sp.gov.br).

Manifesto:

Vimos manifestar nosso repúdio ao Projeto de Lei 0086/2006, da autoria do Vereador Juscelino Gadelha, que "dispõe sobre o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia", em trâmites na Câmara Municipal de São Paulo.

Entendemos que sua transformação em lei representará um retrocesso significativo no enfrentamento das dificuldades de escolarização de nossas crianças e adolescentes, pois reduz os problemas educacionais a uma suposta patologia do indivíduo, desconsiderando todo um contexto social e as conseqüências de gravíssimos problemas de estrutura e funcionamento de nosso sistema de ensino.

Ao invés das dificuldades do alunado serem compreendidas e fornecerem elementos para a melhoria do ensino, a classificação das mesmas como doenças dos alunos tende a estigmatizá-los e não contribui para o aperfeiçoamento das condições da Educação, conforme apontam diversas pesquisas na área.

O conceito de dislexia é bastante controvertido e tem sido veementemente contestado nos meios científicos e técnicos, não apenas no Brasil. Os procedimentos diagnósticos para a identificação desse suposto distúrbio têm, predominantemente, carecido de adequada investigação das condições do processo pedagógico ao longo do qual as dificuldades de domínio do léxico, principalmente da leitura e da escrita, produziram-se. Causa e efeito são freqüentemente confundidos, culpando-se as vítimas, com graves conseqüências para a vida das mesmas.

Assim, posicionamo-nos contrariamente ao referido Projeto de Lei. Entendemos que a direção correta de investimentos dos recursos de várias ordens que o mesmo prevê é a melhoria das condições de ensino.

Quanto às campanhas e cursos que o Projeto propõe, deveriam ter como objetivo o esclarecimento do público em geral e dos educadores com relação à tendência a atribuir a doenças, de caráter individual, as dificuldades dos alunos produzidas coletivamente, por problemas da rede de ensino. Deveriam informar e discutir as controvérsias referentes à existência e ao diagnóstico de supostos distúrbios de aprendizagem como a dislexia e o déficit de atenção com ou sem hiperatividade.

Grupo Interinstitucional "Queixa Escolar"

Sindicato dos Psicólogos de São Paulo - SINPSI
Conselho Regional de Psicologia da 6ª. região SP – CRP-06
Fórum de Saúde Mental do Butantã
Centro Acadêmico Iara Iavelberg – Instituto de Psicologia da USP
Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar - LIEPPE
Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP
Fórum em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Butantã – FoCA-BT
Espaço D.I.A. -Desenvolvimento, Integração e Ação
Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional –ABRAPEE
Fórum Municipal de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes
Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da 5ª. região RJ – CRP-05
Conselho Regional de Psicologia da 7ª. região RS – CRP-07
Conselho Regional de Psicologia da 10ª. região AP - CRP-10
Conselho Regional de Psicologia da 12ª. região SC – CRP-12
Conselho Regional de Psicologia da 14ª. região MS/MT – CRP-14
Trapézio -Grupo de apoio à escolarização
Setor de Pediatria Social do Depto. de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP
Conselho Gestor da Supervisão Técnica de Saúde do Butantã
Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP
Instituto Sedes Sapientiae
Micro Rede São Remo
Instituto Pólis
Fórum Permanente de Educação Inclusiva

Assine o manifesto

Nome:

E-mail:

(opcional)

Instituição / Entidade:

(opcional)

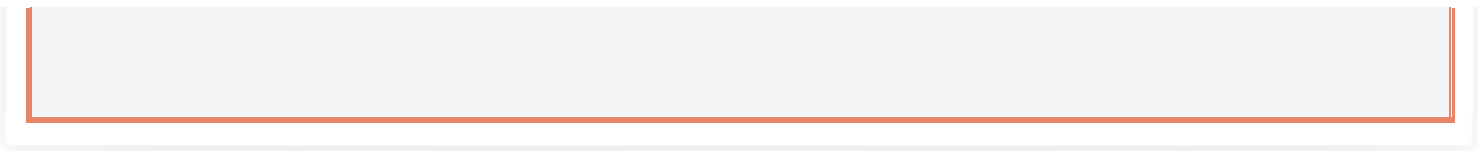
RG ou CNPJ:

Cidade:

Estado:

Pais:

Comentário:





8

Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



Conselho Regional
de Psicologia SP





Caderno Temático vol. 8 – Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti

Secretária | Andréia De Conto Garbin

Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito e Vera Lúcia Fasanello Pompílio.

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Silvia Rotondano Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Silvia Maria do Nascimento e Sueli Ferreira Schiavo.

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Organização e Revisão dos textos

Adolfo Barros Benevenuto, Carla Biancha Angelucci, Ligia Bovolenta e Waltair Martão

Projeto gráfico e Editoração

FonteDesign | www.fontedesign.com.br



Ficha catalográfica

C744p

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (org).

Dislexia: subsídios para políticas públicas / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2010.

46f.; 21cm, il.; fig.; (Caderno Temático 8).

Bibliografia

ISBN: 978-85-60405-12-1

1.Dislexia 2.Subsídios para Políticas Públicas 3. Psicologia I.Título.

CDD 616.8555

Elaborada por: Vera Lúcia Ribeiro dos Santos – Bibliotecária -
CRB 8ª Região 6198





Cadernos Temáticos do CRP SP

A XII Plenária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo incluiu, entre as suas ações permanentes de gestão, a continuidade da publicação da série CADERNOSTEMÁTICOS do CRP SP, visando registrar e divulgar os debates realizados no Conselho em diversos campos de atuação da Psicologia.

Essa iniciativa atende a diversos objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orienta as ações do CRP SP – o de produzir referências para o exercício profissional dos psicólogos; o segundo é o de identificar áreas que merecem atenção prioritária, em função da relevância social das questões que elas apontam e/ou da necessidade de consolidar práticas inovadoras e/ou reconhecer práticas tradicionais da Psicologia; o terceiro é o de, efetivamente, dar voz à categoria, para que apresente suas posições e questões, e reflita sobre elas, na direção da construção coletiva de um projeto para a Psicologia que garanta o reconhecimento social de sua importância como ciência e profissão.

Os três objetivos articulam-se e os Cadernos Temáticos apresentam os resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP SP que permitem contar com a experiência de pesquisadores e especialistas da Psicologia e de áreas afins para debater questões sobre as atuações da Psicologia, as existentes e as possíveis ou necessárias, relativamente a áreas ou temáticas diversas, apontando algumas diretrizes, respostas e desafios que impõem a necessidade de investigações e ações, trocas e reflexões contínuas.

A publicação dos Cadernos Temáticos é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida aos psicólogos e aos parceiros diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para que provoque, em diferentes lugares e de diversas maneiras, uma discussão profícua sobre a prática profissional dos psicólogos.

Este é o oitavo Caderno da série. O seu tema é a DISLEXIA: Subsídios para Políticas Públicas. O primeiro Caderno tratou da Psicologia em relação ao preconceito racial, o segundo refletiu sobre o profissional frente a situações tortura. O terceiro Caderno, “A Psicologia promovendo o ECA”, discutiu o sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. O quarto número teve como tema a inserção da Psicologia na Saúde Suplementar. O quinto número referiu-se à “Cidadania Ativa na Prática: Contribuições da Psicologia e da Animação Sociocultural”. O sexto Caderno abordou “Psicologia e educação: contribuições para a atuação profissional”. O Sétimo Caderno abordou os Núcleos de Apoio a Saúde da Família – NASF. A este, seguir-se-ão outros debates que trarão, para o espaço coletivo de reflexão, temas relevantes para a Psicologia e a sociedade apresentados de forma crítica.

Nossa proposta é a de que este material seja divulgado e discutido amplamente e que as questões decorrentes desse processo sejam colocadas em debate permanente, para o qual convidamos os psicólogos.

Diretoria do CRP SP
Gestão 2007-2010







Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | |
| Comissão Organizadora do Seminário “Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas” | 7 |
| Eliseu Gabriel | 8 |
| Juscelino Gadelha | 9 |
| Marilene Proença Rebello de Souza | 10 |
| Fábio de Souza | 10 |
| Dislexia existe? – Questionamentos a partir de estudos científico | |
| Maria Aparecida Affonso Moysés | 11 |
| Medicalização e escolarização: por que as crianças não aprendem a ler e escrever? | |
| Adriana Marcondes Machado | 24 |
| O enfrentamento de dificuldades ou distúrbios de leitura e escrita no Município de São Paulo | |
| Ações desenvolvidas pela SMS | |
| Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida | 30 |
| Programa Aprendendo com Saúde | |
| Sandra Maria Monetti | 33 |
| O que pensam as entidades da Psicologia sobre o tema: CRP e SinPsi | |
| Abertura | |
| Beatriz de Paula Souza | 35 |
| Posicionamento do CRP SP | |
| Marilene Proença Rebello de Souza | 36 |
| Posicionamento do SinPsi | |
| Fábio de Souza | 41 |
| Posição do Conselho Regional de Psicologia frente ao Projeto de Lei nº 86/2006 de 21/02/2006 | |
| Argumentos do CRP SP Contrários ao Projeto de Lei nº 86/2006 | 45 |







Apresentação

A Dislexia tem sido introduzida no meio educacional como justificativa da dificuldade que certas crianças apresentam no processo de aprendizagem de leitura e escrita. Em decorrência disso, tem fomentado uma série de práticas, nos campos da Saúde e da Educação, de acompanhamento e de atendimento à infância e à adolescência.

Assim, tornou-se comum a escola orientar pais e responsáveis por alunos que apresentam dificuldades em seu processo de escolarização a procurar meios para diagnóstico e tratamento de supostos distúrbios de aprendizagem, entre eles, a dislexia.

Os legisladores, sensíveis às demandas sociais, passaram, então, a propor leis pra garantir a identificação precoce da Dislexia na rede pública e o encaminhamento das crianças ao sistema de Saúde. Pouco se conhece, entretanto, sobre os questionamentos a essas formas de conceber e intervir sobre as dificuldades de escolarização, que nos últimos vinte anos foram formulados em diversas áreas de conhecimento, tais como Medicina, Psiquiatria, Psicologia, Educação e Lingüística.

Os que buscam a construção de políticas públicas que de fato respondam às finalidades de uma escola democrática e de qualidade não podem ignorar esses questionamentos.

Com o objetivo de levar ao conhecimento do legislativo municipal e estadual paulista a polêmica que envolve o diagnóstico e o tratamento dos denominados transtornos ou distúrbios de aprendizagem, foi realizado, no dia 21 de setembro de 2009, na Câmara Municipal de São Paulo, o **Seminário Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas**. O debate foi estendido também aos profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social e à população em geral.

O encontro foi uma iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, com apoio das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.

Comissão Organizadora do Seminário “Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas”





Este é um tema bastante complexo e contraditório. Na verdade, existe um problema grave no Brasil e, particularmente, em São Paulo, que é a dificuldade de as crianças aprenderem.

Então, procura-se qual a razão disso: por que as crianças não aprendem? Uma das respostas aponta para a Dislexia, que é algo que já vem há muitos anos sendo discutido.

Por que o parlamento está promovendo esse evento? Porque a Dislexia passou a ser tema de vários projetos de lei apresentados aqui no legislativo. E estamos fazendo isso junto com o Sindicato dos Psicólogos, com o Conselho Regional de Psicologia e com o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar e o apoio de outras entidades e as Secretarias de Educação e Saúde.

Na Câmara Municipal de São Paulo estão tramitando, pelo menos, quatro projetos de lei sobre essa temática. Esses projetos de lei falam sobre a necessidade de se realizar testes de dislexia em todas as crianças do ensino público municipal. Há os prós e contras, existem pessoas que são a favor e pessoas que são contra.

Este debate surgiu justamente para responder algumas perguntas. Vale a pena submeter as crianças, na própria escola, a testes para “descobrir” se elas não aprendem porque são disléxicas? O que é dislexia de fato? Será que, como alardeiam, realmente 20% sofrem desse distúrbio que impede a aprendizagem da leitura e, em suas supostas variações, dificulta a aprendizagem de matérias como matemática? Não seria uma forma de fugir do problema da péssima qualidade de nosso ensino e empurrar a culpa para o aluno? Se apontada como portadora desse suposto distúrbio a criança não ficaria estigmatizada pelo resto da vida?

Como presidente da Comissão de Educação aqui da Câmara Municipal de São Paulo é minha obrigação tratar desse assunto com toda atenção e cuidado. Vamos então ao debate desse assunto. Está presente ao meu lado o vereador Juscelino Gadelha, autor de um dos citados projetos, que, certamente, ajudará muito nas nossas reflexões sobre esse assunto.

Eliseu Gabriel

Vereador no Município de São Paulo e presidente da Comissão de Educação, Esportes e Cultura





Eu sou dislético, isso é importante colocar. Tenho uma irmã que também é dislética. Tenho um assessor meu que também o é.

Em 2007, junto com a Associação Brasileira de Dislexia, ABD, nós propusemos, aqui nesta casa, um projeto de lei sobre a Dislexia, que debatemos intensamente com a sociedade, cujo fechamento foi coroado através da realização de um Seminário, realizado nesta casa no final do ano de 2008.

Quando nós aprovamos, em primeira instância, este projeto, fomos procurados pelo vereador Eliseu Gabriel e pelas entidades de Psicologia que queriam debatê-lo, colocando sua posição contrária ao mesmo. O Conselho Regional de Psicologia e as entidades de Psicologia são contra a existência da Dislexia. Essa foi a nossa grande surpresa.

Em reunião, no meu gabinete com estas entidades, eu fiz o seguinte acordo: que nós não aprovaríamos a nossa lei em segunda instância sem antes fazermos um novo seminário que propiciasse um debate claro, aberto e democrático, para discutirmos melhor e mais aprofundadamente a questão da Dislexia.

No decorrer da preparação deste Seminário, cumprindo o acordo estabelecido, o que aconteceu? As entidades de Psicologia não reconhecem a existência da dislexia, ficando muito difícil discutir uma proposta, uma vez que estas entidades discordam de seu principal fundamento, ou seja, a existência da Dislexia, a qual é sabidamente reconhecida em instâncias estaduais, nacionais e internacionais.

Nós, a ABD e outras entidades, que viriam a somar no debate, dele nos retiramos, por isso, o que antes seria um debate acabou virando um seminário. Nesse sentido, eu fico um pouco triste. Primeiramente pelo seguinte: O nosso projeto de lei é muito simples. O que nós queremos fazer? Nós queremos que todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino, respondam a um questionário, cujas respostas serão avaliadas por profissionais da área, cujo objetivo será o de identificar se aquela criança, aquele menino ou aquela menina, têm algum problema de aprendizado. Depois de avaliadas estas respostas, caberia à Secretaria Municipal de Educação, a busca de uma solução para melhor trabalhar os problemas detectados, de forma conjunta ou separadamente.

Nosso projeto é muito simples, não tem nada de extraordinário, mas fica muito difícil, onde há entidades importantes como a dos psicólogos, que são contrárias ao reconhecimento e à existência da Dislexia.

No meu entendimento, a Dislexia não é uma doença, é um distúrbio.

Em todos os países do mundo existem vários trabalhos científicos, inúmeros especialistas falando sobre o assunto, além de vários livros publicados, mesmo aqui no Brasil. Fica aí uma situação constrangedora, porque que o Sindicato dos Psicólogos coloca como se a Dislexia não existisse.

Vamos colocar um pouco a mão na consciência. Ela tanto existe que nós estamos aqui debatendo essa questão. Esta é a realidade, estamos aqui debatendo esta questão porque ela existe.

E ela não só existe como é um problema muito sério. Aí, vou contar um pouco de quando eu era jovem e estava na escola: Eu sou dislético e minha irmã mais nova era dislética. Minha irmã tinha mais dificuldade do que eu e foi para aquelas classes especiais. Na escola, eu, particularmente, tinha vergonha de ficar perto da minha irmã porque ela era diferente das outras crianças. Havia aquelas salas especiais, em que se colocavam crianças que apresentavam vários tipos de problemas mentais. Dislexia era uma situação muito constrangedora. Eu, para terminar meus estudos, fui fazer supletivo porque não consegui me formar na escola pública. Só estou colocando isso porque é algo tão sério, de tanta responsabilidade, que não dá para simplesmente colocar assim: “Nos somos contra porque isso não existe”.

Eu peço, de todo o coração, para que o Conselho Regional de Psicologia e demais entidades do setor, venham debater conosco a questão do nosso projeto de lei, porque nessa casa a relação política é diferente das relações institucionais. Eu só não aprovei este meu projeto em segunda instância porque eu fiz um acordo com vocês e cumpri a minha parte. Vai ter oposição? Vai ter oposição. Posso perder? Posso perder, mas também posso ganhar. Posso ter uma relação com o Executivo que vai sancionar ou não a minha lei. Também posso abrir um debate com a Secretaria Municipal de Educação e, se for o caso, com a Secretaria Municipal de Saúde, embora reconheçamos que Dislexia não é doença. A Secretaria de Saúde, portanto, no nosso entendimento, seria para outro tipo de discussão.

Eu só estou colocando isso, estou desabafando um pouco, pois, fiquei um tanto triste porque poderíamos estar aqui com o dobro de pessoas discutindo a questão da Dislexia, todos nós, juntos para solucionar o que a gente quer garantir através da aprovação do nosso projeto de lei.

Juscelino Gadelha

Vereador no Município de São Paulo e autor do PL 86/20006.





É com muita satisfação que o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo encontra-se na tarde de hoje na Câmara Municipal de São Paulo, nossa casa como cidadãos do município de São Paulo, a partir da colaboração do gabinete do vereador Eliseu Gabriel, no Seminário “Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas”, cuja origem se encontra na discussão de projeto de lei do vereador Juscelino Gadelha, com quem nós também iniciamos nossos debates e nossas discussões em 2007.

Poder hoje, nessa tarde, discutir essa questão da Dislexia e expor claramente qual é a posição ético-política do Conselho Regional de Psicologia, do Sindicato dos Psicólogos e de outros grupos que estão conosco participando desse debate, consideramos como um ganho social muito importante.

Este debate nasce da discussão de um projeto de lei. Desde fevereiro deste ano, nós nos reunimos várias vezes no gabinete do vereador Eliseu Gabriel, durante grande parte desse período, com a Associação Brasileira de Dislexia, que

depois solicitou sua retirada da participação desse debate. De qualquer forma, este debate está sendo realizado hoje e nós temos aqui a presença de pessoas que estão de alguma forma ligadas ao tema e interessadas no tema.

Talvez este debate não se encerre aqui, ele seja o início de muitos outros debates que nós ainda teremos que fazer em prol da qualidade de ensino e da melhoria da qualidade de ensino no município de São Paulo e no Estado de São Paulo.

Este é realmente um grande momento e nós queremos agradecer essa oportunidade de darmos início desta forma a este debate. Esperamos que ele traga bastante luz a esta questão e que possibilite a ampliação também desta discussão em outros âmbitos, em outros momentos da nossa formação como educadores, como pessoas interessadas pela Educação.

Marilene Proença Rebello de Souza

Conselheira Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Docente do Instituto de Psicologia da USP.

Gostaria que pudéssemos nos desarmar e pensar sobre políticas públicas. Pensar em que lugar alguns aspectos que nós tratamos, independentemente do seu mérito, ocupam na política pública e como podemos olhar para a política pública de Saúde e Educação. Pensar em como acolher a população nessas políticas públicas, nos serviços públicos, com os seus trabalhadores e a valorização destes.

Quero deixar explícito aqui que, em nenhum momento, somos ou seremos contra qualquer característica de alguma pessoa. Eu também sou pai e eu odeio quando tratam meu filho de alguma forma que lhe retire o direito de ser alguém, de ser ele mesmo.

Eu gostaria que pensássemos na interdisciplinaridade, na equipe multiprofissional e nos recursos públicos que serão utilizados.

Nesse sentido, o Sindicato está à disposição para o debate do conjunto dos trabalhadores, do conjunto dos movimentos sociais, e levaremos este debate para outros espaços, seja para o Conselho de Saúde, onde sou conselheiro, seja para os espaços das Conferências de Educação.

É preciso que pensemos para além do dia de hoje, em como iremos defender a Educação Pública com qualidade, os serviços públicos de Saúde, para que sejam universais, onde caibam todos, que sejam integrais, que deem conta das especificidades, que sejam equânimes, que atendam às maiores necessidades, da forma mais urgente e resolutiva.

Fábio de Souza

Vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e Pesquisador em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde





Dislexia existe?

Questionamentos a partir de estudos científicos¹

Maria Aparecida Affonso Moysés

Médica pediatra e Doutora em Medicina pela USP; Livre-Docente em Pediatria Social pela Unicamp; Professora Titular de Pediatria na Unicamp. Pesquisa as relações entre saúde, aprendizagem e desenvolvimento de crianças e adolescentes

Em primeiro lugar, preciso deixar claros alguns pontos, para que possamos focar a discussão em nosso tema.

Existem algumas doenças comprovadas, que podem comprometer muitos aspectos da vida da pessoa, com consequências claras, perceptíveis, facilmente detectadas e que podem dificultar também a aprendizagem. Não é isso que estamos discutindo aqui.

Também existem pessoas que aprendem com a maior facilidade e pessoas que aprendem com muita dificuldade e, entre esses extremos, um *continuum* de possibilidades infinitas. Também não estamos discutindo a existência dessa diversidade.

O que discutimos aqui é se essa diversidade e, mais especificamente, se o polo das pessoas que têm maior dificuldade para aprender são reflexo da diversidade dos seres humanos ou são consequência de uma doença neurológica chamada dislexia. É isso que estamos discutindo aqui, é para isso que fui convidada a discutir.

Para podermos discutir isso, fundamentalmente, precisamos ver o que existe de embasamento científico dentro do campo médico sobre essa entidade nosológica. Em outras palavras, quais as evidências científicas de que exista essa doença neurológica chamada dislexia?

Para começar, é importante vermos qual é a definição oficial da dislexia. Oficial eu coloco aqui porque é a definição aceita pelos autores que defendem a existência da dislexia e pelas entidades que defendem a existência da dislexia. Essa definição, de 2003, aceita pela Associação Internacional de Dislexia (IDA) e pela Associação Brasileira de Dislexia (ABD), é a mais recente e é de autores - Lyon e Shaywitz - bastante conceituados entre os que defendem a dislexia. Claramente eles estabelecem que, para eles, a dislexia seria uma dificuldade ou um distúrbio de aprendizagem - o nome não muda o sentido - de origem neurológica. Portanto, é de uma doença neurológica que se trataria.

Em seguida, o que caracterizaria essa doença? Eu só quero chamar a atenção que o que está posto aí como características dessa doença neurológica são elementos detectáveis por meio da leitura e da escrita, exclusivamente, e são elementos que vão aparecer em toda pessoa que tiver dificuldade com leitura e escrita.

Toda pessoa mal alfabetizada vai ter isso, dificuldade de fluência, dificuldade de decodificação, tudo isso só adquirimos quando não aprendemos a ler bem, quem não sabe ler bem ou tem qualquer dificuldade para ler, vai se enquadrar nessas características.

Portanto, dizer que uma doença neurológica é caracterizada por essas questões é extremamente complicado dentro da racionalidade da ciência médica. Lembremos que estamos discutindo aqui as evidências científicas de que exista uma doença neurológica que comprometeria exclusivamente a linguagem escrita.

Dislexia: a definição oficial

"Dislexia é uma dificuldade de aprendizagem de origem neurológica. É caracterizada pela dificuldade com a fluência correta na leitura e por dificuldade na habilidade de decodificação e soletração. Essas dificuldades resultam tipicamente do déficit no componente fonológico da linguagem que é inesperado em relação a outras habilidades cognitivas consideradas na faixa etária."

Lyon, G.R., Shaywitz, S.E., & Shaywitz, B.A. (2003). Defining dyslexia, comorbidity, teachers' knowledge of language and reading. *Annals of Dyslexia*, 53, 3-14. 2003

www.interdys.org e www.dislexia.org.br
acesso em 15/09/2009

¹ Esta apresentação foi construída em conjunto com a Prof^a Dr^a Cecília Azevedo Lima Collares, Professora Livre-Docente da Faculdade de Educação da Unicamp (aposentada).

Como se diagnostica Dislexia



Ainda segundo as entidades que defendem a existência dessa doença, como é diagnosticada a dislexia? A ABD destaca, em sua página, um texto que afirma que o diagnóstico é feito dos seguintes modos: primeiro, por um processo de exclusão. Isto me preocupa muito: uma doença neurológica que só comprometeria leitura e escrita diagnosticada por processo de exclusão... Quero ressaltar que usar critérios de exclusão é bastante comum no raciocínio clínico; entretanto, fazer um diagnóstico por exclusão é algo muito diferente. No primeiro caso, vou excluindo hipóteses de modo a poder ir investigando um grupo cada vez mais restrito de possibilidades; no segundo caso, diagnosticar por exclusão significa que, por ter excluído todas as demais possibilidades, fico com a que restou, mesmo que ela não tenha sido comprovada e nem mesmo investigada. Isto é algo absolutamente estranho à racionalidade científica em medicina. Retornando aos modos de diagnósticos apresentados, o segundo seria indiretamente à base de elementos neurológicos. Isto me preocupa muito mais: uma doença neurológica diagnosticada indiretamente; não é assim que funciona a ciência em neurologia. E, por fim, o terceiro modo: diretamente, à base de frequência e persistência de erros na escrita e na leitura. Bem, voltamos ao ponto inicial: qualquer pessoa que tenha dificuldade de leitura e escrita vai ter persistência de erros até que aprenda a ler e escrever bem.

A mesma autora afirma, Elena Border, na continuação do texto: "Em todos os diagnósticos, o fato de a criança não ter sido alfabetizada por processo comum..." O que está posto aí? É a negação da diversidade do ser humano. Todos temos que aprender pelos métodos padronizados, métodos pedagógicos aceitos como padrões, como comuns. Todos temos que aprender assim. Nega-se a possibilidade de que alguns de nós aprendemos mais pela visão, outros mais pela audição, outros por meio de outros recursos mnemônicos. Cada um tem as suas estratégias de aprendizagem e de lidar com o já aprendido. Cada um de nós aprende por meio de processos mentais diversos, não somos todos absolutamente iguais, padronizados, robotizados. Quando digo que não ser alfabe-

tizado pelos processos comuns é sinal de problema, estou negando a diversidade, estou padronizando, homogeneizando, quase que liquidificando a humanidade, todos temos que ser iguais. Não iguais no sentido de termos os mesmos direitos, ao contrário, pois a negação das diferenças elimina a equidade e os próprios direitos, conquistas da sociedade exatamente porque existem diferenças e desigualdades.

Continuemos acompanhando a lógica da autora citada em destaque na página da ABD: "... ou um histórico familiar com distúrbio de aprendizagem". Ora, eu só queria lembrar que, quando lidamos com questões ligadas ao comportamento e à aprendizagem, que são as áreas mais complexas e de maior dificuldade de avaliação no ser humano, exatamente por serem as mais sofisticadas, o componente familiar é extremamente importante. Porque é na nossa imersão na família, nos valores culturais, em como essa família lida com tudo, que nos constituímos sujeitos. Como bem disse Paulo Freire, somos "sujeitos datados e situados", nos constituímos em nosso tempo e espaços, social, cultural, histórico e até no geográfico. Então, sempre tem um componente familiar nesses elementos.

O que se diz é que de 10% a 20% da população mundial tem uma doença neurológica que comprometeria apenas leitura e escrita. Só quero lembrar que na área da Saúde não lidamos com porcentagens para falar de doenças de ordem biológica. Nós falamos em porcentagem para falar de desnutrição, anemia, verminose, que são doenças socialmente determinadas. Quando nos referimos a problemas constitucionais, biológicos, falamos em taxas como 1 por 10.000, um por cem mil, um por milhão. 10 ou 20% da população geral, tendo uma doença neurológica, inata, que comprometeria exclusivamente a aprendizagem, seria alarmante. Essas ta-

Pois bem, o desafio é o seguinte:
como se identifica a criança
que não consegue ler e escrever
bem, por doença neurológica, no
meio de outras cem que também
não conseguem ler e escrever
bem? Em outras palavras, como
se faz o diagnóstico de uma
doença neurológica cuja única
manifestação é a dificuldade para
lidar com a leitura e a escrita?

xas, se reais, seriam a comprovação de involução da espécie humana ou a erradicação da normalidade!

Isso foge de toda a racionalidade médica, foge de tudo que se conhece como ciência, ainda mais se agregarmos a definição e como se diagnostica.

Aqui se coloca, então, o grande desafio, que tem sido feito desde que surgiu essa hipótese depois transformada em doença comprovada e inquestionável. Um desafio que permanece sem qualquer tentativa de resposta!

Admitamos que exista a dislexia, doença neurológica que comprometeria exclusivamente a leitura e a escrita. Admitamos, ainda, que nesta sala exista uma pessoa disléxica, assim como nessa transparência tem uma criança disléxica. Todas as outras e todos os outros desta sala – assim como todas as demais crianças na transparência – leem mal, pelos mais variados motivos: porque não foram à escola, entraram tarde na escola, não gostavam da professora, a escola tinha 50 alunos na sala de aula, não tinha lousa... Enfim, todos os motivos que podemos relacionar de ordem social, pedagógica, política, familiar. E tem um, apenas um, que é por ser disléxico.

Pois bem, o desafio é o seguinte: como se identifica a criança que não consegue ler e escrever bem, por doença neurológica, no meio de outras cem que também não conseguem ler e escrever bem? Em outras palavras, como se faz o diagnóstico de uma doença neurológica cuja única manifestação é a dificuldade para lidar com a leitura e a escrita?

Bem, parece meio óbvio que o diagnóstico não pode ser feito usando instrumentos de leitura e escrita. Se estou falando de problema no processo de alfabetização, o instrumento será, obrigatoriamente, a linguagem escrita, tarefas de leitura e escrita. Em contraste, uma doença neurológica não pode – e não deve – ser diagnosticada usando apenas leitura e escrita. Pois é, acontece que o diagnóstico é feito exclusivamente com base em elementos de leitura e escrita.

Os testes são feitos usando a linguagem escrita; o diagnóstico é feito usando apenas linguagem escrita, o que coloca um vício no instrumento, um vício enorme no diagnóstico, a tal ponto que não se pode falar em diagnóstico, pois afronta toda a racionalidade científica. Esse vício permeia todas as pesquisas, tudo que se divulga como pesquisa, colocando um vício metodológico, que é de raiz, e que expõe toda a fragilidade científica desse campo, dessa hipótese, ao mesmo tempo em que desvela seu caráter estritamente ideológico.

Porque vejam, quando peço para uma pessoa que lê bem fazer determinada tarefa que envolve a linguagem escrita, ela usa determinados processos neurológicos, processos cognitivos.

Porém, ao pedir a mesma tarefa a uma pessoa mal alfabetizada, é outra coisa totalmente diferente, não comparável; ela usa outros processos cognitivos, outros processos mentais. Até mesmo o simples ato de copiar a letra ou palavra projetada envolve processos diferentes. Se projeto a palavra “faca”;

quem sabe ler, lê e pensa: “Bom, ‘faca’ em letra de forma eu sei escrever” e escreve “faca”. Porém, e quem não sabe ler? É exclusivamente memória da imagem, memória visual, é outro processo.

Então, eu não posso comparar pessoas que leem bem e pessoas que leem mal usando a leitura, e eu não posso fazer o diagnóstico de uma doença que compromete só a leitura, usando a leitura. É, no mínimo, meio estranho essa postura em ciência.

Existe um autor bastante conceituado e muito citado, até porque ele não critica diretamente a existência da dislexia. O nome dele é Velutino. Em pesquisa de 1979, considerou que a linguagem escrita introduzia um vício nos instrumentos usados para o diagnóstico, exatamente pelas considerações acima.

Ele realizou uma pesquisa em 1979, trabalhando com adultos americanos, divididos em dois grupos, um que tinha um diagnóstico anterior de “disléxicos” e outro que tinha o diagnóstico de “normais”. Concordando com as considerações feitas sobre o vício introduzido por instrumentos baseados em linguagem escrita, decidiu tirar a vantagem de quem sabia ler bem; para tanto, continuou usando os mesmos testes e instrumentos, apenas usou o alfabeto hebraico, que ninguém conhecia, no lugar do alfabeto ocidental, que apenas um grupo dominava.



Para nenhum espanto, encontrou que o desempenho foi exatamente o mesmo nos dois grupos e também, como era de se prever, foi muito inferior ao desempenho do grupo de judeus americanos que conheciam o alfabeto hebraico.

É disso que estamos falando. Eu não posso usar um instrumento feito para quem sabe ler, para avaliar quem não sabe ler e, dizer que quem não souber ler tem uma doença neurológica, um distúrbio. É esta a questão. Apenas isto.

Em síntese, a existência dessa doença chamada dislexia é muito questionada pela própria Medicina, desde o início; não é tranquilo nem inquestionável, e não é apenas no Brasil, é em todo o mundo; aliás, no Brasil é onde tem menor questionamento. A quantidade de publicações e de autores no mundo todo questionando é muito grande; trata-se de uma das questões mais controvertidas na medicina.

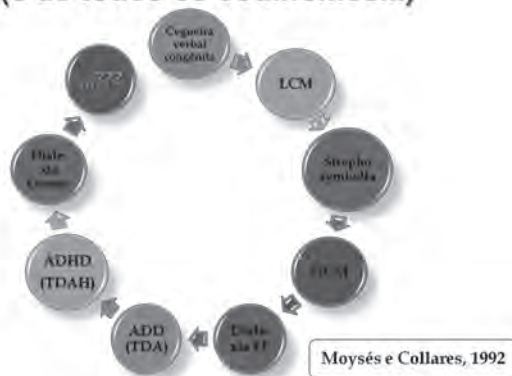
O diagnóstico da “Dislexia”



Então, para sintetizar: preconiza-se que exista uma doença neurológica que comprometeria só a linguagem escrita e o diagnóstico é feito usando só a linguagem escrita. Desculpem, mas isso não é um diagnóstico, no sentido médico, isso é um processo de rotulação, em que a criança desaparece no processo; a criança e o adolescente deixam de ser um sujeito, com toda a complexidade que o constitui, e se tornam apenas um doente. De uma doença jamais comprovada!

Bom, como é que surge tudo isso? E porque essa polêmica tão grande? O que é que existe de comprovação científica a esse respeito? É importante conhecermos a história dessa invenção de doenças jamais comprovadas.

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Essa história começa em 1896, quando um oftalmologista inglês chamado James Hinshelwood escreve um texto dizendo: “Eu acho que as crianças que não aprendem a ler e a escrever têm cegueira verbal congênita”. Mas ele jamais comprovou e nenhum outro autor comprovou a existência dessa doença. Em 1918, Strauss especulou: “Isto é lesão cerebral mínima”. Jamais foi provado que exista. Em 1925, Orton mudou o nome para strephosymbolia, afirmando que a leitura especular (em espelho) seria sinal patognomônico de doença neurológica, hipótese jamais comprovada. Aliás, todos os trabalhos sobre leitura especular mostram que todos nós fazemos leitura especular, especialmente quando estamos aprendendo.

Em 1962, reconhecendo que nada havia sido comprovado, mudaram o nome para disfunção cerebral mínima (DCM), que também jamais foi comprovada. Junto, surgiu a dislexia específica de evolução, que seria específica porque comprometeria só a aprendizagem da leitura e seria de evolução, porque desapareceria com a idade. Também não foi comprovada.

Em 1984, a Academia Americana de Psiquiatria, considerando que a DCM se baseava em conceitos inadequados pois o problema era decorrente de comprometimento da atenção e a ênfase em hiperatividade era inadequada e os critérios diagnósticos eram vagos e pouco científicos trocou para ADD (Attention Deficit Disorders), que no Brasil virou TDA (Transtornos de Deficit de Atenção). Poucos anos depois, a própria Academia Americana de Psiquiatria mudou para ADHD (Attention Deficit and Hiperactivity Disorders), em reconhecimento de que a hiperatividade era um componente importante; no Brasil, surgiu os TDA-H (Transtornos de Deficit de Atenção e Hiperatividade). Mais recentemente, a Dislexia Específica de Evolução virou Dislexia de Desenvolvimento. Tudo sempre sem qualquer comprovação... Aliás, pode-se supor que se houvesse um mínimo de evidência científica, os conceitos e os critérios teriam alguma racionalidade científica! O próximo passo dessa história já está em andamento, com um novo nome sendo gestado...

Mudam-se os nomes para que tudo permaneça igual!

Porém, não quero que vocês simplesmente acreditem em mim. Conhecimento científico não se constroi assim, mas com racionalidade, com evidências, argumentos consistentes e sólidos do ponto de vista teórico e metodológico. A ciência não se enquadra no campo das crenças, da fé. O meu objetivo, como médica e professora é que vocês exerçam a crítica, aprendam a usar o raciocínio crítico e confiem nas evidências, estando sempre disponíveis e abertos a novas evidências e novos conhecimentos, mesmo que desbanquem os antigos. Afinal, duas das características da ciência são a historicidade e a transitoriedade. Somente o terreno da religião se apoia em fé inabalável e na eternidade.

Pois bem, quando digo que nunca conseguiram comprovar a existência dessas doenças neurológicas – dislexia e TDA-H – não acreditem simplesmente. Mas também não acreditem quando outros dizem que essas entidades são inquestionáveis, que existem há mais de 100 anos etc etc.

Vamos a algumas evidências.

Em 2008, a ABD realizou em São Paulo o 8º Simpósio Internacional de Dislexia. O evento recebe grande destaque na página da entidade. Em um dos links, ressaltam a palestra magna que abriu o simpósio, proferido pela psiquiatra Ana Beatriz Barbosa e Silva. Em um exercício de “corta e cola”, encontramos que ao falar sobre os sintomas clínicos e neuroimagens do distúrbio por deficit de atenção e da dislexia, a palestrante afirmou: “mais do que ajudar no diagnóstico, a neuroimagem trouxe a certeza de que o TDA-H e a dislexia existem”

Eu não posso usar um instrumento feito para quem sabe ler, para avaliar quem não sabe ler e, dizer que quem não souber ler tem uma doença neurológica, um distúrbio.

8 Simpósio Internacional de Dislexia São Paulo, setembro 2008

A boa notícia, veio com a Dra. Ana Beatriz Barbosa e Silva, médica psiquiatra e escritora que apresentou a palestra magna do Simpósio – DDA e Dislexia: Sintomas Clínicos e Neuroimagens.

Segundo ela, “mais do que ajudar no diagnóstico, a neuroimagem trouxe a certeza que o TDAH (transtorno de déficit de atenção/hiperatividade) e a dislexia existem”.

(www.dislexia.org.br, acesso em 23/02/09)

Ora, o que disse a doutora? Simplesmente que, antes da neuroimagem não havia certeza! Então, ela concorda com o que estou falando, pelo menos até o advento da neuroimagem! E a ABD também concorda, pois caso contrário não a teria convidado para a conferência de abertura nem manteria sua fala em destaque na sua página.

Bem, quanto à parte de que a neuroimagem seria a comprovação da existência dessas doenças, veremos mais adiante se isso se sustenta cientificamente.

Hoje vivemos uma nova invasão, um recrudescimento dessas pretensas doenças, em patamares jamais imaginados. Apoiados na sofisticação tecnológica, essa nova onda vem revestida de justificadas recicladas.

Retornam afirmações, agora mais científicas, sobre a inequívoca comprovação da existência de alterações anatômicas no cérebro; de alterações funcionais nos sistema nervoso; de alterações genéticas em pessoas portadoras de TDA-H e dislexia. E, em interessante inversão da razão, essas alterações passam a ser apresentadas como a comprovação final da existência dessas pretensas doenças.

A questão que de fato interessa é analisar qual o rigor científico dessas novas justificativas.

É isto que vamos fazer agora com vocês. Começemos pelas alterações genéticas.

Afirma-se que os estudos em pessoas com dislexia comprovam a existência de mutações em vários cromossomas, sendo quatro os mais citados: 1, 6, 12 e 15.

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Bem, não se assustem, não é que todos esses cromossomas apresentem mutações. Não. Acontece que um grupo de autores afirma que o problema está no cromossoma 1; outro grupo defende que está no 12; um outro briga pelo cromossoma 15.

Afirmam ainda que há alguns genes em que as mutações já foram definitivamente provadas, sendo quatro os mais importantes: DYX1C1; KIAA0319; DCDC2; ROBO1. Também aqui a história é a mesma grupos de pesquisadores brigando pela hegemonia e pelo poder de terem descoberto qual o gen que causaria a dislexia.

Um axioma em medicina é que quando há causas demais aventadas, talvez se esteja longe do real.

Entretanto, há um dado estranho: quase todos os trabalhos que se referem a alterações genéticas como causadoras ou predisponentes a dislexia, usam a sigla GCPD para esses quatro genes, sem explicar o que significa.

Nesses trabalhos, os autores falam dos quatro GCPD, como comprovação de que a dislexia seria uma doença neurológica, de origem genética, provocada por esses genes.

Aí, surge a pergunta: afinal, o que é GCPD? A maior parte dos textos não diz o que é GCPD, e foi difícil achar. Por fim, em alguns textos aparece: Gene Candidato a Predispor a Dislexia. Não é nem causar, é predispor. Predispor? Tem um monte de coisas que predispõe. Cinquenta alunos na sala de aula também predispõe, muito mais. Aliás, isso não predispõe, determina. Professor mal pago também determina.

Vejam o que está posto aí, pelos próprios autores que defendem a existência da dislexia e sua predisposição genética: não existe a menor comprovação, nem mesmo de que esses genes sejam predisponentes à dislexia, eles ainda estão no mero campo de candidatos.

Definitivamente, não é assim que funciona a ciência da genética.

Existem autores do campo que defende a dislexia que inclusive dizem: “Não, espera aí! O gene KIAA0519 não está nem sequer envolvido com o desenvolvimento cerebral, como podem dizer que ele está envolvido com a dislexia?”.

Então, quando digo que não existe embasamento científico, ao contrário de tudo que é divulgado, falo a partir de uma análise científica do que se publica como sendo pesquisa que comprovaria a existência da dislexia e do TDA-H.

Vejamos agora as alterações anatômicas causadoras da dislexia e do TDA-H.

Divulga-se que existam alterações anatômicas no corpo caloso, área occipital, parietal, temporal e cerebelo. Mas então é no cérebro inteiro? Não, não é que todas essas áreas estejam comprometidas, é a mesma coisa que já comentei em relação às pretensas alterações genéticas. Um grupo de autores diz que as alterações são plano temporal; outro diz que é no corpo caloso; outros dizem que é na área occipital. E eles brigam entre si. É essa a questão. Somente isso.

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Existe um autor famoso nesta área, o Galaburda. É um tipo de guru, reconhecido por todos os autores quando falam de dislexia e TDA-H, é um dos autores mais citados e um dos que mais têm trabalhos em alterações anatômicas na dislexia.

Galaburda publicou uma série de trabalhos nas décadas de 1970 e 1980, e que são repetidamente citados por praticamente todos os outros autores, em que, presumidamente, teria comprovado que o problema da dislexia seria a assimetria de neurônios no plano temporal e ectopias neuronais em córtex, tálamo e cerebelo.

Quer dizer, o lóbulo temporal esquerdo e o lóbulo temporal direito, ao invés de serem assimétricos, seriam simétricos e essa seria a causa da dislexia. Ectopia neuronal é o seguinte: é um neurônio que está em uma região onde não deveria estar, está fora de lugar.

Aí, você fala assim: “Mas espera aí, quantos de nós, ditos normais, temos ectopia neuronal?”. Não temos esse dado, não foi pesquisado na população em geral presença de ectopia neuronal, não sabemos quantos por cento da população geral tem ectopia. E a simetria temporal, como é? A esse respeito, existe um trabalho muito interessante, do próprio

Galaburda, de 1987, em que estudou 100 cérebros, de pessoas normais. Segundo ele, eram pessoas que morreram e não tinham nenhuma queixa, não tinham nenhum diagnóstico. Ele encontrou que 16% da população normal tem simetria no plano temporal.

Então, como é que pode? Se 16% da população normal tem simetria no plano temporal, como é que simetria no plano temporal faz o diagnóstico de dislexia? Será que é por isso que dizem que em torno de 18% a 20% da população geral é disléxica?

São dados do mesmo autor e, aí, a gente pergunta: “Mas, espera aí, como é que foi feita essa pesquisa? Que método ele usou? Quantas pessoas foram pesquisadas?”.

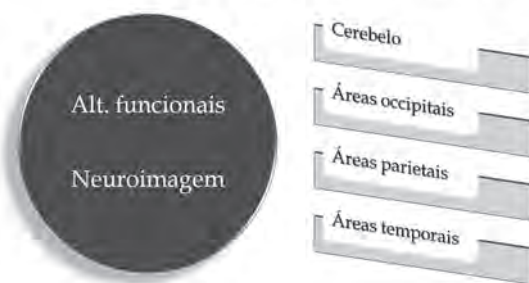
O Galaburda estudou cinco pessoas que ele disse que eram disléxicas. Apenas cinco! Com idades variando de 12 a 30 anos! Além disso, como ele fez o diagnóstico de dislexia? Nenhuma palavra sobre isso; parece que esta questão, fundamental em pesquisa científica, nem se coloca; parece que não precisa dizer, são disléxicos e ponto. E este é o padrão recorrente do que se publica sobre o assunto: nenhuma palavra sobre os critérios de inclusão, sobre como foi feito o diagnóstico de dislexia e de TDA-H. No máximo, quando os autores citam o que consideram ser dislexia, definem como “extrema dificuldade para leitura” ou “dificuldade severa para leitura”. Ora, isso não é critério diagnóstico, isso não define um diagnóstico, muito menos uma doença. Cinco pessoas nas quais ele disse que fez o diagnóstico de dislexia, com idades variando de 12 a 30 anos. Esse é o autor mais citado, todos falam do Galaburda.

Em síntese, podemos afirmar que não há a menor evidência científica de que existam alterações na anatomia do sistema nervoso central que provoquem apenas um comprometimento de leitura e escrita ou de comportamento! Não há qualquer comprovação de que existam alterações na anatomia do SNC que causem dislexia ou TDA-H!!!

Vamos ver agora as alterações funcionais, que se referem especificamente à neuroimagem, aquela que trouxe a certeza de que a dislexia e o TDA-H existem, segundo divulga a página da ABD.

Também se diz que a neuroimagem mostraria alterações funcionais em diferentes regiões do cérebro: áreas occipital, temporais, parietais, cerebelo. Só falta o corpo caloso!

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Novamente não se trata de que o cérebro todo estaria comprometido; repete-se aqui a mesma coisa que já vimos em relação aos genes e à anatomia: alguns autores dizem que é em uma área, outros dizem que é em outra área e eles brigam entre si para saber quem tem o maior prestígio.

Porém, o que é a neuroimagem? É uma expressão para se referir a exames de imagem que são usados em todos os campos da medicina e que recebem esse nome quando aplicados à neurologia. Esses exames são feitos com aparelhos de imagem extremamente sofisticados e que, sem dúvida, trouxeram grandes avanços, embora sejam caríssimos e venham aumentando muito o custo da Medicina em todo o mundo.

São basicamente três exames:

Pet (*Positron Emission Tomography*), é o que tem a maior resolutividade e qualidade de imagem e é o mais caro. Para vocês terem uma ideia, o Hospital das Clínicas da Unicamp está em processo de compra de um aparelho desses.

Spect (*Single Photon Emission Computed Tomography*)
RMNf (Ressonância Magnética Nuclear Funcional)



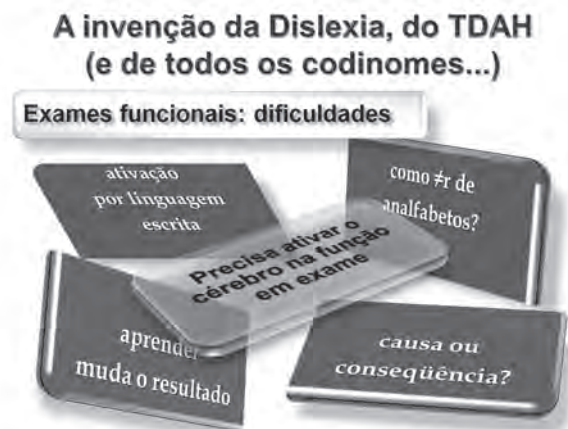
Precisamos entender a lógica desses exames, para que possamos analisar seus resultados.

Todos funcionam na mesma lógica, a diferença é qual a partícula atômica que eles vão captar, se é um próton, um fóton. Para nossa discussão, não há diferença. Eu sei que determinada célula do corpo, quando está funcionando, capta ou libera determinada partícula atômica e o aparelho vai captar isso. São exames capazes de detectar uma atividade de um grupo de células ou de um órgão. Para simplificar, façam um mix de ressonância magnética com mapeamento de tireoide, aquele exame antigo em que a gente dava uma substância que era captada pelas células da tireoide quando estavam funcionando.

Eu posso detectar, por exemplo, se a imagem de um osso é uma osteomielite, uma infecção ou se é um tumor, porque a atividade celular é diferente. Eu também posso fazer exames que ajudam muito o diagnóstico em neurologia, que é a neuroimagem.

Porém. Há um ponto chave. Nesses exames, a intenção é captar a imagem das células em funcionamento. No caso

específico da neurologia, particularmente no campo de processos mentais, processos cognitivos, é necessário ativar a área que se pretende estudar, certo?



Bem, transpondo esse ponto para a nossa discussão, ficamos com o seguinte desafio: para que o exame detecte a atividade na área da leitura, a área da leitura precisa ser ativada, senão não vai ativar, não vai se mostrar ao exame. E como é que ela é ativada? Pela linguagem escrita! Eu dou textos para a pessoa ler, eu faço tarefas com linguagem escrita, eu uso a linguagem escrita. Voltamos à questão inicial: como eu o diferencio de um analfabeto? Não existe essa resposta. Os autores que defendem que esse exame provaria que a dislexia é uma doença neurológica dizem que aprender muda o resultado; ora, mas não é o contrário? Será que isso não

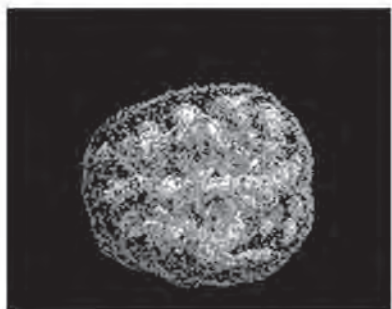
Divulga-se que existam alterações anatômicas no corpo caloso, área occipital, parietal, temporal e cerebelo. Mas então é no cérebro inteiro? Não, não é que todas essas áreas estejam comprometidas, é a mesma coisa que já comentei em relação às pretensas alterações genéticas. Um grupo de autores diz que as alterações são plano temporal; outro diz que é no corpo caloso; outros dizem que é na área occipital.



prova que isso não era doença? Se quando eu aprendo muda o resultado, curou a doença?

A questão é: o exame detecta a causa de não saber ler ou detecta a consequência no cérebro de não saber ler? Porque, se eu não sei ler, quando me dão uma tarefa que usa a linguagem escrita, eu olho um pouco, e depois saudavelmente desligo e minha atenção diminui; aí, a atividade em minha área cerebral responsável pela leitura e escrita diminui, o que é muito saudável, não é? Porque seria um processo obsessivo-compulsivo ficar olhando aquilo lá sem saber decodificar... Está claro isso?

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Coles, 1987

Vejam, essa é a imagem do Pet, realmente é uma imagem bonita, atraente, extremamente sofisticada, que avança muito as possibilidades de diagnóstico e de pesquisa em medicina.

Um detalhe: quando eu estava explicando, eu fui boazinha, eu dei um texto para vocês lerem no exame, não é? Porém, não é bem assim; o que se pede para ler são pseudopalavras. Pseudopalavra é uma palavra que não existe. Portanto, não vale a gestalt de quando você sabe ler. Você precisa ler decodificando letra a letra e juntando para formar sílabas, certo? Algo extremamente difícil para as pessoas que leem muito bem. Para quem tem dificuldade para leitura, quem é mal alfabetizado, é ainda mais difícil.

Outra prova usada é rima de pseudopalavras. Vocês fazem isso rotineiramente na vida? Eu nunca rimei pseudopalavra. Juízo de letras, eu não aprendi isso na escola, eu até faltei algumas vezes, mas nem tanto, eu não sei se uma letra rima com outra ou não, é um conceito que não é algo posto, difundido, não faz parte do aprendido, e mesmo que fizesse parte do aprendido, só valeria para quem aprendeu.

Então, é mais ou menos assim: aplico um exame, para o qual estabeleço um código secreto e quem não acertar o código secreto é doente. Há algo estranho nisso... Não é assim que a medicina funciona...

A invenção da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Um pesquisador americano fez o seguinte: ele aplicou o Pet em americanos bons leitores dando a eles um texto em inglês para lerem; o resultado do Pet foi normal. As pessoas nem sequer saíram da máquina e ele repetiu o exame, agora dando um texto em espanhol, que eles não conheciam e o resultado do Pet foi “de dislexia”. E aí? O que o exame avalia? Ele avalia a atividade cerebral na área da leitura quando eu sei ler um texto que me dão. Se não tenho domínio da linguagem escrita, o exame perde o significado. Portanto, a neuroimagem não prova que a dislexia existe. Não prova absolutamente nada!!

Dislexia: doença neurológica?

Nós não podemos, de forma alguma, simplesmente dividir a população entre aqueles que são disléxicos e aqueles que não são; assim, parece pouco provável que exista qualquer sintoma ou sinal que irá distinguir quantitativamente disléxicos de não-disléxicos.

*Ellis AW. Reading, writing, and dyslexia: A cognitive analysis. London: Erlbaum; 1984

Nossos resultados indicam que a dislexia não é fenômeno *luto-ou-nada*, mas ocorre em diferentes graus de severidade. Embora as limitações de dados tornem necessário impor pontos de corte, os médicos devem reconhecer que eles podem não ter validade biológica.

*Shaywitz SE, Escobar MD, Shaywitz BA, Fletcher JM, Makuch R. Evidence that dyslexia may represent the lower tail of a normal distribution of reading ability. *N Engl J Med.* 1992; 326:145-50.

Um dos grandes problemas é que não existe nenhum exame de sangue específico ou resultado de imagens do cérebro que possa fornecer um diagnóstico. Fundamentalmente, o problema é que a leitura é medida em um “continuum”, e não há nota de corte em um teste de leitura que claramente distinga indivíduos disléxicos e não-disléxicos. A distinção entre dislexia e leitura normal é arbitrária; o ponto de corte varia de estudo para estudo. Exatamente onde está a linha entre disléxicos e não-disléxicos é subjetivo e controverso.

*Siegel, LS Perspectives on dyslexia. *Paediatr Child Health.* 2006 November; 11(9): 581-587.

De novo, como eu não quero que acreditem em mim, mas que exerçam o raciocínio crítico, apresento trechos de artigos escritos por alguns autores, todos conceituados e reconhecidos pelos que defendem a existência da dislexia e do TDA-H.

O primeiro, Ellis, em 1984, escreveu: “Não podemos de forma alguma simplesmente dividir a população entre aqueles que são disléxicos e aqueles que não o são. Assim, parece pouco provável que exista qualquer sintoma ou sinal que irá distinguir quantitativamente disléxicos de não-disléxicos”.

Vejam, uma autora em um texto sobre dislexia, defendendo a existência da dislexia, reconhece que não temos elementos precisos para esse diagnóstico, e não se está falando de criança mal-educada, criança agressiva ou criança que não sabe ler,





estamos falando de uma pretensa doença neurológica, portanto, temos que exigir critérios precisos e bem definidos.

Posteriormente, Shaywitz, o mesmo da definição oficialmente aceita de dislexia, diz: “Nossos resultados indicam que a dislexia não é fenômeno ‘tudo ou nada’, mas ocorre em diferentes graus de severidade. Embora as limitações de dados tornem necessários pontos de cortes, os médicos devem reconhecer que eles podem não ter validade biológica”. Esse texto é de 1992, de uma revista bastante conceituada, a *New England Journal of Medicine*. Uma doença neurológica em que os pontos de corte podem não ter validade biológica? Mas então que tipo de validade têm? Ideológica?

Mais recentemente, em 2006, Siegel diz o seguinte: “Um dos grandes problemas é que não existe nenhum exame de sangue específico ou resultado de imagens do cérebro que possa fornecer um diagnóstico. Fundamentalmente, o problema é que a leitura é medida em um ‘continuum’, e não há nota de corte em um teste de leitura que claramente distinga indivíduos disléxicos e não disléxicos. A distinção entre dislexia e leitura normal é arbitrária; o ponto de corte varia de estudo para estudo. Exatamente onde está a linha entre disléxicos e não disléxicos é subjetivo e controverso.”

Ora, mas se pretende que seja uma doença neurológica! E para ela não há critérios com um mínimo de objetividade?

Cabe a pergunta: existe essa linha que separaria disléxicos e não disléxicos? Existe a dislexia doença neurológica? Tudo indica que não!

Bom, agora entramos então no terreno do tratamento da dislexia, que é sempre um tratamento longo, caro, sofrido, multidisciplinar, multiprofissional, envolvendo vários profissionais. Isso tudo nós já sabemos, o que não se fala muito é que, por trás do tratamento da dislexia e do TDAH, tem escondida a indústria farmacêutica.

Eu sei que dizem que “dislexia é uma coisa, TDAH é outra, dislexia não se trata com medicamento, é TDAH que é tratada e estamos aqui discutindo só a dislexia”.

Tratamento da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



P: Transtornos por Déficit de Atenção (TDA) e Transtornos por Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são distúrbios de aprendizagem?

R: Não, são distúrbios comportamentais. Um indivíduo pode ter mais do que um distúrbio de aprendizagem ou comportamental. Em vários estudos, 50% dos diagnosticados com um distúrbio de leitura ou de aprendizagem também foram diagnosticados com TDAH.

www.interdys.org, acesso em 15/09/2009

No Brasil, um dado bastante difícil de achar e que só é garimpado pelo Idum, que é um Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos, é o número de caixas de Ritalina® vendidas nas farmácias. As vendas das farmácias de manipulação não estão aqui; entre 2000 e 2008 o aumento foi de 1.615%.

Entretanto, na página da Associação Internacional de Dislexia, que congrega todas as associações regionais, inclusive a Associação Brasileira de Dislexia, há uma seção de “Perguntas e Respostas” e lá há uma pergunta: “TDA-H e TDA são distúrbios de aprendizagem?” e a resposta é: “Não, são distúrbios comportamentais. Um indivíduo pode ter mais do que um distúrbio de aprendizagem ou comportamental. Em vários estudos, 50% dos diagnosticados com distúrbio de leitura e aprendizagem também foram diagnosticados com TDA-H”.

Então, em torno de metade das pessoas que têm o diagnóstico de dislexia acaba tendo um diagnóstico também de TDA-H, embora sejam coisas um pouco diferentes.

E temos que perguntar, então, como é feito o diagnóstico de TDA-H? Eu estou colocando aqui, rapidamente em um “corta e cola”, o que está na página da Associação Brasileira de Déficit de Atenção, como sendo o principal instrumento diagnóstico de TDA-H, que é o questionário SNAP IV.

Na verdade, ele é o único instrumento, os outros pretensos critérios rodam em torno dele, tautologicamente. São 18 perguntas, as primeiras nove falam de atenção e as outras nove falam de hiperatividade.

Aliás, têm orientações na página, do tipo “você pode imprimir e levar para o pai ou para o professor responder”, e as respostas são ‘bastante’, ‘demais’, ‘pouco’, ‘raramente’, assim, bem fluido. Com perguntas do tipo: “Parece não estar ouvindo quando se fala diretamente com ele”.

Gente, a primeira coisa que eu discuto com meus alunos de pediatria, quando uma mãe diz que “Eu acho que meu filho não escuta”, é “pergunta para ela o que ele não escuta,



se é quando ela chama para tomar sorvete ou para arrumar o quarto”.

Não há modulação, esse questionário é aplicado a qualquer idade sem modulação, basta ter seis respostas preenchidas como ‘bastante’ ou ‘demais’ em nove, para ser rotulado. Perguntas como “distrai-se com estímulos externos”, tanto para uma criança de 5 anos, um jovem ou um adulto de 60 anos, o questionário é exatamente o mesmo. Aliás, distrair-se com estímulos externos, é saudável, faz parte da vida e é, inclusive, um elemento de defesa frente a perigos externos. Então, essas primeiras nove perguntas fazem o diagnóstico de déficit de atenção.

“Diagnóstico” do TDAH - SNAP IV

Associação Brasileira do Déficit de Atenção (www.tdah.org.br, acesso em 23/02/2009)

1. Não consegue prestar muita atenção a detalhes ou comete erros por descuido nos trabalhos da escola ou tarefas.
2. Tem dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades de lazer.
3. Parece não estar ouvindo quando se fala diretamente com ele.
4. Não segue instruções até o fim e não termina deveres de escola, tarefas ou obrigações.
5. Tem dificuldade para organizar tarefas e atividades.
6. Evita, não gosta ou se envolve contra a vontade em tarefas que exigem esforço mental prolongado.
7. Perde coisas necessárias para atividades (p. ex. brinquedos, deveres da escola, lápis ou livros).
8. Distrai-se com estímulos externos.
9. É esquecido em atividades do dia-a-dia.

Depois vocês podem entrar na página e olhar com mais detalhe porque são todas do mesmo teor, de absoluta ausência de cientificidade.

As outras nove falam de hiperatividade, com perguntas do tipo: “Responde perguntas de forma precipitada antes de serem terminadas”. Depende... Se for o primeiro aluno da classe, ele é muito inteligente, se é o que dá problema, ele é hiperativo, tem TDA-H.

“Diagnóstico” do TDAH - SNAP IV

Associação Brasileira do Déficit de Atenção (www.tdah.org.br, acesso em 23/02/2009)

10. Mexe com as mãos ou os pés ou se remexe na cadeira.
11. Sai do lugar na sala de aula ou em outras situações em que se espera que fique sentado.
12. Corre de um lado para outro ou sobe demais nas coisas em situações em que isto é inapropriado.
13. Tem dificuldade em brincar ou envolver-se em atividades de lazer de forma calma.
14. Não pára ou frequentemente está a “mil por hora”.
15. Fala em excesso.
16. Responde as perguntas de forma precipitada antes delas terem sido terminadas.
17. Tem dificuldade de esperar sua vez.
18. Interrompe os outros ou se intromete (p.ex. meto-se nas conversas / jogos).

Eu devo dizer que eu tenho um xodó particular com a de numero 13: “Tem dificuldade em brincar ou envolver-se em

atividades de lazer de forma calma?”. Gente, o que é brincar de forma calma? Uma criança ou um adolescente? Quem brinca de forma calma somos nós por limitações físicas, nossas articulações nos limitam.

Tem outras pérolas também, tipo a 11: “Sai do lugar na sala de aula ou em situações em que se espera que fique sentado”; aqui está posto o problema básico, que é o seguinte: quem espera que ele fique sentado? Quem disse que é normal uma criança de 5 anos ficar sentada na sala de aula? Quem disse que é normal um adolescente ficar sentado enquanto a gente espera que ele fique sentado? É o peso da autoridade de quem define o que o outro deve fazer e não o que é normal; é importante frisar que aqui estamos falando não do ponto de vista da Educação, mas do ponto de vista biológico, pois o que está em discussão é se existem doenças neurológicas que comprometeriam exclusivamente a aprendizagem e o comportamento.

Bom, desse modo o que se tem feito é apenas pretensão diagnóstica, pois na verdade trata-se de rótulos, de estigmas.

Então, eu quero voltar à questão do tratamento e lembrar que a questão da indústria farmacêutica e suas relações com a sociedade têm sido muito divulgadas, constantemente saem reportagens na mídia.

Tem um site americano (www.methylphenidate.net) que foi construído e até hoje é mantido por familiares de crianças e adolescentes que morreram pelo uso do metilfenidato, droga produzida no Brasil por 2 grandes laboratórios, e que é a principal droga ainda usada para TDA-H nos Estados Unidos. Lá há um relatório do DEA (Drug Enforcement Administration), do US Department of Justice, de 1995; todo o relatório versa sobre as relações promíscuas entre as indústrias farmacêuticas produtoras do Metilfenidato e entidades de profissionais e familiares envolvidos com TDA-H. A principal entidade é a Chadd, que é a sigla para “Children with hiperactivity and attention deficit disorders”: no período de 1991 a 1994, quando ainda as coisas se mediam em milhares de dólares, a Chadd recebeu 748 mil dólares de uma das indústrias.

Não temos esse tipo de dado no Brasil, infelizmente não temos acesso, só temos acesso a dados indiretos, como a reportagem que saiu na última Veja, em que 11% dos médicos paulistanos reconhecem já terem recebido brindes valiosos de indústrias farmacêuticas.

Um outro indicador indireto, é a própria página da Associação Brasileira de Déficit de Atenção. Trata-se de uma entidade de familiares que defendem os direitos das crianças e adolescentes com TDA-H. Na página principal, há um link que convida a pessoa a conhecer as empresas parceiras, produtoras do Metilfenidato.

Bem, vejamos rapidamente alguns dados numéricos, como a evolução do número de diagnósticos de TDA-H nos EUA, de 500 mil para 7 milhões em apenas 14 anos, de 1985 a 1999.



Tratamento da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



Em 2007, o número de pessoas medicadas com a droga de referência do Metilfenidato - vejam que estou falando somente da apresentação de referência, há ainda a apresentação de outra indústria e as fórmulas manipuladas, sendo que nos Estados Unidos também usam a dextro-anfetamina e outras substâncias - seis milhões de pessoas nos EUA, em 2007, tomando essa apresentação de referência. Sendo, como era de se esperar, a imensa maioria crianças e a imensa maioria das crianças, lógico, meninos, porque sempre que o problema é de comportamento, os meninos são maioria.

Tratamento da Dislexia, do TDAH (e de todos os codinomes...)



No Brasil, um dado bastante difícil de achar e que só é garimpado pelo Idum, que é um Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamentos, é o número de caixas de Metilfenidato vendidas nas farmácias. As vendas das farmácias de manipulação não estão aqui; entre 2000 e 2008 o aumento foi de 1.615%.

Qual é o mecanismo de ação do Metilfenidato? Exatamente o mesmo que o da anfetamina e cocaína: aumenta a concentração de dopamina nas sinapses.

Quando aumenta a concentração de dopamina, que, lembrem-se, é um dos neurotransmissores do prazer, a sensibilidade a todos os prazeres da vida que liberam um pouquinho de dopamina diminui bastante e, por isso, vai-se em busca de mais e mais estímulos que deem o prazer que só a droga é capaz de fazer.

Discute-se qual é a consequência para a anatomia do sistema nervoso central em crianças com esse aumento absurdo de dopamina. Existem dados de que, quando se retira o Metilfenidato em adultos, aumenta a incidência de drogadição às cocaínas.

Outro dado, que é pouco falado, é que nas clínicas de tratamento de drogadição - esqueçam dislexia e TDA-H -, entre os jovens em tratamento de drogadição no mundotodo, 30 a 50% relatam que começaram a sua drogadição usando Metilfenidato e indagam: “Mas vocês não diziam que era seguro? Não é um remédio prescrito por médicos e que se diz ser seguro?”.

Reações adversas do Metilfenidato

| SNC | SNC | SNC | RA à retirada |
|-------------|------------------|------------|----------------|
| Psicose | Convulsão | ≠ Cognição | Depressão |
| Alucinação | Ansiedade | ≠ Alerta | Insônia |
| Depressão | Irritabilidade** | Tonturas* | Irritabilidade |
| Isolamento | Insônia** | Suicídio | >> Atividade |
| Choro fácil | Confusão | Zumbi-like | Reação Rebote |
| Discinesia* | Sonolência* | Cefaléia* | |

www.breggin.com, acesso em 24/02/2009

Quais são as reações adversas desse remédio pretensamente seguro? Só no sistema nervoso tem essas, as mais frequentes, não são todas. Tudo o que está com um asterisco é porque, segundo a bula do Metilfenidato, acomete de 1% a 10% das pessoas; dois asteriscos atinge 10%.

Um remédio para tratar crianças e adolescentes que apresentam apenas problemas de comportamento e aprendizagem, com esses efeitos e nessa incidência? Com certeza o remédio é muito pior do que a pretensa doença.

Vejam que ele provoca coisas que deveria estar tratando: 10% têm irritabilidade, tontura, cefaléia e, um efeito bastante importante é o “zumbi-like”, que consiste em agir como um zumbi, é ficar contido, amarrado em si mesmo.

Reações adversas do Metilfenidato

| Cardio vascular | Gastro intestinal | Endócrino metabólico | Outras |
|-----------------|-------------------|----------------------------|---------------|
| Parada cardíaca | Perda apetite* | ≠ Hipotise (GH prolactina) | Cefaléia* |
| Arritmia* | Náuseas* | Supressão do crescimento | Tonturas* |
| Taquicardia* | Vômitos* | Perda de peso | Visão borrada |
| Palpitações* | Câimbras* | ≠ Funções sexuais | Eritema* |
| Hipertensão* | Obstipação | etc | Conjuntivite |
| Dor torácica | Diarréia | | Perda cabelo* |
| etc | Boca seca* | | Anemia |
| | etc | | Urticária* |
| | | | Artralgia* |
| | | | Febre* |
| | | | Dermatite |
| | | | etc |

www.breggin.com, acesso em 24/02/2009



Nos outros sistemas, as reações adversas são tão importantes quanto no sistema nervoso, e não é por acaso... Vejam: arritmia, taquicardia, palpitação e hipertensão, de 1% a 10% das crianças e adolescentes, crianças que não tinham problemas cardíacos.

Não é por acaso que a Associação Americana de Cardiologia preconiza que, antes de dar Metilfenidato, seja feita uma avaliação cardiológica nas crianças e adolescentes, o que não acontece.

NA BULA DO METILFENIDATO

- METILFENIDATO pode causar tontura e sonolência. Aconselha-se tomar os devidos cuidados ao dirigir, operar máquinas ou envolver-se em outras atividades de risco.
- Os pacientes agitados, tensos ou ansiosos não devem ser tratados com METILFENIDATO.
- O produto não deve ser utilizado em crianças menores de 6 anos de idade.
- O abuso de METILFENIDATO pode levar à tolerância acentuada e à dependência.
- Devem ser feitos exames de sangue periódicos durante os tratamentos prolongados.

Na bula do Metilfenidato, alguns alertas, inclusive um interessante: que não deve ser usado em paciente agitado, tenso e ansioso. Mas o remédio não foi dado para isso? E nem em crianças menores de seis anos. A recomendação de exames de sangue periódicos tem uma explicação bastante simples: a droga pode provocar uma queda, muitas vezes irreversível, de todas as células do sangue, hemácias, leucócitos e plaquetas. Então, precisa controlar. Os exames periódicos também devem avaliar as funções hepáticas, pois a droga pode alterar o funcionamento de células hepáticas, e se a droga não for suspensa pode levar a coma hepático. É somente por esses “probleminhas” que precisa fazer exames de sangue periódicos. A bula avisa que precisa fazer, só não explica o porquê; e os controles não são feitos e tudo continua como se nada de grave houvesse...

Por que esta discussão toda aqui na Câmara de Vereadores de São Paulo? O que nós estamos discutindo? Fundamentalmente, o que está em jogo são os direitos da criança e do adolescente, algo que foi construído e conquistado pela sociedade brasileira ao longo de décadas, com muito sofrimento e muita morte para a gente poder chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. E que coloca que a criança e o adolescente têm alguns direitos inalienáveis.

O primeiro deles é o direito à vida, que implica inclusive no direito de não tomar um remédio que pode matar, por exemplo. O direito à liberdade, respeito e dignidade.

Direitos da criança e do adolescente



O direito à saúde. No ECA está escrito: “Atenção integral à saúde pelo SUS”, que é outra conquista da sociedade brasileira. Um dos princípios fundamentais do SUS é que todo atendimento à saúde deve ser feito na rede de saúde, evitando duplicação e desperdício de recursos humanos e materiais. Lógico que falta recurso, ainda falta gente, mas o SUS está fazendo e tem que assumir mais.

Direito à educação de qualidade para todos. Esta é a nossa luta. O direito de toda criança e todo adolescente a aprender, ao acesso a uma educação de qualidade, pública, gratuita e socialmente referenciada.

Entretanto, o que estamos vivendo hoje é uma luta declarada contra o ECA, em todos os sentidos: precisamos acabar com o ECA, o ECA dá liberdade ao infrator... Enfim, todo um discurso que eu não vou repetir.

Estamos assistindo ao surgimento de outro discurso que também destrói o ECA, que é colocar como direito isso que está aí.



Vejam, é uma absoluta e absurda inversão do que é direito e da nossa construção histórica na sociedade brasileira, da nossa conquista. Colocar que a criança tem o direito a um diagnóstico e um tratamento dentro da escola de uma doen-





ça que nem sequer foi comprovada. Mas, vamos admitir que fosse, por que dentro da escola? E por que triar todo mundo se isso não é feito, por exemplo, nem para a acuidade visual? Por quê?

Direito? Não é direito. Direito a um diagnóstico que me torna doente e incapaz? Porque é isso, sim. Ao ser diagnosticado como portador de dislexia e TDA-H, está posto que não sou capaz de aprender, e que eu preciso ter acesso a outras coisas, como não poder ser reprovado. Direito a um tratamento que me contém quimicamente e que pode me levar a uma drogadição.

Gente, eu não quero que o meu filho tenha o direito de não ser reprovado, eu quero que ele tenha o direito de aprender, este é o direito que defendo para todos, é por isto que eu luto, pelo direito a uma educação pública de qualidade para todos.

Esse é o direito que temos que defender, que as crianças possam aprender e que a escola seja capaz de identificar como são as crianças, quais os processos cognitivos que elas usam para aprender. Que a escola e as professoras sejam capazes de avaliar as possibilidades e as necessidades de cada criança, acolher e ajudá-las a superar os seus próprios limites.

Isto é o direito que cada um de nós deve ter; este é o direito que temos que defender.

Todos nós temos que estar sempre fazendo opções em nossas vidas.

Neste momento, nos defrontamos com mais uma, fundamental: ou nos deixamos ser cooptados (pois não somos cooptados, nos deixamos cooptar) ou ficamos do lado da vida, do lado das crianças.

Discute-se qual é a consequência para a anatomia do sistema nervoso central em crianças com esse aumento absurdo de dopamina. Existem dados de que, quando se retira a Ritalina® em adultos, aumenta a incidência de drogadição às cocaínas.



Medicalização e escolarização: por que as crianças não aprendem a ler e escrever?

Adriana Marcondes Machado

Psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Crianças com dificuldades na leitura e na escrita: de quem falamos? A discussão que pretendo apresentar se baseia em minhas experiências como psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP¹.

Psicólogos, psicopedagogos e médicos têm recebido crianças e jovens encaminhados pelas escolas por terem problemas de comportamento e de aprendizagem. Não falaremos aqui das histórias de crianças e jovens com transtornos globais do desenvolvimento que estão passando por intensa situação de sofrimento psíquico. Também não focaremos a necessidade de atendimentos especializados – fonoaudiologia, psicoterapia, consultas de várias ordens –, que devem ser exercidas pela Saúde, área que também precisa de nossa luta para implementar muitas ações.

Nosso foco serão as crianças que apresentam dificuldades em seu processo de aquisição da leitura e da escrita, sendo que isso surpreende a pais e educadores, que reconhecem, nessas mesmas crianças, muitas capacidades para aprender. Precisamos pensar: como a escola e a psicologia se inserem nessa produção?

Parece estranho e é mesmo. Somos psicólogos, agentes da Saúde, contra a existência de profissionais da Saúde alocados nas escolas. Existem práticas escolares e práticas psicológicas (entendemos a psicopedagogia como campo de atuação

de psicólogos e de pedagogos) que produzem efeitos adoeecedores. Que mal fazemos? Para responder a essa questão, precisamos discutir duas coisas. Primeiro, que práticas estão presentes na produção de dificuldades na aquisição da leitura e da escrita? Segundo, quais os perigos no trabalho em relação às crianças que apresentam essas dificuldades?

Talvez uma palavra nos ajude a pensar nisso tudo: sintoma. O sintoma nos alerta para algo que está presente nele, mas não é apenas dele. Por exemplo, sabemos da relação entre certas produções subjetivas, certos efeitos subjetivos, e as práticas contemporâneas: jovens com dificuldades em relacionamentos pessoais e com vida na qual a comunicação se dá basicamente pela Internet; pessoas com dificuldades para dormir em tempos nos quais as horas acordadas têm sido muito tensas e aceleradas; pessoas que se sentem incapazes após sofrerem situações de humilhação. Falamos de sintomas sociais e sintomas corporais.

Sabemos que nos tornamos certos tipos de pessoas (certas formas de ser e viver) conforme as relações e experiências que vivemos. Essas experiências e relações vão se produzindo juntamente com os sujeitos que vão se constituindo, isto é, mudamos as práticas, mudamos também as produções subjetivas. Por exemplo: há 50 anos, crianças com síndrome de Down não eram tidas como pessoas que poderiam aprender a ler e a escrever, mas alguém ousou ensinar essas crianças e hoje elas lêem, escrevem, aprendem, estão circulando pelas escolas regulares.

Essas colocações visam intensificar a seguinte discussão: estamos produzindo sintomas perigosos, estamos produzindo sujeitos que nos mostram que se tornou necessário, em nossa sociedade, ser doente. Ao fazermos certas escolhas, fortalecemos a produção desses sintomas, desses problemas, se entendermos que são eles que precisam de intervenção e, assim, não agirmos naquilo que os fez serem dessa forma (a forma doente). Poderíamos entender a dislexia como um sintoma social.

¹ Trabalho como psicóloga em um serviço público (Serviço de Psicologia Escolar) na Universidade de São Paulo, desde 1985. Nós, psicólogos desse serviço, atendemos escolas públicas e outros equipamentos educativos públicos. Nesses trabalhos surge, muitas vezes, a demanda de atendimento a crianças e jovens. Trabalhamos com os educadores e com os alunos que estão em uma situação na qual a aprendizagem e a vida escolar estão comprometidas. Realizamos este trabalho tendo como concepção que a construção dessa demanda, desse tipo de encaminhamento, se constitui nas relações (nas práticas e nos saberes) institucionais, isto é, essa demanda nos mostra como a escola funciona e, também, fala de nós, psicólogos.



Explicarei essa situação sobre o perigo de se intensificar a produção dos sintomas entrando um pouco na vida escolar. Temos, em São Paulo, muitas escolas com crianças ainda não alfabetizadas nas quartas séries do Ensino Fundamental I, alunos que freqüentam a escola há quatro anos, sendo que muitos deles cursaram a Educação Infantil. Esses alunos são efeitos do projeto educacional que defende a progressão continuada. Esse projeto defende que a aprendizagem se dá de maneira contínua. As crianças vão passando de série escolar mesmo sem estarem alfabetizadas, embora as condições da escola, para alfabetizá-las em séries avançadas, sejam restritas.

Talvez muitas dessas crianças sejam aquelas que há algum tempo ficariam muitos anos na primeira série, até desistirem da escola. Seriam os alunos repetentes e os alunos evadidos. Da forma como as coisas estão, essa política acelera o fluxo de alunos de uma série para outra, mesmo sem se atingir um nível de aprendizagem satisfatório. Devido a esse problema (tantos alunos não alfabetizados nas quartas séries) inventou-se um projeto em São Paulo denominado PIC, Projeto de Intensificação de Ciclo, uma quarta série para crianças que não foram alfabetizadas. A maioria delas consegue ser alfabetizada na sala PIC. As diferenças entre essa sala e as outras são o número de alunos e a proposta pedagógica. Vejam bem, muitos alunos são alfabetizados depois de quatro anos de escola e, depois disso, estando recém-alfabetizados, freqüentarão o Ensino Fundamental II, a quinta série, com cerca de nove professores e dez disciplinas. Muitas dessas crianças, animadas por terem aprendido em uma quarta série o que nunca haviam aprendido em vários anos, mal sabem que isso não será suficiente para serem consideradas capazes em uma quinta série. O projeto PIC, assim como tantos outros já criados na rede de ensino, por exemplo, as Classes de Aceleração, nos mostra que: primeiro, a maioria dessas crianças teria condições de aprender aquilo que não pôde

ser aprendido antes; segundo, rapidamente ocorre a naturalização das questões, sendo possível ouvir pelos corredores: “Adriana, essa criança de primeira série talvez venha a ser um aluno PIC porque não está aprendendo a ler e a escrever conforme o que se espera na série, embora entenda as coisas que digo, participe das conversas, faça perguntas adequadas”. Portanto, nos falamos de crianças que são inteligentes, mas que não estão aprendendo as coisas da escola.

Como queríamos exemplificar, esses projetos não intervêm na produção do fracasso escolar instaurado desde a primeira até a quarta série. Apenas aliviam sintomas e, mesmo assim, muito mal aliviados, pois, com grande luta dos professores, muitas dessas crianças serão alfabetizadas, mas, como dissemos, não aprenderão o que será necessário para cursar uma quinta série.

Então podemos afirmar que a maioria das crianças com problemas de aprendizagem na leitura e na escrita é efeito do que ocorre na relação entre o funcionamento dessas crianças (as formas de aprender) e o que é oferecido a elas: problemas do ensino que interferem na aprendizagem.

Quando vamos às escolas realizar discussões com as professoras sobre as dificuldades que surgem no dia-a-dia do seu trabalho é comum participarmos um pouco de algumas aulas para depois podermos conversar com essas professoras. Assim, vamos conhecendo situações de vida muito sofridas. Muitos professores ressaltam que não podem contar com o apoio familiar para as algumas práticas escolares, como as lições de casa. Outro dia, uma professora nos contou: “Foi muito bom ter ido visitar a família desse aluno. Depois disso, mudei a forma de pedir as lições de casa, pois sempre imaginava poder haver um momento de tranqüilidade na vida dessa criança no qual ela poderia fazer as lições e ler, mas percebi que a rotina não é assim, muita gente mora na mesma casa, não há espaço, sempre muito barulho. Essa criança precisa se esforçar muito para conseguir fazer lição de casa, não é má vontade dela quando isso não é possível”.

Na estrutura do cotidiano escolar, também há problemas de espaço e tempo: 55 alunos com 6 anos de idade no primeiro ano, sendo algumas crianças com necessidades educacionais especiais que requerem cuidados de toda ordem (físicos também) e apenas um professor por sala, um coordenador por período, para atender 700 alunos. Muitos imprevistos, acidentes, questões educacionais a serem agidas, conversas com familiares e falta de tempo para as discussões pedagógicas. Nas reuniões de professores é muito difícil se debruçar sobre uma história, levantar hipóteses, avaliar as ações. Muitos professores trabalham em duas escolas ou têm contratos que não prevêem a participação nas reuniões de professores.

Jenifer, 7 anos, está com muita dificuldade na leitura e na escrita, entende bem as coisas verbalmente, discute os conteúdos, mas, para progredir na aquisição da leitura e da escrita, precisa, segundo a professora, ser acompanhada individualmente. Assim, ela aprende. Mas o que preocupa a todos

Então podemos afirmar que a maioria das crianças com problemas de aprendizagem na leitura e na escrita é efeito do que ocorre na relação entre o funcionamento dessas crianças (as formas de aprender) e o que é oferecido a elas: problemas do ensino que interferem na aprendizagem.





é que Jenifer tem ficado cada vez mais alheia. A professora nos conta que ela fica o tempo todo se dedicando a copiar o cabeçalho. A cópia serve para camuflar, dando a impressão de que isso seria o suficiente para ambos, professor e aluno. A professora reconhece que suas dificuldades estão nessa passagem do pensamento para a escrita e Jenifer está cada vez mais desanimada, sente-se “burra”, fica com vergonha. Ela participa de uma primeira série. Um dia, as crianças dessa sala estavam lendo uma lista, escrita na lousa, com nomes de animais. Muitas estavam animadamente tentando descobri-los ao reconhecer a letras iniciais dos nomes. Jenifer nem olhava para a lousa, ficava rasurando algo em seu caderno. A professora tentava animá-la para a atividade, mas sem efeitos. Jenifer precisa de algo já, de um tempo e de um espaço nos quais possa exercitar, aprender, entrar em contato com esses desafios de modo a poder agir neles.

A professora se propôs a ensiná-la durante as aulas de Educação Física. Jenifer aceitou, embora insatisfeita por perder a aula de educação física. Entusiasma-se quando está nesses momentos com sua professora, aprendeu a ler, gosta de mostrar sua produção a outros professores. Tudo isso ocorreu no mês de maio de 2009. Em junho, houve a contratação de professores que haviam passado no concurso no ano anterior, a professora de Jenifer não era efetiva, saiu então dessa escola. Primeiro dia de aula com a nova professora: Jenifer está lá, sentada em uma cadeira, com vergonha das perguntas que estão sendo formuladas pela nova professora para que esta consiga avaliar em que estágio da leitura e da escrita as crianças estão.

Mais um exemplo: Tiago não faz as lições, nem na classe, nem em casa, e a professora pergunta: “Você promete que fará?”. Ele responde: “Prometo”. E não faz. Brigas, conversas: “Você promete?” “Prometo” – e ele não faz.

Está na segunda série e não lê, parece escapar de tudo e de todos, se liga em futebol, videogame e aulas de computador, mas é diferente de Jenifer; está sem aliados na escola, as professoras estão cansadas e insatisfeitas com uma forma agressiva de ele agir. Uma das possibilidades seria que ele pudesse participar da SAP, Sala de Apoio, cujo trabalho é realizado no período contrário ao da sala regular. Durante a manhã, ele iria à classe regular; durante a tarde, iria ter aula de apoio. Mas ocorre que não há vagas, pois a escola precisou priorizar os alunos de quinta a oitava séries que estão com grandes dificuldades na leitura e na escrita, para participarem da SAP. E são muitos. O tempo vai passando e sabemos que a cada dia as dificuldades em relação à escrita e à leitura se somam a efeitos no que chamamos de processos de subjetivação, na maneira de viver e sentir. Tiago sente que não serve para as coisas da escola, valoriza a malandragem, mente, sempre fala que já fez as coisas, esconde a dificuldade como quem esconde um defeito, não se sente no direito de aprender e nem no direito de ser quem não aprendeu.

Essas crianças que apresentam dificuldades na leitura

Essas crianças que apresentam dificuldades na leitura e na escrita revelam, em sua maioria, um funcionamento das escolas nas quais as diferenças se tornam desigualdades. Podemos dizer que existem crianças que apresentaram dificuldades desde o início de sua escolarização, podemos dizer que muitas delas foram apresentando suas dificuldades conforme as necessidades não foram sendo sanadas.

e na escrita revelam, em sua maioria, um funcionamento das escolas nas quais as diferenças se tornam desigualdades. Podemos dizer que existem crianças que apresentaram dificuldades desde o início de sua escolarização, podemos dizer que muitas delas foram apresentando suas dificuldades conforme as necessidades não foram sendo sanadas.

Muitas dessas crianças recebem o diagnóstico de dislexia por parte de um profissional da Saúde ou da Educação e vivem o seguinte: parece que as hipóteses de preguiça, má vontade, falta de esforço, falta de motivação são finalmente alteradas quando recebem esses diagnósticos. É como se fosse rompida uma maneira de se relacionar com o funcionamento dessa criança, outra forma se estabelece: passa-se a afirmar que essas crianças estão precisando de ajuda, pois têm um problema. Seus professores procuram, então, outras formas de ensiná-las. É um alívio quando param de serem tratadas como pessoas preguiçosas e com atitudes inadequadas.

Outras crianças, entretanto, com esses diagnósticos recebem o golpe fatal. A sensação é de que não há condições de aprenderem se não tiverem um profissional especializado, se não tiverem um tratamento. Nessas situações, os professores entendem que uma criança com necessidades diferenciadas não poderá ser bem atendida em um sistema educacional que não tem dado conta de ensinar mesmo aqueles que apresentam facilidades para os aprendizados de leitura e escrita.

Mas com ou sem diagnóstico, quando essas crianças das quais falamos passam a ter tempos e espaços para aprender, com aulas diferenciadas, estratégias que retomem o processo de ensino e aprendizagem, tempo para pensar e tempo para exercitar, ela aprendem. Muitos professores da rede pública





comprometem o tempo de preparação de aula para ensinarem esses alunos. Como a professora de André nos disse: “Eu não sei muito bem o que acontece com ele, eu não sei bem como se cruzam as questões cognitivas com as questões emocionais, mas eu sei muito bem do que ele precisa para aprender”.

Não é falta de saber do professor, a professora de André inventou algumas estratégias para ele exercitar interpretação de textos. Ela lia uma história, ele recontava o que ela havia lido, ele lia, ela recontava; discutiam sobre frases com diferentes sentidos, conforme o lugar da vírgula; trabalhavam no computador com jogos para exercitar a ortografia. Ela percebeu que ele, pela primeira vez, com tudo isso, passou a aprender o que ela ensinava. Mas para ele se tornar aquele que aprendia, ele precisava, primeiro, por mais estranho que isso possa parecer, aprender. Como explicar uma ação que precisa, para poder ocorrer, dela mesma? Talvez tenha facilitado esse trabalho o fato de ele ter sido realizado longe dos outros alunos da sala de aula em relação aos quais André se sentia muito envergonhado. O ânimo mudou. A professora criou algumas atividades que antecipavam o conteúdo que seria ministrado por ela na sala de aula e André foi mudando sua forma de lutar. Forma de lutar, sim, pois André nos parece ser daqueles meninos que, para acompanhar o conteúdo da escola, da forma como a escola está organizada, precisará se esforçar bastante. Cabe aqui ressaltar que os educadores têm tido intensas discussões sobre a questão do conteúdo a ser ministrado em cada série, o que tem produzido mudanças sobre o que se considera um conteúdo significativo. Digo isso pois essas dificuldades exigem que pensemos nos currículos. André decora textos muito bem, gosta de teatro, é extrovertido, tem o teatro como uma experiência potencializadora. Seu professor de teatro é voluntário. Ao mesmo tempo em que ministra as aulas de teatro, tem buscado outros trabalhos com melhores condições.

A escola funciona no atacado e assim deve ser, no coletivo, no para todos. Como nos disse uma diretora muito comprometida com o aprendizado dos seus alunos: “A escola fica cara para que possamos dar certo para todos. É caro, sim, precisa de mais professores, precisa de melhores condições de trabalho, precisa de tempo para pensar e planejar”. Senão, o que se torna necessário é que os pais busquem profissionais fora da escola, aulas particulares e atendimentos e, assim, a engrenagem de produção dos problemas se alimenta. As escolas que apresentam boas condições de trabalho também têm se debatido com esse problema: como trabalhar com crianças que apresentam dificuldades tão diferentes umas das outras? Algumas têm inventado períodos extras nos quais os alunos terão assessoria pedagógica e esse trabalho estará incluído na mensalidade paga pelos pais. Algumas discutem como avaliar os conteúdos, afinal, uma criança com dificuldade para ler e escrever e com boa capacidade no raciocínio matemático pode ser prejudicada em uma prova de matemática na qual tenha dificuldades para entender os problemas. Algumas atestam

que esses alunos têm problemas individuais sem relação com o que a escola oferece, revelando o funcionamento segregador presente em nossa sociedade.

Duas intervenções:

- 1 - Intervir nas condições de trabalho: nos salários, na autonomia das escolas, no número de alunos por sala de aula. O professor precisa de tempo para estudar e preparar suas aulas. Isso é impossível em um contrato de trabalho cujo salário exige que ele busque várias escolas para dar aula. Falar dessas questões não é falar de administração escolar, é falar da forma de conceber e fazer Educação.
- 2 - Acreditamos que os psicólogos podem ajudar a escola quando escutam os problemas trazidos pelos professores e ajudam a ampliar o campo de análise desses problemas, para que se pense em formas de intervir na dimensão educativa. Nessa ampliação do campo de análise, percebemos, por exemplo, a necessidade de pensar o trabalho em sala de aula em relação às práticas que lá se apresentam. A vergonha de André e o incômodo por tirar notas baixas são produzidos na relação entre os alunos de uma certa escola. As crianças aprendem a agir assim. O currículo nos ensina isso: A é melhor que B. B é melhor que C. Não dá para uma criança que tira C se sentir potente na relação com as outras que tiram A. Mudar os critérios de avaliação para essa criança? Talvez. Refletir com ela que suas dificuldades existem e a nota deverá ser dada conforme os critérios para todos, pois ela tem condições de acompanhar? Talvez. Permitir que ela seja avaliada oralmente em alguma disciplina? Talvez. Fazer alguma adaptação curricular? Talvez. Para considerar os cuidados necessários para que as decisões sejam tomadas (e isso sempre vai depender de como está o processo de aprendizagem de cada uma dessas crianças) precisa-se, como dissemos, de tempo para discussão da equipe pedagógica. Portanto, essa segunda intervenção necessita de mudanças no funcionamento institucional.

Sabemos que muitas pessoas que apresentaram dificuldades no processo de aprendizagem, e algumas foram diagnosticadas como tendo dislexia, tornaram-se bons profissionais. Essas pessoas sofreram preconceito e, hoje, sabemos que desenvolveram seus saberes de uma maneira que não é a que predominantemente se espera que as pessoas desenvolvam. E elas nos ensinaram que saíram desse lugar quando passaram a receber propostas educacionais que as ajudaram a aprender. Hoje, algumas estão mais fortalecidas em relação a essas dificuldades e, aproveitando-se das possibilidades tecnológicas, escutam aulas e livros gravados, escrevem com corretor de texto, pedem ajuda para a leitura. Outras fogem da palavra escrita e se justificam como se a questão fosse apenas pessoal: “a questão é que eu não gosto de ler”. Outras não tiveram





Ser contratado como psicólogo em uma Secretaria de Educação para agir nas relações estabelecidas na escola, trabalhar com as representações dos professores e somar, com os saberes da psicologia, no levantamento de hipóteses em relação à produção das dificuldades de leitura e escrita e das questões atitudinais pode ampliar o campo de análise e, portanto, as possibilidades de intervenção em relação aos problemas presentes no processo de escolarização.

a oportunidade de aprender e se convenceram de que “não são boas para as coisas da escola”. Mas todas nos relatam situações de humilhação e de vergonha na infância.

Muitos pais e mães nos contam as várias vezes em que foram chamados pelos profissionais da escola e ouviram que, apesar das tentativas, seus filhos não conseguiam aprender e que talvez houvesse uma falta de esforço e atenção por parte deles. As cenas narradas aqui, de Jenifer, de Tiago e de André, nos mostram que as crianças aprenderam a se afastar, aprenderam a desistir. Dizemos isso pois, quando foi inventado outro dispositivo de ensino para essas crianças, elas puderam viver outras coisas. As crianças que apresentam dificuldades no processo de aquisição da leitura e da escrita se esforçam. Se não fazem as coisas pedidas não é por falta de vontade, não é por falta de alguma coisa, é por um excesso de situações que produzem constrangimento e que fazem com que essas crianças insistam, muitas vezes, em não ocupar novamente o lugar de quem não sabe. Para a maioria delas não é preguiça, não é porque gostam de futebol e de brincar. É porque estudar se tornou demasiado sofrido.

Essas histórias produzem a seguinte indagação: por que, perante funcionamentos que não condizem com o que se espera, acreditamos que a falha, o defeito, está na engrenagem individual, no cérebro ou na personalidade da pessoa? Como se as oportunidades fossem as mesmas, como se as

instituições fossem as ideais. E quando não cabemos nela, de forma adequada, fica parecendo que é por falha individual. Por exemplo, a responsabilidade de vermos bons programas na televisão se torna individual, fica dependendo de cada um de nós, e, enquanto isso, os programas podem exibir tudo o que quiserem. Esse funcionamento culpabiliza o indivíduo e opera um sistema de controle no qual está presente a medicalização (no qual as questões sociais se tornam questões médicas). Um sistema de controle com uma certa artimanha: ele produz a sensação de existirem problemas intrínsecos e pessoais. Talvez por isso tantas crianças nos relatem sensações de incompetência e doença.

Volto então ao início: que mal nós, psicólogos, podemos fazer?² Em nossa formação, aprendemos que as práticas construídas na relação psicologia/sociedade isentam o sistema social pela produção da desigualdade. Portanto, isentam o funcionamento das escolas e das práticas psicológicas (ou de outros especialistas) da responsabilidade na produção daquilo que denominamos problema educacional. Assim surgem as idéias de que essas crianças têm problemas pessoais a serem sanados por especialistas específicos e de que esses problemas não teriam relação com o funcionamento da educação e da saúde.

Atendimentos de especialistas a crianças com dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita intensificam, ao mesmo tempo em que pretendem ensinar e ajudar essas crianças, nossa desresponsabilização em relação à escola que temos construído. O preço, quem paga, são as crianças, que primeiro precisam passar por situações constrangedoras, depois, devem se tornar pessoas com alguma doença/deficiência, para então poderem, em algumas histórias, ser ouvidas e aprender.

Ser um psicólogo contratado para diagnosticar alunos com problemas de aprendizagem em uma unidade escolar intensifica a culpabilização individual (o que a criança tem?). Como dissemos, muitos professores sabem do que esses alunos precisam. Muitos professores sabem que algumas crianças apresentam dificuldades. Muitos professores sabem que essas crianças têm necessidade de um ensino com mais tempo, de uma escola com estratégias diferenciadas para ensinar. Sabemos que existem professores mais dispostos a ensinar certas crianças, outros menos. Sabemos que as crianças aprendem diferentemente conforme essas relações e, assim mesmo, mantemos a hipótese da existência de uma doença “em si”?

Quando a função do psicólogo é outra, outras coisas podem se produzir. As políticas públicas podem intensificar produções muito diferentes conforme as definições das funções e dos espaços. Ser contratado como psicólogo em uma Secretaria de Educação para agir nas relações estabelecidas

² Poderíamos problematizar essa pergunta pensando em seu avesso: por que não produziríamos tudo isso que percebemos acontecer no social?





na escola, trabalhar com as representações dos professores e somar, com os saberes da psicologia, no levantamento de hipóteses em relação à produção das dificuldades de leitura e escrita e das questões atitudinais pode ampliar o campo de análise e, portanto, as possibilidades de intervenção em relação aos problemas presentes no processo de escolarização.

Aprendemos com o grande número de crianças e jovens que têm recebido o diagnóstico de dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e outros que existem muitas formas de agir e aprender que não cabem naquilo que está instituído. Aprendemos que o que essas crianças e jovens precisam é de investimento para que as escolas se tornem um espaço que permita que os professores inventem formas, com tempo e proposta. Não caber no instituído não é estranho, assim mesmo é que as coisas vão se dando. O instituído é apenas um pedaço da vida. Como dissemos, uma criança com Síndrome de Down não cabia como aluno que aprendia a ler e a escrever anos atrás.

Para romper a generalização presente em uma certa relação professor-aluno, ou especialista-paciente (“esse menino tem dislexia”), precisamos buscar os funcionamentos singulares: O que ele sabe? O que faz? O que não faz? Como faz as tarefas pedidas? O que já foi proposto como percurso pedagógico? Quem já trabalhou com essa criança? O que se aprendeu com essas tentativas? Como esses aprendizados mudaram as estratégias? Quais maneiras de afirmar as necessidades diferenciadas foram feitas? E os colegas, reagem como? Que hipóteses o professor tem? Quais as ações possíveis para que ele aprenda nessa escola? Mas consideremos a limitação das perguntas acima, pois qualquer uma delas pode incorrer em uma nova generalização. Pretender quebrar a produção de uma generalização para fazer advir um funcionamento singular não depende de boas perguntas, mas sim de uma atitude de criação de formas de fazer aparecer esses funcionamentos singulares. Para isso, é necessário que essas perguntas direcionem, sirvam de guia comum no trabalho do especialista com o educador. Portanto, criar esse guia comum, na relação com o educador, me parece o primeiro passo no trabalho dos psicólogos.

Aprendemos com o grande número de crianças e jovens que têm recebido o diagnóstico de dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e outros que existem muitas formas de agir e aprender que não cabem naquilo que está instituído. Aprendemos que o que essas crianças e jovens precisam é de investimento para que as escolas se tornem um espaço que permita que os professores inventem formas, com tempo e proposta. Não caber no instituído não é estranho, assim mesmo é que as coisas vão se dando. O instituído é apenas um pedaço da vida. Como dissemos, uma criança com Síndrome de Down não cabia como aluno que aprendia a ler e a escrever anos atrás.

Ocorre que aquilo que não cabe, que fica fora, articulado com a existência de hipóteses que transformam os problemas em questões médicas e generalizadas, é um encontro perigoso.

Esse debate é um dos momentos para esclarecer as escolhas que fazemos sobre as interpretações em relação àquilo que não cabe, pois, conforme nossas interpretações, defenderemos ações muito diferentes.





O enfrentamento de dificuldades ou distúrbios de leitura e escrita no Município de São Paulo

Ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Sandra Maria Vieira Tristão de Almeida

Integra a Área Técnica de Saúde da Pessoa com Deficiência da Secretaria Municipal de Saúde

É um prazer estar aqui representando a Secretaria Municipal de Saúde. Eu gostaria de parabenizar a organização do evento e dizer que é muito bom ver uma sala com tantas pessoas para a discussão deste tema.

Vamos falar um pouco como a dificuldade de leitura e escrita está inserida em ações que estão sendo realizadas na Saúde, integradas a políticas públicas existentes e articuladas com a Secretaria da Educação.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SMS

- Organização das ações tendo a atenção básica como porta de entrada
- A partir das necessidades, pessoa é referenciada para redes de cuidado
- As dificuldades de leitura e escrita são objeto de olhar:
 - da atenção básica - território de moradia
 - de ações específicas no âmbito da escola
 - e também de serviços de referência em reabilitação

Todas as ações que temos desenvolvido na Saúde partem da atenção básica como porta de entrada do Sistema, e, a partir das necessidades da pessoa, ela é referenciada para serviços especializados, de forma a implementar o cuidado. Desta forma, as pessoas com dificuldade de leitura e escrita são atendidas na atenção básica e, dependendo do caso, em serviços de referência em reabilitação. Contam, ainda, com ações específicas, desenvolvidas na escola pelo Programa “Aprendendo com Saúde”.

ATENÇÃO BÁSICA

- Ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, voltadas a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde
- UBS e ESF / NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família)

A atenção básica está relacionada a ações de Saúde no âmbito individual e coletivo, voltadas à promoção e à proteção da saúde, à prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde como um todo.

No caso das pessoas com dificuldades na leitura e escrita, quando precisam do olhar da Saúde, são encaminhadas ou orientadas pela escola para procurar Unidades Básicas de Saúde ou Unidades de Saúde da Família. Nestas últimas atuam as equipes de Saúde da Família, que atualmente contam com suporte dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, os NASF.

ESF E NASF

- 45 % do Município de São Paulo tem cobertura pela Estratégia de Saúde da Família (1.224 ESF)
- As ESF tem os Núcleos de Apoio à Saúde da Família como suporte, seguindo as diretrizes da Portaria Ministerial nº 154/08
- No Município de São Paulo, 79/86 equipes de NASF
- Composição da equipe a partir de necessidades locais identificadas
- Todas as equipes foram planejadas para ter pelo menos 1 profissional de saúde mental e 1 de reabilitação
- 61/70 tem psicólogos e 57/66 tem fonoaudiólogos





Em relação à Atenção Básica, vou trazer informações sobre as equipes da Saúde da Família –ESF e NASF. Hoje, 45% do município de São Paulo está coberto pela estratégia Saúde da Família, sendo que até o final do ano, vamos ter 1.224 equipes na cidade.

Essas equipes têm os Núcleos de Apoio à Saúde da Família como suporte, seguindo as diretrizes da Portaria Ministerial 154/2008. Temos hoje 79 Núcleos de Apoio à Saúde da Família em São Paulo, com a meta de chegar a 86 equipes até o final do ano.

Essas equipes são responsáveis por território onde atuam 8 a 20 equipes de saúde da família. São compostas por no mínimo 5 profissionais diferentes, conforme o estabelecido na Portaria Ministerial, entre eles médicos psiquiatra e pediatra, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Estes são definidos regionalmente, a partir da necessidade identificada no território.

Em função desta necessidade, todas as equipes do município de São Paulo foram planejadas de forma a ter pelo menos um profissional de reabilitação e um profissional de saúde mental.

Até agora, das 79 equipes já contratadas, temos 61 psicólogos e 57 fonoaudiólogos. Nas 86 equipes previstas até o final do ano, teremos 70 psicólogos e 66 fonoaudiólogos fazendo parte dos NASF.

NASF

Objetivo:

- Ampliar a abrangência, escopo e resolubilidade das ações
- Da atenção básica
- Apoio à inserção da ESF na rede de serviços
- Apoio ao processo de regionalização e territorialização

Atuação:

- Compartilhar práticas de saúde no território: apoio as ESF e
- Atuação na unidade na qual o NASF está cadastrado
- Responsabilização compartilhada pelo território: encaminhamento X acompanhamento longitudinal

As equipes de NASF têm como objetivo ampliar a abrangência, o escopo e a resolubilidade das ações na atenção básica, fornecer o apoio à inserção da Equipe de Saúde da Família – ESF na rede de serviços, contribuir para a articulação em rede dos serviços, e desta forma para o processo de regionalização e territorialização.

Compete a essas equipes compartilhar com as ESF as práticas de Saúde no território, dando suporte ou realizando ações de forma integrada.

Neste processo, as equipes NASF devem corresponsabilizar-se pelo território, acompanhando com as ESF as pessoas e famílias que nele vivem. Isto implica em continuidade do olhar e cuidado, inclusive nas situações de encaminhamento para avaliações ou intervenções específicas.

É atribuição destas equipes o desenvolvimento de ações educativas, a discussão de casos, a elaboração de projetos terapêuticos individuais, a articulação intersetorial e a reali-

zação das diversas ações colocadas na Portaria, dentre elas, de reabilitação.

DENTRE AS AÇÕES DE REABILITAÇÃO:

- Realizar levantamento dos problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação
- Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado
- Desenvolver ações para subsidiar o trabalho das ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil

Dentre as ações de reabilitação, a Portaria refere o levantamento dos problemas de saúde que requerem ações de prevenção de deficiências e reabilitação. Aponta, ainda, para o desenvolvimento de ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as equipes de Saúde da Família, relativas aos aspectos físicos, de comunicação, consciência e cuidados com o corpo, a postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, alimentação, controle do ruído, sempre visando o autocuidado. Uma outra ação proposta é o subsídio às ESF no que diz respeito ao desenvolvimento infantil.

DENTRE AS AÇÕES DE REABILITAÇÃO:

- Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando o acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento
- Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento em grupo, seguimento e encaminhamentos, de acordo com a necessidade e capacidade das ESF
- Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos
- Desenvolver ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros
- Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares

Também está colocado entre as ações de reabilitação, o desenvolvimento de ações compartilhadas visando o acompanhamento de crianças que apresentam riscos para alterações no desenvolvimento, o acolhimento de usuários que precisam de reabilitação, seguido de orientações, atendimento em grupo, seguimento e quando for necessário o encaminhamento, respeitando a necessidade de cada pessoa e a capacidade das equipes. A Portaria reforça que os atendimentos de reabilitação devem ser prioritariamente coletivos. Aponta, ainda, para a importância do desenvolvimento de ações integradas aos equipamentos sociais existentes, como escolas, creches, pastorais, entre outros, e das discussões de caso e definição conjunta de condutas terapêuticas.

Desta forma, o trabalho relativo ao acompanhamento do desenvolvimento da criança que reside no território de abrangência é atribuição das ESF, com suporte dos NASF.



Neste território, estão presentes instituições educacionais e residem as crianças que estudam nas escolas. Compete as ESF e NASFs, portanto, o desenvolvimento de diferentes estratégias, preferencialmente coletivas, voltadas às escolas, famílias, e crianças, inclusive as com possíveis distúrbios de leitura e escrita. Estas ações vão desde a promoção e proteção de saúde nas escolas, até a avaliação, orientação, atendimento em grupo, articulação intersetorial, encaminhamentos e acompanhamento. Então, a criança que tem uma alteração de leitura e escrita, que mora no território de abrangência de uma ESF, onde está ou pode estar localizada sua escola, tem nas ESF e NASF o suporte para as intervenções necessárias, no âmbito escolar, familiar ou individual.

NIR

- Serviços de referência no território para atendimento a pessoas com deficiência que requerem cuidados de reabilitação
- Integrados com a rede de reabilitação física habilitada pelo MS
- Constituem referência para reabilitação física, e também intelectual e auditiva
- 1 NIR/supervisão de saúde, inseridos em UBS e AE

Quando as equipes de saúde da família e NASF identificam necessidade de avaliação ou intervenção por serviço especializado, tem nos NIRs, os Núcleos Integrados de Reabilitação, uma alternativa.

Os NIRs são núcleos de referência para atendimento em reabilitação às pessoas com deficiência. Eles integram uma rede de reabilitação física, habilitada pelo Ministério da Saúde, e também acolhem pessoas com deficiência intelectual ou auditiva.

O enfoque principal destes núcleos é a atenção à pessoa com deficiência, sendo dada especial atenção para os RN de risco ou com deficiência estabelecida, a criança com deficiência, a intervenção nos casos pós alta hospitalar, e até um ano pós acidente vascular encefálico e traumatismo crânio-encefálico.

Possuem equipe multiprofissional e realizam avaliação clínica e funcional, atendimento individual e em grupo orientações aos familiares, oficinas terapêuticas. Realizam, ainda, avaliação e prescrição de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

Cabe ressaltar, que além de pessoas com deficiências, estes núcleos também atendem outras pessoas que precisam de reabilitação, entre elas as que apresentam distúrbios de leitura e escrita.

O trabalho da Secretaria foi de constituição de um NIR por supervisão de saúde, inseridos em Unidades Básicas de Saúde ou em ambulatórios de especialidades.

Em 2004, haviam três unidades habilitadas pelo Ministério da Saúde como serviços de reabilitação física e alguns profissionais dispersos em determinadas regiões atuando isoladamente; atualmente temos 32 NIRs na cidade de São Paulo com equipe multiprofissional para esse atendimento.

LEI 14.671 (01/2008)

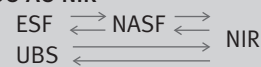
Programa Municipal de Reabilitação da Pessoa com Deficiência Física e Auditiva



Este é um mapa que mostra a distribuição dos NIRs na cidade e o trabalho da área técnica para que cada supervisão de Saúde tenha, pelo menos, um Núcleo Integrado de Reabilitação. Este trabalho foi transformado em Lei Municipal, a Lei nº 14.671/08.

Desta forma, os NIRs também se constituem como referência em reabilitação no território, mas este território é a Supervisão Técnica de Saúde. Realizam ações de reabilitação em diversas áreas, muitas em grupo, e entre os grupos realizados, cabe o de leitura e escrita.

FLUXO DE ACESSO AO NIR



O acesso para o NIR ocorre a partir de agendamento pela Unidade de Saúde da Família ou Unidade Básica de Saúde, sendo que no caso de regiões com ESF, este trabalho precisa estar articulado aos NASF.

Bom, uma outra ação realizada na Secretaria Municipal de Saúde, como eu falei no início, é o “Programa Aprendendo com Saúde”, que será abordado pela Sandra Monetti, coordenadora deste programa.



Programa Aprendendo com Saúde

Sandra Maria Monetti

Coordenadora do Programa Aprendendo com Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo

Sou pediatra de formação. Coordeno um programa na Secretaria Municipal de Saúde junto à atenção básica, desenvolvido numa parceria entre as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e SPDM.

- DECRETO 48.704 de 11/09/07 dá nova Regulamentação para a Atenção à Saúde do Escolar.
- "...otimizar ações governamentais voltadas à prevenção e recuperação da saúde dos alunos da Rede Municipal de Ensino".
- Projeto piloto em 2007, com 05 equipes volantes de pediatras, atendendo a 15.201 alunos de 0 a 7 anos em 65 escolas municipais.

É um programa que foi criado por decreto do prefeito em 11 de setembro de 2007. Ele dá uma nova regulamentação para a Atenção à Saúde do Escolar. Tem como principal objetivo otimizar as ações governamentais voltadas para a prevenção e recuperação de saúde de alunos da Rede Municipal de Saúde.

Foi feito inicialmente um projeto piloto em 2007, onde atuaram cinco equipes volantes com pediatras, atendendo a 15.201 crianças de zero a sete anos em 65 escolas municipais.

OBJETIVOS

- Diagnóstico precoce e intervenção em agravos que possam comprometer o desempenho escolar da cidade de São Paulo.
- Realizar ações/práticas de promoção de saúde, estimular a mudança de comportamentos e aquisição de hábitos saudáveis.
- Incorporar a família no processo de acompanhamento de saúde das crianças.

O objetivo deste programa é um diagnóstico precoce, com intervenção em agravos que possam comprometer o desempenho do escolar do município de São Paulo, realizar ações e práticas de promoções em Saúde, estimulando a mudança de comportamento e a aquisição de hábitos saudáveis. E com um terceiro objetivo, tão importante quanto os outros, que é incorporar a família no processo de acompanhamento da saúde de seus filhos.

Em 2008, esse programa ampliou suas equipes de Saúde, incluindo equipes de Saúde Bucal e outras especialidades médicas, entre elas, otorrinolaringologia, neurologia, orto-

pedia, dermatologia, endocrinologia e cardiologia. Então, são seis especialidades.

A partir do segundo semestre, com a avaliação do programa e da demanda dessas crianças, foram incluídos fonoaudiólogos e psicólogos nas equipes de pediatria. Eles acompanhavam essas equipes para a avaliação das crianças dentro do ambiente escolar, em todas as regiões do município próximo.

Foram feitas inicialmente as integrações que foram importantes, a apresentação do programa à Rede Municipal de Saúde, todos os serviços de Saúde conheceram o programa, a maneira como eles iriam atuar e como iriam interagir. Foram apresentados também os serviços de saúde da rede básica para as equipes do programa e foram apresentadas as diretrizes de SMS e SME.

INTEGRAÇÕES

- Apresentação do Programa à Rede Municipal de Saúde – Coordenações/UBS e às Direções Regionais de Educação – DRE (visitas precursoras)
- Apresentação dos Serviços de Saúde da Rede Básica às Equipes
- Apresentação de Diretrizes de SMS/SME
- População Escolar: CEI / EMEI
CEI – 332 escolas com 48.457 alunos
EMEI – 468 escolas com 255.839 alunos

O programa, inicialmente em 2008, atendeu crianças de seis Escolas Municipais de Educação Especial – EMEEs – de 0 a 7 anos; 332 Centros de Educação Infantil – CEIs – com 48.457 alunos matriculados; e 468 Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs –, com mais de 255 mil alunos matriculados.

No atendimento de 2008, as equipes de pediatria visitaram 569 escolas, onde estavam matriculados 143 mil alunos. As equipes de saúde bucal visitaram 365 escolas, onde estavam matriculados 116.466 alunos.

Essas crianças são avaliadas com pediatras. Tem equipe de apoio, uma equipe de auxiliar de enfermagem. É feita uma avaliação biométrica, uma ficha dessas crianças, que têm prontuários, um registro. O importante é a participação dos pais durante essa avaliação.





ATENDIMENTO EM 2008 : CEI E EMEI

| Equipe | Triados | Encaminhados |
|----------------|---------|--------------|
| Fonoaudiologia | 5.511 | 1.849 (34%) |
| Psicologia | 3.311 | 1.362 (40%) |

Fonte: Atenção Básica – SMS-G

PRINCIPAIS QUEIXAS - Fonoaudiologia

| | |
|-----------------------------------|-----|
| 1. Transtorno de fala e linguagem | 51% |
| 2. Hábitos orais/respiração oral | 32% |
| 3. Gagueira | 5% |
| 4. Disfonia | 5% |
| 5. Perda de audição | 2% |
| 6. Outros | 5% |

É feito um levantamento a partir do momento que é detectado algum tipo de problema com essa criança ou se ela tem um histórico de saúde. A ficha de saúde dessa criança também vem acompanhada com a avaliação e, se ela tem alguma demanda, alguma dificuldade observada, ela vai ser encaminhada para a Unidade Básica de Saúde, para fazer o acompanhamento do seu desenvolvimento e crescimento. Ou ela é encaminhada para algum tipo de especialidade, se tem necessidade de um diagnóstico ou de um seguimento prolongado.

Entre os encaminhamentos mais encontrados, temos os problemas fonoaudiológicos. Em segundo lugar, a otorrinolaringologia, depois endocrinologia, cirurgias eletivas, ou seja, cirurgias não de urgência, oftalmologia, alergia, dermatologia e, em nono lugar, a psicologia. Além disso, há casos de problemas respiratórios.

Bom, com relação a essa avaliação do Programa, porque nós pensamos em incluir fonoaudiólogos e psicólogos? Principalmente porque era um número muito grande de queixas de problemas fonoaudiológicos. Os problemas e as queixas psicológicas eram de difícil abordagem.

Tanto a equipe médica como a equipe da Educação não estavam preparadas para enfrentar alguns problemas psicológicos e muitas vezes para as situações de violência que são enfrentadas pelas crianças fora da escola.

Em 2008, repetindo, foram 6 EMEEs, com crianças de 0 a 7 anos. Na equipe de fonoaudiologia, a partir de setembro até dezembro de 2008, foram atendidas 5.511 crianças, que eram encaminhadas por pais, uma solicitação do pai com relação ao programa, ou após a avaliação do pediatra, ou após a avaliação e uma solicitação do próprio educador, que reconhecia algum problema e gostaria de algum tipo de triagem para essa criança, para avaliar e saber como abordar o problema.

Trinta e quatro por cento dessas crianças avaliadas foram dirigidas para diagnósticos ou para um encaminhamento mais detalhado na UBS, onde se tem como referência um profissional da área, um fonoaudiólogo, ou com o NASF.

Em relação aos atendimentos em psicologia, 3.311 crianças foram avaliadas, sendo 40% dessas crianças encaminhadas para um acompanhamento ou um diagnóstico.

PRINCIPAIS QUEIXAS CEI E EMEI - PSICOLOGIA

- Hiperatividade e problemas de atenção
- Dificuldade de aprendizagem
- Agressividade
- Enurese/Encoprese
- Obesidade
- Hábitos Oraís
- Dificuldade de relacionamento

Entre as principais queixas em fonoaudiologia, nós encontramos os transtornos da fala e da linguagem com 51% dos casos, hábitos orais de respiração oral com 32%, seguidos da gagueira, distonia, perda de audição e outras queixas.

Em relação à psicologia, as principais queixas foram a hiperatividade e problemas de atenção, as dificuldades de aprendizagem, a agressividade em alguns casos, como reflexo de problemas próprios e dos familiares, enurese e encoprese, obesidade, hábitos orais e dificuldade de relacionamento.

O interessante é a aceitação da avaliação dessas crianças no ambiente escolar. É muito importante a integração da criança com o profissional médico, da Educação e da Saúde. É uma parceria muito interessante. Os pais estavam sempre acompanhando esse tipo de avaliação, o que foi muito importante para o programa.

FLUXO DE ATENDIMENTO

- Os alunos com necessidade de acompanhamento e diagnóstico nas diferentes especialidades são encaminhados à UBS/USF de Residência para agendamento ou atendimento.
- Durante o atendimento nas escolas são feitas orientações a pais e professoras.
- Em desenvolvimento plano piloto com a participação de fonoaudiólogos e psicólogos em Reuniões de pais e professores.

Este é o fluxo de atendimento dos alunos com necessidades de acompanhamento e de diagnóstico, nas diferentes especialidades. Eles são encaminhados para as UBSs, ou a unidade de equipe do PSF, ou de residência para serem agendados e atendidos, ou o tratamento, durante o atendimento na escola.

Enquanto é preparado todo o tipo de atendimento, essas profissionais, as fonoaudiólogas, psicólogas e pediatras, desenvolveram ações educativas. Como isso funciona? Existe algum tema que estes pais solicitam, o pai ou o professor, uma abordagem como acidente, como escabiose, como troca de letra. Esse tema, então, é falado, discutido com os professores.

Estamos iniciando um plano piloto com a participação do fonoaudiólogos e psicólogos em reunião de pais e mestres, tanto para fazer, como para discutir sobre esses problemas encontrados na rede durante o atendimento.

Existe muita integração entre as crianças e os professores. Acredito que seja uma troca muito importante para a Educação.





O que pensam as entidades da psicologia sobre o tema: CRP SP e SinPsi

Abertura

Beatriz de Paula Souza

Psicóloga e representante do Grupo Institucional Queixa Escolar

Represento uma das entidades que participou da organização e da concepção desse debate, que é o Grupo Institucional Queixa Escolar. Esse grupo é um coletivo de psicólogos autogestionado, preocupado em criar e disseminar maneiras de fazer atendimentos psicológicos às queixas escolares que levem em conta a realidade das escolas, que dialoguem com as escolas, no sentido de auxiliá-las a superar as dificuldades dos seus alunos.

É algo que os atendimentos tradicionais em Psicologia não costumam fazer, imputando, geralmente, todas as dificuldades escolares que as crianças têm às próprias crianças ou às suas famílias, sem um olhar para o que acontece na realidade das nossas escolas e sem dialogar com elas. Propondo-se a contribuir para melhorar o dia-a-dia das escolas, no qual muitas dificuldades escolares poderiam ser superadas.

Convido quem se interessar a visitar nosso site: www.queixaescolar.com.br.

Esta mesa tem o objetivo de apresentar os principais questionamentos feitos por entidades representativas dos psicólogos, propostas de atuação desses profissionais na Educação e reflexões sobre o lugar da medicalização na constituição de propostas de políticas públicas no campo da Educação Básica.

Pretende-se, ainda, apontar para possibilidades de superação da medicalização, a partir de contribuições da Psicologia e do psicólogo na compreensão das queixas escolares.

Agradecemos aos representantes das entidades dos psicólogos, que puderam manifestar suas posições, mostrando que não são entidades que estão apenas contra alguma coisa, mas que têm uma série de propostas a implementar. Propostas que têm o objetivo de contemplar, de maneira ampla, problemas cujos enfrentamentos previstos nos Projetos de Lei questionados são pontuais, localizados, apenas para algumas dificuldades específicas.





Posicionamento do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - CRP SP

Marilene Proença Rebello de Souza

Conselheira Presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e Docente do Instituto de Psicologia da USP.

É com muita satisfação que o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo encontra-se na tarde de hoje na Câmara Municipal de São Paulo, nossa casa como cidadãos do município de São Paulo, a partir da colaboração do gabinete do vereador Eliseu Gabriel, no Seminário “Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas”, cuja origem se encontra na discussão de projeto de lei do vereador Juscelino Gadelha, com quem nós também iniciamos nossos debates e nossas discussões em 2007.

Poder hoje, nessa tarde, discutir essa questão da Dislexia e expor claramente qual é a posição ético-política do Conselho Regional de Psicologia, do Sindicato dos Psicólogos e de outros grupos que estão conosco participando desse debate, consideramos como um ganho social muito importante.

Este debate nasce da discussão de um projeto de lei. Desde fevereiro deste ano, nós nos reunimos várias vezes no gabinete do vereador Eliseu Gabriel, durante grande parte desse período, com a Associação Brasileira de Dislexia, que depois solicitou sua retirada da participação desse debate. De qualquer forma, este debate está sendo realizado hoje e nós temos aqui a presença de pessoas que estão de alguma forma ligadas ao tema e interessadas no tema.

Talvez este debate não se encerre aqui, ele seja o início de muitos outros debates que nós ainda teremos que fazer em prol da qualidade de ensino e da melhoria da qualidade de ensino no município de São Paulo e no Estado de São Paulo.

Este é realmente um grande momento e nós queremos agradecer essa oportunidade de darmos início desta forma a este debate. Esperamos que ele traga bastante luz a esta questão e que possibilite a ampliação também desta discussão em outros âmbitos, em outros momentos da nossa formação como educadores, como pessoas interessadas pela Educação.

Neste momento, eu represento o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, na condição de Conselheira Presidente. Mas, sem dúvida, a discussão que eu trago aqui não é uma discussão apenas do CRP SP, mas é uma discussão que vem sendo realizada nacionalmente. Como Conselho de

Classe temos a responsabilidade de acompanhar no âmbito do Município e no âmbito do Estado, processos legislativos, projetos de lei que se referem à questão da Educação como uma das formas, como uma das áreas em que a Psicologia tem atuado.

Intitulamos este evento de “Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas” porque a nossa intenção, quando nós procuramos esta casa e fomos acolhidos, em um primeiro momento para a elaboração desse debate, por meio do vereador Juscelino Gadelha e, em seguida, pelo gabinete do vereador Eliseu Gabriel, tivemos a intenção de realmente pensar quais contribuições a Psicologia pode oferecer para o campo da Educação na sua interface com a Saúde e, ao mesmo tempo, que políticas públicas nós poderíamos construir de forma a responder às finalidades da Educação no nosso país e em nosso Estado.

Então, essa foi a nossa grande preocupação quando o Sindicato dos Psicólogos, o Grupo Interinstitucional de Orientação à Queixa Escolar e o CRP SP se articularam na participação e na proposição deste evento.

Eu vou iniciar minha apresentação, explicando a estrutura do Conselho de Psicologia, para podermos entender em que contexto nós nos inserimos como profissionais e como o tema dos projetos de lei no campo da educação passou a ser nosso foco de interesse.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP SP

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei Nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

São funções do CRP SP:

- Garantir à sociedade a qualidade técnica e ética dos serviços prestados pelos profissionais da Psicologia;
- Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, além de contribuir para o desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão.



O Conselho Regional de Psicologia é uma autarquia pública criada na década de 1970, pela Lei N.º 5.766/71 que tem a função de garantir à sociedade a qualidade técnica e ética dos serviços prestados pelos profissionais de Psicologia e também função de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional do psicólogo, além de contribuir no desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Esses dois grandes eixos norteiam a nossa função como conselho regional em São Paulo.

Nós temos como missão, como finalidade maior de trabalho, ampliar a inserção da Psicologia na sociedade como campo de conhecimento e profissão, zelando pela qualidade do exercício profissional do psicólogo e contribuindo para a emancipação humana nas suas dimensões subjetivas, social e ético-política.

Hoje contamos com 68 mil psicólogos cadastrados no CRP SP. Somos praticamente 45% dos psicólogos brasileiros. Portanto, o Estado de São Paulo tem uma grande importância na organização e na elaboração das propostas que leva ao Conselho Federal e ao Sistema Conselhos de Psicologia.

Temos ainda 1.700 pessoas jurídicas, que são clínicas, Centros de Atendimento em Psicologia cadastrados no CRP SP.

PARA SUA ORGANIZAÇÃO COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO E JURISDIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO, POSSUI 8 (OITO) SUBSEDES NAS REGIÕES DE:



Temos uma sede na Capital, em São Paulo e oito subsedes no interior paulista: São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Grande ABC, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Assis e Bauru.

É importante dizer que a discussão que trazemos aqui vem sendo gestada dentro do Sistema Conselhos de Psicologia. Hoje não existe mais cada Conselho individualmente realizando a sua tarefa e o seu trabalho, mas nós nos constituímos como um sistema formado pelo Conselho Federal de Psicologia e pelos 17 Conselhos Regionais do Brasil. Organizamo-nos em duas grandes instâncias: o Congresso Nacional de Psicologia, que é uma instância trienal que discute quais políticas que

os Conselhos brasileiros devem tomar como princípio nas suas gestões, e as Assembléias de Política Administrativas e de Finanças que são realizadas semestralmente, as quais também reúnem delegados de todo o Brasil, dos 17 CRP's e do Conselho Federal.

Implementamos uma articulação política na qual cada uma das gestões eleitas, como aquela em que participo, eleita em 2007, no Dia do Psicólogo, para assumir o triênio, assume também o compromisso com as diretrizes do Congresso Nacional de Psicologia.

Nós não falamos apenas como Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, mas falamos com base em teses que foram aprovadas no Congresso Nacional e que foram definidas como ações para a gestão que estamos assumindo dentro do CRP SP.

O Conselho trabalha em torno de finalidades emancipatórias, de se organizar com os movimentos sociais, de participar na constituição de um Estado democrático e de centrar as suas questões no âmbito da ética, no âmbito da Saúde, da Educação e dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos humanos.

E por que nós passamos a nos interessar pelos projetos de lei? Por que o CRP SP e os demais Conselhos têm discutido os projetos de lei? Porque nós verificamos que todo psicólogo está atuando, de alguma forma, dentro de uma determinada instituição, e que essa instituição está atrelada a uma determinada política pública, que foi constituída para que esse profissional estivesse inserido nessa instituição.

POR QUE A PREOCUPAÇÃO COM OS PROJETOS DE LEI?

Discussão da importância da participação dos psicólogos nas várias áreas, todas elas constituídas pelas políticas públicas, com destaque para as áreas de Saúde e Educação.

Ações se deram em 3 (três) frentes:

1. Criação do CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas;
2. Elaboração de referências de atuação do psicólogo;
3. Acompanhamento e contribuição na construção de projetos legislativos.

Então, se estamos inseridos no interior de políticas públicas, sejam elas da área da Saúde, da Educação, da Assistência Social ou em quaisquer outras áreas, então nós, como psicólogos, precisamos nos inteirar dessas políticas públicas. Ao mesmo tempo, a política pública é construída a partir dos projetos de lei, a partir das discussões que a sociedade faz em tornos de determinadas diretrizes.

Passamos tanto a nos preocupar com as políticas públicas, como Conselho, quanto também a acompanhar, discutir e contribuir na construção de projetos de lei, visando o aprimoramento e a melhoria dessas políticas públicas.



Então, se estamos inseridos no interior de políticas públicas, sejam elas da área da Saúde, da Educação, da Assistência Social ou em quaisquer outras áreas, então nós, como psicólogos, vamos precisar, de alguma forma, nos inteirar dessas políticas públicas. Ao mesmo tempo, a política pública é construída a partir dos projetos de lei, a partir das discussões que a sociedade faz em torno de determinadas diretrizes.

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

O Sistema Conselhos tem recebido várias demandas do campo da Educação:

1. Psicologia no Ensino Médio (década de 70/80);
2. Atuação do psicólogo na Educação (década de 70/80);
3. Diagnósticos para as classes especiais (década de 90);
4. Atuação do psicólogo nas políticas públicas (2000).

Tem gerado, em vários momentos, ações e grupos de trabalho no CRP SP.

Nessa direção, uma das áreas que temos trabalhado muito diretamente é a área da Educação. Resgatando a história do CRP SP, a atuação na educação se inicia nos anos 1970, com a discussão da Psicologia no Ensino Médio, passando pelos departamentos de assistência escolar; em seguida, os diagnósticos para as classes especiais na década de 1990 e, mais recentemente, discutindo referências para a atuação do psicólogo no campo da Educação, a partir do ano 2000.

Essas articulações no campo da Educação não têm ficado somente no âmbito regional, mas tem também se ampliado para o âmbito nacional. O Conselho Federal de Psicologia tem trabalhado de forma nacional se fazendo presente no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. É uma articulação que organiza e discute o papel da Educação na sociedade brasileira e o CRP SP tem participado, no Estado de São Paulo, do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública. Além disso, o Conselho Federal também participou da organização e da sistematização de teses do CONED, que é o Congresso Nacional de Educação.

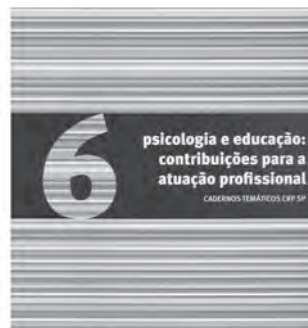
Isso é só para mostrarmos que a nossa participação no campo da Educação tem se efetivado também no âmbito da organização política.

I, II E III MOSTRA DE PRÁTICAS DE PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO E IV, V E VI ENCONTRO DE PSICÓLOGOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO



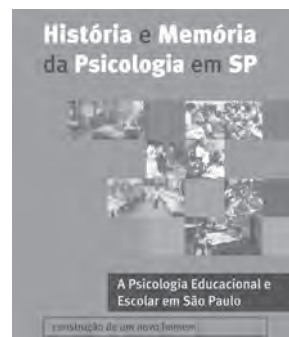
Aqui temos uma ideia das discussões no Estado de São Paulo. A partir do ano 2000, incentivamos essas discussões e conseguimos fazer três mostras de práticas de Psicologia e Educação e encontros de psicólogos na área da Educação que geraram uma série de discussões que fortaleceram essa participação, no campo das políticas públicas de Educação.

CADERNO TEMÁTICO Nº 6 – PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL



Esse foi um *Caderno Temático* construído sobre essas contribuições.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PSICOLOGIA EM SP A Psicologia Educacional e Escolar em São Paulo - Construção de um novo homem





Este é um vídeo produzido recentemente e que conta a história da Psicologia Escolar e Educacional no estado de São Paulo.

Durante todo o ano passado, ocorreram eventos em prol do Ano Temático da Educação, em que todo o Sistema, todos os psicólogos que atuam no campo da Educação no Brasil puderam discutir quais são as suas diretrizes para essa área. Essa discussão se estruturou em torno de quatro eixos. Um dos eixos são as políticas educacionais e o processo legislativo, que é o que hoje nós estamos aprofundando neste debate.

ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS LEGISLATIVOS NO CRP SP

- Levantamento dos projetos de lei;
- Constatação: projetos relativos a tratamento e diagnóstico;
- Problematizar / debater o teor dos projetos;
- Construir projetos de lei que respondam aos princípios defendidos pela Psicologia enquanto Ciência e Profissão

A partir desse eixo de acompanhamento dos projetos legislativos, o Conselho Regional de Psicologia inseriu, dentro da sua forma de organização a participação, o acompanhamento de projetos de lei. Então, começamos a levantar quais são os projetos de leis vigentes e pudemos constatar que grande parte deles, tanto nessa casa quanto no Legislativo paulista, estão muito focados em criar, no âmbito da Educação, projetos, programas de serviços que visem o tratamento e o diagnóstico de determinados distúrbios no campo da aprendizagem e do desenvolvimento.

Isso nos chamou muito a atenção porque as vivências desses Centros de Tratamento vêm na contramão de tudo que a Psicologia tem defendido e discutido como forma de atuação dessa ciência, dessa profissão no campo da Educação.

Passamos, então, a problematizar e a debater o teor desses projetos e também trabalhar na construção de projetos de lei que visem dar conta dos princípios que nós defendemos como princípios para o campo das políticas públicas.

PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO ESTADUAL PAULISTA

PL 321/2004

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual para Identificação e Tratamento da Dislexia na Rede Oficial de Educação

PL 642/2004

Dispõe sobre a implantação de assistência psicológica e psicopedagógica nos estabelecimentos educacionais da rede pública estadual.

PL 172/2005

Cria Programa de Acompanhamento para Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual, com transtorno do Déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e com transtorno no déficit de atenção sem hiperatividade (TDA), no âmbito do Estado de São Paulo.

PL 512/2005

Dispõe sobre a criação do programa integrado de saúde e higiene nas escolas da rede estadual de educação, ensino fundamental e médio e dá outras providências.

Esses são os projetos de lei que listamos no Legislativo Paulista, em 2004 e 2005; existem outros mais recentes que não estão aqui, mas que são semelhantes.

Criar programas de acompanhamento de alunos na rede estadual, com o déficit de atenção e TDA-H, com o Transtorno de Atenção sem hiperatividade ou com hiperatividade, enfim, ilustrando que esses projetos todos vão em direção da criação de Centros de Atendimento e Diagnósticos na área de Educação.

PROJETOS DE LEI DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

PL 074/2007

Determina ao Executivo Municipal realizar nas escolas públicas do município através de equipe multidisciplinar diagnóstico de dislexia e dá outras providências

PL 609/2001

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exame psico-diagnóstico infantil em todas as escolas públicas de ensino fundamental, da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

PL 146/2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instituir avaliação vocacional nos alunos da 8ª série nas escolas municipais de São Paulo

PL 0086/2006

Dispõe sobre Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de aprendizagem diagnosticado como dislexia

No município também temos dois projetos recentes, um do vereador Juscelino Gadelha e outro de 2007, que também quem determina é o Executivo, de realizar nas escolas públicas, por meio de uma equipe multidisciplinar, o diagnóstico de Dislexia e dar outras providências.

O que os psicólogos estão propondo como alternativa à política pública no campo da Educação? Propomos primeiro que tenhamos muito claro para nós, quando discutimos política pública, que não podemos perder de vista qual é a finalidade da Educação. Para que educamos, para que temos hoje na nossa Constituição que o ensino é obrigatório? Temos que trabalhar sempre com a perspectiva da universalização, do acesso e da educação com qualidade. Quer dizer, nós não podemos nunca perder esse foco em qualquer política pública que vamos construir.

QUAIS OS PRINCÍPIOS PARA ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA EDUCAÇÃO?

- Universalização, acesso e escolarização com qualidade
- Contribuições da Psicologia na educação devem acontecer no interior do processo educativo
- Participação da atuação de psicólogos deve privilegiar a Educação Básica
- A atuação do psicólogo deve acontecer em equipes multiprofissionais e por meio de redes de apoio
- Os serviços de psicologia deverão atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação





Consideramos que a Psicologia tem como contribuir para a Educação, no interior do processo educativo e não realizado psico-diagnóstico ou tratamento psicológico, mas, sim, contribuindo no campo dos processos educativos da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento. Então, como os nossos conhecimentos na área da Educação estariam a serviço desse processo educativo?

A proposta que apresentamos centra-se em poder atuar principalmente na Educação Básica, porque é nela que temos os maiores índices de encaminhamento de crianças para a área da Saúde. Todas as nossas pesquisas mostram isso: grande parte das crianças de 7 a 14 anos é encaminhada para a Saúde para ser atendida por apresentar supostos problemas na escola. Temos que discutir, trabalhar para privilegiar essa ação na Educação Básica.

A proposta da Psicologia é que a atuação deva acontecer em equipes multiprofissionais e por meio de redes de apoio. Não é possível pensar no processo educativo a partir somente de um único conhecimento e de uma única ciência.

Propomos que os Serviços de Psicologia atendam às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de Educação, pois temos hoje um grande avanço na discussão dessas políticas. Faremos, em 2010, uma Conferência Nacional de Educação; temos um Plano Nacional de Educação, e uma Legislação bastante discutida no campo da Educação. Portanto, os serviços devem trabalhar articuladamente com as políticas de Educação.

QUAIS OS PRINCÍPIOS PARA ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA EDUCAÇÃO?

- As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais
- O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.
- Necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do SUS.

As equipes multiprofissionais devem desenvolver ações que sejam voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, com a participação da comunidade escolar e atuando na mediação entre as relações sociais e as relações institucionais.

Portanto, a Psicologia tem como contribuir nesse espaço de constituição dos processos de ensino e de aprendizagem. Esse trabalho, nessa equipe multiprofissional, deve considerar sempre o projeto político-pedagógico da escola, o projeto político-pedagógico que for estabelecido pela Secretaria de Educação e trabalhar na direção da promoção dessa criança no interior da Educação.

Propomos que os Serviços de Psicologia atendam às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de Educação, pois temos hoje um grande avanço na discussão dessas políticas. Faremos, em 2010, uma Conferência Nacional de Educação; temos um Plano Nacional de Educação e uma Legislação bastante discutida no campo da Educação. Portanto, os serviços devem trabalhar articuladamente com as políticas de Educação.

Por último, as necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas, deverão ser atendidas, no nosso ponto de vista, também com essa parceria com o Sistema Único de Saúde – S.U.S., sabendo que hoje temos as políticas intersetoriais, passíveis de serem implantadas. Então, há casos de crianças que, embora estejam na escola e que tiveram todo esse cuidado anterior, venham a ter necessidade de algum acompanhamento psicológico. Nesse sentido, a intersetorialidade daria conta dessa finalidade.

Esses são os princípios que estamos defendendo no interior do Sistema Conselhos de Psicologia de São Paulo, no interior do Conselho Regional de Psicologia por meio da sua Comissão de Educação, dos trabalhos que temos realizado e das discussões que temos feito nacionalmente com os psicólogos que atuam na Educação.





Posicionamento do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo – SinPsi

Fábio de Souza

Vice-presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e Pesquisador em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde.

Para além de psicólogo, para além de conselheiro municipal, eu gostaria que os senhores e senhoras também me escutassem como um pai. Pai de um menino de seis anos, lindo e que também já teve seu processo de rotulação. Em seguida, também vou falar o quanto foi importante ter o serviço público aberto e acessível a ele.

Também fico preocupado que, nesta discussão, a gente não caminhe, não construa outros processos entendendo que cada patologia, cada distúrbio, cada característica do ser humano tenha uma ação específica.

Falo isso, por exemplo, com alguma propriedade em relação à Saúde Mental, com o avanço da Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial. O conjunto do sofrimento psíquico hoje é olhado pelo S.U.S., tentando-se ao máximo ter o acolhimento pelos profissionais de Saúde, assim como todas as necessidades de Educação.

Não tenho dúvida de que cada professor aqui dá seu máximo de empenho, faz o impossível para possibilitar aos nossos filhos, aos seus filhos, uma Educação de qualidade. Eu não tenho dúvida de que muitos professores aqui passam horas trabalhando, não têm a valorização profissional devida e, mesmo assim, estão ali no dia-a-dia, vão à Unidade de Básica de Saúde para tentar garantir atendimento, às vezes brigam, chamam o Conselho Tutelar... É mentira? Eu não tenho dúvida disso.

Nesse sentido, eu apresento a posição do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, que não é um sindicato isolado, é um sindicato criado e ligado à maior central sindical da América Latina, a Central Única dos Trabalhadores, e é filiada ao ramo da seguridade social.

Uma opção política por congrega os trabalhadores à seguridade, à assistência e à previdência, como também temos ações estratégicas com apoio a atores da Educação: a Apeoesp e outros Sindicatos e Associações que quiserem ser parceiros nessa luta. Como, por exemplo, o Fórum de Educação Inclusi-

va, o Fórum em Defesa da Escola Pública, o Fórum Municipal em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

O Sindicato, além de ter seus 36 anos e representar o conjunto dos trabalhadores psicólogos, também apoia os movimentos sociais. Assim, eu aproveito para convidá-los a participar desses movimentos sociais.

O Movimento em Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, as Conferências Municipais, Estaduais, Nacional de Educação, os Conselhos Gestores de Unidades Básicas de Saúde, os Conselhos de Escola, que são tão ricos para nós, pais, professores, especialistas, e que devem ser fortalecidos no seu dia-a-dia com esta e com outras discussões, em defesa do serviço público, em defesa dos trabalhadores e em defesa da qualidade de ensino que nós esperamos.

Assim, gostaria de falar primeiramente do S.U.S., aproveitar que há diversos municípios aqui e contar que ele não nasceu somente a partir da Constituição Federal, que garante a saúde pública gratuita, universal, a todos e todas. Apesar das dificuldades, o S.U.S. é um ganho democrático de fato da população brasileira, dos meus pais, dos nossos pais, que lutaram na década de 1970, das senhoras lá da Zona Leste, que fizeram “panelaço” para que nós, hoje, tenhamos acesso minimamente à Saúde.

Quero lembrar também a Lei 8.142/1990, que visa a participação popular, da participação de nós, usuários e trabalhadores, na avaliação, acompanhamento e controle das políticas públicas e, ultimamente, em relação ao pacto pela Saúde, que tem três esferas: o pacto em defesa do S.U.S., o pacto pela vida e o pacto de gestão. Aos municípios, cabe a gestão solidária permanente, o cofinanciamento e a hierarquização e integralidade.

O que quer dizer isso? Quer dizer que um município de 3 mil habitantes não precisa ter todo o Sistema, mas o município maior de 10 mil habitantes tem que atender àquela necessidade e ser referência no município. E não é de graça,





não, o município pequeno paga. Cabe ao Estado também apoiar os municípios.

Eu falo isso porque é muito importante que os vereadores e a população dos outros municípios, tenham conhecimento disso e que cobrem, para que o município vizinho consiga atender bem a sua população.

Queria destacar que o único município que ainda não compactuou é o município de São Paulo, que, afinal de contas, é um município muito grande, dá muito trabalho mesmo. Estamos tentando, junto ao poder público, pactuar a capital paulista.

Queria destacar também o processo de educação permanente. Educação permanente é o processo de formação continuada dos trabalhadores que podem incluir desde esta discussão, como eu já vi como Conselheiro de Saúde o poder público fazer e contemplar, como nos dois programas apresentados aqui, ou iniciativas do próprio servidor público ou da população.

Assim que eu me formei, trabalhei em um projeto chamado TEIA, no qual sentavam à mesma mesa Saúde, Educação, Assistência Social e Cultura, buscando ali ajudar os próprios equipamentos a resolver alguns problemas, tirar algumas dúvidas.

Eu gostaria de contar um pouco sobre essas ferramentas para que a gente possa se apropriar delas e fortalecer os serviços públicos. Tem uma ferramenta muito importante. Este ano é um ano estratégico, independentemente da cor da bandeira política, da legenda. O poder público este ano, no

final deste mês de setembro, apresentará o Plano Plurianual. É nele que nós descrevemos quais são as necessidades, quais as propostas e orçamentos, do que será gasto, do que será alterado nos próximos três anos de gestão e o primeiro ano de gestão do próximo prefeito.

Isso quer dizer que é a tentativa de garantir a continuidade das políticas públicas, como as que as representantes da Saúde apresentaram aqui. Por isso, é importante que a população paulistana e paulista, dos demais municípios também, acompanhem seus poderes legislativos, participem junto aos seus conselhos e junto às comissões de Saúde e Educação, apontem o que seria importante e, principalmente, participem desses processos cotidianos.

Eu estou surpreso. Geralmente estou aqui toda quarta-feira e é a primeira vez que vejo esta sala abarrotada, isto é muito bom. Quer dizer que o debate democrático funciona.

Eu já falei um pouco da Educação, então, eu queria falar um pouco da intersetorialidade. É uma palavra até difícil de falar. Eu fiz oito anos de fonoaudiologia, nasci com lábio leporino, fui atendido quando ainda não existia o SUS – hoje, graças a Deus, existe o SUS e outras crianças têm acesso a esse sistema. Assim como eu, hoje elas têm outros problemas de aprendizagem e têm o direito ao acesso à Saúde. Mas a intersetorialidade, embora seja uma palavra difícil de falar, tem que ser fácil e prática. Fácil e prática, com investimento público nos serviços públicos. Iniciativas como as apresentadas pelo poder público daqui de São Paulo ou como iniciativas do Programa Saúde na Escola, independentemente do mérito, elas devem ser fortalecidas.

Acho importante que nós transformemos o debate de hoje em propostas concretas para além da nossa posição. “Não, porque você não sei o quê, blábláblá”. Não, vamos fazer propostas, este sindicato tem proposta: fortalecer o S.U.S..

Vamos colocar mais recursos em programas intersetoriais e que possibilitem aos professores que o processo de formação continue, que a rede de Saúde também entenda esse problema e possa trabalhar com ele, independentemente do tipo de problema.

É importante dizer que esse processo de educação permanente tem que ser permanente. Não pode ser oito horas, um ano, tem que ser um processo construído inclusive com os próprios trabalhadores e os próprios usuários a partir da avaliação dos conselhos, assim como aquele em que eu represento uma parte dos trabalhadores.

Também gostaria de destacar a importância da Educação em Saúde, da aproximação da Educação com a Saúde no sentido de prevenção e promoção da Saúde pública em geral. Contar à população quais são as estratégias e métodos em que ela possa ter melhor qualidade de vida.

Como trabalhador e representante de uma parte do conjunto dos trabalhadores, me preocupa muito o quanto temos que estar desarmados para poder olhar o todo. Olhar com cuidado para o processo de medicalização crescente na so-

Quero lembrar também a Lei 8.142/1990, que visa a participação popular, da participação de nós, usuários e trabalhadores, na avaliação, acompanhamento e controle das políticas públicas e, ultimamente, em relação ao pacto pela Saúde, que tem três esferas: o pacto em defesa do SUS, o pacto pela vida e o pacto de gestão. Aos municípios, cabe a gestão solidária permanente, o cofinanciamento e a hierarquização e integralidade.





Queria destacar também o processo de educação permanente. Educação permanente é o processo de formação continuada dos trabalhadores que podem incluir desde esta discussão, como eu já vi como Conselheiro de Saúde o poder público fazer e contemplar, como nos dois programas apresentados aqui, ou iniciativas do próprio servidor público ou da população.

cidade brasileira, e considerando os interesses da indústria farmacêutica.

Temos hoje iniciativas diversas de combate às drogas, de buscar auxiliar a população usuária de álcool e drogas, por exemplo. É importante que a gente se utilize, pois já há tecnologia não bruta, não aquela concreta, mas uma tecnologia leve de ferramentas de trabalho, seja do psicólogo, seja dos fonoaudiólogos, seja dos assistentes sociais, que já dão conta.

Foi importante ouvir o poder público, e olha que eu tenho posição em relação a esse poder público vigente, mas é importante ouvir o que já é feito. E fortalecer o que já é feito, ampliando.

É importante fortalecer os trabalhadores, porque eles estão ali no dia-a-dia. Não precisa criar um convênio específico. Supondo que isso seja verdade, vamos formar os trabalhadores

para não termos esse problema. Eu não tenho nenhuma dúvida de que aqui não haja um professor que não goste de fazer curso, que não goste de se aperfeiçoar. Não tenho dúvidas.

Assim, eu quero encerrar convidando a todos e a todas para a XV Conferência Municipal de Saúde a ser realizada. Se der tudo certo e deixarem, a gente vai realizá-la. E quero lembrar que está em processo de discussão um Plano Municipal de Educação e está em processo de execução a Conferência Nacional de Educação. É um espaço construído por todos, não só pelo grupo de psicólogos, não só pelo grupo de educadores ou pelo grupo de pais, mas pelo todo.

É nesse diálogo que nós temos aprendido, inclusive, a ajudar a definir os locais de alguns profissionais: “onde eu posso entrar e onde eu não posso entrar”. Eu costumo dizer que a gente não pode entrar onde não é convidado.

Eu fiquei muito surpreso na etapa paulista da Conferência Nacional ao saber que a própria Educação requereu um profissional específico na escola. Surpreso porque, quando a gente propôs que não fosse na escola, por exemplo, que fosse na Educação, esperaram a posição das próprias entidades, demonstrando a importância de se estar nesses espaços.

Assim, eu convido a todos e a todas a estarem nesses eventos, nessa agenda política, como também nos conselhos. Convido inclusive a própria Associação Brasileira de Dislexia, a ABD. Eu falei isso para eles na reunião em que tentamos organizar conjuntamente um evento: venham junto, aqui cabem todos os mundos!

Eu acredito em uma sociedade em que caibam todos os mundos e, para caber todos os mundos, esses mundos não precisam ser iguais, eles têm que ser diferentes mesmo, e serem respeitadas essas diferenças.

Concluo convidando, não só a ABD, mas todos a fortalecerem os Conselhos Municipais de Saúde e de Educação. Eu espero que possamos construir juntos, de verdade.

Espero que a gente saia daqui com propostas. Inclusive eu gostaria, falando ao vereador, que este debate fosse comunicado às demais Câmaras, aos demais espaços dos Poderes Executivo e Legislativo, demonstrando que, por mais que sejamos vencidos, nunca deixaremos de ser lutadores.



Posição do Conselho Regional de Psicologia frente ao Projeto de Lei nº 86/2006 de 21/02/2006

Apresentamos o projeto de lei nº 86/2006 que tramita na Câmara Municipal de São Paulo bem como argumentos contrários ao referido projeto, apresentados pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

O Projeto de Lei nº 86/2006 de 21/02/2006:

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE APOIO AO ALUNO PORTADOR DE DISTÚRBIOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM DIAGNOSTICADO COMO DISLEXIA.

Autor(es): JUSCELINO GADELHA

Fase da tramitação: Envio-> Área: SGP15 Data: 09/10/2007 |
Recebimento-> Área: EDUC Data: 09/10/2007

Texto na íntegra:

PL : 86/06

Autor: Juscelino Gadelha

Sessão : 118-SO

D.O.M. de : 23/2/2006

Descrição:

Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia.

A Câmara Municipal Decreta:

Art. 1º Fica criado no Município de São Paulo o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia.

Art. 2º A Municipalidade garantirá a participação de especialistas e representantes de Associações de Pais de Alunos portadores de Distúrbios Específicos de Apre-

ndizagem diagnosticado como Dislexia.

Parágrafo Único A Municipalidade firmará parcerias e convênios com instituições especializadas e associações afins.

Art. 3º Fica assegurado o exame diagnóstico da Dislexia em toda a rede municipal de ensino.

Art. 4º A Prefeitura desenvolverá sistema de informação e acompanhamento dos alunos que apresentarem sintomas da Dislexia, por meio de cadastro específico.

Art. 5º A Prefeitura organizará seminários, cursos e atividades pedagógicas visando a capacitação de profissionais da rede pública municipal de ensino.

Art. 6º No Programa criado por esta Lei, deverão constar:

I – Campanhas educativas de combate ao preconceito para com o Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem diagnosticado como Dislexia.

II – Elaboração de cadernos específicos para profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino.

III – Campanhas específicas em locais públicos de grande circulação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, fevereiro de 2006. Às Comissões competentes.





Argumentos do CRP SP contrários ao Projeto de Lei nº 86/2006

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, apoiado por várias entidades, tais como o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e o Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, compreende que Projetos de Lei que propõem diagnóstico e tratamento, em instituições escolares, de distúrbios de aprendizagem estão em desacordo com três princípios fundamentais para a garantia de uma política pública educacional de qualidade para Todos, quais sejam:

a) Reconhecimento e Valorização do S.U.S. como responsável pelas políticas de saúde:

O Sistema Único de Saúde - S.U.S., em sua criação, por intermédio da lei 8080/1990, preconiza que “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. A lei 8080/90 estabelece, ainda, que as ações e serviços públicos de saúde devem obedecer, dentre outros, aos seguintes princípios:

- universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

A lei prevê, também, a organização regionalizada dos serviços, de forma que o S.U.S. deve integrar e articular recursos, técnicas e práticas voltadas para a cobertura total das ações de saúde.

Determina-se que as ações coletivas de saúde devem ser intersetoriais e organizadas em base territorial. Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional ... que terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Cabe à Atenção Básica – o primeiro e mais imediato nível de atenção, responsável por atender a cerca de 80% dos problemas de saúde – realizar um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a

promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida... sob forma de trabalho em equipe, por meio de práticas dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social”(MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Deste modo, fica claro que cabe ao S.U.S. a assistência integral à saúde, a articulação intersetorial de programas de interesse para a saúde e a organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

b) Compreensão da Produção Social dos Problemas Escolares:

Há mais de 40 anos, as produções científicas das áreas da Educação, Saúde, Ciências Sociais, Psicologia e Medicina, entre outras, apontam o caráter excludente da Educação e a recorrente culpabilização de determinados indivíduos ou grupos sociais por seus maus desempenhos escolares.

Tais estudos reconhecem a presença de inúmeros desafios a serem superados frente à diversidade de condições orgânicas, comportamentais, culturais, étnicas, religiosas, etc. Entretanto, esclarecem que a consecução de um projeto de Educação de qualidade para TODOS não deve estar submetida a supostos diagnósticos em saúde, sob o risco de patologizar os processos ensino-aprendizagem, estigmatizar os alunos e reduzir os propósitos da Educação, reforçando seu aspecto excludente.

c) Objetivos da Intervenção Psicológica no Campo Educacional:

A construção do conhecimento científico na área da Psicologia, fruto da articulação profunda entre discussões teóricas e experiências profissionais, afirma a especificidade do psicólogo na Educação, a partir da articulação entre Política Pública Educacional, vida diária escolar, relações indivíduo-sociedade e condições individuais – sejam elas orgânicas ou não.





Portanto, os psicólogos escolares/educacionais reconhecem a importância do diagnóstico e do tratamento de questões individuais, mas entendem que se trata de uma área de competência da Saúde.

A especificidade da contribuição da Psicologia na Educação está na mediação entre os inúmeros aspectos que constituem a vida humana e os processos educacionais, a fim de garantir a apropriação crítica dos saberes acumulados historicamente ao longo de nossa história.

Diferentemente da direção apontada em Projetos de Lei como os citados acima, em que predominam a visão dos processos educacionais e a proposição de soluções com caráter individual e patologizante, servimo-nos dos conhecimentos da Ciência Psicológica e dos profundos debates acerca da intervenção do Psicólogo junto às questões educacionais, para reiterar a posição de que não se trata de criar dispositivos de diagnóstico e atendimento de possíveis distúrbios de aprendizagem.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em acordo com os princípios do Sistema Conselhos de Psicologia, reafirma o compromisso em cooperar com a construção de projetos como Campanhas de Esclarecimento do público em geral e dos educadores com relação à identificação dos problemas de escolarização e Construção de Formas de Superação desse fenômeno tão presente em nossas escolas, sem, no entanto, depositar sobre o alunado a culpa pelas dificuldades escolares, tal como ocorre comumente quando do diagnóstico de déficits e distúrbios como a dislexia e a hiperatividade.

Por fim, reiteramos a necessidade de se garantir os princípios de integralidade, universalidade e equidade preconizados pelo SUS, assim como destacamos a especificidade da atuação do psicólogo na Educação, cujo objetivo está sempre referido à dimensão educacional do processo formativo dos sujeitos e coletividades, devendo, para tanto, necessariamente contemplar a compreensão do contexto sócio-político a partir do qual se organiza a Educação; a dinâmica institucional do equipamento educacional e as relações entre alunos, familiares e profissionais da educação naquele determinado território.

A especificidade da
contribuição da Psicologia na
Educação está na mediação
entre os inúmeros aspectos que
constituem a vida humana e
os processos educacionais, a
fim de garantir a apropriação
crítica dos saberes acumulados
historicamente ao longo de
nossa história.







Conselho Regional
de Psicologia SP



Medicalização

[Português](#) | [Español](#)

Manifesto of the Forum on the Medicalization of Education and Society

[Click here to sign the Manifesto](#)

[Click here to see the signatures](#)

Manifesto of the Forum on the Medicalization of Education and Society

Brazilian society is living through a growing medicalization process at all levels of life.

Medicalization is understood as the process that artificially turns non-medical issues into medical problems. Different types of problems are presented as "diseases", "disorders", or "disturbances," concealing the larger political, social, cultural, and emotional issues that affect people's lives. Collective issues are taken as individual; and social and political problems are turned into biological ones. In this process, which generates psychic suffering, the individual and his/her family are held responsible for the problems, while governments, authorities, and professionals are exempted from their responsibilities.

Once classified as "sick", people become "patients" and, consequently, "consumers" of treatments, therapies, and medications, which change their own bodies into the problems that, in the logic of medicalization, shall be solved individually. Many times, families, professionals, authorities, politicians, and policy makers are exempted from their responsibilities regarding social issues: so that individual people are the ones who have "problems", who are "dysfunctional", who "do not adjust", who are "sick", and who are even, judicialized.

Learning and ways of being and acting – areas of great complexity and diversity– have been the preferred medicalization targets. It must be highlighted that, historically, it is from dissatisfaction and questioning that the possibility of change is built into the forms of the social order, to overcome prejudice and inequality. The speech of inclusion, causes a stigma and a secondary exclusion to those already socially, emotionally, and educationally excluded. In this way, medicalization has been fulfilling the role of controlling and subjugating people, repressing questioning and discomfort; it fulfills an even more perverse role of hiding physical and psychological violence, turning people into "hosts of behavior and learning disorders".

In Brazil, the critique and confronting of medicalization processes is still in the early stages.

It is in this context that the Forum on the Medicalization of Education and Society was created, whose purposes are to–align those entities, groups, and people in whose interest it is to confront and overcome the medicalization problem, and to mobilize society to critique the medicalization of learning and behavior. The Forum has a political and permanent character, as articulated by its participants, and decisions will be preferably made by consensus. The Forum is comprised of entities, movements, and people who have an interest in the subject and are in general agreement with the its goals.

The Forum is based on the following principles:

- Against the medicalization processes in life.
- Defense of victims of the medicalization process.
- Defense of human rights.
- Defense of the Child and Adolescent Statute.
- Right to free public education, which is democratic, secular, of high quality, and socially relevant to everyone.
- Right to health and defense of the Sistema Único de Saúde – SUS and its principles.
- Respect for diversity and particularity, especially in the learning processes.
- Valuing a multidisciplinary approach to understanding the phenomenon of medicalization.
- Valuing popular participation.

The Education and Society Medicalization Forum proposes the following challenges:

- I. Enlarge the democratization of the debate
 - Establish mechanisms for interacting with civil society

- i. Popularize the debate, without sacrificing scientific integrity.
- ii. Multiply the means of communication, including literature, sites and arts in general.
- iii. Build strategies to obtain media space.

- Establish mechanisms for interacting with the academy

- i. Increase discussion among professionals from several areas;
- ii. Build strategies to obtain space in the initial and continuing education courses of professionals from several areas.
- iii. Support curricular proposals for the humanization of education and health practices.

- Socialize the understanding of medicalization and its consequences

- i. Recognize the needs of families who experience medicalization processes.
- ii. Clarify drug addiction risks – illegal and legal drugs - as a consequence of medicalization.

- Increase comprehension of the diversity and historicity of human learning and developmental processes.

II. Build strategies which subvert the medicalization logic

- Enlarge the theoretical production in the field of the critique of medicalization.
- Intervene in the formulation of public policies, providing the bases for new conceptions of the human being and society.
- Support hosting initiatives and the strengthening of families, demystifying the pretense of benefits of medicalization.
- Support inter-sector actions which confront medicalization.

São Paulo, November 13th, 2010

Entidades que assinam o Manifesto até o momento:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-06

Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente de São Paulo - CONDECA

Departamento de Pediatria - Faculdade Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Faculdade São Bento da Bahia – Curso de Psicologia

Faculdade Social da Bahia – Curso de Psicologia

Fórum de Saúde Mental do Butantã

Anhanguera Educacional

Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - SINPSI

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP 05

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo -SINPEEM

Mandato do Vereador Eliseu Gabriel

Mandato do Vereador Claudio Fonseca

Mandato do Deputado Estadual Carlos Giannazi

Colégio Universitas - Ensino Médio – Santos, SP

Universidade Estadual de Maringá – UEM - Departamento de Psicologia

Fundação Criança de São Bernardo do Campo

Universidade Comunitária do Oeste Catarinense – UNOCHAPECÓ – Curso de Psicologia

Associação de Docentes da Universidade de São Paulo - ADUSP

Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação – ANPED – GT Psicologia da Educação

Instituto Sedes Sapientiae

Associação Palavra Criativa

Universidade de São Paulo - Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e Educacional - LIEPPE

Centro de Saúde Escola "Samuel Barnsley Pessoa" (Butantã) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP

Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – DEDICA – Curitiba, PR

União de Mulheres do Município de São Paulo

Fórum Paulista de Educação Infantil

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CFP - Conselho Federal de Psicologia

Centro Acadêmico Iara Iavelberg - Psicologia USP

Departamento de Psicologia da UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste - Irati/PR)

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação da UNICAMP

"Projeto espaço Palavra" da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic - PUC-SP

LEPEDE'ES - Laboratório de Pesquisas em Educação - Educação Especial UFSCAR

Rede Butantã de entidades e forças sociais

CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Rede Humaniza SUS - Coletivo de Editores

Representação Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINESP

Federação Nacional dos Farmaceuticos

Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo

Regional Rio de Janeiro da Abrapso

Serviço de Atenção às Dificuldades de Aprendizagem da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense

Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Associação Brasileira de Psicologia da Saúde

Centro Excursionista Universitário - CEU

Departamento de Fonoaudiologia da Unicentro - Campus Irati

Núcleo Especializado de Atendimento a Criança Escolar - NEACE

Assinaram o Manifesto 450 participantes do I Seminário Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos.

Sign the Manifesto:

Name:

E-mail:

(opcional)

Instituição / Entidade:

(opcional)

RG ou CNPJ:

Town/City:

State:

County:

Comments:

Medicalização

Português | English

Manifiesto del Foro sobre Medicalización de la Educación y de la Sociedad

[Clique aqui e assine o manifesto](#)

[Veja as assinaturas enviadas](#)

La sociedad brasileña vive un proceso creciente de medicalización de todas las esferas de la vida.

Se entiende por medicalización el proceso que transforma, artificialmente, cuestiones de naturaleza esencialmente social, político y cultural son clasificadas y ubicadas como problemas médicos. Problemas de diferentes órdenes son presentados, de esta manera, como "enfermedades", "trastornos", "disturbios" que escamotean las grandes cuestiones políticas, sociales, culturales Y afectivas que abruma la vida de las personas.

Cuestiones colectivas son tomadas como individuales; problemas sociales y políticos son tornados como de naturaleza biológica y bioquímica esencialmente. En ese proceso, que genera sufrimiento psíquico, la persona y su familia son responsabilizadas por los problemas, mientras gobiernos, autoridades y profesionales son eximidos de sus responsabilidades.

Una vez clasificadas como "enfermos", las personas se tornan "pacientes" y consecuentemente "consumidoras" de tratamientos, terapias y medicamentos, que transforman su propio cuerpo en el objetivo de los problemas que, en la lógica medicalizante, deberán ser sanados individualmente. Muchas veces, familias, profesionales, autoridades, gobernantes y formuladores de políticas se eximen de su responsabilidad en relación con las orígenes sociales de los problemas: las personas son las que tienen "problemas", son "disfuncionales", "no se adaptan", son "enfermos" y son, hasta consideradas portadoras de violaciones jurídicas.

El aprendizaje y los modos de ser y actuar, que son campos de gran complejidad y diversidad, han sido blancos preferenciales de la medicalización. Cabe destacar que, históricamente, es desde las insatisfacciones y los cuestionamientos que se han constituido las posibilidades de cambio en las formas de ordenación social y de superación de prejuicios y desigualdades. El estigma de la "enfermedad" produce una segunda exclusión de los ya excluidos, social, afectiva, educacionalmente, protegida por discursos de inclusión.

La medicalización cumple así con el papel de controlar y someter personas, ocultando cuestionamientos sociales, culturales, políticos y los desalientos personales; cumple, incluso, el papel aún más perverso, EL de ocultar violencias físicas y psicológicas de la que son víctimas las personas, transformándolas en "portadores de disturbios de comportamiento y de aprendizaje" atribuyéndosele, al sujeto, de esta manera, una responsabilidad individual.

En Brasil, la crítica y el enfrentamiento de los procesos de medicalización aún son muy incipientes.

Es en este contexto que se constituye el Foro sobre Medicalización de la Educación y de la Sociedad, que tiene como objetivos: articular entidades, grupos y personas para el enfrentamiento y superación del fenómeno de la medicalización, intentando moviliza así a toda la sociedad para la crítica a la medicalización del aprendizaje y del comportamiento.

El carácter del Foro es político y de actuación permanente, constituyéndose a partir de la calidad de la articulación de sus participantes y sus decisiones serán tomadas, preferencialmente, por consenso. Este estará compuesto por entidades, movimientos y personas que tengan interés en el tema y afinidad con los objetivos del Foro.

El Foro se fundamenta en los siguientes principios:

- Contra los procesos de medicalización de la vida.
- Defensa de las personas que viven procesos de medicalización.
- Defensa de los Derechos Humanos.
- Defensa del Estatuto del Niño y el Adolescente.
- Derecho a la Educación pública, gratuita, democrática, laica, de calidad y socialmente referenciada para todas y todos.
- Derecho a la Salud y defensa del Sistema Único de Salud (SUS) y sus principios.

Respeto a la diversidad y a la singularidad, en especial, en los procesos de aprendizaje.
Valorización de la comprensión del fenómeno medicalización desde una perspectiva de abordaje interdisciplinar.
Valorización de la participación popular.

El Foro sobre Medicalización de la Educación y de la Sociedad se propone los siguientes desafíos:

- I. Ampliar la democratización del debate
- II. Establecer los mecanismos de interlocución con la sociedad civil
- III. Popularizar el debate, sin perder el rigor científico.
- IV. Multiplicar y diversificar los medios de divulgación, incluyendo diversos sitios, artes en general.
- V. Construir estrategias para ocupar la mayor cantidad posible de espacios en los medios.

Establecer mecanismos de interlocución con la academia

- I. Ampliar la discusión entre profesionales de las diversas áreas
- II. Construir estrategias para ocupar espacios en los cursos de formación inicial y continuada de los profesionales de las diversas áreas implicadas.
- III. Apoyar propuestas curriculares de humanización de las prácticas de educación y de salud.

Socializar el significado de la medicalización y sus consecuencias

- I. Reconocer las necesidades de las familias que viven procesos de medicalización Y atenderlas de acuerdo con esas necesidades.
- II. Esclarecer los riesgos de la drogadicción, con drogas lícitas e ilícitas, como consecuencia de la medicalización.

Ampliar la comprensión sobre la diversidad e historicidad de los procesos de aprendizaje y de desarrollo humano.

- I. Construir estrategias que subviertan la lógica medicalizante
- II. Ampliar la producción teórica en el campo de la crítica a la medicalización.
- III. Intervenir para la formulación de políticas públicas, apoyadas en nuevas concepciones sobre el ser humano y de LA sociedad.
- IV. Apoyar iniciativas de acogida, ayuda educativa y de orientación y el fortalecimiento del papel de las familias, desmitificando los pretensos beneficios de la medicalización.
- V. Apoyar acciones intersectoriales que enfrenten los procesos de medicalización de la vida.

São Paulo, 13 de noviembre de 2010

Entidades que assinam o Manifesto até o momento:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-06

Grupo Interinstitucional Queixa Escolar - GIQE

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE

Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente de São Paulo - CONDECA

Departamento de Pediatria - Faculdade Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Faculdade São Bento da Bahia – Curso de Psicologia

Faculdade Social da Bahia – Curso de Psicologia

Fórum de Saúde Mental do Butantã

Anhanguera Educacional

Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo - SINPSI

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP 05

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo -SINPEEM

Mandato do Vereador Eliseu Gabriel

Mandato do Vereador Claudio Fonseca

Mandato do Deputado Estadual Carlos Giannazi

Colégio Universitas - Ensino Médio – Santos, SP

Universidade Estadual de Maringá – UEM - Departamento de Psicologia

Fundação Criança de São Bernardo do Campo

Universidade Comunitária do Oeste Catarinense – UNOCHAPECÓ – Curso de Psicologia

Associação de Docentes da Universidade de São Paulo - ADUSP

Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação – ANPED – GT Psicologia da Educação

Instituto Sedes Sapientiae

Associação Palavra Criativa

Universidade de São Paulo - Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar e Educacional - LIEPPE

Centro de Saúde Escola "Samuel Barnsley Pessoa" (Butantã) Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP

Grupo de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – DEDICA – Curitiba, PR

União de Mulheres do Município de São Paulo

Fórum Paulista de Educação Infantil

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CFP - Conselho Federal de Psicologia

Centro Acadêmico Iara Iavelberg - Psicologia USP

Departamento de Psicologia da UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste - Irati/PR)

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Faculdade de Educação da UNICAMP

"Projeto espaço Palavra" da Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic - PUC-SP

LEPEDE'ES - Laboratório de Pesquisas em Educação - Educação Especial UFSCAR

Rede Butantã de entidades e forças sociais

CENTRO DO PROFESSORADO PAULISTA

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia

Rede Humaniza SUS - Coletivo de Editores

Representação Paulista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINESP

Federação Nacional dos Farmaceuticos

Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo

Regional Rio de Janeiro da Abrapso

Serviço de Atenção às Dificuldades de Aprendizagem da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense

Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

Associação Brasileira de Psicologia da Saúde

Centro Excursionista Universitário - CEU

Departamento de Fonoaudiologia da Unicentro - Campus Irati

Núcleo Especializado de Atendimento a Criança Escolar - NEACE

Assinaram o Manifesto 450 participantes do I Seminário Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e outros supostos transtornos.

Firme el manifesto:

Nombre:

E-mail:

Institución / Entidad:

Pasaporte:

Ciudad:

Pais:

Mensaje:

Medicalização

Assinaturas enviadas para o Manifesto de Lançamento do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

| Chave | Nome | Instituição | Cidade |
|-------|--------------------------------------|---|-------------------------------|
| 3440 | EDUARDO SANTOS DE MATTOS | SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA/SC | LUZERNA |
| 3439 | JACQUES BEST | | WINDHAG |
| 3438 | MARISOL BORGES SORAN | | JAGUARIUNA |
| 3437 | AARON SLEDGE | | CANNIZZARO |
| 3436 | MICHELE CURTISS | | SCHOTTIKON |
| 3435 | MARY FITZGERALD | | ERLENBACH |
| 3434 | CLIFTON CRESWICK | | BUCHANTY |
| 3433 | NORMA BEERS | | BLAGNAC |
| 3432 | ANITA BENNETT | | ARNSTEIN |
| 3431 | NOE SLAMA | | POINTE CLAIRE |
| 3430 | VALORIE DE HAMEL | | CISMON DEL GRAPPA |
| 3429 | LIVIA MARIA LIMA BARBOSA | | GARANHUNS |
| 3428 | MICHELE ABDON DA SILVA | UNINOVE MEMORIAL | SAO PAULO |
| 3427 | GABRIELLI SILVA MACEDO | USJT | CAIEIRAS |
| 3426 | THAMARA ALVES FARIA PINTO | UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | NITEROI |
| 3425 | KNOCK OFF BULGARI B ZERO RING | HTTP://WWW.ZERO1RING.COM/PROPOSE-BULGARI-RING-WITH-WEDDING-BULGARI-RINGS.HTML | KNOCK OFF BULGARI B ZERO RING |
| 3424 | RONNE PETERSON SEVERNINI SIMÕES | | VILA VELHA |
| 3423 | MIRIAN G MOTTA GUIMARAES | HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO-MINISTÉRIO DA SAUDE | RIO DE JANEIRO |
| 3422 | FABIAN CORRÊA CARLOS | | SÃO PAULO |
| 3421 | | | |
| 3420 | MARIA ISABEL AMANDO DE BARROS | PROGRAMA CRIANÇA E NATUREZA - ALANA | SÃO PAULO |
| 3419 | ENCONTRO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO - EPE | | SÃO PAULO CAPITAL |
| 3418 | ANDREA GOMES SANTIAGO TOMITA | FACULDADE MESSIANICA | SÃO PAULO |
| 3417 | FABÍOLA GONÇALVES | UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA | RECIFE |
| 3416 | JIMMIXZSQ | FSGXDKVWOEM | 22019 |
| 3415 | ELIOENAI | PSICOLOGIA | URUARÁ |
| 3414 | KIZE DE OLIVEIRA SILVA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES | ARIQUEMES |
| 3413 | RICARDO WOISKY | | SÃO PAULO |
| 3412 | THUANY AMORIM OLIVEIRA NUNES | PSICOLOGIA | TEOFILO OTONI - MINAS GERAIS |
| 3411 | TAMIRIS LOPES | | SÃO PAULO |
| 3410 | LIGIA JACQUELINE LIMA CUNHA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ | CAXIAS |
| 3409 | MARK777 | QRSUBHUPLUUIVMVVI | 2587 |
| 3408 | EMILLY CAMPOS MIRANDA | UFBA-FACED | SALVADOR |
| 3407 | PATRICIA SANTOS DE SOUZA DELFINI | | SÃO PAULO |
| 3406 | MARISA DE MEDEIROS FERREIRA | CEPAE/UFG | GOIÂNIA |
| 3405 | MARCOS ISSAO KOBAYASI TADA | HORTA DA SAUDE | SAO PAULO |
| 3404 | BARNYPOK | IVIYAHVFC | 2557 |
| 3403 | ANA CAROLINA MACEDO DE ARAÚJO ROCHA | SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE SAÚDE DE BARBACENA - MG | BARBACENA |
| 3402 | FERNANDA DINIZ | ESCOLA DE ENFERMAGEM UFMG/ ESPECIALIZAÇÃO | BELO HORIZONTE |
| 3401 | AMANDA RABELO DOMINGOS | UNIDERP | CAMPO GRANDE |

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ...

[voltar](#)

Medicalização

Manifesto contra o PL da dislexia | Veja os comentários |

Assinaturas

| Chave | Nome | Instituição | Cidade |
|-------|--|---|---------------------|
| 2941 | KIZE DE OLIVEIRA SILVA | PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES | ARIQUEMES |
| 2940 | MORGANA GUIDONI | UNIESP | SERTÃOZINHO |
| 2939 | IOVPMVP7ZF | JSEKPLZSA | KCPHKFWW |
| 2938 | JAQUELINE KNUPP MEDEIROS | | MARTINÓPOLIS |
| 2937 | JACQUELINE RODRIGUES CARVALHO DE MOURA | | SÃO JOSÉ DOS CAMPOS |
| 2936 | PLINIO BARBOSA BRONZERI | | SAO PAULO |
| 2935 | ARLETTE BASILIO | | RJ |
| 2934 | AURELINA DE ALMEIDA NOGUEIRA | FACULDADE SÃO SALVADOR | SALVADOR |
| 2933 | CARLA MORENO SANTOS BARBOSA | | SALVADOR |
| 2932 | MARAJANE DE ALENCAR LOYOLA | FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS | MONTES CLAROS |
| 2931 | CARLA NOBREGA FEITOSA | UNIP | SÃO PAULO |
| 2930 | THAIS RIBAS ANDRADE | CRAS | IPIAU |
| 2929 | VANDERLIPO FAUSTINO DA SILVA | UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO | LOUVEIRA |
| 2928 | CLAUDIO RAMOS PEIXOTO | UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA | VASSOURAS |
| 2927 | LILIAN SUZUKI | UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS | MOGI DAS CRUZES |
| 2926 | GUILHERME FERREIRA DE ABREU | | GOIÂNIA |
| 2925 | CECILIA ALENCAR | UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES | SÃO PAULO |
| 2924 | VANESSA MENDES DOS SANTOS | | SALVADOR |
| 2923 | GILMAR SANTOS DO NASCIMENTO | UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR | SALVADOR |
| 2922 | PAULO CESAR MARQUES HOLANDA | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | MANAUS |
| 2921 | DALILA CASTRO | UNIME | LAURO DE FREITAS |
| 2920 | LOURDES DEL GIUDICE BORGES | | CAMPINAS |
| 2919 | KELLY CRISTINA RODRIGUES SIQUEIRA | UNISA - UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO | SÃO PAULO |
| 2918 | ANA MAIRA ZORTÉA | | PORTO ALEGRE |
| 2917 | JOANA D'ARC FERREIRA COSTA | UNIVERSIDADE PAULISTA | GUARUJÁ |
| 2916 | FERNANDA FOCHI NOGUEIRA INFRAN | UFF/INSTITUTO NOROESTE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR (INFES) | RIO DE JANEIRO |
| 2915 | ADRIANA AMORIM | UNIME - UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | LAURO DE FREITAS |
| 2914 | ENILDA DA SILVA COSTA | ESCOLA MUNICIPAL DO CALAFATE | CANDEIAS |
| 2913 | CLÁUDIA ANDRADE BLANC BERTRAND | | SALVADOR |
| 2912 | FABIOLA FREIRE S. MELO | PUC/SP | SÃO PAULO |
| 2911 | GIULLIANE VERÍSSIMO REIMBERG | | SÃO PAULO |
| 2910 | JOAOPITO | UNESP - APOSENTADO | JABOTICABAL |
| 2909 | JULIANA EUGÊNIA VILELA RIBEIRO | UFU | UBERLÂNDIA |
| 2908 | EMILIA SUITBERTA DE OLIVEIRA TRIGUEIRO | IFCE | CRATO |
| 2907 | MARIA STELA DE AGUIAR CORDEIRO | | RJ |
| 2906 | IONE PAIXÃO DA SILVA | INCLUIR | SALVADOR |
| 2905 | ROBERTO MARQUES | UFRJ | RIO DE JANEIRO |
| 2904 | SIMONE FARINHA | | CURITIBA |
| 2903 | REBECA DE ALBUQUERQUE PARAÍSO D'UTRA | COLÉGIO OBJETIVO | SALVADOR |
| 2902 | JUAN TAVARES GOMES DA SILVA | COLÉGIO LUZ DO SABER | SALVADOR |

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ...

[voltar](#)